

ORGANIZADORES

Carlos Jordan Lapa Alves
Andrik Barbosa Risso
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima
Sérgio Arruda de Moura

SOCIEDADE EM (DIS)CURSO

mirantes
teóricos
e diálogos
possíveis

ORGANIZADORES

Carlos Jordan Lapa Alves
Andrik Barbosa Risso
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima
Sérgio Arruda de Moura

SOCIEDADE EM (DIS)CURSO

mirantes
teóricos
e diálogos
possíveis

 pimenta
cultural
2022
SÃO PAULO

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimário Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Katía Bruginiski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeio
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Eliisene Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Rawpixel.com - Freepik.com
Revisão	Sérgio Arruda de Moura
Organizadores	Carlos Jordan Lapa Alves Andrik Barbosa Risso Rafaela Sepulveda Aleixo Lima Sérgio Arruda de Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678

Sociedade em (dis)curso: mirantes teóricos e diálogos possíveis / Organizadores Carlos Jordan Lapa Alves, Andrik Barbosa Risso, Rafaela Sepulveda Aleixo Lima, et al. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

Outro organizador
Sérgio Arruda de Moura

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-513-2
DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95132

1. Análise do discurso. 2. Linguagem. 3. Poder. 4. Sociedade. 5. Cultura. I. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador). II. Risso, Andrik Barbosa (Organizador). III. Lima, Rafaela Sepulveda Aleixo (Organizadora). IV. Título.

CDD 404.41

Índice para catálogo sistemático:

I. Análise do discurso

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

ISBN da versão impressa (brochura): 978-65-5939-515-6

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 2

Sumário

PARTE1

Discurso e política no Brasil atual

Capítulo 1

**Naturalização da violência
no discurso de posse
de Jair Messias Bolsonaro** 12

*Rafaela Sepulveda Aleixo Lima
Humberto Fernandes*

Capítulo 2

**Cortina de fumaça: estratégia
de (in)comunicação do Ethos político
de Jair Messias Bolsonaro**..... 44

Andrik Barbosa Risso

Capítulo 3

**A crise que derrubou Dilma Rousseff:
sob o olhar da Folha de São Paulo**..... 57

Mozarth Dias de Almeida Miranda

Capítulo 4

**Discurso e política:
ciência e formação universitária
em diferentes posicionamentos
em discursos de posse
na política brasileira recente** 76

*Clesiane Bindaco Benevenuti
Joyce Vieira Fettermann
Sérgio Arruda de Moura*

Capítulo 5

ALT-RIGHT ON-LINE:

o Twitter como meio de propagação
de discurso de ódio de candidatos
da extrema direita nas eleições presidenciais
francesa e brasileira de 2022..... 105

Leonardo de Souza e Silva
Andrik Barbosa Risso

PARTE 2

**O discurso nas práticas
culturais e educacionais**

Capítulo 6

**Poder e resistência nas páginas
do lamião da esquina..... 129**

Carlos Jordan Lapa Alves

Capítulo 7

**O caso da matemática sob uma
perspectiva curricular crítica:
dispositivo de vigilância
ou instrumento de libertação? 148**

Victor Ribeiro Lima

Capítulo 8

**Discurso, cultura, memória
e representatividade:
o papel do carnaval na reconstrução
das memórias coletivas..... 175**

Bruna Tavares da Costa

PARTE 3
Teorias do discurso
em análise

Capítulo 9

**Análise do discurso político
de coletividades não-políticas:**

triangulação entre Van Dijk, Fairclough
e os momentos da temporalidade

político-discursiva..... 200

Humberto Fernandes

Capítulo 10

**O conceito de *Ethos*ⁱ em diálogo
entre Bourdieu e Maingueneau.....**

224

Vitor Luiz Menezes Gomes

Capítulo 11

**A anatomia política na guerra
contra o novo coronavírus:**

estratégias discursivas do pronunciamento
do governador Renato Casagrande.....

246

Jacimara Ribeiro Merizio Cardozo

Capítulo 12

A heterogeneidade na heterogeneidade

da sociolinguística: uma questão discursiva.....

270

Thiago Soares de Oliveira

Capítulo 13

**Maingueneau e Bourdieu: um estudo do *ethos/habitus* do jornalista
à luz do discurso 289**

Marcello Riella Benites

**Sobre os organizadores
e a organizadora..... 314**

Sobre os autores e as autoras 315

Índice remissivo..... 317



1

Parte

DISCURSO E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL



1

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima

Humberto Fernandes

Naturalização da violência no discurso de posse de Jair Messias Bolsonaro

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, a exacerbação dos discursos negativos gera uma animosidade que tenciona a sociedade e gera uma crise política, impactando sobre os direitos humanos e as liberdades individuais. O desprezo pelos valores éticos, que permeiam as relações sociais e justificam a proteção e o respeito à pluralidade, culmina em agressões políticas e no aumento da vulnerabilidade das minorias (BAUMAN, 1998).

Mediante um cenário sociopolítico e cultural conflituoso, o presidente Jair Messias Bolsonaro ascendeu ao poder cujas críticas a ele direcionadas se referem ao desprezo que sempre endereçou ao social plural, conduta essa avessa aos princípios democráticos historicamente conquistados (WEIZENMANN, 2019). A democracia fundamenta-se em alguns princípios básicos como aceitação da pluralidade e coexistência pacífica das diferenças, além de se constituir como um espaço de disputa e luta pelo poder que subentende o equilíbrio no conflito. No entanto, tais princípios vêm fundamentando as críticas referentes às práticas políticas do atual presidente e de seus seguidores (GOLDSTEIN, 2019).

Logo, este capítulo pretende compreender o discurso de posse¹ de Bolsonaro por meio da Análise Crítica do Discurso à luz da naturalização da violência, na intenção de verificar elementos de discurso de ódio e de reprodução social dentro das estratégias discursivas. Parte-se da hipótese de que o discurso de Bolsonaro institui uma diferenciação na realidade social, estabelecendo, pois, um cenário de dualidade, antagonismo e conflito. Como seria possível um discurso presidencial incitar a violência? É possível encontrar tais elementos no discurso de posse de Bolsonaro? Como se dão essas estratégias, em caso de serem verificadas?

1 Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. O documento se encontra em anexo.

Nesse sentido, a linguagem de ódio não é interpretada como um evento momentâneo, mas como “uma rede de horizontes temporais” (BUTLER, 1997a, p. 35), que se caracteriza pela imposição de certa periculosidade a minorias e aos seus opositores. Alimentando situações de violência e justificando ações extremistas caracterizadas pela rejeição aos valores éticos fundamentais, a temporalidade do ato de fala possibilita remontar às origens desse sentido expresso na linguagem.

A naturalização em Bourdieu depreende que as posições sociais se dão em função do *habitus* que, por sua vez, fundamentam as decisões dos atores a partir de suas percepções sociais determinadas pelo capital simbólico. “A força de um discurso depende menos de suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce” (BOURDIEU, 1989, p. 183), portanto, aos discursos políticos cabem uma série de intenções e orquestrações baseadas em estratégias discursivas compulsórias.

A construção do *ethos* efetivo suscita uma “voz” e um “corpo anunciante” através de um tom, que lhe confere credibilidade, remetendo, pois, à imagem de um fiador ao qual são atribuídos caráter e corporalidade. A formação discursiva e o posicionamento ideológico produzem sinais que afetam e direcionam a construção do *ethos*, tal qual postulado em Maingueneau (2008).

Na análise pretendida, um mapa conceitual trabalhará os elementos de ódio presentes na linguagem, sua naturalização como reprodução social, seguida do capital político e os intangíveis e finalizando com a construção do *ethos*. Já na terceira seção discorreremos na análise que é sistematizada a partir de cada uma destas variáveis. Após a conclusão e última seção, encontra-se o discurso de posse do presidente, objeto deste estudo.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM DE ÓDIO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO ETHOS

Linguagem de ódio em Butler

A linguagem, quando fere, está investida de uma agência capaz de atuar contra indivíduos. A “linguagem da injúria” nos leva a pensar sobre as palavras que ferem, seu sentido e representação social. Não somente as palavras, mas ao “tipo de elocução, de um estilo – uma disposição ou um comportamento convencional – que interpela e constitui a um sujeito” (BUTLER, 1997a, p. 17; BUTLER, 1997c, p. 128). Não obstante, a própria palavra de insulto insere o sujeito interpelado na linguagem, ou abre “uma certa possibilidade de existência social, se inicia àquele na vida temporal da linguagem.” (BUTLER, 1997a, p. 17), incluindo a linguagem da lei sobre o sujeito, garantindo assim sua existência (BUTLER, 1997c, p. 112).

A linguagem preserva o corpo ao trazê-lo a uma existência social, real, cujos danos linguísticos, como danos físicos (medo, terror), constituem tanto a existência dos corpos quanto das vulnerabilidades linguísticas e físicas além das possibilidades que se abrem a partir do ato da fala de ódio. Dirigir-se a um é reconhecê-lo. A qualidade de ser reconhecível pressupõe a possibilidade de ser reconhecido.

A linguagem está pensada, no sentido de ser passível de racionalização sobre seu impacto, que advém da capacidade de agência. O “dito” não é evento momentâneo, mas uma “condensação de iterabilidade que excede o momento a que dá lugar” (BUTLER, 1997a, p. 35). Como uma “rede de horizontes temporais”, a percepção da autora

engloba o peso histórico expresso no contexto e nos efeitos. Este caráter aberto da temporalidade do ato de fala possibilita remontar ao passado as origens do sentido expresso na linguagem, com especial atenção à linguagem de ódio.

Além de atuar sobre o ouvinte, a linguagem de ódio constitui socialmente ao sujeito, portanto o sujeito ocupa uma posição social em virtude da qual o sujeito se sente ferido. Esta fala “invoca e reinscreve uma relação estrutural de dominação, e constitui uma ocasião linguística para reafirmar esta dominação estrutural” (BUTLER, 1997b, p. 40).

Tais efeitos se derivam das “atuais operações políticas do ato da fala” (BUTLER, 1997b, p. 43), que se relacionam com a discussão vigente entre a linguagem e a conduta, ou referente ao caráter locucionário – cuja linguagem se iguala à ação expressa –, e ao perlocucionário – cuja linguagem produz efeitos alheios a esta. Neste sentido, a separação entre linguagem e prática é um mecanismo de defesa de certas condutas linguísticas de injúria com objetivos políticos.

“Se a linguagem de ódio atua de uma forma ilocucionária, ferindo através de e no mesmo momento da fala, e constituindo ao sujeito através desta ferida, então poderíamos dizer que a linguagem de ódio exerce uma função interpelativa” (BUTLER, 1997a, p. 49). Esta interpelação sobre o sujeito se dá por uma voz anterior, ritualística, uma vez que alguns enunciados, quando expressos por ocupantes de posições de poder, tem o efeito de re-subordinar os que já são subordinados, ou de reproduzir o status quo de dominação/subordinação (BUTLER, 1997b, p. 128). O ato de nomear os sujeitos no discurso de ódio ocorre através de representação semântica impressa na racionalização da linguagem, e se dá sobre a disposição do nomear para constituir a realidade. Há uma historicidade sobre nomes e termos escolhidos para representar grupos sociais no ato de fala.

Reprodução social em Bourdieu

Naturalização é a percepção social compartilhada que advém do pensamento substancialista, “do sentido comum – e do racismo”. Trata de atividades e preferências de grupos sociais como “propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de *essência* biológica ou – o que tampouco melhora – cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 15). Neste sentido, as posições sociais, que são relacionais, se dão em função do *habitus*, ou práticas e costumes, que são disposições, cuja função é fundamentar as decisões dos atores a partir de suas próprias percepções sociais. Estas percepções estão determinadas pelo capital simbólico incorporado inadvertidamente através da educação, especialmente no seio familiar durante a sua criação.

As posições sociais coexistem em um determinado campo, onde a exterioridade mútua entre os agentes define as relações, às quais subjazem a realidade social. O *habitus*, socialmente percebido como substancial, é a expressão do conjunto de capitais simbólicos adquiridos e em função dos resultados subjetivos das interações sociais. Os capitais simbólicos, imateriais ou intangíveis, legitimam as posições sociais tanto quanto produzem capacidades e poder de tomada de decisões que impactam aos demais, a modo de dominação tácita (BOURDIEU, 1986; 1989). Tais capitais são o capital social, ou a soma das relações sociais cujos indivíduos possuem laços de ajuda mútua; e o capital cultural, a modo de conhecimento, ideias, títulos, habilidades e ideologia (BOURDIEU, 1986, pp. 144-156).

Portanto, a naturalização vem a ser a reprodução social do sistema distributivo de capital simbólico, através da história. Através da sociologia histórica, é possível analisar o *habitus* do grupo em função da reprodução social da cultura que permite relações sociais onde as disposições determinam as posições de mando, passadas intergeracionalmente durante os anos. O conceito de *habitus* (BOURDIEU,

1986, 2008b), definidos pelas disposições determinadas pelo acúmulo de capitais (econômicos, culturais e sociais), representam princípios de classificação a modo de divisão, estabelecendo diferenças morais e éticas. Tais distinções se transformam em um conjunto de símbolos unicamente organizados que, como signos, constituem uma “linguagem” própria (BOURDIEU, 2007, p. 20).

No âmbito da família, no sentido *conatus* de Spinoza, há a “tendência a perpetuar o corpo social” através de estratégias de reprodução (fecundidade, matrimônio, econômico, educativo) (BOURDIEU, 2007, p. 33). O próprio capital cultural inadvertidamente incorporado pelo agente no meio familiar durante o crescimento é a expressão da naturalização de formas de pensar particulares, determinadas pela estrutura sociohistórica. A partir daí, a racionalidade e o questionamento presentes em Bourdieu, e trazidas de Spinoza, incutem no agente a necessidade de questionar *aquilo que sempre se soube*, pois aí reside o início do pensamento crítico (BOURDIEU, 1989, 2008a).

O “campo do poder” (distinto do campo político) é o espaço onde os agentes políticos com capital suficiente estão à disposição de domínio. É o espaço das lutas referentes à economia dos capitais, especialmente quando os “equilíbrios estabelecidos no seio do campo das instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder” estão ameaçados (BOURDIEU, 2007, p. 51).

No âmbito do Estado, no campo do poder, toda tentativa de mudança encontra resistência devido a interesses vinculados à ordem estabelecida. Nesta questão, “os assuntos de cultura [...] estão constituídos como naturais pela ação do Estado, o qual, ao instituí-los ao mesmo tempo nas coisas e nas mentes, confere a um arbitrário cultural todas as aparências do natural” (BOURDIEU, 2007, p. 95). O Estado produz problemas sociais (BAUMAN, 1998; BUTLER, 1997b; FREIRE, 1990; MOUFFE, 2011).

Capital político

O campo político é o campo de forças, ou de lutas, que visa transformar a relação de forças que determina e fundamenta a estrutura de poder, com a capacidade de limitar o universo político. Neste campo, a economia deste bem simbólico institui o efeito de limitar o discurso político, ou o que é politicamente dizível (BOURDIEU, 1989, p. 163). A ação política procede a intenção, que se relaciona com o estado do jogo político, como técnicas de ação de expressão de uma realidade social. A manifestação pública num discurso constitui por si só um ato de instituição e representa uma forma de legitimação, oficialização.

Através do monopólio da produção, os consumidores estão cada vez mais condenados “à fidelidade indiscutidas às marcas conhecidas, e à delegação incondicional nos seus representantes” (BOURDIEU, 1989, p. 166). Neste sentido, para Bourdieu, o mercado político seria o de menor liberdade, onde imperaria a fidelidade em detrimento da competência social (sentido crítico, auto objetivação, capital cultural). A intenção política é a conquista do poder, a partir da adesão de cidadãos (voto, quotizações, reconhecimento, etc.). Este recurso político está distribuído espacialmente em função da luta pelo controle dos poderes públicos, ou pelo “monopólio do uso legítimo de recursos políticos” (BOURDIEU, 1989, p. 174), como capital político objetivado.

O capital político é um voto de confiança, a modo de crédito, onde a crença e o reconhecimento se unem em uma aparente representação simbólica de um poder fático, dentro do campo político onde operam lutas pelo poder. O poder simbólico, pois, é concedido pelo sujeito a um ator investido de capacidades de poder e tomada de decisões (BOURDIEU, 1986, p. 188). A força do mandante deriva da confiança do grupo, transformando o mandante em um *empoderado* fiduciário. Portanto, exige-se do mandante e de sua organização partidária,

trabalhos constantes para manter ou aumentar a crença compartilhada, e frágil, entre o grupo social *desempoderado* e seu representante.

O capital político pessoal é simbólico, e “é produto de uma acumulação lenta e contínua”, a modo carismático (weberiano) de notoriedade e popularidade, como um prestígio social adquirido no vazio permitido pela ausência das instituições. Por outro lado, o capital político delegado advém da investidura de uma autoridade devido à posição que ocupa através da instituição. Vem a ser um capital objetivado devido à sua funcionalidade posicional (juiz, médico, professor, sacerdote), onde ocorre a materialização do capital pessoal simbólico, devido aos instrumentos de mobilização disponíveis. Os capitais políticos objetivados são os recursos tangíveis que permitem o fluxo simbólico da representatividade no campo político, por exemplo, eleitores, votos, filiados, partidários e partidos, meios de comunicação e mídias sociais, etc. É por meio destes capitais que operam os mecanismos de produção e/ou reprodução dos sistemas de percepção social (BOURDIEU, 1986, p. 161).

Há uma esterilização da atividade individual como se outrem pensasse e provesse tudo. A passividade da massa se dá em face à abdicação de toda soberania e poder, delegando-os à organização e à figura do mandante. Cujas presença representa a salvação comum, os anseios e expectativas de um grupo, como “a garantia de sucesso e vitória”. Os cidadãos comuns (mandatários, ou consumidores), ao se afastarem do lugar de produção da percepção social, deixam a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo (mandantes). A vida política pode ser descrita como uma desigual distribuição dos instrumentos de produção política (a modo de produtos deste campo específico como os instrumentos de percepção e de expressão do mundo social), ou de *di-visão* (BOURDIEU, 1989, p. 195).

O sistema distributivo de opiniões no campo político está determinado pela disposição dos instrumentos de percepção e de expressão à disposição assim como a acessibilidade a tais instrumentos por

certos grupos sociais. Tais instrumentos de percepção e expressão operam em base a sistemas classificatórios que constituem a visão da realidade social dentro de um grupo específico. Estes sistemas promovem a divisão necessária onde as disposições do *habitus* político, fazem uso de estratégias de produção e/ou reprodução, dentro das regras do jogo político. A conservação ou transformação dos sistemas de classificação contribuem para perpetuar a si mesmos, legitimando-os (BOURDIEU, 1989, pp. 164-166).

Os partidos políticos são organizações permanentes que visam conquistar o poder através de uma doutrina e um programa de pensamento de ação específicos. Remontando ao conceito bakhuniano de *fides implicita*, promove-se o conceito da “delegação global e total pela qual os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido de sua escolha uma espécie de crédito ilimitado, [...] caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes a posse de qualquer controlo sobre o aparelho” (BOURDIEU, 1989, p. 167). As estratégias de luta interna de um grupo, especialmente quando referente à preservação da divisão social, só será bem sucedida no momento em que encontra outra estratégia, externa a esta, no sentido de antagonismo entre estratégias de lutas polarizadas.

As propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos nas posições polares, só se realizam na relação com o campo determinado e por meio dessa relação (BOURDIEU, 1989, p. 179). As correntes de ideias para serem válidas e operantes neste campo, como um movimento político, devem, ao menos serem reconhecidas fora do círculo de interesse, fazendo-se conhecidas, públicas e exteriorizadas (BOURDIEU, 1989, p. 183).

Segundo Bourdieu, “a força de um discurso depende menos de suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce” (BOURDIEU, 1989, p. 183). Neste sentido, a divisão fundamental para sustentação da percepção social compartilhada, está impressa

nos discursos políticos, de modo que, concomitantemente, instituem as responsabilidades necessárias para manter tal divisão vigente. Deste modo, a teoria dos capitais políticos indica que todo discurso de divisão está intrinsecamente dotado de estratégias discursivas imperativas de responsabilidade e obediência.

Sobre a obediência na relação entre o mandante e os mandatários, há um processo de dissimulação das intenções dos subordinados. No caso de uma relação pautada por grupos de pressão ou causas maiores, as relações de orquestração dos empoderados e/ou entre poderosos competidores escondem-se. Deste modo, pode-se dizer que as relações de subordinação baseadas em estratégias discursivas compulsórias escondem reais intenções por detrás das ações de fala no campo político (BOURDIEU, 1989, p. 176).

As palavras de ordem passam pelo ato de fala de um porta-voz detentor de poder. Palavras advindas de lugares fora do campo do poder não possuem a eficácia de ordem, coercitiva e imperativa. Os responsáveis políticos, portadores de poder e de responsabilidades sociais, tem em seu pronunciamento o ato da fala política, onde ideias-forças movem grupos sociais passivos, sobrepondo-se à crença popular. Neste ponto, dizer é fazer e fazer é dizer, uma vez que a política é instituída e operante na e através da legitimação da palavra, e no reconhecimento que seus destinatários tem dela. O que confere ao discurso político sua força simbólica e material (BOURDIEU, 1989, p. 185).

Finalmente, a naturalização a partir da economia dos capitais políticos acontece na reprodução do status quo da balança de poder, a partir da *fides implicita*, ou, sucedendo através dos anos de modo intergeracional. Tais fatores provêm uma estabilidade dos mandatários afiliados, dos grupos de interesse e dos partidos, sempre em base à reprodução das disposições do campo político, ou *habitus*.

ETHOS EM MAINGUENEAU

Para compreender o papel do *ethos* na contemporaneidade, é importante lembrar que sua fonte primária é a retórica antiga com Aristóteles. Oriunda da palavra *ethé*, ela caracterizava o modo como os oradores tentavam persuadir, influenciar seus ouvintes. Essa visão retórica é formada a partir de uma tríade: *logos* que seria razão; *pathos* que seria emoção, poder de convencimento e *ethos* quer seria a conduta, aspecto ético e moral do enunciador em seu discurso.

Recusando-se a reduzir o *ethos* a uma consciência empírica, Maingueneau não se limita a uma técnica apreendida ou um artifício, mas “[...] um nó gerador de múltiplos desenvolvimentos possíveis” (MAINGUENEAU, 2011, p.13), que se efetua à revelia de seus interlocutores nas trocas verbais. O conceito, portanto, emerge da ordem sensível da comunicação verbal, pois envolve um estatuto instável relacionado à adesão de sujeitos a uma posição discursiva progressivamente validada por meio de uma voz, um corpo anunciante. Assim o *ethos* incide nos efeitos produzidos por uma formação discursiva, construída a partir de uma representação subjetiva que suscita uma “voz” a um “corpo enunciante”. “São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório [...] são ares que assume ao se apresentar: eu sou isto, eu não sou aquilo” (MAINGUENEAU, 2004, p. 98).

O tom, outra contribuição importante da AD para o *ethos*, confere credibilidade ao discurso, “na medida em que há uma correlação entre os sujeitos envolvidos nele, fazendo com que se reconheçam no discurso, pois estão atrelados a uma voz” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). Ele (tom) remete, pois, à imagem de um fiador ao qual são atribuídos caráter (traços psicológicos) e corporalidade, apreendidos por intermédio de um comportamento global, que se apoiam sobre “um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72) no espaço social.

O texto precisa, assim, mobilizar o coenunciador a aderir a um determinado universo de sentido que não é uma preferência do autor, mas uma parte inseparável de um posicionamento que se apresenta mediante de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*. Assim, o *ethos* está associado ao que Bourdieu denominou *habitus* que são “princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptados à sua meta” (BOURDIEU *apud* MAINGUENEAU, 2006, p. 280).

Não se tratando de “uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica construída pelo destinatário através dos movimentos da própria fala do locutor” (MAINGUENEAU, 2008, p. 14), o *ethos* sustenta o discurso apresentando-se como um sujeito situado para além dele em que tanto enunciador quando receptor contribuem para a formação discursiva. Ele emerge da ordem sensível da comunicação verbal, pois envolve um estatuto instável relacionado à adesão de sujeitos a uma posição discursiva progressivamente validada por meio de uma voz, um corpo anunciante. Assim, o discurso toma corpo ao colocar em cena um *ethos* que encarna sua verdade por meio da enunciação.

A formação discursiva e o posicionamento ideológico produzem sinais que afetam e direcionam a construção do *ethos* discursivo (uso de elementos para a construção da imagem de si mesmo no ato enunciativo), *ethos* dito e *ethos* mostrado. Para o autor, não é possível estabelecer uma diferença entre eles, pois “a distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o ‘dito’ sugerido e o puramente ‘mostrado’ pela enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 18). O *ethos* pré-discursivo (representação prévia do enunciador) somado aos outros *ethos* formam o *ethos* efetivo cuja imagem é produzida conforme os estereótipos de determinadas práticas sociais assim como modelos culturais compartilhados e cristalizados discursivamente.

Essa incorporação designa a ação do *ethos* sobre o coenunciador de diferentes formas: conferindo-lhe corpo; assimilando um conjunto de esquemas que definem sua forma de se inscrever no mundo; constituindo uma comunidade imaginária dos que comungam na adesão de um mesmo discurso. Desta forma, o *ethos* é revelado no discurso através do modo como seu enunciador se exprime somado às representações que o público traz desse sujeito. Pode-se afirmar, assim, que é na e pela enunciação que o *ethos* é construído num jogo de imagens, de representações coletivas de modos de dizer em relação aos sujeitos, que alcançando a corporalidade imposta discursivamente, leva o leitor a “identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

O discurso como prática social inscreve o sujeito na linguagem a partir de acontecimentos sócio históricos, relacionando-o à sua exterioridade. O *ethos* descreve uma estrutura baseada num acontecimento que está presente na memória e se reproduz através da formação discursiva de cada indivíduo e de acordo com sua ideologia e pautada na interdiscursividade influenciará os efeitos de sentidos de produção ou recepção para um determinado discurso.

DISCUSSÃO ANALÍTICA

Sobre o sentido e a representação das palavras que ferem, é necessário evocar um contexto prévio ao discurso de posse analisado. De um lado, tais palavras tem a intenção da divisão cultural (ética e moral) cujo sentido institui uma carga negativa à ideologia previamente em vigor. Por outro lado, tais estratégias representam a percepção social compartilhada naquele momento. Ao pronunciar que sua posse libertará o país do socialismo, institui-se oficialmente que tal doutrina contribui à “inversão de valores”, ao “gigantismo estatal” e ao “politicamente

correto”: temas sobre os quais a percepção do presidente da república é negativa. Ainda nesse ponto, há outras referências adjetivantes na/ para percepção social, referente à doutrina anterior como uma ideologia moral e eticamente contrária. Estas referências são: “ideologias nefastas” que dividem os brasileiros, “defende bandidos e criminaliza policiais”, destruindo “nossos valores e tradições”; “nossas famílias”; “os direitos humanos”; e “as vidas de inocentes. Há outras duas menções referentes à destruição da família ao longo do texto.

Dentro do contexto recente de aumento das liberdades individuais e do reconhecimento social de minorias historicamente marginalizadas, percebe-se que o caráter representativo destas palavras que ferem se dá no âmbito da historicidade social. Tais palavras ferem àqueles que se sentem identificados e/ou representados pelos governos socialistas anteriores (Lula 2002-2010; Dilma 2011-2016). Em contrapartida, tais palavras que ferem representam a percepção social da massa acrítica cuja insatisfação foi determinada pelas disposições da dominação no campo político. A última frase do texto exprime que o povo brasileiro (Bolsonaro, inclusive) está disposto a matar e morrer pela derrota de sua oposição: “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela” (BOLSONARO, 2019).

Referente ao estilo do ato da fala, Jair Bolsonaro apresenta consistência na informalidade (“Meu prezado general”, “Paula, minha esposa”), no estilo direto (você, eu), no vazio propositivo (8 propostas apresentadas) e no tom de ataque às ideologias de esquerda ao longo de todo o texto. Cabe afirmar que tais elementos configuram um caráter populista ao discurso de posse (LACLAU, 2013)².

É necessário pensar o discurso como um instrumento produzido a partir de esforços mentais e em referência a estratégias discursivas

2 Ver também Laclau & Mouffe, *Hegemonía y estrategia socialista hacia una radicalización de la democracia*, 1987.

e linguísticas eficazes para alcançar os objetivos originais. Nesse aspecto, por mais que não seja encontrada ofensa direta, o estilo do ataque remete ao reconhecimento da polarização no campo político. Cada uma destas palavras foi pensada para transmitir elementos essenciais que fundamentam o sucesso do discurso de posse. Esse sucesso depende da adesão do público às proposições do texto.

No intuito de reproduzir a dominação estrutural sobre minorias marginalizadas e grupos da oposição, as estratégias discursivas, antes mencionadas, cumprem a função de restabelecer (ou reforçar) a relação entre dominador e dominado. Neste caso específico, ocorre a reafirmação da supremacia do pensamento liberal, conservador e tradicionalista estabelecendo, pois, uma relação desigual de poder entre “as pessoas de bem” e os *nefastos*.

Em vista do sentido expresso no discurso de posse, faz-se necessário analisar historicamente as origens dos conceitos presentes no ato da fala. Dever-se-ia investigar a relação polarizada entre o “socialismo” e o pensamento liberal a partir dos conflitos ao redor dos direitos humanos, dos valores éticos e morais como o conceito de família, da corrupção e dos privilégios (SOUZA, 2015; SEN, 2010). A falta desse conhecimento impossibilita compreender o discurso para além de sua representação textual. À massa acrítica não lhe compete a capacidade de compreensão generalizada, contextualizada, nem como a representação do seu papel dentro do discurso (FREIRE, 1990).

Em referência à voz anterior, uma vez que o sujeito interpelado sofre o efeito de re-subordinação, testemunha-se um contexto onde Jair Messias Bolsonaro, ocupante de posição de poder, evoca memórias afetivas com referências intertextuais a antigos predicadores de discursos similares (como militares, juristas, predicadores religiosos, etc.). Deste modo, a reprodução da dominação está presente na referência a outros formadores de opinião, que institui a divisão e estabelece a diferenciação social.

Sujeitos mencionados positivamente são instituídos na realidade através do discurso, ainda que sua nomeação possua uma tendência crítica sob a ótica da linguagem de ódio, possibilitando, pois, a existência social na temporalidade discursiva.

Portanto, devido à ausência de nomeação direta referente a atores opostos (ver a historicidade das palavras que ferem), outros sujeitos são evidenciados no discurso aqui analisado. Estes sujeitos são representados pela ideia (semântica) dos termos evocativos, que são: “Meu prezado general”, “Paula, minha esposa”, “Deus” (7 menções), “você(s)”, “povo” (que não é socialista, que é “voz das ruas e das urnas”), governo íntegro e “ministros técnicos capazes” (em oposição ao corpo ministerial anterior). Também menciona “os brasileiros”, “eu, vocês e as nossas famílias”, “pessoas de bem”, “forças de segurança”, “nossos filhos” (evocando a pais, mães e tutores responsáveis) e “cidadãos”. Também há referência aos “bandidos”, defendidos pelo socialismo, e aos “policiais”, criminalizados pelo mesmo. A alta ocorrência da evocação do “governo” e do “Brasil” (país, nação) é característica dos discursos de posse, portanto não passíveis de análise neste trabalho.

Partindo para uma análise *bourdiana*, o discurso indica a existência de uma percepção social supostamente homogênea embasada nos pressupostos liberais como a meritocracia, o conservadorismo, o tradicionalismo, o crescimento econômico e a demonização de questões sociais. O discurso de posse enquadra relações sociais fundamentadas em pretextos morais, determinando assim as (o)posições dos grupos dentro do campo político. Nesta questão, o presidente Jair Bolsonaro estabelece, em seu ato político de fala, uma topografia social composta por adeptos correligionários e apoiadores. À parcela subordinada, inserem-se as minorias marginalizadas, defensores dos direitos humanos e apoiadores de ideologias de esquerda. Essas posições são relacionais na medida em que a parcela liberal conservadora se impõe em relação a outros grupos estabelecidos como antagônicos ou inimigos.

Tais elementos constroem a percepção substancialista de uma essência cultural imanente, caracterizada pela religiosidade e pelos fundamentos liberais economicistas. Esta percepção social substancialista de característica cultural intrínseca denota uma sensação de naturalização. Este trabalho indica a naturalização como reprodução histórica da ideologia liberal-fundamentalista como componente constituinte da cultura, cujas práticas são inadvertidas e imperceptíveis. Esse modo de pensar (como se o que existe sempre tivesse existido) se refere a um conhecimento (i.e. uma ideologia, um hábito, uma crença, entre outros) que se adquire inadvertidamente no seio familiar. Em outras palavras, a intergeracionalidade permite que a reprodução social tenha o sucesso de aparentar e instituir uma sensação do natural, como a crença religiosa, cega e ilimitada.

O *habitus*, determinado pelas disposições dos capitais materiais e imateriais dentro do campo social, apresenta ambiguidade a partir da análise do documento. Dialogando com o conceito de estilo de Butler, o discurso de posse promove um *habitus*, que similar ao estilo, denota um indivíduo político, capaz e próximo dos interesses de certas camadas populares. No entanto, segundo a teoria, a disposição de capitais econômicos no campo político, somados aos capitais social e cultural, infere que há um conjunto de práticas e costumes que se diferem do *habitus* popular. Sabe-se que parlamentares, assim como outros atores políticos, detêm grande acumulação de capital econômico. Diferenciando, portanto, as posições relacionais inscritas nestas disposições desiguais.

A supervivência deste *habitus* compreende a intenção por trás das estratégias de reprodução social. É de interesse culturalmente compartilhado que, no seio das famílias, ideologias e modos de pensar sejam repassados assim como são herdadas as formas de perceber o mundo e de auto objetivação. Neste sentido, estratégias de reprodução social presentes no discurso de posse do presidente Bolsonaro

são a evocação à polarização política e à reafirmação da supremacia moral da ideologia liberal conservadora, que ecoam os interesses da massa acrítica e cooptam desta forma a adesão popular. O fator religioso, característico do pensamento substancialista, permeia todo o texto cumprindo uma função de reafirmar a importância dos fundamentos cristãos, representando-os ao mesmo tempo.

Os sistemas de divisão fundamentam a percepção social a partir do antagonismo constitutivo dos indivíduos dentro dos grupos. Estes sistemas se baseiam em diferenças morais e éticas entre *nós*, os bons, e *eles*, os maus. Em certos momentos, estabelece-se a qualidade relacional sobre o próprio governo de Bolsonaro: “governo sem conchavos ou acertos políticos”, “honesto e eficiente” onde “o governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação (sic)” e como nunca antes feito pretende-se “[...] priorizar a educação básica”, “retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais” e “reestabelecer a ordem neste país”. Todos estes exemplos configuram uma relação antagonica entre o atual governo e os governos anteriores.

À inversa, “libertar do socialismo”, “favores politizados, partidarizados”, “a corrupção, os privilégios e as vantagens” e “pedágios e barreiras” denotam uma negatividade solucionada pela alteridade positiva do governo atual. Cabe ressaltar que outros sistemas de divisão, ou diferenciação, são propostos: “ideologias nefastas”, “inversão de valores”, ideologias destrutivas, “ideologização de nossas crianças”, “desvirtuamento dos direitos humanos e desconstrução da família”, “ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais”, “tira vidas inocentes” e aumenta a insegurança. Estes exemplos estabelecem diferenciações referentes tanto à ideologia quanto à percepção da oposição. Enfatiza-se a carga negativa sobre o termo *ideologia*, como se este termo genérico fizesse referência apenas às ideologias de esquerda e todo o *mal* relacionado a estas.

Em matéria de capital político, enfatiza-se que a notoriedade e a popularidade de Jair Bolsonaro, se devem mais à investidura de poder do que ao seu carisma. Isso quer dizer que o capital político delegado sobrepõe-se ao capital político pessoal. Neste campo, onde se relacionam os pólos ideológicos, social-democrata e conservador-liberal, as disposições dos capitais políticos determinam a prevalência das *ideias forças* de Jair Bolsonaro sobre as do Partido dos Trabalhadores (Lula, Dilma, Haddad). A análise contextual possibilita perceber a apropriação de capitais políticos objetivados como o aumento do eleitorado, projeção na mídia, acesso a meios de comunicação e apoios políticos. Tais capitais operam em estratégias de marketing pessoal onde, dado o acúmulo de capital simbólico, Jair Bolsonaro detém a capacidade de operar instrumentos de produção e percepção social.

Em consonância com o ato de fala, o discurso representa em si um ato político desde uma posição de poder. A combinação do poder com o ato de fala institui estratégias de dominação e de reprodução que seguem as intenções do mandante. A ação discursiva e a intenção política muitas vezes não se correspondem devido à capacidade de gerar produtos políticos através de instrumentos de manipulação. Desta forma, intenções turvas podem disfarçar-se de boas ações para a produção de capital político objetivado ou de maior aceitação social.

A teoria dos capitais simbólicos permite a compreensão de sistemas distributivos em função da economia dos capitais intangíveis. Neste aspecto, uma massa acrílica oferece um campo produtivo para disseminação de ideias favoráveis, assim como a administração do fluxo de informações (SOUZA, 2015). Do mesmo modo que a economia tradicional se baseia na oferta, na procura, e em base à escassez; a economia dos bens simbólicos, neste caso políticos, se dá em base à oferta discursiva, à demanda ideológica e à escassez de competências sociais críticas na população. O texto apresenta um caráter ideológico onde oferece *uma solução* a uma população insatisfeita, porém sem capacidade de direcionar sua insatisfação.

Este discurso está marcado pelos interesses pertencentes aos grupos próximos do presidente Jair Bolsonaro. Tais interesses e objetivos (conservação da família, meritocracia, fundamentalismo político) são construídos em base à negação dos mesmos por outros grupos. Somos o que o outro não é. Isso se relaciona diretamente com os sistemas de divisão e de diferenciação que constroem os sistemas de percepção sociais.

Ao mesmo tempo em que incita a divisão, o presidente Jair Bolsonaro também evoca obrigações e deveres por parte de seus seguidores. Estratégias discursivas que incluem ao falante no mesmo grupo dos leitores (como a estratégia populista) indicam a necessidade de um esforço e de uma responsabilidade por parte dos cidadãos. “Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar”, “temos o grande desafio de enfrentar [...] a ideologização de nossas crianças”, “temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos”, “eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais” e “vamos propor e implementar as reformas necessárias”, são exemplos de estratégias discursivas imperativas que assignam responsabilidades e deveres aos cidadãos, para a reprodução da divisão/polarização do campo político.

Iniciando a análise a partir da vertente de Maingueneau, o tom evangélico, populista, vitimista, patriótico, meritocrático, liberal-conservador e tradicionalista cumprem a função de fiador devido à identificação do público com tais traços. Nos exemplos de “peço ao bom Deus que nos dê sabedoria”, “graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história”, “porque Deus preservou a minha vida”, “temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso”, “O brasileiro pode e deve sonhar [...] com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia”, “se libertar do socialismo [...], do gigantismo estatal e do politicamente correto” e “agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por

mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis”, encontram-se a representação discursiva dentro da política referente a um comportamento global que valoriza os estereótipos elencados anteriormente.

O *ethos* se origina nas expectativas do público em referência às representações sociais presentes no discurso em questão. Desta forma, para além do momento do discurso de posse, as expectativas foram atendidas através das estratégias do discurso, denotando uma preparação prévia referente às melhores formas de representar discursivamente os elementos que o público espera escutar. Estabelecer essa relação indica o sucesso dos efeitos deste discurso.

Analisando os *ethos* relativos ao discurso de posse aqui analisado obtém-se que: o *ethos* discursivo demonstra uma rejeição à qualquer “bandeira vermelha”, fundamenta uma crença cristã generalizada, promove um patriotismo esperançoso, de grande interesse social na família, no crescimento econômico, na promoção da segurança pública, na transparência e eficiência do governo, além de preocupar-se com a corrupção, o personalismo e a ideologização da sociedade.

Em base a isso, o *ethos* pré-discursivo nos remonta ao passado de Jair Bolsonaro, compreendendo certas incoerências em relação a essas características suscitadas no ato de fala. Sabe-se que o contexto recente da política brasileira está constituído por um forte antipetismo (RIBEIRO, *et al.*, 2016; BORGES & VIDIGAL, 2018), partido cuja bandeira possui a cor vermelha. O presidente Jair Bolsonaro é evangélico (ALMEIDA, 2019), limitando o conceito abrangente de *Deus*. Em várias ocasiões, ele parabenizou torturadores (DEUTSCHE WELLE, 2019) e exaltou a cultura norte-americana, práticas incoerentes com seu forte patriotismo. Sendo casado três vezes (CARNEIRO, 2019), o presidente prega valores familiares tradicionais. Seu interesse no crescimento econômico entra em juízo de valor quando comportamentos comprovam gastos de propina pela aprovação da reforma da previdência (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Também há incoerência entre conceder

maior autonomia à polícia e flexibilizar o porte de armas (presente também no *ethos* discursivo). O envolvimento de atores políticos ligados ao governo em esquemas ilícitos e o nepotismo não se adequam aos preceitos de idoneidade. Suas próprias ações no campo político pressupõem um fundamento ideológico (EL PAÍS, 2018).

O *ethos* efetivo, como a síntese de ambos mencionados, apresenta a informalidade, a simplicidade e o populismo que caracterizam o orador, satisfazendo expectativas do público, acrítico, manipulável, de baixo capital cultural e sem confiança nas instituições. Cabe lembrar que o populismo estabelece uma relação sem intermediários entre o líder e o povo, independente do sistema político vigente (LACLAU, 2013, p. 47). Isso significa que tanto a esquerda quanto a direita podem incitar uma organização cujas bases sejam populistas, como é o caso de Jair Messias Bolsonaro.

Assim, a voz anterior, como um costume e um *habitus*, indica a necessidade de reproduzir uma dominação de grupos liberais conservadores sobre grupos social-democratas. Para Jair Bolsonaro, sua ideologia não representa em si uma ideologia de fato, uma vez que acreditar em ideologias implica em acreditar em lógicas diferentes de pensar o fazer político. A não aceitação de outros modos de política infere em um fundamentalismo, que atrelado a convicções religiosas, incita a memória afetiva de seus seguidores, assim como da sua posição, de maneiras distintas.

Para seus seguidores, a memória afetiva os remeterá à integridade, honestidade e bom caráter do cristão, crença esta que fundamenta uma ideologia onde a religião e a política andam juntas. Nesta memória afetiva não há espaço para uma política ruim quando liderada por um crente. Para um opositor, a mesma combinação de religião com política os remete a ideologias autoritárias, onde a razão muitas vezes é ocultada pelas certezas religiosas. Esta memória afetiva acende referências de ataques aos direitos humanos, diminuição das liberdades

individuais e intolerância à diversidade humana. O interdiscurso opera entre o presente e o passado suscitando opiniões, ideias e pensamentos sempre referenciados a uma historicidade contextual.

CONCLUSÃO

À modo de conclusão, descobre-se um caráter de violência que legitima a própria divisão cultural (ética, moral, política e social) representada pelas palavras que ferem dentro do discurso de Jair Bolsonaro. Tal representação só é possível, pois tem sua origem na percepção social compartilhada, esta compreendida pela opinião pública, acrítica, insatisfeita e fundamentalista, majoritariamente evangélica. Portanto, tal descoberta confirma a percepção negativa do presidente Jair Bolsonaro à respeito daquilo que é “politicamente correto”.

Nota-se que marcado pelo sistema de percepção por oposição, a insatisfação difusa da sociedade brasileira permitiu a violência simbólica determinada pelas disposições do poder. Estas identificam o socialismo, assim como os governos *socialistas* anteriores, como a oposição negativa àquilo que sócio historicamente prevaleceu como hegemônico na cultura: o tradicionalismo, a competitividade e a subordinação.

Como estratégias discursivas eficazes, encontramos a informalidade em um estilo direto de ataque às ideologias de esquerda assim como um vazio propositivo cujo volume é menor do que a quantidade de críticas referentes ao passado. Tanto a inexistência de proposições quanto o estilo direto e informal conformam características peculiares da ação discursiva populista. Uma vez que o populismo compreende a relação direta entre o povo e o seu líder, apenas na adequação do pensamento de ambos o público pode aderir ao discurso advindo da posição de poder.

O reforço do pensamento liberal reestabelece as relações sociais de dominação, re-subordinando, pois, a sociedade, reproduzindo assim a dominação estrutural. Tal reprodução opera sobre o resgate de memórias afetivas a discursos afins (absolutistas, fundamentalistas, convicções religiosas, entre outros). Cabe enfatizar a instituição dos sujeitos na realidade discursiva, uma vez que tanto os sujeitos diretamente mencionados quanto os sujeitos relacionados à oposição (negativa) são constituídos na percepção social. Dado que o antagonismo constitutivo opera na origem da identidade (eu sou o que o outro não é), tanto os sujeitos nomeados quanto os antagonísticos, ainda que não nomeados, tem sua existência estabelecida através do discurso (o outro também existe).

Dentro da suposta homogeneidade da percepção social, a própria demonização das questões sociais auxilia na composição de uma hierarquia social. Esta desigualdade, marcada por fundamentos morais e éticos, só é possível a partir dos sistemas de percepção social, que são culturalmente instituídos. A naturalização, como reprodução socio-cultural inadvertida, é perceptível a partir da dinâmica com que as relações sociais de subordinação se perpetuam, chegando aos dias atuais.

Dentre as contradições encontradas, está a intenção de interesse por temas pertinentes ao povo e o *habitus* originado a partir das disposições de capital econômico acumuladas por profissionais políticos. Portanto, a naturalização também se apresenta na inquestionabilidade do *habitus* inadvertidamente adquirido. Não herdamos apenas bens materiais, mas também ideologias, crenças, costumes e práticas. Outra incoerência do discurso de Jair Bolsonaro é a demonização do léxico *ideologia*, conferindo-se um suposto afastamento de ideologias, como se ele não a tivesse.

Observou-se que o capital político de Jair Bolsonaro se deve menos às suas qualidades carismáticas que da conjuntura de ascensão ao poder. O conceito weberiano de carisma na teoria de Bourdieu

contribuiu para inferir na continuidade e temporalidade para a aquisição de capital político. No entanto, em face à investidura de poder e à relação direta com o povo (populismo), Jair Bolsonaro teve um súbito aumento de capital político cujas bases não estão fundamentadas pela confiança, mas pela conjuntura das disposições de poder.

Para além do capital político, o acúmulo de outros capitais simbólicos (como o social e o cultural) concede a Jair Bolsonaro a capacidade de conduzir a opinião pública a seu favor através de instrumentos de produção e percepção social. A escassez de competências críticas na sociedade somada à demanda de ação política abre um mercado para oferta discursiva capaz de manipular a percepção social, que a modo de economia do discurso, também administra o fluxo de informação e conhecimento. Desta forma, uma fotografia social compreenderia uma classe inferior subordinada, compreendida pelas minorias marginalizadas e defensores dos direitos humanos, e uma classe superior, de “pessoas do bem” e cristãos. Ambos subordinados à posição de poder ao topo com a legitimidade do uso da força simbólica.

Em função do *ethos*, há um comportamento global estereotipado respaldado pela identificação entre o público e o orador. Este possui características que legitimam tal identificação e atendem estrategicamente às expectativas do público, que cabe retomar é culturalmente violento, individualista, fundamentalista e conservador.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 185-213, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **La globalización: consecuencias humanas**. Fondo de Cultura Económica, 2016.

BOLSONARO, Jair Messias. Disponível em GOVERNO BRASILEIRO: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 13 de março de 2019. Janeiro, 2019.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, p. 53-89, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar, o que dizer. Tradução: Sergio Miceli. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Anagrama S.A., 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: **Cultural theory: An anthology**, v. 1, p. 81-93, 1986

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Síntesis SA, 1997b.

BUTLER, Judith. **The psychic life of power: theories in subjection**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997c.

BUTLER, Judith. **Excitable speech. A politics of the performative**. New York and London: Routledge, 1997a.

CARNEIRO, J. D. Jair Bolsonaro: os caminhos e as promessas do novo presidente. **BBC News Brasil**, 01/Janeiro, 2019.

DEUTSCHE WELLE. Justiça proíbe governo Bolsonaro de celebrar golpe de 1964. **Deutsche Welle**, 29/março, 2019.

EL PAÍS. Retrato de um extremista. O homem que conquistou o Brasil. Vida e ascensão do capitão Bolsonaro. **El País**, 28/outubro, 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Governo oferece R\$40 mi em emendas para deputados que votarem pela reforma. **Folha**, 24/abril, 2019.

FREIRE, Paulo. **La naturaleza política de la educación. Cultura, poder y liberación**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The new far-right in Brazil and the construction of a right-wing order. **Latin American Perspectives**, 245-262, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI. **Sociología y política. (Trabajo original publicado en 1985)**, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução de: Sírio Pos-senti, Editora Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. Editora Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth. **Imagens de su no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político** 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

PORTES, Alejandro. Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna. *In*: **De igual a igual: el desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica y Secretaría de Desarrollo Social de la Nación, 1999.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, p. 603-637, 2016.

SEN, Amartya. **La idea de la justicia**. Barcelona: Taurus, 2010.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

WEIZENMANN, Pedro Paulo. "TROPICAL TRUMP"? BOLSONARO'S THREAT TO BRAZILIAN DEMOCRACY. **Harvard International Review**, v. 40, n. 1, p. 12-14, 2019.

ANEXO: DISCURSO DE POSSE OFICIAL
JAIR MESSIAS BOLSONARO –
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 01/01/2019

Meu prezado general,

Paula,

Minha esposa,

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa.

Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso. Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados.

Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. Com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e noite, perseguir

o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.



2

Andrik Barbosa Risso

Cortina de fumaça: estratégia de (in)comunicação do *Ethos* político de Jair Messias Bolsonaro

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.02

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende analisar a estratégia de comunicação utilizada por Jair Messias Bolsonaro, que desde o início do seu governo na presidência da República do Brasil, que se deu início em 2019, faz uso de uma técnica popularmente chamada de “cortina de fumaça” para desviar o foco comunicativo da mídia com a população, encobrendo assuntos comprometedores ligados à sua gestão, a sua família e aliados que frequentemente são acusados de participarem de esquemas de corrupção.

A construção do *ethos* se dá por meio do campo discursivo. Trata-se da criação de uma imagem que cruza o sujeito como ele é, e de como ele pretende ser interpretado pelo seu público. Portanto, o *ethos* se constrói não só a partir de uma fala isolada. Um político, por exemplo, não transmite a imagem de bom apenas dizendo “sou um bom político”, mas sim por meio de uma totalidade de aspectos que envolvem as suas ações, sua personalidade, seu carisma, e até mesmo fatores como a aparência, a entonação, entre outras características, que juntas, construirão a sua imagem, ou seja, seu *ethos*.

A estratégia de desvio de foco se torna possível graças ao *ethos* político do presidente Jair Bolsonaro. Caracterizamos e analisamos o perfil de sua imagem para entender o comportamento estratégico adotado pelo presidente em tentar trazer polêmicas que causariam mais comoção midiática.

O *ethos* político de Jair Bolsonaro, segundo as concepções de Patrick Charaudeau (2017), se caracteriza como *ethos* de “potência”, de “caráter” e de “chefe”. Logo a seguir, daremos pormenores das definições de cada uma dessas características que identificamos no presidente diante de sua postura ao se dirigir aos jornalistas e apoiadores, em discursos, e em posicionamentos nas redes sociais.

Mas por que motivo as polêmicas de Bolsonaro causam mais comoção midiática, atrapalhando o papel informativo dos jornais? Para Charaudeau (2015), a informação é um ato de comunicação. Ela “implica processo de produção de discurso em situação de comunicação” (2015, p. 34).

Charaudeau (2015) apresenta um modelo de comunicação baseado em:

Fonte de informação => Instância de transmissão => Receptor³

Desta forma, sendo, por exemplo, uma acusação de corrupção uma fonte de informação, a mídia como instância de transmissão e o povo como receptor, Bolsonaro tenta oferecer uma fonte de informação alternativa de cunho polêmico, onde o a instância também publicará, causando mais repercussão no receptor. A cortina de fumaça se origina, portanto, na fonte de informação, e usa a instância para desviar o foco da outra fonte, causando uma menor repercussão no fato mais grave, perdendo a maior repercussão para o fato mais polêmico.

Frases polêmicas como “o que é *golden shower*?”, “chega de frescura, de mimimi, vão ficar chorando até quando?”, foram bastante repercutidas na mídia, causando grande repercussão entre os brasileiros. Mas o que há por trás dessas frases? Que tipo de impacto elas causam na sua imagem, se tratando de um circuito comunicativo entre o Bolsonaro, a mídia, e o povo?

ETHOS

Ao pensar em uma cena da enunciação, é necessário incluir um enunciador. Este pode expressar-se por meio da oralidade ou por textos. Deste modo, são sustentados por uma voz, que se situa além do texto.

3 CHARAUDEAU, 2015 p. 35.

Dominique Maingueneau nos apresenta em sua obra o conceito do *ethos*. O autor faz uso das descrições de Roland Barthes, mencionando que “são traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar (MAINGUENEAU, 2013 p. 107).

É importante deixar claro aqui que não se trata de uma auto promoção com elogios que o orador pode fazer de si mesmo, mas do conteúdo do seu discurso, o ritmo da fala e a entonação. É na enunciação que ele vai construir suas características, no caso, o seu *ethos*.

A formação do *ethos* se dá a partir da combinação de “caráter” com “corporalidade”. Enquanto um é baseado em aspectos psicológicos, o outro corresponde aos gestos, movimentos e até mesmo às vestimentas. A enunciação se apóia no conjunto de representações sociais, onde ela pode ser confirmada ou modificada pelo enunciador.

Maingueneau afirma que “as ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser” (MAINGUENEAU, 2013 p. 108), ou seja, a enunciação seria a responsável por definir o perfil do enunciador. Os valores socialmente especificados aparecem no discurso e em seu poder de persuasão. Desta forma, é criada a imagem do enunciador, que edifica uma identidade construída no entorno do seu enunciado. É no seu discurso que ele vai legitimar sua maneira de dizer.

José Luiz Fiorin é outro autor que também explica o conceito de *ethos* à luz de Roland Barthes, e cita:

É o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador. (FIORIN apud. BARTHES, 2012 p. 139)

Deste modo, confirma-se o argumento de Maingueneau de que a construção do *ethos* está ligada ao discurso. E Fiorin ainda cita:

[...] os traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão. [...] O *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação. O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, afirma: sou isso, sou aquilo. (FIORIN apud. BARTHES, 2012 p. 139)

Em outras palavras, Fiorin nos explica que “o *ethos* não se explica no enunciado, mas na enunciação” (2012, p. 139). Portanto, essa construção não se estabelece na palavra propriamente dita, mas em diversas formas de como o enunciador pode transmitir: na sua postura, seu jeito de falar, como expõe suas ideias, entonação, etc.

Assim, a análise do *ethos* deve ser feita infiltrando-se nos estudos discursivos, pois trata-se de um sujeito construído pelo discurso. Podemos considerar que o *ethos* é uma imagem criada pelo autor, e não é ele de fato. Ainda segundo Fiorin, é “um autor discursivo, um autor implícito” (2012 p. 139).

O *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO

Os analistas do discurso defendem, portanto, a ideia de que o *ethos* está “na aparência do ato da linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender” (CHARAUDEAU, 2017 p. 114). É possível identificar uma fusão de identidades: o que se é e o que se pretende ser”. Um cruzamento de perspectivas sobre a pessoa que fala e da maneira como ela pensa que ela fala e se faz entender diante do outro.

É, portanto, atribuído a quem fala, uma imagem psicossocial construída a partir da identidade discursiva que ela mesma constrói de si. Não depende exclusivamente do que se é dito, mas também do que se é.

O *ethos* trata-se, portanto, do “resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única” (CHARAUDEAU, 2017 p. 115).

Para Charaudeau (2017), no campo político, os atores podem ter a credibilidade afetada caso tenham fatos que contradizem as intenções declaradas, e seus adversários não hesitaram em questioná-lo. Deste modo, o político pode ser levado a produzir um discurso de justificação, e fazer declarações para se inocentar e se esquivar das críticas e acusações.

Uma situação explicada por Charaudeau (2017) e que pode nos servir como exemplo, é que se resultados negativos das ações do político sejam postas em jogo para ser criticado, ele pode recorrer, admitindo os dados e dando a explicação de que um resultado razoável seja melhor do que um resultado nulo. Deste modo, ele se justifica, mas não confessa.

Posar de vítima também pode ser uma estratégia para negar resultados negativos. Frases do tipo “que a justiça seja feita”, ou “a justiça de Deus será feita”, são tipicamente empregadas dos que recebem acusações.

De outro lado, a construção do *ethos* deve-se basear na construção de um perfil com características persuasivas. Por exemplo, a imagem de “potência”: a expressão da virilidade sempre explícita e declarada. Uma perspectiva machista atribuída como qualidade apenas para homens. Um político que teve vários filhos com mulheres diferentes será visto como viril, enquanto uma mulher seria vista como promíscua. Esse é também um passaporte liberado para exercer a violência verbal em relação a adversários políticos, como quando Jair Bolsonaro se dirigiu à deputada Maria do Rosário dizendo a seguinte frase: “não te estupro porque você não merece”. A imagem de militar, esportista e como homem de ação, constrói o *ethos* de potência (CHARAUDEAU, 2017).

Já o *ethos* de “caráter” atinge a moralidade do político, e existe uma variedade de comportamentos e formas que ele pode agir para construir sua imagem moral diante de acusações. A vituperação (o ato de afrontar) seria a usada por Jair Bolsonaro. Quanto ao seu caráter o posto em jogo, ele faz uso de berros e se coloca em uma posição superior. Agir com indignação a um ataque à moralidade, faz com que se transmita mais credibilidade (CHARAUDEAU, 2017).

O *ethos* de chefe também deve ser considerado para a análise da imagem de Jair Messias Bolsonaro, onde ele se encaixa no perfil de guia-profeta. Bolsonaro construiu seu *ethos* com base em seu nome “Messias”, criando a ideia de salvador, que olhando para o futuro, tiraria o Brasil do “caos” que se encontrava, segundo ele e seus apoiadores, por causa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) nos governos Lula e Dilma. Bolsonaro assumiu o papel de porta-voz ou representante do Deus cristão, tomando a si próprio como guiado pelo divino para salvar o Brasil.

Charaudeau ainda afirma que:

as figuras de virilidade sexual, de orgulho, de malícia, do chefe, podem produzir, em certas circunstâncias políticas, um efeito de frivolidade, de arrogância, de hipocrisia ou de autoritarismo; efeitos inesperados quando, por exemplo, declarações desastrosas, gafes, são interpretadas como marcas de sinceridade, de simplicidade e mesmo de honestidade (2017 p. 181).

De fato, o *ethos* de Jair Bolsonaro vem causando efeito negativo, e de acordo com as pesquisas do Datafolha, a taxa de reprovação chegou a 53% em 16 de setembro de 2021, um recorde na história do Brasil.

Gráfico 1 – Avaliação do Governo Bolsonaro – Data Folha

Avaliação do presidente Jair Bolsonaro

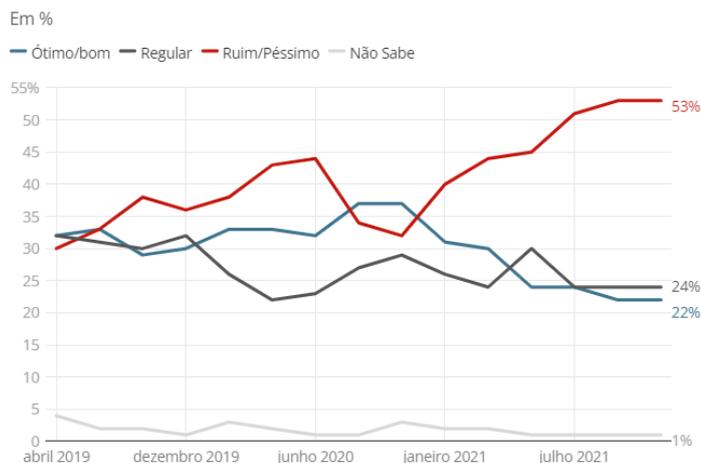


Gráfico: Arte G1 • Fonte: Datafolha

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/16/datafolha-53percent-reprovam-governo-bolsonaro-e-22percent-aprovam.ghtml> Acesso em: 18 abr. 2022

Ao observar o gráfico, podemos identificar uma forte alta no índice de reprovação que foi impulsionada pelas repercussões negativas e escândalos envolvendo Bolsonaro e seus aliados, como: esquemas de corrupção; negacionismo; seu baixo desempenho na Assembleia Geral das Nações Unidas e toda a repercussão gerada em torno da não adesão do presidente à vacinação; as descobertas de negligências pela CPI da Covid; entre outros motivos.

Em meio a tantos escândalos, ataques, críticas e investigações, Jair Bolsonaro adotou desde o início de seu governo uma técnica para desviar o foco, e que foi popularmente nomeada de “cortina de fumaça”. Trata-se da predisposição do presidente em causar alguma polêmica que geraria grande eco midiática enquanto um assunto grave deveria ser discutido com maior repercussão. Analisaremos alguns exemplos no blog a seguir.

CORTINA DE FUMAÇA (DESVIO DE FOCO)

A cortina de fumaça é um termo popularmente usado para fazer menção a uma estratégia de desvio de foco. Jair Bolsonaro faz constantemente uso para que assuntos sérios como acusações envolvendo corrupção, não entrem tanto em debate na mídia, então ele acaba dizendo ou fazendo algum absurdo para dispersar os assuntos. Os jornais são obrigados a noticiar os absurdos, que geralmente chocam muito a população, e desta forma, outros assuntos sérios acabam sendo escondidos por trás da “fumaça” causada pela polêmica.

A seguir, trazemos um esquema elaborado pela Colab PUC Minas que apresenta com uma linha do tempo alguns fatos que foram escondidos pela cortina de fumaça. Em amarelo, um fato grave sobre o governo envolvendo o presidente, seus filhos e aliados, e do outro lado, em verde, a cortina de fumaça.

Figura 1 – Cortina de fumaça no governo Bolsonaro





Linha do tempo entre março de 2019 e maio de 2021.

Imagem e apuração: Colab PUC Minas

Disponível em :<https://blogfca.pucminas.br/colab/manifestacoes-em-todo-pais-clamam-pelo-impeachment-de-bolsonaro/> Acesso em: 18 de abril de 2022

Deste modo, podemos comparar por meio das datas, que ao mesmo tempo que um assunto comprometedor é levantado, Bolsonaro rapidamente cria uma polêmica que gera uma repercussão ainda maior na mídia, por sempre se tratar de algo muito chocante, insensível, irresponsável, e até mesmo cômico.

Agora, de que forma podemos associar esse comportamento de Jair Messias Bolsonaro a construção do seu *ethos* político? E até que ponto isso deu certo, já que tivemos um forte índice de rejeição do governo bem no meio desses acontecimentos expostos na linha do tempo? Para concluir, criaremos algumas reflexões acerca dessas perguntas.

CONCLUSÃO

A construção do *ethos* se daria a partir de uma imagem que cruza duas identidades: do que se é, e do que se pretende transmitir ser. A análise do mesmo é feita a partir de aspectos do campo discursivo, envolvendo muito além do dito, mas também, de tudo que envolve o enunciador. Realiza-se, portanto, a análise do sujeito a partir de tudo que está ao alcance do ator para a formação da sua identidade e de como isso é recebido pelo público que o interpreta.

Da mesma forma, a construção do *ethos* político se dá a partir da leitura do perfil que o sujeito pretende construir, da imagem que ele acredita que será aceita pelo seu grupo de seguidores e que poderá persuadir a população. Utilizando as descrições apontadas por Patrick Charaudeau (2017), pudemos identificar os pontos que caracterizariam o *ethos* político de Jair Bolsonaro.

Apontamos o “*ethos* de potência” encontrado principalmente na sua postura de homem viril, na sua agressividade com as palavras, o uso de palavrões e grosseria, até mesmo com muita conotação sexual. Além do espírito militar e de atleta, a força masculina que ele tenta exalar em sua postura.

Também o “*ethos* de caráter”, quando ele tenta se defender das provocações afrontando o acusador, mostrando a sua profunda indignação também de forma agressiva às acusações que ele tem recebido.

E por fim, o “*ethos* de chefe”, sendo ainda caracterizado em um subperfil de “guia-profeta”. Bolsonaro fez uso desse *ethos* principalmente durante a sua campanha eleitoral em 2018, já que se trata de uma imagem que traz a perspectiva do salvador da pátria enviado pelo divino que futuramente tiraria o país de um suposto “caos”, segundo a sua narrativa.

A construção desse *ethos* político pode estar associada à sua estratégia de utilizar a cortina de fumaça, uma vez que ele tem a imagem ideal para isso: a agressividade e a ação, o afrontamento e a credibilidade profética. Pontos que foram muito positivos para ele no período eleitoral e que o levaram ao poder, mas que, aparentemente, ao longo do governo, foram enfraquecendo e o levando a um índice de rejeição recorde.

O posicionamento de Bolsonaro diante das perdas e mortes durante a pandemia da Covid-19, sua indiferença aos desgastes emocionais, a insistência em medicamentos ineficazes, a narrativa de descrença na eficácia das vacinas, a falta de interesse para salvar o bioma brasileiro das queimadas, sua postura e baixa popularidade no cenário internacional (preferindo um alinhamento com os Estados Unidos enquanto Donald Trump era presidente, e após sua saída, vimos o isolamento) com uma política externa fracassada, a inflação, a alta na taxa de desemprego, PIB baixíssimo, entre diversos outros motivos, fizeram com que o presidente caísse nas pesquisas.

O uso da cortina de fumaça funciona até certo ponto. Claramente ela consegue tirar o foco da mídia sobre os assuntos mais sérios, mas essa estratégia não se mostra suficiente para deter tantos fatos e acusações envolvendo o governo, que surgem de forma corrente. As polêmicas envolvendo o governo são frequentes. E o que parece, é que a quantidade de fumaça gerada por Bolsonaro, não é suficiente para esconder tantas questões que há por trás.

E por fim, deve-se levar também em consideração o caminho pelo qual ele escolheu usar a cortina de fumaça. Suas polêmicas criadas foram absurdas, e mesmo tentando esconder assuntos sérios como acusações de corrupção, ele se mostrou como uma pessoa indiferente às dores do Brasil, e utilizou humor sarcástico para rir de pontos negativos (o que deveria ser lido como uma preocupação).

A forma que Jair Bolsonaro escolheu para se comunicar com seus apoiadores e com o povo em geral, apesar de compatível com seu *ethos*, se mostrou ineficaz para proteger a sua popularidade, causando efeito contrário do pretendido.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A retórica antiga *In*: Cohen, Jean et alii. **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**; trad. Angela M. S. Corrêa. 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015

_____. **Discurso político**; trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6 ed. Ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.



3

Mozarth Dias de Almeida Miranda

A crise que derrubou Dilma Rousseff: sob o olhar da Folha de São Paulo

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.03

INTRODUÇÃO

As colunas publicadas na página 2 da Folha de São Paulo (FSP) foram reproduzidas no livro “Mil dias de tormenta”, de Bernardo Mello Franco (2018). Aliás, ele foi o autor das colunas no jornal, que marca os bastidores *pré-impeachment* da presidenta, o *impeachment*, e a difícil sustentação do vice-presidente Michel Temer no poder. Aqui, serão analisados os passos da oposição, as críticas e as marcas do governo Dilma que motivaram o processo de saída.

Neste capítulo, será compreendido como o personagem central convivia e era criticado nos bastidores do poder. Aliás, o ponto de vista do jornal diante do clima político que mudava no decorrer do período era ajustado a cada oscilação. Ora crítico, ora analítico, ora específico, e buscou equilibrar, conforme a FSP julgaria colocar as palavras no jornal. Charaudeau (2010) auxiliará na compreensão das estratégias aplicadas nos editoriais produzidos pela FSP com tom de comentário do acontecimento. “Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem” (CHARAUDEAU, 2010, p. 175).

A cobertura começou no dia 01/01/2015 e foi até 08/05/2016 que permeou a costura do *impeachment* até o desfecho dele. Foram selecionados 50 editoriais que abordavam o contexto político envolto nas ações do governo e que direcionam para o desgaste da presidenta com partidos, pautas, parlamentares e ministros.

A explicação para o processo de desgaste, e na sequência o *impeachment*, foi para a proteção da elite política ameaçada, e Temer foi o agente que liderou um acordo nacional, e acalmou as investigações da Lava-Jato que desbaratou políticos e empresários envolvidos

com casos de corrupção. O posicionamento de Dilma diante desse cenário era a favor das investigações. A falta de experiência dela para salvar o cargo dependeu de negociação com lideranças, e como isso não aconteceu, Temer utilizou uma espécie de eleição direta para a presidência” (FRANCO, 2018, p. 8).

Neste capítulo, também será apontado como a mídia utilizou a mecânica argumentativa (problematizar, elucidar e avaliar) e a enunciação do comentário (fazer simples e ser motivador) para abordar o assunto de forma clara, crítica e explicativa. Com isso, a cada subtítulo será avaliado com o respaldo dos elementos e da análise do discurso midiático segundo Charaudeau (2010).

ALIADOS INCÔMODOS: SUPPORTAR ERA O DESAFIO

Logo no início da segunda gestão, primeiro de janeiro de 2015, a contradição com a nomeação do ministro dos portos Helder Barbalho. O lema da campanha era combater a corrupção, mas com a nomeação do político paraense as promessas começam a não serem cumpridas. Por isso, o título da coluna no dia foi “Feliz Ano Velho” (FSP, 01/01/2015). Já buscava demonstrar que velhos vícios estavam vivos. A derrota do deputado Arlindo Chinaglia para a presidência da Câmara Federal também minimizou as chances de se aprovar propostas, e gerir a nação sem muitas oscilações.

Em fevereiro, aos poucos a coluna vai apontando que “a presidente nomeou aliados incômodos para ampliar a sua base no congresso e assegurar sua governabilidade (...) quanto mais o governo oferece em troca de apoio, mais os políticos fisiológicos cobram para confirmar o apoio” (FRANCO, 2018, p. 16/17).

Assim, o título “Os anéis e os dedos” (FSP, 03/02/2015) ilustram o quão caro se tornaria manter a maioria ao seu lado. Cinco dias depois, Franco (2018), compara o cenário ao escândalo do mensalão, no governo Lula, e entende que a realidade é mais complexa porque os rumores do *impeachment* se baseiam na falta de força política, economia em crise, risco de apagão, falta de água, congresso hostil, e a instabilidade da presidenta robustece a frágil posição do governo. O articulista, ironicamente, nomeou o texto de “O mensalão virou fichi-nha” (FSP, 08/02/2015).

Em março de 2015, no artigo “Temer e a maldição de Jânio” (FSP, 03/03/2015), o articulista explicava a atuação do vice-presidente em uma limitada área de influência no decorrer dos cinco últimos anos apenas com missões internacionais discretas. Ele não era ouvido para indicar ministros, ou convidado para debater assuntos estratégicos. A relação começou a mudar com a vitória de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara. No mesmo mês, no texto “Dilma na escuridão” (FSP, 05/03/2015), o colunista ressalta que a falta de articulação e de visão política prejudicava a situação do governo, e a crise econômica piorou o cenário.

A coluna com o título “Devagar com o andor” (FSP, 10/03/2015), representava 70 dias de segunda gestão, e a sugestão era que o partido fizesse a autocrítica das ações, escândalos e investigações em curso. O resultado das primeiras escolhas apareceu na primeira pesquisa de opinião pública dias depois. A pesquisa do Datafolha apontou índice de rejeição de 62% e aprovação de 13%. Com esses dados, o título foi: “A presidente encolheu” (FSP, 18/03/2015) para atrair a curiosidade do leitor e entender por que o fato aconteceu. Segundo o articulista, é um índice que se aproxima da época do processo de *impeachment* de Collor.

No decorrer deste mês, no texto “PMDB 7 x 1 Dilma” (FSP, 20/03/2015) é direto e expõe o controle do jogo pelo partido, e que estava golpeando a gestão da presidenta. Na ocasião, o PMDB ameaçou

apresentar emenda constitucional para reduzir ministérios e custos. A indicação fez a presidenta anunciar corte na estrutura, e enxugar custos, e gerar mais desgaste para o governo.

No recorte deste capítulo identificamos o começo conturbado da segunda gestão Dilma. Diante dos elementos apontados pelo autor, foi identificado que em alguns momentos ele produziu argumentos em apoio às proposições críticas ao governo quando cita Helder Barbalho nomeado como ministro. A entrada dele no governo representa contradição ao combate à corrupção, bandeira levantada durante a campanha.

A sugestão de autocrítica do PT em relação aos fatos impopulares e aos casos de corrupção são recorrentes na análise do Mello Franco (2018). O *impeachment* de Collor foi elucidado como comparação de realidades. Em 1992, a baixa aprovação da opinião pública dele comparada a da presidente Dilma estavam próximas, e o redator sugere a aproximação dos momentos históricos porque eles têm semelhanças. O autor aqui, fez a “observação de comportamento do passado” (CHARAUDEAU, 2010, p. 178) para elucidar o caso.

Os títulos são motivadores e encenam a mídia do comentário no atrativo da coluna. “Há uma espécie de maior denominador comum dos saberes, que concernem a experiência social e aos julgamentos que circulam a seu respeito em amplos setores da sociedade: os lugares-comuns, que facilitam a compreensão do público” (CHARAUDEAU, 2010, p. 182). Na sequência sugerimos três exemplos: “Feliz Ano Velho” (sugere repetição do que já existia); “Devagar com o andor” (tome cuidado porque as coisas estão difíceis), “PMDB 7 x 1 Dilma” (placar que demonstrou a superioridade do PMDB em relação ao PT para parar o governo).

O PODER COMPARTILHADO: A PRÉ-ENTREGA DO CARGO

No mês de abril de 2015, Temer se tornou articulador político. O título foi: “Aposta arriscada” (FSP, 08/04/2015). O articulista expôs o desespero da presidenta ao aceitar o vice que foi escondido nos últimos anos, mas dependia dele ajudar o governo a não sucumbir. Por outro lado, ocupar a cadeira de presidente interessava, e por isso era uma aposta arriscada. Naquela altura, Dilma preferia arriscar para se manter no cargo, mas reverter o número de parlamentares contra o governo não seria fácil.

No decorrer de abril outro fantasma, João Vaccari, o ex-tesoureiro do PT, ameaçaria falar o que sabe sobre as doações de empreiteiras para as campanhas presidenciais. Com o título “O PT esquece a lição de Carlitos” (FSP, 16/04/2015) traz luz ao abandono do partido que pode virar uma bomba relógio. Os efeitos poderiam ser desastrosos com essa atitude egoísta das lideranças petistas.

Junho chega com a delação do empreiteiro Ricardo Pessoa (construtora UTC) para os promotores da Operação Lava Jato. Para a FSP, o conteúdo do depoimento colocava a presidente diante de um sério problema, e o título dessa coluna era “Sozinha à beira do abismo” (FSP, 28/06/2015) para evidenciar a possível perda de capital político, ou pouco que ainda existia com as revelações do empresário. A ação do empreiteiro fez os advogados do PT pedir a libertação de Vaccari para evitar a quebra de silêncio, e com isso, o estrago ser menor.

Em julho, as derrotas no Congresso comprovaram a falta de força do governo, e oito partidos que ocuparam ministérios desembocam na base. Para o articulista, o momento é ímpar porque a presidenta não tem condições políticas para demitir os ministros que o abandonaram. Na coluna “Apertem os cintos a base sumiu” (FSP, 03/07/2015)

fez alusão ao grande abandono dos apoiadores de forma cômica com a paródia de uma comédia americana (Apertem os cintos... o piloto sumiu, de 1980) que relata a história de um voo sem piloto.

A relação se torna insustentável porque as derrotas nas votações continuam, os abandonos e o plano para sair dessa crise não aparece. Quando a presidente, segundo o autor, encontrou governadores não conseguia disfarçar a apatia no título “A Otimilda do Alvorada” (FSP, 31/07/2015): “Todo o governante tenta vender esperança em tempos de crise. No caso de Dilma, a falta de carisma dificulta a tarefa. Sem empatia, ela evitava encarar os governadores enquanto falava” (FRANCO, 2018, p. 33).

O mês de agosto é marcado pelo desembarque de PDT e PTB, mas continuaram nos respectivos ministérios e mereceu o título “O governo pede socorro” (06/08/2015). Para Franco (2018), “a crise ameaça o mandato de Dilma que sangrava velozmente” (p. 34). Diante da fragilidade da presidente, no dia seguinte, conforme a Folha, Temer se coloca como saída para a crise de forma direta, e recebe o título: “Esse cara é ele?” (FSP, 07/08/2015) com a intenção de ironizar com a questão da disposição do vice-presidente para ajudar a salvar o Brasil.

Na verdade, conforme o autor no título “A saída do vice” (FSP, 25/08/2015), a liberdade para articular politicamente, todavia, sem poder de barganha, é justificativa para a derrota. Para ele, Michel ganha tempo, abre brechas para os ataques a presidenta, e dificulta mais a sobrevivência de Dilma no cargo.

No texto “Organizações Tabajara” (FSP, 30/08/2015) que traz a alusão ao quadro do programa humorístico Casseta e Planeta, extinto da Rede Globo, que simulava canais de venda de produto irreais, mas com tom crítico a situações da política ou do entretenimento causava risada do trágico. A coluna de Bernardo Mello Franco explora a percepção de governo desastrado, impopular e instável: “Nunca antes um

governo espalhou tantas cascas de banana na calçada em que pisa. No início da semana, Dilma já havia transformado uma boa notícia em armadilha ao anunciar cortes na Esplanada” (p. 40).

Em outubro, segundo a coluna de título “Aliança de alto risco” (FSP, 23/10/2015), o PMDB começa o alinhamento arriscado com o PSDB. Esse pacto entre as siglas, para o autor, confirmaria a falta de ética, e o aceite da corrupção do presidente da Câmara Eduardo Cunha citado nas investigações da Lava-Jato. No mês de novembro, “A cartilha do PT” (12/11/2015), o autor afirma que o PT continua a negar os fatos, e o partido se diz vítima de perseguição. Franco (2018) cita mais uma vez a necessidade da autocrítica. Os pedidos de *impeachment* se acumulam na mesa do presidente da Câmara, e é munição de chantagem para evitar a cassação e o *impeachment*, mas o governo não adere ao jogo.

Neste capítulo, conforme os textos selecionados, o autor “problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões” (CHARAUDEAU, 2010, p.176). Fica evidente que a confiança em Temer para contornar a crise política era quase nula. Apenas com o título “Aposta arriscada” já se anunciava uma grande desconfiança, o histórico e as atitudes dele também confirmam isso.

Outros problemas apareceram. “Expor as causas externas é mostrar a lógica de encadeamento dos fatos, sua coerência interna, logo, mostrar como foi possível que tal acontecimento se produzisse” (CHARAUDEAU, 2010. P. 179). Os fantasmas que rondavam o governo como Vaccari elucidam o quanto o ex-tesoureiro do PT pode contribuir para as investigações com o depoimento à PF. A ameaça Ricardo Pessoa realizou estrago na credibilidade da legenda. Dessa forma, tais causas externas causaram os desembarques de diversos partidos que apoiavam o instável governo Dilma.

Os títulos, como antes observado, são motivadores (relembrem filmes, quadros em programas, dramaticidade) e ainda são curtos e diretos, que acabam facilitando mais a compreensão como: “Apertem os cintos a base sumiu”, “Organizações Tabajara”, “O governo pede socorro”. Apelar para exemplos populares despertam a curiosidade do leitor para conhecer o que foi publicado.

Para finalizar, Bernardo Mello Franco avaliou a união entre PSDB e PMDB como anti-ética. Segundo ele, a aproximação representa um pacto a favor da corrupção. “Nos editoriais e algumas crônicas, por exemplo, espera-se que o jornalista nos esclareça sobre o debate de ideias dando a sua opinião e argumentando” (CHARAUDEAU, 2010, p. 180).

Essa opinião dada pelo jornalista, no espaço que representa o ponto de vista do jornal, toma posicionamento no debate.

O IMPEACHMENT PERTO: QUEM APOIA QUEM?

Dezembro começa com o aceite do pedido de abertura do processo de *impeachment* com o título “Os efeitos da bomba” (03/12/2015). A corrida do governo é para compor 171 deputados para bloquear o avanço do processo. O efeito da bomba, segundo ele, foi o aceite do pedido de cassação do deputado Eduardo Cunha pelos deputados petistas. O efeito se traduz no aceite do processo de *impeachment*. O título sintetiza o resultado da vingança do presidente Cunha.

O mês de dezembro na coluna é de exposição das estratégias dos dois lados. No texto “Dois contra uma” (04/12/2015) Cunha e Temer combinam como será o pós-aceite, e o andamento do processo com a união nacional, a abdicação da disputa de 2018 estava na promessa, e ceder cargos à oposição. No texto “Separação litigiosa” (06/12/2015)

revela o outro lado. Do lado de Dilma, a regra era pragmática “abrir os cofres e aumentar o dote para manter a tropa” (idem, p. 51).

Na coluna “Vai ter golpe” (08/12/2015), o jornal reprova a justificativa do processo de *impeachment* baseado nas pedaladas fiscais, e revela também que a união do PSDB com o Cunha reforça o descrédito do meio político.

Ainda no agitado mês de dezembro, no texto “A carta do vice” (FSP, 09/12/2015), Temer publica uma carta que critica o comportamento da presidenta. A coluna reproduziu um trecho da carta: “Em quase 5 anos na Presidência, ela manteve o mau costume de destratar aliados e desprezou a tarefa de cultivar amizades no Congresso. Esse comportamento arrogante, relatado até por políticos que dizem gostar dela, pode cobrar um preço alto na votação do *impeachment*” (p. 55). O texto do colunista reuniu outros trechos da carta, e ele não poupou críticas a líderes do governo e também ressaltou deslizes do vice-presidente em diversos aspectos.

No final de janeiro de 2016, “O apelo de Dilma” (29/01/2015), o articulista consegue informações de bastidores sobre a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que Dilma se apresentou frágil, desesperada e pediu ajuda para se manter no poder.

Neste espaço, o aceite do pedido passa pela avaliação de forma explícita e com “raciocínio simples” (CHARAUDEAU, 2010, p. 181) quando aponta o quantitativo de deputados que podem suspender o processo de *impeachment*. Para elucidar a disputa entre os dois lados (contra e pró-*impeachment*) o redator explora um comentário focado na ponderação: “(...) uma entre apreciação favorável e apreciação desfavorável, entre exposição de uma determinada opinião ou de uma outra (muitas vezes contrária)” (idem, p. 182). Em certas passagens pede para defender a presidenta, e outras tenta endossar o processo, dessa forma, a opinião do jornal oscila conforme o direcionamento dos

fatos: as pedaladas fiscais, por exemplo, não são justificativas plausíveis. A carta de Temer também não é aceita como argumento, segundo o jornalista. Como no mesmo texto, revela o desespero que Dilma tem sofrido para conseguir livrar-se do pesadelo, e se encontra acuada.

MAIS DERROTAS NAS PAUTAS: SEM APOIO, O NAUFRÁGIO SE TORNA EVIDENTE E A REFLEXÃO NECESSÁRIA

O mês de fevereiro foi agitado. Em “A primeira derrota” (FSP, 05/02/2016) atesta, segundo autor, mais um “vexame” para o governo. A proposta de medida provisória que criava tributação progressiva do imposto de renda sobre os ganhos de capital não foi aprovada. A proposta arrecada mais para a União com a taxaçoão escalonada dos mais ricos, porém a proposta rejeitada atingia boa parte dos deputados ou setores que os representam. A derrota foi em dois aspectos para o colonista. O primeiro, com a indicação do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a taxa máxima seria de 22,5%, e o índice aceito pelos parlamentares reduziu 900 milhões na arrecadação. A segunda derrota foi a falta de apoio dos governistas que votaram contra a proposta.

No dia 11 de fevereiro, “A quarta-feira de cinzas do PT” (FSP, 11/02/2016), segundo o autor, simbolizou um dia amargo com a saída de deputados da legenda por conta da pressão da opinião pública, gestão federal desgastada e a falta de diálogo com o congresso. O tom do articulista fica mais enfático nos apontamentos e razões para a crise que se arrasta desde 2015.

No texto “A eleição que nunca termina” (FSP, 17/02/2016) reafirma a mudança de direção do governo desde o começo da gestão.

“Quando a eleição acabou, a presidente esqueceu o próprio discurso e abraçou a agenda econômica do adversário”. O ponto de vista do articulista que representa o jornal pontua que o PT faz o que o PSDB planejava fazer.

O mês longo e de capítulos difíceis para gerenciar. O título “A maldição do marqueteiro” (FSP, 23/02/2016) relembra a importância de João Santana para a gestão de Dilma. A prisão do marqueteiro do PT nas eleições reforça as suspeitas de corrupção no (então) governo atual, prática herdada do mensalão, segundo Bernardo Mello Franco (2018, p. 82).

Ainda em fevereiro de 2016, com o título “Suruba política” (24/02/2016), a ironia do colunista é percebida nesse trecho: “Piada que corria ontem no Congresso: em 1992, Collor caiu por uma Fiat Elba. Agora, Dilma pode cair por causa de um Santana” (FRANCO, 2018, p. 84). Por tão pouco Collor foi retirado do poder, e Dilma pelo depoimento de João Santana, o marqueteiro político que coordenou as campanhas presidenciais do PT.

O posicionamento da FSP foi mais contundente no dia 25 de fevereiro de 2016, “Filmes de terror” (FSP, 25/02/2016), quando criticou os programas políticos de TV do PT com a venda de um mundo “cor de rosa” para o telespectador, e a estratégia do PMDB que estampou a ideia de um país não tem solução. Assim, a coluna aponta que os programas tiraram os telespectadores da realidade. Para o articulista os dois programas deslocaram as responsabilidades para a população, e isentaram os governantes.

Março é marcado com a saída de José Eduardo Cardozo do cargo de ministro da Justiça, e a força de Dilma continua a ruir. O autor analisa as consequências que estão por vir no texto “Vitória na frigideira” (FSP, 01/03/2016). A posição de ambos era de não intervenção da PF, e as investigações chegaram ao ex-presidente Lula.

No texto “O bombeiro virou incendiário” (FSP, 04/03/2016) outro ponto que arranhou ainda mais a imagem de Dilma foi a delação de Delcídio Amaral. No conteúdo do depoimento ele descreveu como as articulações para frear a Lava Jato ajudou políticos e empreiteiros em apuros. O senador que era conhecido como bombeiro em diversas soluções nos bastidores políticos se tornou incendiário.

Nesta parte, percebe-se o reforço do jornal na avaliação negativa que a presidenta representa para a sociedade, pois as saídas de deputados da legenda, risco de depoimento de João Santana, delação de Delcídio Amaral e a saída do ministro da justiça do cargo reforçam a situação delicada que Dilma vive politicamente, sem aliados, sem apoio. “Diz-se que as mídias não têm de tomar posição, que devem mostrar neutralidade, mas sabe-se que essa neutralidade é ilusória” (CHARAUDEAU, 2010, p. 180). Utilizando a tática de perda de capital político, o jornalista pretende orientar o receptor a definir um julgamento depreciativo, pois sem suporte não é possível governar. Com isso, a derrota da medida provisória que taxava mais os mais ricos no imposto de renda, mas acreditamos que nem em bons momentos esse tipo de proposta passaria pelo Congresso. Os parlamentares não votariam contra eles mesmos.

Outro ponto que não podemos esquecer é a segunda comparação com o *impeachment* de Collor. O raciocínio por analogia explica comparando o fato com outra ocasião. A piada é utilizada como “(...) uma psicologização da explicação dos fatos, que consiste em emprestar uma intenção a instâncias coletivas ou a entidades anônimas e mesmo não humanas” (idem, p. 182). Nesse caso, a relação entre os modelos de carros (Elba e Santana) ilustram como entidades não humanas são exemplificadas para facilitar a compreensão da realidade política, e de *pré-impeachment*.

O SUPOSTO REFRIGÉRIO: QUE NÃO PASSOU DE FALSA ESPERANÇA

No dia 10 de março, a análise previa a recuperação da imagem da presidente com a entrada de um velho protagonista do jogo político, o ex-presidente Lula. Ele poderia livrar Dilma do processo de *impeachment*, e ainda escapar da operação Lava-Jato. Conforme o autor (2018, p. 94), no texto “Entre o ruim e o pior” (10/03/2016), a presidente Dilma faria essa concessão para se manter, nem que ficasse como figurante no poder.

O mês não poderia ser mais desastroso com o telefone grampeado do ministro Mercadante com o assessor do senador Delcídio Amaral oferecendo ajuda. Assim, até os nomes de confiança de Dilma contribuem para a ruína dela, o colunista da FSP começa a confirmar que a queda era previsível no título “Mercadante, o caridoso” (FSP, 16/03/2016).

Ainda em março, segundo a coluna, “O país mergulha no valeduto” (FSP, 17/03/2016) é o resultado de um grampo telefônico. A ligação de Dilma para Lula é grampeada, eles combinaram na conversa a nomeação dele para o cargo de ministro da Casa Civil. Para o autor, era a chance de evitar o *impeachment* e bloquear as investigações da Lava-Jato. Só que o juiz Moro divulga a conversa, as manifestações voltam às ruas do país e a nomeação é suspensa.

O processo vai para Gilmar Mendes que é um agente político, e no decorrer do processo já tinha se encontrado com Temer, Serra e Cunha, com isso, não teve pressa para analisar o caso. No texto “Gilmar, o despreocupado” (FSP, 20/03/2016) fica claro para o articulista que tanto Moro quanto Mendes sabem se posicionar diante dos holofotes da mídia para rivalizar, repercutirem e agitarem o noticiário.

A partir do dia 22/03/2016, com o artigo “Vem aí o presidente 1%” (FSP, 22/03/2016), já coloca o *impeachment* como certo. “Se o Congresso aprovar o *impeachment*, como parece cada vez mais provável, ele pode se sentar na cadeira até o fim de abril” (p. 103). A falta de empatia dele com o eleitorado é resultado de 1%.

No dia seguinte, o título “Dilma no bunker” (FSP, 23/03/2016) demonstra uma pessoa com medo, acuada diante do perigo, e por isso está escondida. “O governo está cercado sem o general Lula, mas tenta abrir novas frentes simultâneas contra a Polícia Federal, contra parte da imprensa e contra o juiz da Lava Jato. No desespero do bunker, alguém parece ter perdido o manual de guerra” (p. 104).

Já no dia 24/03, “A delação das delações” (FSP, 24/03/2016) era o título do texto que trazia o risco da delação dos diretores da construtora Odebrecht. A empresa estava envolvida com obras do PAC, Petrobrás, construção de estádios para a Copa, e recordista em empréstimos no BNDES. “É improvável que esses negócios não tenham seguido o padrão petrolão de superfaturamento”. A relação de Emílio Odebrecht e Lula era forte. Ainda nesse mês Cunha começou a acelerar o processo com sessões extras para encurtar o prazo de defesa.

No texto “Esqueceram de mim” (FSP, 25/03/2016) alusão a comédia infantil com o mesmo nome (1990) que um menino esquecido em casa pela família. Ele protege a casa de assaltantes colocando armadilhas. A relação com o título é para evidenciar que como Cunha tinha sido esquecido pela imprensa, estava atuando nos bastidores da Câmara, e baseado no estatuto da casa, para acelerar a votação de Dilma, e assim, incluía sessões segundas e sextas-feiras, dias pouco usuais para compromissos no plenário.

Nesta seção, percebe-se considerável criatividade para a formulação de títulos envolventes, diretos e motivadores. Além disso, no recorte observamos a divisão em dois lados criticados pelo autor.

De um lado está a aproximação do ex-presidente Lula com a ligação grampeada, a suposta ajuda de Mercadante a Delcídio, a presidente ainda acuada e a possível delação de Emílio Odebrecht. De outro lado, observamos a conexão entre Temer, Moro, Cunha e Gilmar Mendes focado no *pré-impeachment*, e a baixa aceitação do vice-presidente. Para Charaudeau (2010): “Por um lado, os argumentos que servem de apoio à análise são escolhidos em função de seu valor de crença, mais do que de conhecimento, pois as crenças são amplamente compartilhadas pelo grande público, sendo pois suscetíveis de atingi-lo com mais eficiência” (p. 181-182). O cenário exposto por Mello Franco ainda tende a simpatizar com o *pró-impeachment*, mas ainda busca analisar a situação criticando os caminhos feitos pelos dois grupos.

O IMPEACHMENT INEVITÁVEL: RETA FINAL ACELERADA

No dia primeiro de abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso é citado no texto “A foto que assusta” (FSP, 01/04/2016) como um cidadão que ficou impactado com a foto de capa da Folha de São Paulo naquela data. O ministro analisou que na foto estavam cinco políticos do PMDB que comemoravam o rompimento com o governo e gritavam “Temer presidente”. Três deles eram investigados pela operação Lava Jato sob suspeita de embolsar propinas do petrolão. Para o autor, o fato político gerou desconfiança no processo de *impeachment*.

No dia 6 de abril, em “A lógica do atropelo” (FSP, 06/04/2016), a coluna traz o panorama do andamento do processo, os bastidores, e os trâmites jurídicos e políticos. Ao mesmo tempo, o relator do processo na Câmara é pressionado para produzir o relatório, a negociação do Palácio do Planalto com deputados para votarem contra em troca

de cargos, e ainda tem a possibilidade de retorno do presidente Lula como ministro, mas depende de Gilmar Mendes para colocar a decisão para apreciação do plenário do STF.

No dia 7 de abril, a coluna com o título “Entre o fim e o começo” (FSP, 07/04/2016) é utilizada para criticar os argumentos que fundamentam o *impeachment*. Segundo o autor, até os procedimentos adotados pelo relator são frágeis, o assunto pedaladas fiscais nunca interessaram ao Congresso, e a formação de Jovair Arantes não corresponde com uma análise apurada e crítica de um processo. Ele é dentista, e integrante da bancada da bola.

No dia 08 de abril, no texto “Perguntas sem resposta” (FSP, 08/04/2016), a delação da Andrade Gutierrez relaciona a presidente com o “petrolão” de forma próxima. No dia 13, “Falando para os livros” (13/04/2016), Dilma ataca Temer e Cunha e acusa os dois como “chefe e subchefe do golpe”. A declaração serviu para o registro nos livros de história. A instabilidade tanto na política quanto no judiciário, geram nos parlamentares o medo diante da Lava Jato e despertam a disputa por verbas e cargos. O clima nebuloso, segundo o autor, marcou o *métier* dos dias antes da votação.

No dia 15 de abril, “Uma cabeça para a multidão” (FSP, 15/04/2016) já previa o resultado da votação de domingo no plenário da Câmara Federal. Franco (2018) acredita que “a aposta será testada no domingo, quando uma presidente que cometeu erros graves, mas não é acusada de embolsar dinheiro público, poderá ser derrubada em nome do combate à corrupção” (p. 120). A contradição segundo o autor se baseia que “os créditos suplementares e pedaladas serviram de pretexto para cobertura do processo na Câmara”. Dilma foi ao cadafalso por razões como a crise econômica, a indignação geral com o petrolão e o instinto de autopreservação dos políticos” (p. 119).

No dia 17 de abril, o resultado esperado era repercutido como análise de como será o futuro, os ganhos e perdas para a democracia com o texto “O voto não é um detalhe” (FSP, 17/04/2016).

O *impeachment* não pode ser um atalho pra chegar ao poder sem o voto popular. Nem por vices que desejam mudar de cadeira, nem por candidatos derrotados nas urnas. Governantes ruins devem ser enxotados pelo povo na eleição seguinte. Este era o caminho mais provável de Dilma e do PT, que cavaram juntos o buraco da recessão. (FRANCO, 2018, p.120).

A crítica do jornalista se atenta ao que a coluna vinha afirmando no último ano com o oportunismo do vice-presidente que viu a chance de se tornar presidente, mas para tal precisava compactuar com interesses difusos como corrupção, aliança com PSDB e empresários. Assim, ele não precisava enfrentar eleições, porém, precisava gerenciar com receio as reformas, e sempre com o risco de *impeachment* rondando o Palácio do Planalto.

No dia 21 de abril, “O olhar de fora” (FSP, 21/04/2016), se baseou na repercussão do *impeachment* no exterior e calhou com a viagem dela aos Estados Unidos. A imprensa internacional não aceitava o motivo do processo e considerava um escândalo contra o partido, e não contra a presidente. No dia 24 de abril, o título “Dilma não ouviu Collor” (FSP, 24/04/2016), segundo o autor, Collor aconselhou-a em 2012 a aproximar Planalto com o Congresso. Já se percebia que a relação dela com os parlamentares não era boa, jeito impaciente, distribuía broncas e governava de forma imperial. Quando o senador alertou para o comportamento ainda estava no começo da primeira gestão e a relação foi piorando. Assim, o artigo procura fundamentar algumas razões para a saída forçada.

No dia 08 de maio, o texto “O PT flerta com o autoengano” (FSP, 08/05/2016) salienta mais uma vez que tratar Dilma como único problema é escolher a via do auto engano. Ela pode ser a principal responsável

pelos erros na política econômica, mas tem pouco a ver com a maré de escândalos que criou o ambiente para a derrubada do governo” (FRANCO, 2018, p. 136).

Nesta seção, no decorrer de abril de 2016, o jornal investe em títulos de apoio à ex-presidenta Dilma com o teor de caminho sem volta, mas de certo ponto lamentando o desfecho do caso, mesmo antes da votação. “O exercício do poder no campo político só é possível na dissimulação, e o papel do jornalista, que tem o dever de elucidar, consistiria em descobrir a intenção dissimulada por trás das declarações e dos atos de tal ou qual político” (CHARAUDEAU, 2010, p. 178). A linha editorial não fez o movimento nos meses anteriores sem intenção. Na verdade, apontar argumentos frágeis do relator é um pequeno efeito depois de tantas críticas como: os perigos das delações, a fragilidade de Dilma, o raso capital político desde o início da segunda gestão e os problemas do PT que não eram assumidos. No decorrer desta trajetória, os 50 editoriais, vislumbramos a “reconstituição dos fatos segundo relações de causa e efeito”, “raciocínio por analogia”, as estratégias de persuasão utilizavam recortes que não exigiam do leitor esforço intelectual. As avaliações das passagens eram explícitas, e não considerava a neutralidade da comunicação. Para tal, explorava um fazer simples com “ideias-chave bem marcadas”, frases curtas, sem digressões e nem parênteses.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

FRANCO, B. M. **Mil dias de tormenta**: a crise que derrubou Dilma e deixou Temer por um fio. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

4

Clesiane Bindaco Benevenuti

Joyce Vieira Fettermann

Sérgio Arruda de Moura

Discurso e política:

ciência e formação universitária
em diferentes posicionamentos
em discursos de posse
na política brasileira recente

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.04

INTRODUÇÃO

As práticas políticas e de governabilidade são decisórias para a vida em sociedade, pois vêm como efeitos de posicionamentos ideológicos que dão substância à realidade. Não seria exagero afirmar que os pronunciamentos de governantes são na verdade práticas executivas de muito efeito na sociedade e que orientam a opinião de todos os setores, do público ao mais reconditamente individual.

Tais posicionamentos e pronunciamentos são discursos que revestem os ideários de governantes e partidos, que visam a seus projetos, mas também os elegem. Após as eleições, os projetos de governo irão impactar a vida de milhões de pessoas das mais diversas maneiras. Contudo, a sua primeira existência é sob a forma de discursos, daí a extrema centralidade de que se revestem estes como estratégias de governo. Analisá-los significa chegar ao cerne das intenções de governo na relação que eles sustentam, junto com seus partidos, dos sistemas políticos e econômicos, já que este último é a base material que sustenta a ideologia.

Eles são também sintomas evidentes do estágio em que se encontram as disposições da social-democracia sobre o pacto de governança desde o século XVIII que se instalou entre os extremismos de direita e de esquerda, o que permitiu certa regulação de conflitos entre o mundo patronal e o mundo operário, e “uma alternância entre governos de progresso econômico (produção de riquezas) e os de progresso social (repartição delas)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 305).

Hoje, da forma como se encontram essas lutas e conflitos, no seu maior exacerbamento, cumpre-nos propor uma compreensão do modo como vêm sendo engendrados os processos de produção e gerenciamento de sentidos a partir do discurso político, caracterizado recentemente pela extrema violência verbal que parte não só das es-

feras oficiais, mas também dos cidadãos comuns inseridos nas redes. Para tanto, nos valeremos da análise do discurso político em quesitos tais como a constituição do *ethos* e a reapropriações de discursos pela estratégia dialógica da polêmica, de um lado, mas também de seu esvaziamento, de outro, uma vez que se percebe uma orientação hegemônica de desconstrução, dentre outras coisas, do patrimônio educacional, científico e cultural do Brasil.

Ora, o progresso econômico não vai de encontro às disposições do estado laico, movido pela ordem constitucional, com discussão parlamentar a par com a orientação da ciência e das liberdades de gênero e racial, por exemplo. Contudo, interesses fundamentais à soberania e segurança do país neste momento crucial de novos paradigmas científicos em que se discute sustentabilidade, aquecimento global, desmatamentos e queimadas criminosas, geração de energia limpa, tecnologias cibernéticas e, ultimamente, ameaças pandêmicas – todas elas produtos da pesquisa científica e da formação universitária –, vêm sendo surpreendentemente desdenhados pelo atual governo. E como se não bastasse, esse espaço de enunciação vem sendo combatido por ações de subtração de recursos e discursos destemperados contrários à universidade e aos professores, cientistas e pesquisadores, entre eles os das ciências humanas. Este grupo é, aliás, um dos mais atingidos por ser também o lugar onde se geram discussões sobre diversidade cultural e de gênero e onde se propõem políticas antirracistas e feministas – tudo muito contrário à ideologia de um estado religioso sonhado pela extrema-direita, atualmente no comando do poder executivo.

A partir do governo Bolsonaro, o ultraconservadorismo, evidente nos seus posicionamentos discursivos de campanha, a educação pública gratuita, o estado laico e a democracia vêm sendo ameaçados. O contexto continua sendo de corte de recursos e ataques à ciência e às universidades, trazendo a urgência de “assegurar uma

produção de conhecimento inovador e crítico, que respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a transformação da sociedade” (ANDES-SN, 2013, p. 17).

No governo Dilma, foram projetados investimentos de 75% dos royalties da exploração do petróleo na educação, como declarado por ela tanto no *discurso de posse* quanto na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York (BRASIL, 2013). Com relação à criação de institutos e universidades, o *Diário Oficial da União*, de 31/12/2018 (BRASIL, 2018), publicou a Lei nº 11.892/2008, através do Despacho nº 799, que cria novos Institutos Federais de Educação, a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões, o que de fato aconteceu.

Em contrapartida, o governo Temer apresentou redução de 32% nos investimentos em Educação, em 2018. Segundo a revista *Fórum* (2017, on-line), em 2017, o investimento no setor foi de R\$ 6,6 bilhões, enquanto em 2018 foi reduzido para R\$4,52 bilhões. Da mesma forma, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações teve corte de 44% em relação ao orçamento para o ano anterior, de acordo com o *El País* (2016, on-line).

Nesses termos, partimos dos *discursos de posse*, por se apresentarem como sintomas de uma linha evolutiva, na permanência e na reasseveração dialógica. São sempre coerentes com o político e não se apresentam com novidades completas quando pronunciados. Eles têm a uma só vez a forma como o político mantém o compromisso com a constituição e manutenção de um *ethos* toda vez que discursa e a coerência dialógica com discursos anteriores e posteriores à posse. O estudo se baseia, pois, em um corpus específico (*discursos de posse*) na sua relação dialógica com os demais e com outros posicionamentos anteriores e posteriores de onde se desenham *ethé* distintos que, em painéis próprios de análise, ajudam a compreender a política entre nós.

A opção por um recorte reduzido de discurso se justifica por ser o *discurso de posse* uma peça discursiva em que se projetam intenções vencedoras, digamos assim, acatadas pelo eleitor, que as compreendeu bem (“o povo entendeu que este é um projeto coletivo”). É, assim, momento de chegada e de partida, portanto, mais meticulosamente trabalhado, discurso-síntese de todo um cômputo temporal de realizações e trabalho ideológico de convencimento. É certo que se trata de um discurso em data festiva, de posse, dia de consagração de uma vitória, mas sempre estratégico, porque ali o compromisso ético já se insinua vitorioso pelo voto.

Três *discursos de posse* constituem, portanto, nosso *corpus* principal de análise: o da presidente Dilma Rousseff, empossada em segundo mandato em 1º de janeiro de 2015; o do seu vice, Michel Temer, em mandato consecutivo ao impedimento da titular, com início em 31 de agosto do ano seguinte; e, finalmente, o do atual presidente, Jair Bolsonaro, empossado em 1º de janeiro de 2019.

A questão-problema que nos guia é: por que os quesitos “educação”, “ciência” e “patrimônio cultural” foram retirados de pauta e – pior – desqualificados até o extremo da tentativa de seu apagamento e desqualificação já em curso?

AÇÃO E DISCURSO POLÍTICO: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA DE ANÁLISE

Como se sabe (MAINGUENEAU, 2006; CHARAUDEAU, 2008), o termo “discurso” assume mais de uma nuance, sendo tanto associado à mera manifestação de um indivíduo diante de uma plateia em momento solene, até a forma de um conceito, aquele que

relaciona à tomada da palavra um contexto específico por um sujeito autorizado ou que se autoriza pronunciar, enfim, um sujeito situado histórica e ideologicamente.

Maingueneau (2006) estende o conceito de discurso a diversos campos, com análises exemplificadas durante todo o percurso de sua exposição teórica e conceitual em pelo menos dois trabalhos significativos (MAINGUENEAU, 1995; 2006a), dando-nos a chance de reinventá-lo e aplicá-lo em análise de outros campos e de outros fenômenos discursivos. Charaudeau, por sua vez, em *Discurso político* (2008), nos insere no vasto campo de uma proposta conceitual e analítica completa do fenômeno discursivo político em várias instâncias e domínios, indo desde a noção de poder e governança, com foco nas condições de produção do fenômeno político, nos atores políticos e nos imaginários de verdade do discurso político, até os domínios éticos, classificando-os dentro do rigor de sua semiolinguística (CHARAUDEAU, 2008).

Mas, afinal, o que é discurso político? Seriam apenas os discursos produzidos no âmbito da política? Segundo o mesmo Charaudeau (2008), uma vasta rede de disciplinas concorre entre si, tentando um conceito. A Filosofia, a Sociologia, a Antropologia Social, as Ciências Políticas, mas também as Ciências da Linguagem têm o discurso e a política em algum ponto de intersecção.

Nas áreas do discurso, todo estudioso sabe que “a linguagem não faz sentido, a não ser na medida em que este é considerado em certo contexto psicológico e social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), e esta deve compor com a ação, por serem dois componentes decisivos das trocas sociais. “Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 17).

Nesse íterim, pensar e falar estão estritamente conectados, porque quem fala muito e pensa pouco pode acobertar o que de fato pensa e induzir os indivíduos a interpretações por vezes errôneas e equivocadas.

[...] o que foi investido de um poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; o que delegou poder deve verificar se a investidura encontra-se sempre justificada. É por isso que o êxito do político, seu sucesso, sua eficácia, tudo que constrói sua imagem de líder carismático e fidedigno, reforça sua legitimidade (CHARAUDEAU, 2008, p. 75).

O que Charaudeau traz é a importância da linguagem para o conhecimento, por ser ela – a linguagem – uma representação de mundo e um produto de sua história, da sociedade. Em outras palavras, pode-se dizer que a linguagem é um espelho da sociedade, pois reflete as práticas sociais provenientes dela, “governada por formações ideológicas” (FIORIN, 2008, p. 54). É um processo de inter-relação entre o EU e o “outro” em que o discurso acaba sendo atravessado pela exposição de seu interlocutor.

Todo discurso é construído e compreendido a partir das práticas sociais, o que significa que todo conhecimento deve tomar partido, a favor ou contra, um determinado discurso, ou seja, toda realidade reflete-se no discurso como ideologia. Desse modo, ao se eleger um candidato, por exemplo, todos desejam que as relações entre ele e os indivíduos sejam pacíficas e harmônicas, que caminhem juntas, já que os representantes foram escolhidos para governar para o povo. É aqui que a ideologia aparece, conjunto de ideias que justificam e explicam a ordem social, a vida do sujeito e as relações estabelecidas entre ele e outros sujeitos. “A ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais” (FIORIN, 2018, p. 35). Nesses termos, o “dito” e as formas de “dizer” estão cada vez mais inter relacionados com a preparação do político, no que diz respeito às suas principais ferramentas de poder, o discurso.

Se a ideologia tem sua manifestação no discurso, e a figura do orador se prende a uma imagem construída no discurso ou no que ela tem de pré-discursiva, o *ethos* que resulta desta síntese torna-se um dos principais instrumentos de asseveração ideológica – e nele os governantes, como os políticos em geral, investem parte dos seus esforços.

Ainda sobre a ideologia, esta oferece condições de legitimar a realidade construída pelo discurso de seus membros. “A ideologia é um sistema de pensamentos mais ou menos fechado sobre ele próprio e que é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe” (CHARAUDEAU, 2008, p. 201). A ideologia que predomina em uma sociedade é aquela que se concretiza nos sujeitos que a dominam, fato que também acontece com o discurso. “O homem é, portanto, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, conhecedor do mundo e por este conhecido” (CHARAUDEAU, 2008, p. 191). Toda ideologia é construída em uma realidade social baseada em interesses. Assim, o discurso e a comunicação são propulsores para a transformação e formação da ideologia.

Compreendemos que os discursos de políticos, especialmente aqueles de campanha, e posteriormente os de posse, são oportunidades, na esteira da análise crítica do discurso, de o cidadão se posicionar como participante e relacioná-los (os discursos) a práticas ideológicas. Nunca antes o eleitorado distinguiu tão bem a esquerda e à direita pelo critério da oposição, e atualmente, extrema-direita, a partir de embates muito elucidados. As redes, mais que a imprensa, contribuem com isso. E esses embates se apresentaram como ação, que são, em última instância, o princípio da linguagem no seu caminho para o discurso.

Não diferente, o discurso político está enraizado na sociedade, faz parte dela e se constrói a partir dela, por meio dos processos de interação e de comunicação, com base argumentativa e persuasiva, desde a retórica na Grécia Antiga e Roma. “O uso de um determinado discurso

é, de certa forma, uma ação no mundo” (FIORIN, 2018, p. 78). No que se refere ao discurso político, ele está envolto na verdade do que se diz e a verdade do que se faz, o que imbrica linguagem e ação. O discurso político, para Charaudeau (2008), configura-se a partir dos discursos de ideia, poder (possibilidade e verdade), pensamento e, em seguida, ação, ligados à problemática da verdade, falsidade e possibilidade.

Logo, seria o discurso político uma linguagem por vezes conteudista e encenada, ou seja, o *logos* em direção ao *ethos* e ao *pathos*? Segundo Charaudeau (2008), existe uma forma de mentir verdadeira. Paradoxal essa ideia, mas o discurso político está cercado de estratégias sedutoras, de propostas, reivindicações e denúncias que nem sempre abarca todas as reais intenções do político. “... todo político sabe que lhe é impossível dizer tudo, a todo momento, e dizer as coisas exatamente como ele as pensa, ou concebe, pois suas palavras não devem atrapalhar sua ação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 104). Porém, devido a sua carga complexa, não se vislumbra uma transformação imediata na opinião pública. Assim, a linguagem empregada no discurso deve imprimir estratégias para parecer verdadeira, utilizando-se, até mesmo, de recursos como generalização, omissão e silêncio.

Dessa forma, seguindo a linha de Charaudeau (2008, p. 115), os atores políticos usam o *ethos* para construir uma imagem de si, incluindo um *ethos* vocálico expressivo, como falar bem, falar com a voz empostada e até mesmo forte. “O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. O orador se pergunta: “o que esse outro pensa de mim? É preciso me antecipar e responder de imediato”, sendo assim o discurso uma projeção dialógica a partir do que foi dito antes e com o que ainda vai se dizer.

Em momentos cruciais, como os que vivemos agora, de intensas crises, tal análise contribui com a identificação dos quadros políticos de força e como eles agem, radiografando-os a partir da história e de suas enunciações que se repetem. É Marx quem observa, logo à

entrada de *18 Brumário de Luís Bonaparte*, a partir de Hegel, que a história se repete “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 6). Charaudeau corrobora as ideias de Marx quando diz que, nesta modernidade encenada, os políticos devem, caso queiram obter alguma influência sobre o cidadão, “aprender as novas regras de insinceridade e do mentir verdadeiro legítimos, aceitar esse paradoxo moderno segundo o qual se dá uma grande importância ao parecer justamente numa época em que a cidadania é mais esclarecida (CHARAUDEAU, 2008, p. 306). O discurso político, pelo que se vê, tornou-se indissociável da dramatização, sedução e encenação, com uma visão deturpada e fragmentada de mundo que podem, segundo Charaudeau (2008), constituir uma estratégia intencional de populismo, daí a importância da figura do presidente enquanto orador.

Nessa linha de raciocínio, a linguagem do discurso político é persuasiva, soberana e imperativa, cercada de ideologias advindas de quem a profere. Por isso, deve haver certa coerência entre a fala proferida e as ações executadas, o que, na maioria das vezes, não acontece. Logo, a ação política e o discurso político estão estreitamente ligados. Na análise dos discursos que compõem este estudo, esse poder da linguagem (discurso/ação) e a ideologia presente nela serão vistos, partindo do *discurso de posse*.

O DISCURSO DE POSSE: CARACTERIZAÇÃO

O *discurso de posse* se caracteriza como cerimonial, momento ritual de retomada de fôlego no meio de uma batalha, ganha para uns e perdida para outros, daí seu caráter reivindicatório de conquista política e do próprio político – “o povo assim escolheu”, “é a vontade soberana do povo” –, sintomáticos de uma conjuntura. Digamos que o *discurso de posse* tem um caráter sincrônico por se apresentar como

síntese de toda uma anterioridade discursiva, a um só tempo autoavaliativo e autoindulgente, em que o presidente eleito valoriza o produto, que é ele mesmo. Diacronicamente, a longa linha evolutiva de discursos que formam tal ou qual figura política se investe como vasto campo de enunciação em que os posicionamentos marcam profundamente o caráter ideológico do político e suas agremiações.

É nos *discursos de posse* que os lemas de governo, a maneira de aforismos (MAINGUENEAU, 2014), são tornados públicos e se apresentam como síntese do que melhor os define. Relacionam-se dialogicamente com interdiscursos. A partir dos lemas de governo, nomeados nos *discursos de posse*, já percebemos tratar-se de campos distintos de enunciação político-ideológica. É assim que “Pátria Educadora” (BRASIL, 2015) retoma dialogicamente um investimento necessário a uma nação cujo povo precisa ser elevado a um posto mais esclarecido de cidadania, para só então assumir as rédeas, ele mesmo, do protagonismo de sua história. Já “Ordem e Progresso” (BRASIL, 2016) é o típico lema do legalismo positivista de uma nação jurídica acima de tudo, legalista ao extremo da observação precípua de sua Constituição. Lembremos que o *impeachment* quis se revestir de legitimação jurídica, quando na verdade foi o resultado de uma disposição política. Por fim, o lema “Brasil acima de tudo” (BRASIL, 2019) evoca o ufanismo nacionalista de regimes de exceção tais como os fascismos europeus do século XX, que se completa com “Deus acima de todos”, a uma só vez, enunciador dos fundamentalismos religiosos e da flexibilização de uma força “religiosa” rondando o estado laico para chegar até o controle moral do cidadão e da instituição da chamada família tradicional heteronormativa.

Ora, é precisamente nos *discursos de posse* que esta ordem vem à tona. E vem, veladamente, prestarmos atenção aos itens perfilados no discurso de Dilma e ausentes no de Bolsonaro, porque o momento é de relativo apaziguamento. Dilma tem a vantagem de vir para

um segundo mandato, logo, com realizações concretas executadas não só no seu governo quanto nos dois anteriores do ex-presidente Lula, também do mesmo partido. Bolsonaro nada tem de realizado, nem como deputado há 28 anos, nem como cidadão atuando em outras frentes – pelo menos é o que se deduz do apagamento discursivo a seu favor nesse aspecto, uma por não ter expressado nada a esse respeito, outra por parecer não se importar com isso, *ethos* problemático de ser construído em eventos como os da vida pública em que a imagem é um fator preponderante para alguns políticos e decisivo para outros. A seu “favor”, apenas as suas bravatas discursivas quando insultou a mulher, o negro, o homossexual, as tradições brasileiras, como o carnaval, o investimento em formação universitária, as lutas feministas e antirracistas. Mas isso ele não repete no seu *discurso de posse* por já não ter mais sentido, e por supor falar apenas para correigionários, equipe de governo e convidados estrangeiros.

Essa disposição de coisas já seria suficiente para uma análise, já que os *discursos de posse* apagam o conflito, deixando nele só as pistas. Pela sua natureza cerimonial, mal chegam a fazer parte do acervo de discursos oficiais, dado o seu caráter passageiro e ritual. De qualquer forma, ele se dispõe em uma linha discursiva político-partidária e acaba aparecendo como uma prestação de contas (no caso de uma renovação de mandato) e uma carta de intenções quando se trata do primeiro mandato.

Em seu *discurso de posse*, Dilma Rousseff retoma o trajeto que culmina com seu novo mandato como o mais longo da história, patrocinado pela escolha livre do povo, aliás palavra largamente repetida no fio do seu discurso – povo –, soberano e o grande condutor da democracia. Seu apoio na força mítica e ao mesmo tempo concreta é reconhecido não só a ela como a Lula e a todo o Partido dos Trabalhadores (PT) por terem sido conduzidos, da fome de onde saíram, à classe média, por terem carteira assinada e um teto sob o qual morar.

Ela fala, portanto, de uma revolução (“projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática”), que gerou “o mais longo período de estabilidade já vivido pela nação brasileira”. Sua base discursiva se assenta na satisfação de quesitos básicos, como trabalho e emprego, segurança social, enfim, guardando de forma mais modesta os quesitos “ciência” e “formação universitária”, para um segundo estágio, um refino, já que o essencial vinha sendo conquistado com êxito (BRASIL, 2015).

Eis como a “prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação” vem marcada com uma ação no futuro – “Daremos” –, apoiada que se encontra no fiador de um programa nomeado “Ciência sem Fronteira”. O governo de centro-esquerda – a falta de um melhor rótulo (não nos esqueçamos de que a sucessão de vitórias desta mesma esquerda nas urnas veio apoiada por partidos de direita, o Partido Liberal (PL), nas eleições de Lula, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nas de Dilma – alinha-se a uma política progressista em ampla oposição a um modelo conservador encarnado por Bolsonaro, avesso ao esclarecimento que só a ciência e a pesquisa proporcionam, a partir de seu *locus* original de produção, a universidade.

Quando um governante se reporta à nação, esse “eu” não pode ser confundido meramente com a sua pessoa, nos mesmos termos em que o “outro” é uma massa difusa e heteróclita de indivíduos que só se tornam sujeitos em bloco, indiscernível, a partir de um conceito demasiadamente abstrato, que é o conceito de “povo”. Poderíamos dimensioná-lo como principal elo do governante com a democracia, mas isso pouco adiantaria, embora já provoque um primeiro sentido. Dilma, por exemplo, o pronunciou 25 vezes, enquanto Temer e Bolsonaro, 10 e 5 vezes, respectivamente. Mas isso nada ou muito pouco diz, uma vez que a intensa carga no conceito pode denunciar apenas um populismo.

O DISCURSO E SEU PRESSUPOSTO IDEOLÓGICO

Eis que, em solenidades diversas, o momento culminante é o “discurso” do empossado, aquele que ganhou e conquistou um cargo, seja por um ato eletivo, seja por um concurso em que provou suas competências para o lugar que ora assume. Na vitória de uma eleição não é diferente. Por ocasião de todos os trâmites de uma corrida presidencial, vencidas todas as etapas, apurados todos os votos e legalizado o pleito por meio de procedimentos jurídicos, eis que se marca uma data para a posse, de cujo eleito, ungido pelo voto democrático, se espera um discurso.

O discurso de Bolsonaro, por exemplo, ao clamar por uma ordem em que Deus é o catalisador, confronta e nega o viés anterior, de “pátria educadora”, proposição do governo Dilma. Propõe assim uma cena enunciativa, baseada nas crenças de um eleitorado suposto, contrário a toda a luta pela diversidade racial, cultural, de gênero.

Seu lema de governo apresenta um inconveniente para a ordem republicana, e aponta sinais inequívocos de negação da ciência e da formação universitária como ponto de partida de um projeto de governo. Para um estado declaradamente laico já na Constituição, é estranho que se anuncie um parâmetro religioso sem nenhuma consequência legal e se use termos como “ideologia de gênero”, já que não existe uma, e se insista na ideia de que o governo não terá “viés ideológico”, o que não é possível.

No intervalo deste embate, situa-se Temer que, em seu breve governo, elegeu o lema “Ordem e progresso”, mantendo-se na enunciação discursiva do legado positivista inscrito na bandeira, e, assim, pouco polemiza, uma vez que seu governo quer coincidir com o já posto e aceito, desde quando ele foi o único beneficiário do *impeachment*

de Dilma. O discurso dos dois presidentes posteriores a Dilma cala-se a respeito do tema que investigamos aqui, a saber, o investimento em ciência e formação universitária, silêncio ideologicamente ruidoso, uma vez que a pauta neoliberal assumida por eles retira esses investimentos da pauta pública pretendendo, com isso, transferi-los para a esfera privada, na lógica do chamado Estado mínimo. Está, pois, identificado o que há de discurso nos *discursos de posse*, no embate dialógico de negação do anterior.

O ato solene em si dá bem a tônica da importância da palavra em seus aspectos pragmáticos e significativos. Equivale, em caráter ritual, aos maiores e mais significativos eventos culturais, como o batizado, o casamento, ou qualquer outra consagração contemplada na história, tais como as datas festivas e comemorativas, cuja importância é retomada em palavras e discursos.

A palavra e o discurso têm, portanto, esse aspecto ritual. Difícil saber nos discursos apresentados aquele que ritualiza melhor o momento, se o locutor, se a plateia, se o próprio discurso, como se cada um desses polos pudesse ser independente. A palavra é que estrutura o acontecimento e vice-versa. Em momentos de muita euforia, é apenas o discurso que se apresenta como dispositivo mais concreto e esclarecedor. Se esse momento não ajuda, também o discurso passará em branco. Tomemos a análise sucinta que Pêcheux (2015) faz do enunciado “On a gagné!” (“Ganhamos!”), bradado em 1981 nas ruas da França pelos correligionários e eleitores do socialista François Mitterrand tornado, enfim, presidente da república. O breve enunciado recuperava por si só toda a ordem anterior de discursos – um amplo espaço de enunciação – que reivindicava para a França um governo socialista.

Discurso, portanto, na acepção da teoria da enunciação (BENVENISTE, 1989) é um ato de tomada da palavra por um EU, marcando, por sua vez, por uma tomada de posição. O sujeito falante nunca está isolado de um contexto. No discurso presidencial, o EU é encarnado

pelo presidente eleito, que fala como se fosse um EU autônomo, quando na verdade ele é produzido, ou fruto direto de um vasto campo de determinações discursivas. Por exemplo, Dilma Rousseff, alinhada à esquerda, tendo sofrido tortura do regime militar por suas atividades político-militantes contrárias à ditadura implantada em 1964 e finda em 1985 reclama esse contexto a seu favor; Jair Bolsonaro, por sua vez, alinhado à extrema-direita, é, contrariamente, adepto da ditadura militar e a enaltece a todo instante, valorizando, inclusive, o instrumento da tortura como legítimo controle ideológico.

O DISCURSO DIALÓGICO

Esta situação dúbia, de ação e reação, leva a análise para um campo complementar de investigação, o do dialogismo, em que um discurso se faz por alusão a outro. Sobre isso, Fiorin (2018, p. 21-22), embasado na teoria dialógica de Bakhtin (1988), sinteticamente elucida:

Todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra que é perpassada sempre pela palavra do outro. É sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre os dois enunciados. (FIORIN, 2018 p. 21-22).

Logo, a linguagem se constitui como prática discursiva, como ferramenta de opressão, pressão política ou de democracia, o que será definido pelos discursos proferidos por cada político. É dentro desse processo de investigação que o conceito de dialogismo de Bakhtin se faz necessário. Para o autor, a língua concreta, viva e real, tende a ser dialógica, bem como todos os enunciados em seu processo de

comunicação (BAKHTIN, 1988). Para se constituir um discurso, o locutor deve considerar, também, o discurso do outro, que também se encontra presente no seu. Dessa forma, todo discurso proferido vai ao encontro do discurso alheio.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1988, p. 88).

A teoria de Bakhtin coloca a linguagem em primeiro plano, porque o acesso à realidade não se manifesta de forma direta, visto que esse acesso é sempre mediado pela linguagem, o real apresentado linguisticamente. Assim, a linguagem viva ganha corpo no discurso e ser dialógica é uma de suas categorias mais marcantes. Essa linguagem corporificada no discurso só se torna possível ao se considerar o sujeito e sua história, os acontecimentos, as relações de poder que dela surgem, bem como os processos indagatórios.

Bakhtin (1988) propõe o diálogo como um produto histórico, indo além dos estudos de compreensão estrutural de diálogo. Para o autor, a história, a cultura e a sociedade são fundamentais para a produção do discurso, de reflexão das interações sociais, um espaço de embates repensados e acolhidos para o entendimento de uma realidade macro. O discurso em Bakhtin concretiza-se no social, permanece vivo na sociedade e deve ser compreendido como múltiplas linguagens que se interligam. Mais uma vez, observa-se a centralidade da linguagem, afinal cada vez que um enunciado é produzido cria-se um diálogo com outros discursos, o que mostra que não existe enunciado sem as relações dialógicas.

Três são os conceitos desenvolvidos por Bakhtin (1988). O primeiro refere-se à linguagem e ao seu real funcionamento, como princípio constitutivo da linguagem. Em outras palavras, todo enunciado surge a partir de outro enunciado, o que permite o envolvimento entre duas vozes no discurso, mesmo que elas não se manifestem, tornando o diálogo sempre heterogêneo, pois revela duas posições contrárias, a saber: a de quem produz o discurso e a posição contrária à sua construção. “As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou desconcerto (FIORIN, 2018, p. 28).

O segundo conceito de dialogismo refere-se aos enunciados. Antes e após a sua concretização, outros já existiam e, assim, também vêm de outros enunciados, o que mostra que todos eles estão vinculados a outros enunciados por algum tipo de relação. Em outros termos, é “a incorporação pelo enunciador da(s) voz(es) de outro(s) no enunciado” (FIORIN, 2018, p. 37). Dessa forma, o dialogismo é composicional, de forma a mostrar outras maneiras externas e visíveis de vozes no discurso. Enquanto o primeiro está envolto em um discurso direto, indireto, aspas e negação, o segundo exemplifica-se pelo uso de paródia, estilização, por uma polêmica velada ou pelo uso do discurso indireto livre (FIORIN, 2018).

Já a terceira forma de dialogismo é aquela que surge da junção de várias vozes que se relacionam a um tema específico, seja pela antecipação de uma resposta ou de respostas imaginadas por outros, no que tange à função do contexto e do interlocutor. Essa subjetividade constrói-se pelas relações sociais nas quais o sujeito está inserido e que delas participa. Por isso, o sujeito constitui-se dialógico, com inúmeras vozes internas estabelecendo relações de concordância ou discordância. Desse modo, existem várias vozes na construção da consciência e todas elas são assimiladas de maneiras distintas.

Há aquelas que são incorporadas como voz de autoridade. São aquelas a que se adere de modo incondicional, que são assimiladas como uma massa compacta e, por isso, são centrípetas, impermeáveis, resistentes a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. A voz de autoridade pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc. (FIORIN, 2018, 61).

Nesse íterim, evidencia-se a pluralidade da linguagem e sua dialogação. Essa pluralidade realiza-se pela manifestação de múltiplas vozes que se inter-relacionam. Retomando a ideia de discurso, agregando a ele os estudos da linguagem e da dialogicidade, conclui-se que o discurso é a linguagem tomada de modo interativo, contextualizado e com normas a cumprir, já que objetiva a persuadir o seu locutário. Torna-se, portanto, fundamental ao funcionamento da sociedade, já que ele – o discurso – é parte integrante da comunicação, logo social.

Os *discursos de posse* são a ponta do iceberg discursivo, não inteiramente invisível, na perspectiva dialógica. Eles dialogam com a tradição ideológica do governante, seus feitos futuros e pretéritos, que vamos analisar.

O DISCURSO DE POSSE E SUA NUANCE ÉTICO-POLÍTICA E DIALÓGICA

A construção do *ethos*

Charaudeau desenvolveu largamente, a propósito do discurso político, o conceito de *ethos* na política. Essa recuperação de conceito passa obrigatoriamente pela *Retórica*, de Aristóteles, para situar os papéis assumidos na oratória: Enquanto o *pathos* é voltado para a plateia, o *ethos* é voltado para o orador. O *ethos* é “o que permite ao

orador parecer 'digno de fé', mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de ponderação (*phronésis*), de simplicidade sincera (a *arété*), de amabilidade (a *eunóia*) (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

Ao retomar o conceito de *ethos* em Maingueneau, Amossy, Kerbrat-Orecchioni, dentre outros, parece querer ir um pouco além indagando:

- (i) enquanto construtor da imagem de si, o *ethos* liga-se à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciador)? (ii) a questão da imagem de si concerne apenas ao indivíduo ou pode dizer respeito a um grupo de indivíduos? (CHARAUDEAU, 2006, p. 114).

Na primeira questão, ele certamente retoma os dois papéis assumidos pelo sujeito falante, de sua teoria semiolinguística, a do duplo sujeito Enunciador e Comunicante. “Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor” (p. 115), a que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Já “em sua segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir” (p. 115).

“É enquanto fonte de enunciação que ele [locutor] se vê travestido de certos caracteres que, por tabela, tornam sua enunciação aceitável ou refutável” (DUCROT apud CHARAUDEAU, 2008, p. 114). “O *ethos* está [...] ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória” (MAINGUENEAU, 1993, p. 138). Charaudeau, no entanto, prefere um *ethos* tanto construído, quanto pré-construído. Para ele, “o *ethos* é resultado dessa dupla identidade [psicológica e social e discursiva], mas ele termina por se fundir em uma única. De fato, quem pode crer que quando os indivíduos falam, não se toma o que eles dizem pelo que eles são?” (CH, 2006, p. 115-116).

Portanto, “identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 116). É o resultado de uma encenação socio-linguagreira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem” (CH, 115). Maingueneau (1993 apud CHARAUDEAU, 2008, p. 16): “As ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser”.

O *ethos* político

Charaudeau assegura que a identidade social do sujeito falante se desdobra em duas componentes, sendo a primeira sua identidade social de locutor, pois “é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 115). Em seguida, como segunda componente, está o fato de que o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador. Digamos que seja aqui o momento em que o discurso se faz, pois é também aqui que esse mesmo sujeito “se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir” (idem). Dessa forma, “as ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser” (id.). O *ethos* é assim híbrido, pré-construído, em função da figura pública solidificada daquele que toma a palavra, e construído, em função do esforço de criar para si uma identidade discursiva quando o momento assim exige.

Ora, no mundo da política não estamos lidando com figuras de todo desconhecimento, sendo todos portadores notórios de uma identidade social, cujos papéis eles não cessam de se atribuir, principalmente em um domínio como o da política.

O *ethos* é assim resultante de imaginários, cujos sujeitos têm suas identidades atravessadas por representações sociais: “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como ‘imaginários sociodiscursivos’”.

Para completar o seu quadro, Charaudeau, enfim, passa a classificar os *ethé* distinguindo-os entre aqueles de credibilidade (de seriedade, de virtude, de competência) e aqueles de identificação (de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe, de solidariedade).

Os *ethé* de credibilidade passam por três condições, sem as quais o político não construiria uma posição sólida entre os seus eleitores. São elas a condição de sinceridade (sério), performance (virtuoso) e eficácia (competente). Apontamos já um dado comum a todo discurso, populista ou não, que é a identificação emotiva plena que ele deve fazer crer que é real, daí ser um hábito entre os nossos políticos saírem em véspera de eleição cumprimentando o eleitorado efusivamente com aproximações físicas, performatizando abraços e beijos fraternos e, quando em crianças, paternais, até mesmo erguendo-as no colo. O dado afetivo embaralha um pouco a noção do que possa ser seriedade, virtude ou competência, mas nos *discursos de posse* atuam como sustentação possível, posto que nenhum deles admitirá qualquer coisa, fato ou evento, que não tenha sido sério, virtuoso ou competente. A condição de verdade, pois, nesses *discursos de posse* não está em análise, mas no diálogo entre as posições assumidas uns em relação aos outros.

Por exemplo: Dilma reporta-se a uma anterioridade, de realizações exitosas de seu governo, como convém a uma candidata reeleita. Mas também se reporta a um futuro igualmente exitoso de realizações e manutenção daquilo que deu certo. Podemos dizer, a título de análise, que no quesito credibilidade ela aposta na seriedade (afinal foi

reconhecida assim ao ser reconduzida ao cargo pelo voto), virtuosa (agiu em acordo com uma proposta de recuperação dos mais fragilizados economicamente, retirando-os da pobreza, além de dar sustentação a mecanismos que combatam e punam a corrupção) e, finalmente, competente (por inúmeros procedimentos exitosos, no campo da ciência, por exemplo com a promessa de conferir cem mil bolsas no programa “Ciência sem fronteira”).

No caso de Temer, como figura participante como vice de uma presidente impedida de governar por sentença do Congresso, a ele cabia um certo comedimento, não acusatório – até lhe lança um elogio (“Faço questão, e espero que sirva de exemplo, e declarar meu absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff”). Esse posicionamento, digamos, neutro diz respeito a uma estratégia. Diz ele sobre pacificar e unificar a nação e resgatar sua credibilidade, dando-lhe mais eficiência (“Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional... O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento.”). Seu capital político parece residir na insistência com que emprega o termo “eficiência”. Sem capital político de realizações, Temer se recolhe aos quesitos de legalidade, nada oferecendo a esse respeito a não ser ter feito parte da feitura da Constituição em 1988 (“Os senhores vêem que eu insisto muito no tema da Constituição”). Retira, pois, seu *ethos* virtuoso de um aspecto da legalidade (“quando nos desviamos dos limites do Direito, criamos a instabilidade social”, “por isso insisto sempre na invocação do texto constitucional”, etc). Talvez aqui resida o seu pleno acordo com o *impeachment*, já que ele teve base legal na irresponsabilidade fiscal, o que fere a Constituição.

Bolsonaro, enfim, por seu turno, enreda o seu discurso como peça auxiliar de acusação do governo de Dilma. O recado não é direto. Com o PT mergulhado em acusações de corrupção, a virtuosidade e seriedade do candidato eleito residirem em mãos limpas. Mas esta não

é a seara onde erguerá o seu *ethos*, pois a credibilidade tem sempre um caminho longo a percorrer. É preciso mostrar e não apenas dizer. Queremos insistir no aspecto novidadeiro de sua eleição, que está, a nosso ver, nos *ethé* de identificação que começou a ser construído quando homenageou um torturador, do púlpito do Congresso enquanto votava a favor da aprovação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ali começou sua escalada de *ethos* de líder do sentimento de extrema-direita, nos itens potência, caráter, de chefe, pois ele “podia”, ele “era”, ele “agia”. Todo ataque à mulher, ao negro, ao homossexual, ao bandido somava-lhe pontos, até porque reverberava nas redes sociais de forma avassaladora angariando-lhe adeptos.

É bem conhecida também sua análise pessoal ao que soa como socialista, ou esquerdista. Esta análise é bem pessoal, e não de homem público, pois ele não ouve seu partido – até saiu dele –, nem pessoas próximas a ele que, porventura, lhe tenha aconselhado o comedimento. Seu *discurso de posse*, embora comedido, não fugiu ao discurso de campanha, como estratégia de apagamento da nuance política natural da vida pública a que ele dá o nome de “viés ideológico”. Assim, todas as metas de seu governo serão conduzidas sem o tal “viés ideológico” e sem “ideologia de gênero”.

CONCLUSÃO

Acreditamos que a análise dos *discursos de posses* evidenciou campos muito perceptíveis com relação à demarcação dos papéis políticos assumidos por cada um dos presidentes nos quesitos ciência, formação universitária e patrimônio cultural. É suficiente marcar a descontinuidade discursiva e a quebra de campos enunciativos entre os presidentes, do mais antigo ao mais recente, e nos posicionarmos a respeito. A oposição fundamental reside, pois, em diversos aspectos, sendo os mais relevantes,

além da impossibilidade de conciliação entre esquerda e direita: a ciência *versus* a religião; o conhecimento *versus* o dogmático; e o político *versus* o secular, a partir de *ethe* construídos no discurso.

Uma evidência do descompasso entre o discurso e a práxis é observado nos investimentos desses governantes. É suficiente avaliar o impacto que certamente houve com a criação de 15 *campi* universitários, além da criação de quatro novas universidades espalhadas em 17 novos *campi*, o que caracteriza uma evidente forma de expansão da formação em nível superior. A isso, some-se a promessa de destinação da maior parte da receita futura da exploração do petróleo em águas profundas em educação. Dessa operação discursiva se produz o principal, ou pelo menos um dos mais destacados *ethe* de um político, especialmente os chefes de executivos.

Em 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, a política de direita e uma força mais conservadora ganhou espaço no país sob a liderança de Michel Temer, após um ciclo de 13 anos de governo do PT. É interessante observar que já vinha se desenvolvendo uma intensa discussão pública sobre as oposições entre governos que caracterizamos como uma discursivização política. Isto quer dizer que a cada ato de governo uma avalanche de enunciados ganhava corpo nas ruas, nas redes, principalmente, com reverberações nas relações entre os sujeitos no trabalho e na família. A política havia entrado nas práticas individuais e coletivas a reboque de uma crise, mas principalmente uma crise de valores e posicionamentos políticos. O discurso ganhou foros de opinião e orientou os episódios que desembocaram na eleição de Bolsonaro. Por encarnar abertamente um ideário solidificado em regimes de exceção, Bolsonaro, eleito, é o que se pode dizer daquele que estava no “lugar certo” e na “hora certa”, pois, sem méritos, sem plataforma de governo, sem campanha, portanto, sem um discurso solidificado no *ethos* clássico do político (a compostura, por exemplo), acabou vencendo uma eleição largamente disputada. Por encarnar também uma resposta ao dismantelo geral em que a

política se encontrava, eis que surge alguém interpelado como sujeito à margem do processo corruptivo denunciado pela imprensa e por ter impactado com um *ethos* disjuntor, à margem da etiqueta convencional e do rol de candidatos todos conhecidos, ou já experimentados e descartados, ou iguais todos entre si. É razoável descrever, assim, a corrida eleitoral de 2018, porque o diferencial situava-se na esteira de uma renovação, se não ética, pelo menos moralista, com ênfase absoluta na figura que Bolsonaro encarnava, figurando um *ethos* não previsto, um tanto quanto catártico de tão insólito.

No cenário posterior de desconstrução científica e cultural em que o país se encontra, a ancoragem referencial dos discursos presidenciais, comprovados com dados concretos, como a retirada orçamentária dos ministérios ligados à Educação e à Ciência, mostra como práticas políticas podem alavancar ou destruir a ciência e a universidade brasileira já a partir do discurso. O discurso oficial negligenciando a ciência, acompanhado, na sequência já dos primeiros meses de governo, dos pronunciamentos eventuais de ministros, carregados de agressões a professores universitários e desqualificação das ciências humanas, pesquisadores e estudantes, tudo isso dá bem a tônica dos cenários enunciativos que a análise pretendida se efetivou e no qual os referentes ufanistas e não laicos de um lado e mais progressistas de outro já apontavam desde os *discursos de posse*.

REFERÊNCIAS

BAKTHIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARBOSA, Roberto. A sabotagem da ciência brasileira entre 2016 e 2017.

Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 3, p. 74-87, dez. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34758>. Acesso em: 04 out. 2020.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BETIM, Felipe. Corte de quase metade das verbas em ciência compromete pesquisas de zika até câncer. **El País**, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/27/ciencia/1511806311_065202.html. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dilma anuncia criação de universidades e unidades de institutos federais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16972-dilma-anuncia-criacao-de-universidades-e-unidades-de-institutos-federais>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2015. Disponível em: xxx. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2013**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4684:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68-assembleia-geral-das-nacoes-unidas&catid=197&Itemid=448&lang=pt-BR. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: xxx. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2019. Disponível em: xxx. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Imprensa Nacional. Despachos do Presidente da República. **Diário Oficial da União**, 31 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57497056/do1-2018-12-31-despachos-do-presidente-da-republica-57496760. Acesso em: 23 set. 2020.

CARUSO, Francisco. Reflexões sobre Ciência, Tecnologia e o Papel da Universidade em um país em desenvolvimento. **Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-6, 1991. Disponível em: <https://www.academia.edu/8798316/>

Reflexões sobre a Ancestralidade, Tecnologia e o Papel da Universidade em um País em Desenvolvimento. Acesso em: 04 out. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; CRUZ, Julia Barros; SANTOS, Maria Carolina Correas; MENDONÇA, Thaisa Souza de; FERREIRA, Fernando Gonçalves. **Não é uma crise, é um projeto:** a política de educação do Governo Bolsonaro. 2019. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019. *Anais* [...] Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764/744>. Acesso em: 04 out. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária.** Enunciação, escritor, sociedade. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo, Cortez, 2006a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário.** Tradução Adail Sobral. São Paulo, Contexto, 2006b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto.** Tradução Sírio Possenti. São Paulo, Parábola, 2014.

MARX, Karl [1818-1883]. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Em busca dos sentidos:** estudo discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 63, Campinas, 1-13. ago. 1998. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/psseletivo/docs/GOERGEN.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

KNOBEL, Marcelo; ZAGO, Marco Antonio; VALENTINI, Sandro. Ciência e universidades livres promovem o progresso. **Jornal da USP**, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/ciencia-e-universidades-livres-promovem-o-progresso/>. Acesso em: 23 set. 2020.

LONGO, Ivan. 2018: Governo Temer reduzirá em mais de 30% os investimentos em Educação. **Fórum**, 11 out. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2018-governo-temer-reduzira-em-mais-de-30-os-investimentos-em-educacao/>. Acesso em: 23 set. 2020.

NETO, Lutgardes de Oliveira; CARNEIRO, Marcelo Carbone; FILHO, Paulo Noronha Lisboa. (Orgs.). **Universidade e Sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PASSARINHO, Nathália. Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. **BBC Brasil**, 9 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>. Acesso em: 23 set. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Brasília/DF: Cadernos ANDES, 2013.



5

Leonardo de Souza e Silva
Andrik Barbosa Risso

ALT-RIGHT ON-LINE:
o Twitter como meio
de propagação de discurso de ódio de
candidatos da extrema
direita nas eleições presidenciais
francesa e brasileira de 2022

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.05

INTRODUÇÃO

Após uma acirrada corrida eleitoral nas eleições de 2016, Donald Trump ascendeu ao poder como presidente dos Estados Unidos da América. Este evento se diferencia de outras corridas por envolverem fatores como as fake news e um maior uso político tecnológico das redes sociais digitais para campanhas.

A leve guinada a pautas mais para o lado progressista e valores de uma economia mais subsidiada pelo Estado, eram criticados. Ocorria uma oposição a estas ideias, porém de uma maneira carregada com uma propulsão diferente, este impulso vinha a ser carregado também por discursos de ódio, de um rancor criado devido a progressos de minorias e classes sociais que eram mais baixas.

Um movimento político se inicia em fóruns online e com o passar do tempo ampliam-se nas redes sociais digitais, nas quais destilam ódio e intolerância, variando de supremacia branca, anti-imigração e defesas de valores tradicionais conservadores. Um lado político carregado de congruências e também divergências, mas que no geral compartilham mesmo que implicitamente ideais políticos que quando não constituem ódio, parecem caminhar no limiar da liberdade de expressão. O fenômeno gerado pela ascensão virtual desta extrema direita, a eleição política direta e membros da extrema direita ganhando popularidade globalmente, geram os questionamentos: qual o limiar da liberdade de expressão? Existe espaço para a intolerância no debate político? De que movimento político essa extrema direita global faz parte?

Este capítulo visa analisar por meio da mídia social digital Twitter publicações feitas em prol das campanhas políticas de Marine Le Pen e de Jair Messias Bolsonaro, no que tange a relação entre discurso de ódio versus liberdade de expressão, respaldados pelo viés ideológico neoliberal.

ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO: MÉTODO DE ANÁLISE

Tendo como objetivo central desta pesquisa a análise de tweets de dois candidatos das eleições presidências brasileira e francesa, e identificando o viés ideológico de um campo alternativo da extrema direita, consideramos necessário o uso dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) para analisar as falas e posicionamentos dos políticos. Foram coletadas três publicações de Marine Le Pen e três de Jair Bolsonaro, e foi observada uma tendência à intolerância em relação a imigrantes, oposição, religião, entre outros e que, implicitamente, incita discursos de ódio. A partir da observação, realizamos análises dos mesmos, onde desdobramos as partículas ideológicas de seus posicionamentos diante de suas ações e intenções no campo político.

Os ECD possibilitam uma análise crítica da reprodução de abuso de poder. Nos permite observar de que maneira uma entonação, um texto jornalístico, uma metáfora, um ângulo, entre outras propriedades semióticas do discurso, podem ter uma relação de poder com a sociedade (DIJK, 2017)

A análise do discurso não é necessariamente um método, mas uma transdisciplina utilizada em diversos campos das ciências humanas e sociais. Agora, em especial, dentro do campo dos ECD, podemos encontrar “métodos de observação, descrição ou análise, e suas aplicações” (VAN DIJK, 2017, p. 11)

Aqui podemos identificar campos de análise de estratégias da escrita e da fala:⁴

- Análise gramatical (fonológica, sintática, lexical, semântica);

4 Esquema de Métodos de Estudos (Críticos) do Discurso em DIJK, 2017 p. 11.

- Análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicativos;
- Análise retórica;
- Análise estilística;
- A análise de estruturas específicas (gênero etc.): narrativa, argumentação, notícias jornalísticas, livros didáticos etc.;
- Análise conversacional da fala em interação;
- Análise semiótica de sons, imagens e outras propriedades multimodais do discurso e da interação.

A partir deste método de análise apresentado por Van Dijk, coletamos, observamos e realizamos as análises dos tweets dos candidatos da extrema direita às eleições presidenciais dos dois países: França e Brasil. “Essas análises serão descrições qualitativas dos detalhes da estrutura discursiva (VAN DIJK, 2017, p. 12).

Neste campo de análise, o discurso é visto, de forma isolada, como um objeto “verbal” autônomo (VAN DIJK, 2017). Consideramos que influências como a prática social e todo contexto social, cultural, histórico ou político podem contribuir para a formação ideológica do que é dito e do que se pretende dizer. Assim,

em vez de simplesmente analisar uma conversação entre vizinhos, talvez seja necessário fazer o trabalho de campo em uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares ou outros lugares públicos e descrever muitos outros aspectos relevantes desses eventos comunicativos, tais como a situação temporal ou espacial, circunstâncias espaciais, os participantes e seus papéis comunicativos e sociais, as outras várias atividades que se realizam ao mesmo tempo, e assim por diante (VAN DIJK, 2017, p. 12).

Desta forma, percebemos que os estudos do discurso necessitam para antes da análise, uma vasta quantidade de métodos de observação. É preciso coletar, observar, avaliar os dados para só depois fazer a análise e desdobrar o real significado das intenções do discurso do enunciador.

DISCURSO E INTOLERÂNCIA

A intolerância é uma marca incontestável de membros de partidos de extrema direita. Estes se caracterizam por terem discursos xenófobos, racistas, machistas, homofóbicos, etc.

O discurso também pode ser usado como uma ferramenta de prática discriminatória, e ainda sendo considerado um ato bastante influente. Dito isso, voltamos a falar sobre o abuso de poder exercido principalmente pelas elites, assim como instituições e organizações.

Van Dijk (2017) explica que o comportamento preconceituoso não se desenvolve nos indivíduos de forma natural, mas que isso é passado a partir das interações, ou seja, são aprendidos e adquiridos no decorrer da vida por meio da comunicação oral e escrita. Desta forma, o preconceito é legitimado no discurso, podendo ser reproduzido e compartilhado dentro de grupos dominantes.

A camuflagem do discurso intolerante tem características corriqueiras. Um bom exemplo, seria o uso de ressalvas do tipo: “não tenho nada contra negros, mas...” (VAN DIJK, 2017). Tal narrativa tende a transmitir e legitimar, e, ao mesmo tempo, negar as atitudes. Portanto, “uma abordagem analítica do discurso, sistemática e sutil, deveria ser capaz de reconstruir essas cognições sociais acerca de outros grupos” (VAN DIJK, 2017, p. 156).

Deste modo, consideramos que falas e escritas sobre minorias, imigrantes, refugiados, entre outros, podem trazer funções político-culturais mais abrangentes. Assim, sinaliza-se, portanto, grupos étnicos majoritários, como o de brancos que querem ocupar um espaço predominante nos domínios sociais, políticos e culturais.

Podemos identificar dois tipos de comportamento dessas elites (sejam elas políticas, ou midiáticas, acadêmicas, corporativas, etc) no papel da reprodução do discurso de ódio. Segundo van Dijk (2017), eles podem adotar dois tipos de estratégias: a) uma auto apresentação positiva; b) formas sutis e indiretas (podendo até ser explícita) da apresentação negativa do outro. Depreciar quem não faz parte do grupo dominante acompanha com frequência o favorecimento dos grupos dominantes, ou elaborando a narrativa de forma a preservar a imagem, principalmente se tratando do discurso público.

DO NEOLIBERALISMO A ALT-RIGHT

Jair Bolsonaro e Marine Le Pen são dois candidatos da extrema direita atual, uma nova direita conservadora que vem sendo uma tendência entre vários países do globo, utilizando-se de diversos dispositivos tais quais recursos online, discursos excêntricos carregados de intolerância, críticas à essência do que é a política (comportamento anti sistêmico) e, por vezes, até mesmo as próprias instituições do funcionamento democrático. Serão passados alguns termos importantes para compreensão da nova direita conservadora, seus pensamentos plurais, diversos grupos políticos e fatores que influenciaram desde antes do grande crescimento político, tendo candidatos eleitos de fato em diversos países. Inicialmente, será explanada a ALT-RIGHT e a política estadunidense, devido ao representante da nova direita conservadora, o candidato à presidência dos Estados Unidos em 2021 Donald Trump.

Houve um ressentimento gerado em parte da classe média branca dos EUA, que se ressentia da perda de privilégios devido aos avanços de movimentos sociais, progressistas e até mesmo liberais.

Quem irá capitalizar com isso e arregimentar essa revolta serão justamente os grupos de ódio, coletivos conservadores e fascistas que promovem abertamente o ódio, a intolerância, a violência e a exclusão, dentre os quais estão muitos coletivos e redes de mídia que integram a Alt-Right. Institucionalmente, apenas a bancada Republicana do Tea Party assume um projeto de ódio declarado e organizado (POGGI, 2018, p. 332).

Este trecho de Poggi já demonstra uma certa variedade de grupos que capitalizam o rancor por parte da classe trabalhadora branca dos EUA. Poggi (2018) ainda cita a importância de diferenciar esses votos pelo fator étnicorracial, pois Hilary Clinton levou a maioria de votos da parte mais pobre da classe média (leia-se a parte não branca).

A Tea Party, que é como a ala conservadora do Partido Republicano que abraça Trump e também momentaneamente Bannon, seria como a real atividade política dos conservadores, estes são os elementos de influência direta no jogo político. A ação do Tea Party inicia-se alegando:

O governo está premiando mal comportamento e convidava os verdadeiros americanos para um Chicago Tea Party, em protesto contra as medidas de subsídio estatal. Como o que era entendido como uma reminiscência de tirania do governo federal (POGGI, 2018, p. 335).

Este é o movimento do partido republicano, do qual Trump participa. Ele ingressa como ator principal deste movimento que ainda trará outros nichos para a política (mesmo que não diretamente atuando na Casa Branca, por exemplo). Para Poggi, isto é também um passo importante para a agenda conservadora neoliberal (2018).

Após breve explanação sobre o Tea Party, outra parte política da extrema direita envolve um grupo que: “é mais radical e perigoso que outros grupos de extrema direita das últimas décadas, pois são os

ideais subjacentes da direita alternativa ao invés de posições políticas controversas, que merecem preocupação” (MAIN, 2018 p.4).⁵

Devido a ser um vasto grupo, podendo envolver desde mais extremistas como neonazistas e mais moderados (porém, mais moderação dentro da extrema direita), é um grupo que pode envolver discursos racistas explícitos, implícitos, discursos de ódio ou que tangenciam o ódio, um ponto de interesse deste trabalho. Inclusive, “líderes da direita alternativa, relativos a seguidores da Ku Klux Klan ou neonazistas, são intelectualmente e retoricamente sofisticados” (MAIN, 2018 p.7).⁶

Segundo Main, os pensamentos da direita alternativa sintetizam-se em:

- . Uma Rejeição da democracia liberal. A direita alternativa detém, em essência, que todos os homens não são criados iguais e conclui que os princípios liberais políticos, amplamente conhecidos, estão obsoletos;
- . Racismo. Uma política só pode ser decente se a raça branca é politicamente dominante;
- . Antiamericanismo. Como a igualdade racial deslocou a dominância branca, os Estados Unidos declinaram e não merecem mais a lealdade de seus cidadãos brancos. Eles devem transferir sua lealdade para a raça branca
- . Retórica Sulfúrica. A tendência para linguagem intemperada geralmente encontrada na extremidade do espectro político é tomada pela alt-right a níveis anteriormente vistos apenas em elementos marginais. O movimento rejeita o padrão ético de polêmica e se satisfaz com uso injusto de declarações raciais para influenciar determinados grupos, humor étnico grosseiro, estereotipagem preconceituosa, criticismo afrontoso/desrespeitoso, e ostentação de símbolos extremistas de ódio. (MAIN, 2018 p.8)⁷

5 Tradução livre.

6 Tradução livre.

7 Tradução livre.

Um linguajar ácido, rejeição a valores progressistas, entre outros pontos citados acima fazem parte do arsenal ideológico da direita alternativa, a grande questão é o quanto existe um limite para as ações ideológicas desse grupo, no sentido legal, no sentido de minar ódio contra minorias e caso esses ideais fiquem mais sofisticados e polidos, podem gerar danos com esses fatores vindos intrinsecamente do discurso. Muitos dos que dividem desse pensamento utilizam fóruns e redes sociais para se expressar, alguns inclusive são carregados de ilegalidades e discursos de ódio a nível ápice da extrema direita, porém, neste trabalho falaremos sobre o Twitter. “Apesar do conteúdo alt-right geralmente ser gerado em sites explicitamente racistas e chans, o Twitter é o meio mais efetivo de divulgação de ideais e imagens alt-right” (HAWLEY, 2019, p.19)⁸

Isto se dá devido a mecanismos de algoritmo da rede social que permite engajamento, respostas mútuas, compartilhamentos rápidos e um filtro menor em comentários, a respeito de ilegalidades, que com o passar do tempo de ação da alt-right foi aumentado. Mesmo que “apesar dessas regras serem simples, ainda permanece obscuro como o Twitter discerne quando uma pessoa viola os termos” (HAWLEY, 2019, p.123).⁹

Este é um processo que implica diretamente na questão da liberdade de expressão versus discurso de ódio. É necessária uma filtragem, mecanismos para evitar estes tipos de engajamento, mecanismos estes que precisam avançar de modo que acompanhem e combatam efetivamente o ritmo intolerante que se espalha virtualmente.

Tendo em vista estas ponderações um elemento interessante a ser estudado a nível da extrema direita conservadora é Steve Bannon, que, segundo o professor Alexander, o pensamento se divide em questões binárias. Segue uma tabela exemplificando, criada por Jeffrey C. Alexander:

8 Tradução livre.

9 Tradução livre.

Quadro 1 – Pensamento Binário de Bannon

Estados Unidos (puro)	Eles (profano)
Povo	Elites
Verdadeiros Americanos	Imigrantes (não brancos)
Nacionalistas	Globalistas
Propriedade	Pobreza
Religioso	Secular
Cristão	Não Cristão
Ocidente	O Resto
Civilização	Barbárie

Fonte: ALEXANDER, 2018, p.1014.

Na tabela, podemos identificar termos opostos, de um lado com expressões normalmente usadas pela alt-right e do outro, o que eles se opõem, apoiando-se a um ideal discursivo pretendido pelo enunciador que se mostra intolerante às ideias progressistas.

Steve Bannon também municia ideais entre a extrema direita conservadora, trabalhando como um propulsor desse resgate de uma era gloriosa que não existe mais, e utilizando também de maniqueísmos para criar uma situação de “vilão x herói”. A grande questão é o quanto é possível para Bannon flutuar entre ideais mais radicais e também utilizar um discurso mais sofisticado (moderado entre os conservadores).

Podemos inferir rapidamente que os coletivos e espaços virtuais que compõem a rede da Alt-Right navegam por ideologias sensivelmente distintas, alguns mais marcados pelo conservadorismo tradicional, outros mais próximos do fascismo. Todavia, podemos encontrar indivíduos nesses espaços que expressem ou transitem por ambas ideologias, radicalizando suas posições em algum momento. É o caso de Steve Bannon,” (POGGI, 2018, p.341)

Este caso não é exclusivo de Bannon, havendo outros grupos mais conservadores também capazes de fazer essa flutuação, ou mesmo que, participe de um protesto em conjunto com pessoas carregando suásticas e não se considerando neonazistas, porém também com outros ideais em comum. Ainda sobre Bannon, o autor “inverte a observação de Clausewitz sobre a guerra ser a política por outros meios. Para ele, a política é a guerra por outros meios” (ALEXANDER, 2018 p.1014).

Isto envolve argumentos de crise, inimigos (exatamente o tratamento diferente do que se é dado a um adversário político), debates com diversas interrupções, até mesmo fake news, táticas utilizadas pela nova direita conservadora. Bannon ainda traz a influência de atores abertamente fascistas e busca a sua própria revolução baseada em combater valores profanos, sejam esses os valores progressistas ou do liberalismo no qual ambos estão perdidos e obsoletos, chegando a ser tratado como uma influência sobre Trump, fazendo com que o cenário melhore para o jogador político, incluindo fazer ideias antidemocráticas sensibilizarem alguns estadunidenses, e que ideias democráticas sejam vistas como ruins (ALEXANDER, 2018).

Ranquetat (2020) indica que Bannon visa ser um expoente (internacional) de suas ideias, articulando com importantes atores políticos e movimentos. Já teve encontros com figuras políticas como os filhos de Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho, Marine Le Pen, entre outros.

Em certa passagem de seu trabalho, Ranquetat (2020) discorda de Alexander no sentido de Bannon ser um perseguidor antimodernista, e que, na realidade, defender o nacionalismo, o ocidente e outros pontos defendidos por Bannon, são atos bem modernos e atuais. É “apenas um nacionalista preocupado com a destruição dos costumes, hábitos culturais e tradições de seu povo.” (RANQUETAT, 2020 p.34).

De fato, como dito anteriormente, Bannon possui facilidade em flutuar entre os discursos mais radicais e mais moderados como foi trazido pela passagem de Poggi (2018), mesmo que Ranquetat ainda

diga mais a frente em seu trabalho que “Bannon está articulando e mobilizando forças e atores na Europa e em outras partes do mundo para dar início a uma revolução global de caráter nacionalista e populista” (RANQUETAT, 2020 p.34).

Esta “evolução” nada mais é do que esse levante da extrema direita global tentando trazer de volta uma época supostamente gloriosa do passado. A mesma movimentação que em muitos países envolvem riscos democráticos, e discursos carregados de ódio citados anteriormente.

Destacam-se os problemas da nova direita conservadora com um nacionalismo étnico centrado, e um populismo nacionalista (que no geral também é centrado na questão racial) prosseguindo os planos globais tocam em um aspecto importante para a reflexão de modo que:

Este movimento criado por Bannon visa, primordialmente, unir todas as forças políticas nacionalistas e populistas da Europa. O grupo buscará realizar encontros, conferências e palestras sobre temas políticos relevantes para as novas organizações e atores soberanistas. (RANQUETAT, 2020, p.34).

No que tange a Europa, existe uma diferenciação na lei de liberdade de expressão dos EUA, que segundo Hawley (2019), os países europeus possuem mais rigidez acerca de discursos de ódio, porém, a extrema direita varia sua forma de se manifestar, sendo possível mais facilidade em partidos políticos para participarem com seus ideais.

Hawley traz à tona a questão da Alt-lite ou Alt-light. Para ele, “este termo foi inicialmente criado pela alt-right para se referir aos seus membros menos radicais. A alt-lite geralmente usa pontos de argumentação e táticas que relembram a Alt-right, mas suas figuras maiores pararam como racismo explícito” (HAWLEY, 2019 p.185)¹⁰. Isto demonstra mais ainda a flutuação da direita alternativa e da nova direita conservadora, frisando que a tendência é que na Europa, o discurso da “alt-lite” aconteça, e ao invés de explícito, os pontos compactuados sejam mais implícitos.

10 Tradução livre.

Portanto, membros da direita alternativa possuem semelhanças e divergências em alguns dos seus pensamentos, mesmo que compactuando ou não com grupos mais radicais, algumas partes sendo mais explícitas quanto a intolerância e outras menos. Os desdobramentos possíveis desta parte da nova direita conservadora, essa extrema direita que parece se tornar um expoente global, que mesmo após a passagem de Donald Trump pela casa branca, continua tendo membros influentes globalmente, como os dois candidatos pesquisados neste trabalho.

Um desdobramento que pode demonstrar essa instabilidade e incógnita da extrema direita conservadora, foi a invasão ao Capitólio nos EUA conforme demonstrado por Da Redação (2021), ocorrido em 6 de janeiro de 2021. Segundo a reportagem, houve 5 policiais mortos e outros 140 ficaram feridos. De acordo com Cohen (2021), mais de um quarto dos 45 réus com laços militares também estão ligados a grupos de extrema direita.

O TWITTER COMO VIA DE COMUNICAÇÃO DO DISCURSO ALT-RIGHT: ANÁLISE BOLSONARO VS LE PEN

Marine Le Pen é a candidata do *Rassemblement National (RN)*, antigo partido de seu pai, Jean-Marie Le Pen. Em 2018 a candidata alterou o nome do partido que se chamava *Front National (FN)*. Esta alteração faz parte de um processo para tornar o partido mais *mains-tream*, para retirar o peso histórico de ideais intolerantes explícitos que havia no partido na época do pai de Marine, uma suavização, porém mantendo ainda pensamentos anti-imigratórios etc. (2021)

No Brasil, temos Jair Bolsonaro, que é um militar que teve a sua primeira participação política com o cargo de vereador do Rio de Janeiro

em 1988. Bolsonaro é reconhecido por defender valores cristãos e da família, uso de armas de fogo e pautas contra o aborto.

Agora, serão analisados tweets dos candidatos supracitados utilizando como bases a questão central da liberdade de expressão versus discurso de ódio.

Figura 1 – Tweet Marine Le Pen ¹¹.



Marine Le Pen discursa sobre retomar a grandeza francesa. Se assemelha ao discurso de uma época gloriosa que foi perdida, líderes do populismo nacionalista tendem a utilizar dessa retórica, aproveitando para atacar avanços da globalização chamados por esses líderes de globalismo (um termo que envolve diversos aspectos do progresso).

¹¹ Tradução livre: “Por ter um lugar especial no mundo, a França deve retomar sua independência e sua autonomia. Deve-se respeitar os três grandes princípios da diplomacia francesa: a independência, a equidistância e a constância.”

Figura 2 – Tweet Marine Le Pen 2¹²



Este tweet tem um ponto interessantíssimo, pois se pauta de um mecanismo do jogo democrático para legitimar um discurso preconceituoso, de negação ao imigrante (geralmente islâmico ou de origem africana), tem como pilar um etnocentrismo europeu, relações a respeito da perda de direitos e privilégios geralmente envolvendo uma classe média branca que acredita ter que “competir” pelos seus direitos com os imigrantes. Imigrações envolvem muitas vezes mão de obra, alguns trabalhos também menos remunerados e fatores complexos, porém podem movimentar positivamente uma sociedade no sentido

12 Tradução livre: “Nós assistimos a uma imigração de uma ocupação que os franceses não quiseram. Eu os darei a palavra sobre este tema fundamental, consultando-os por referendo sobre o fim da imigração.” Slogan: “Por causas de ondas contínuas, a imigração massiva transforma nossas ruas, nossos bairros, nossas cidades em zonas que não são França.”

econômico e no sentido do pluralismo cultural. Tornar um imigrante um inimigo, é um perigo para o jogo político e para fomentar discursos de ódio. É a retórica da guerra e da pureza que também está presente nos binarismos de Bannon.

Figura 3 – Tweet Marine Le Pen 3¹³



Marine Le Pen possui como seu carro chefe eleitoral políticas anti-imigratórias, pretende por exemplo proibir o uso de línguas estrangeiras na publicidade e o fim do uso de escrita inclusiva. Busca reafirmar a “força” da língua francesa. Esta imagem reflete a preocupação com o imigrante, como se o mesmo se instalasse como um inimigo que vem ganhando força e vai solapar a cultura e os valores franceses (geralmente valores ultraconservadores).

13 Tradução livre: “Em alguns bairros, não é somente uma outra França que se instala: é também uma outra língua.” O slogan repete a frase.

Figura 4 – Tweet Jair Bolsonaro 1.



Em seu tweet, Jair Bolsonaro caracteriza a esquerda como marginal, cita ataques às tradições do nosso povo e ofensa à fé de milhares de cristãos. Neste ponto, destaca-se um argumento utilizado por alguns membros da extrema direita conservadora nacional: a “Cristofobia”. Termo utilizado por Bolsonaro em discurso na ONU como indicado por Bajornas (2020), que de forma muito resumida, é um ódio a cristãos, e por vezes, é presente na retórica do presidente. Nesta imagem, está incluída também uma pureza religiosa, que está sendo manchada

pela oposição, que no geral é corrupta, criminoso, etc. Um binarismo carregado de ódio à oposição, que tenta inclusive ser invertido, um ataque aos valores da família, dos cristãos, ao ocidente, etc, geralmente estão presentes dos discursos da alt-right e da nova extrema direita conservadora que por mais que não haja políticos abertamente fazendo parte de seu movimento, por vezes parecem compactuar e se encaixar perfeitamente em alguns ideais.

Figura 5 – Tweet Jair Bolsonaro 2.



Nota-se nessa imagem o tom ácido geralmente presente na direita alternativa. A nuança entre uma ameaça e humor como escudo para o mesmo, como se fosse apenas uma piada, ou nada além disso. Neste ponto, Marine Le Pen é muito mais cuidadosa e sutil em seus discursos e intenções políticas do que Jair.

Figura 6 – Tweet Jair Bolsonaro 3.



Mais uma defesa dos valores ultraconservadores e um ataque à oposição. Mais adiante, neste fio, Jair fala que se o próximo presidente eleito for Lula (PT), poderia ter influência no STF, e como dito na

imagem, segundo Bolsonaro, a esquerda visa destruir estes valores da nova extrema direita conservadora. Além da relação feita entre a defesa de abortos legais ser um assassinato de crianças, no populismo nacionalista de direita de Jair Bolsonaro, toda a oposição é corrupta e criminosa, mais do binarismo presente na tabela supracitada.

CONCLUSÃO

A direita alternativa segue como um movimento político global, e seus desdobramentos podem ser diversos. Esta pesquisa tem como proposta avaliar discursos, nota-se que Le Pen possui uma maior sofisticação em sua retórica. Na Europa, existem leis mais rígidas a respeito de símbolos de ódio e liberdade de expressão, porém, mesmo assim, Le Pen possui pautas carregadas de preconceito. Preocupa o uso de instituições democráticas para proibir pluralismos étnicos, culturais, etc. O Populismo nacionalista parece estar criando inimigos na mente dos cidadãos, colocando aqueles que não são a etnia central do país como invasores de privilégios. Esta intolerância não é cabível numa sociedade que busca o progresso, nem mesmo de maneira implícita.

Bolsonaro possui um discurso menos sofisticado, e ataca de forma mais explícita e constante a sua oposição. No populismo nacionalista utilizado por Jair, todo o Estado e as instituições foram tomados pela corrupção e cabe a ele limpar, trazer a pureza ao sistema (tal qual os valores puros e religiosos do binarismo de Bannon). Neste nível, as instituições do Estado também parecem estar sendo enfraquecidas, como um aparelhamento ideológico, por vezes parece que o discurso e as ações do Presidente brasileiro, testam os limites das instituições democráticas.

Le Pen está em um estágio mais avançado de campanha eleitoral do que Jair Bolsonaro, mas ao decorrer do tempo, será interessante observar o que pode vir a ser um aumento de ataques aos opositores, e caso compareça a debates, o mesmo pode acontecer, se armarem

de discursos carregados de bravatas, constantes interrupções e até mesmo com o uso de dados falsos.

É fundamental uma preparação das instituições democráticas e um trabalho das empresas responsáveis pelas redes sociais digitais para que não seja quebrado ou ultrapassado o limite ético do debate, para que políticas intolerantes não se normalizam no debate público ou no debate online, e em alguns casos, novas leis e ações inovadoras são necessárias, pois com o passar do tempo, a política parece estar cada vez mais utilizando das plataformas online para ganhar força, espaço e engajamento para os candidatos, já que este avanço tecnológico da política está acontecendo que o mesmo não seja uma guerra tal qual Bannon parece desejar. Que a força, o espaço e o engajamento sejam buscados através de maneiras democráticas e legais, respeitando o jogo político e combatendo a intolerância.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Vociferando Contra o Iluminismo: A ideologia de Steve Bannon. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v.08.03: 1009 – 1023, set.– dez., 2018

BAJORNAS, Rick. Em discurso na ONU, Jair Bolsonaro pede combate à “cristofobia”. **ONU News Perspectiva global reportagens humanas**. 22 de setembro 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727002>. Acesso em 26 de fev. de 2022

BOLSONARO, Jair. Um vereador petista, próximo a Lula, lidera invasões de igrejas. A vice na chapa petista a presidência em 2018 celebra a liberação do assassinato de bebês até o 6º mes de gestação. Foi isso o que o povo rejeitou nas urnas em 2018 e que ele irá julgar com o voto em 2022. Infelizmente, em muitos países o aborto foi legalizado através do ativismo judicial. por meio da usurpação de funções legislativas por parte das cortes superiores. 23, fev. 2022. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1496554688623300614?lang=ar-x-fm>. Acesso em: 26 de fev. de 2022

BOLSONARO, Jair. Confesso que não dá para disputar uma olimpíada, mas em uma eventual invasão de propriedade, se o alvo fosse um gordinho do seu tamanho não ficaria tão difícil acertar. kkk. 07, fevereiro, 2022. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1490736969860669445>. Acesso em: 26 de fev. de 2022

BOLSONARO, Jair. Acreditando que tomarão o poder novamente, a esquerda volta a mostrar sua verdadeira face de ódio e desprezo às tradições do nosso povo. Se esses marginais não respeitam a casa de Deus, um local sagrado, e ofendem a fé de milhões de cristãos, a quem irão respeitar?. 07 de fevereiro de 2022. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1490809040942870528>. Acesso em: 26 de fev. de 2022

COHEN, Marshall. Um em cada dez réus pela invasão do capitólio tem ligação com serviços militares. **CNN**. 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/um-em-cada-dez-reus-pela-invasao-do-capitolio-tem-ligacao-com-servicos-militares>. Acesso em: 26 de Fev. de 2022.

DA REDAÇÃO. Invasão do Capitólio nos EUA completa um ano com discurso de Biden. **Exame**. 06 de jan. de 2022. Disponível em: <https://exame.com/mundo/capitolio-eua-1-ano>. Acesso em: 26 de fev. de 2022

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**; Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. – 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2007.

HAWLEY, George. **The Alt Right What Everyone needs to know**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.

LE PEN, Marine. Dans certains quartiers, ce n'est pas seulement une autre « France » qui s'installe : c'est aussi une autre langue. 16 de fevereiro de 2022. Twitter: @MLP_officiel. Disponível em: https://twitter.com/MLP_officiel/status/1493940739235057668. Acesso em: 26 de fev. de 2022

LE PEN, Marine. Nous assistons à une immigration de peuplement que les Français n'ont pas voulue. Je leur rendrai la parole sur ce sujet fondamental, en les consultant par referendum sur l'arrêt de l'immigration. 13 de fevereiro de 2022. Twitter: @MLP_officiel. Disponível em: https://mobile.twitter.com/MLP_officiel/status/1492842459382042627?cxt=HHwWhsCykdaT0rcpAAAA. Acesso em: 26 de fev. de 2022

LE PEN, Marine. Pour avoir une place particulière dans le monde, la France doit retrouver son indépendance et son autonomie. Il faut respecter les trois grands principes de la diplomatie française : l'indépendance, l'équidistance et la constance. 13 de fevereiro de 2022. Twitter : @MLP_officiel. Disponível em:

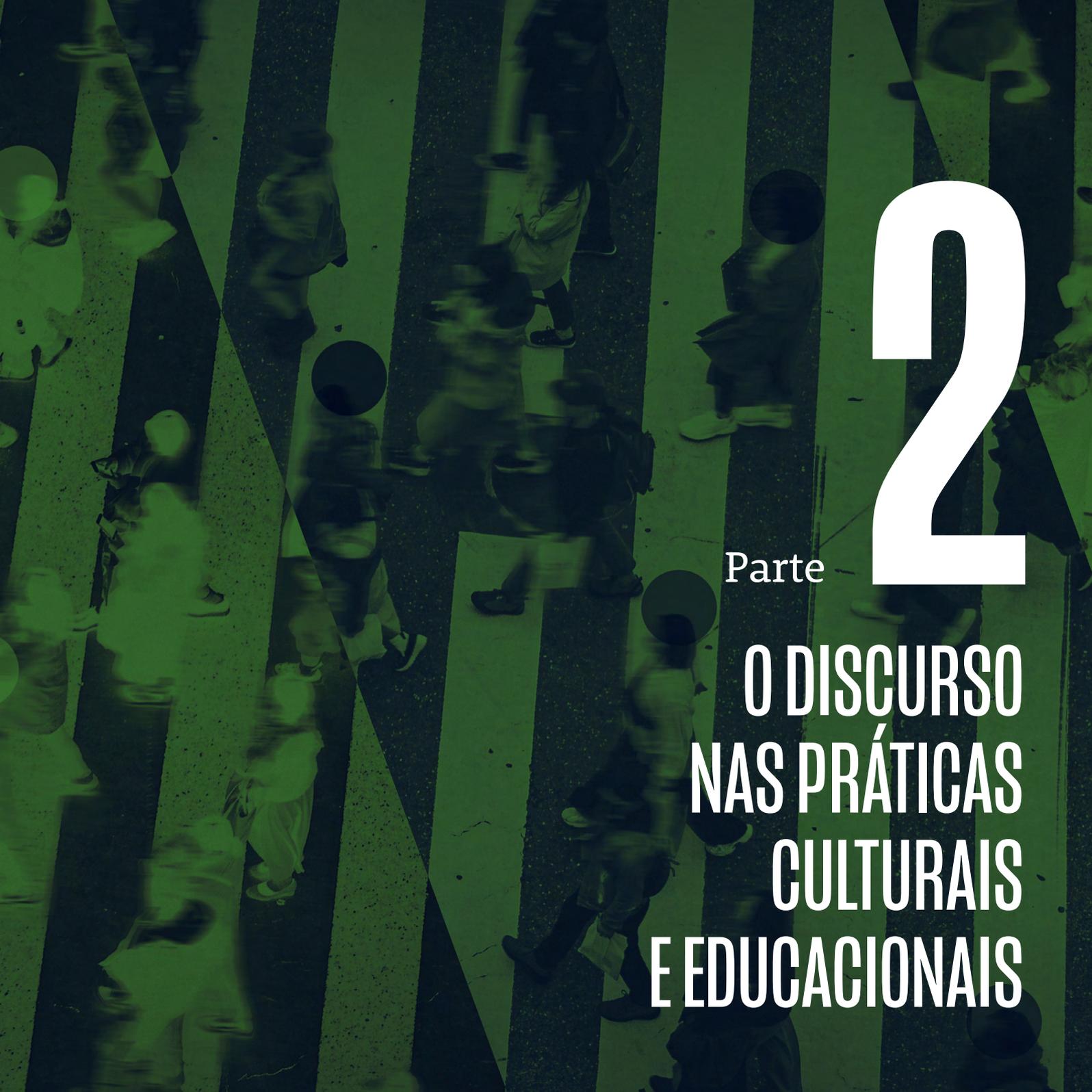
https://mobile.twitter.com/MLP_oficial/status/1492961377526464520?cx-t=HHwWkIC-rc-diLgpAAAA Acesso em: 18 de fev. de 2022

MAIN, Thomas J. **The Rise of the Alt Right**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2018.

NEWS WIRES. France's far-right Marine Le Pen under fire for going mainstream. **France 24**. 03 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20210703-france-s-far-right-marine-le-pen-under-fire-for-going-mainstream>. Acesso em: 26 de fev. de 2022

POGGI, Tatiana. Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo. **Marx e o Marxismo**, v.6, n.º.11, p.326-354, jul/dez 2018.

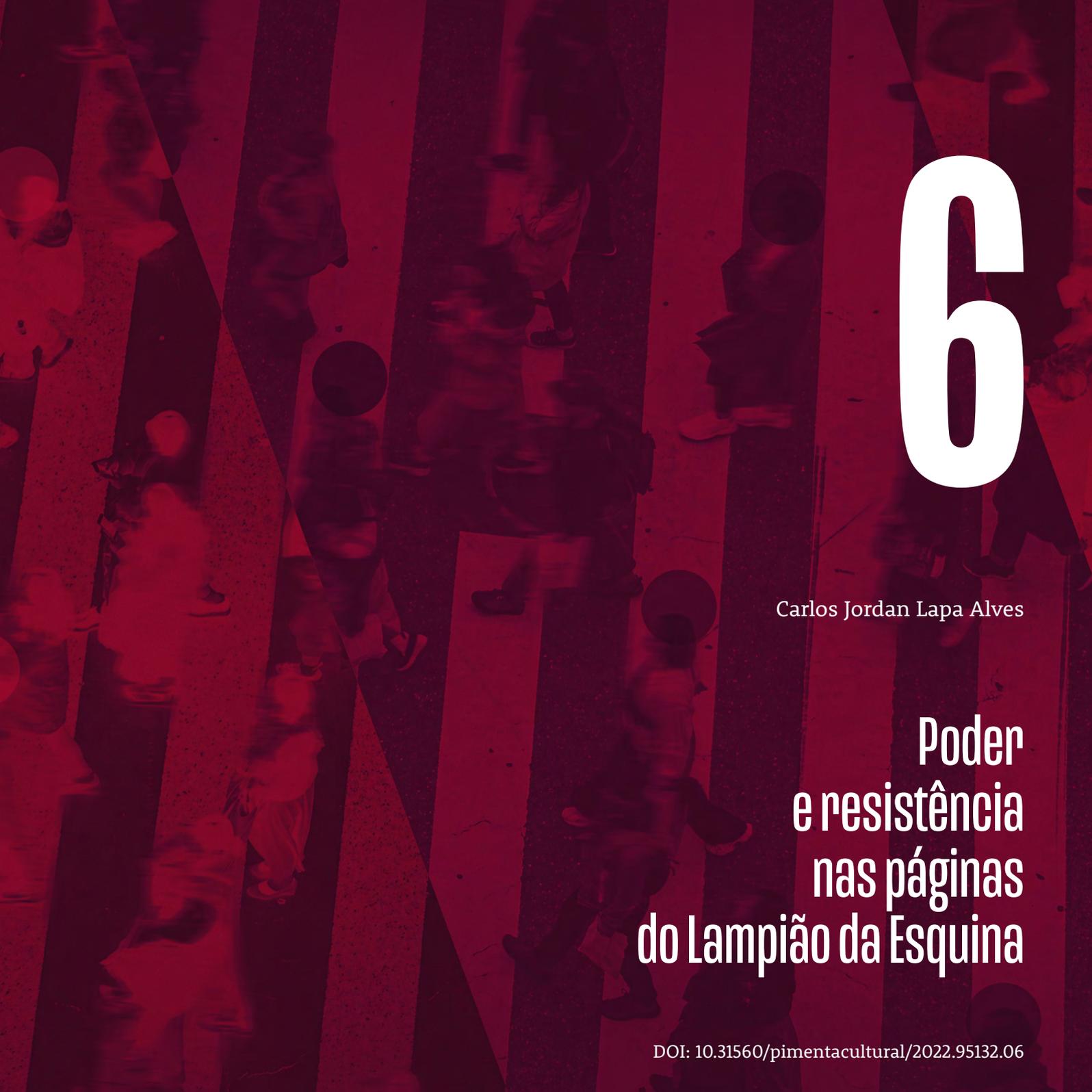
RANQUETAT, César Alberto Junior. Steve Bannon: O Ideólogo da nova direita populista americana, **Revista de Geopolítica**, Natal, v.11, n.º2, p. 25-39, abr./jun. de 2020.



2

Parte

O DISCURSO NAS PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS



6

Carlos Jordan Lapa Alves

Poder e resistência nas páginas do Lampião da Esquina

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.06

INTRODUÇÃO

O discurso sempre foi usado como mecanismo de poder, de domínio das massas e de elevação aos tronos sociais individuais que dominam com destreza suas potencialidades do discurso. Nesse sentido, distintos senhores ao se reunirem em volta de uma mesa para pensar o surgimento de um jornal voltado para o público gay, também buscam dominar seus leitores por meio do discurso.

Posto isso, a partir deste momento, buscamos as intenções (reveladas e não reveladas), as causas e os efeitos das práticas discursivas produzidas pelo antigo jornal *Lampião da Esquina* com o objetivo último de entender sua interferência na forma de ser e pensar a homossexualidade.

Selecionamos a edição de maio/junho de 1978, pois foi a primeira edição produzida em larga escala, uma vez que na edição número zero os editores escolheram os leitores e enviaram o jornal pelos correios ou entregaram em mãos.

Assim, estruturamos o estudo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção debatemos as relações entre discurso, mídia e poder. Na segunda parte, apresentamos a formação e as características do jornal *O Lampião da Esquina*. A terceira seção é destinada às análises. Por fim, realizamos algumas considerações finais.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Com o início da comunicação de massa, ao longo do século XX, o poder centralizador buscou tornar-se mais que poder simbólico, falamos de capital político, econômico e social que a mídia incorporou

a sua estrutura. Utilizando como principal matéria-prima o discurso, os meios de comunicação são instrumentos de capitalização e instrumentalização do poder mas também de resistências.

Nesse sentido, para Michel Foucault (2003), uma sociedade sem as relações de poder e força é pura abstração. Segundo o filósofo, a sociedade em todos os seus aspectos e espaços encontra-se atravessada por múltiplas relações de poder e estas, por sua vez, não se situam em apenas um lugar ou são representados por uma única instituição ou um único sujeito. O poder, em suma, é onipresente e imanente no corpo social manifestando-se através das nossas práticas cotidianas. Assim, Foucault questiona alguns dos pressupostos de poder em Deleuze e lança a ideia da microfísica do poder.

Entretanto, não interessa a Foucault conceituar a palavra poder (GREGOLIN, 2006), mas pensar sua forma de atuação dentro dos sistemas e das práticas sociais, historicamente construídas, e as formas pelas quais o poder exerce a sua influência. Desta maneira, Foucault pretende responder à pergunta: “[...] quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados?” (FOUCAULT, 1981, p. 174).

Fato é, pois, que para Foucault, o poder existe em autonomia e nas formas mais específicas, em níveis elementares. Em outras palavras, não é uma dominação global ou centralizada; não é uma estrutura, mas um aparato que se espalha continuamente e contamina todos os setores da vida pública e privada, de modo contínuo e homogêneo; ele perpassa poderosos e miseráveis da mesma forma. Portanto, segundo Foucault (1981), não existe uma teoria que se arraia de forma definitiva e geral sobre o poder, pois ele não o considera como uma instituição ou uma coisa, mas como uma sequência de práticas sociais constituídas historicamente, podendo, desta maneira, ser revisto e (re)pensado a partir do novo.

No Brasil, grande parte das micro-lutas pelo poder encontra-se no interior dos veículos midiáticos, intencionalmente ou de forma involuntária, pois estes se vestem de uma legitimidade que é forjada pelo próprio controle do poder e do discurso que, por sua vez, controla os papéis sociais, conceitos e valores. Além disso, segundo Navarro-Barbosa (2003, p. 115-116), o “[...] objeto da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico e, muitas vezes, em espetáculo”. Em outras palavras, muito mais que espetáculo, pois o fato narrado através do discurso midiático ganha estatuto histórico, ora o fato realmente acontecendo, ora não. Portanto, o evento se torna histórico apenas por ter sido noticiado pelos veículos de comunicação, uma vez que, o “[...] lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116).

Através da capacidade de perpetuar, consolidar e, até mesmo, criar acontecimentos, à mídia é atribuído o poder de consolidar as realidades. Porém, para isso, escolhas são feitas, edições são criadas, forças agem por trás dos acontecimentos que se transformam em discurso jornalístico (GREGOLIN, 2007). No entanto, para entrar na ordem do discurso, ações complexas são feitas para criar e manter a produção de sentido, ora pesquisas sobre figuras públicas, sínteses-narrativas, ora representações do corpo social. Em outras palavras, segundo Gregolin (2003), podemos considerar esses movimentos como tentativas de resgate da memória e da identidade social.

Além de escolhas editoriais, o discurso jornalístico esconde o poder por meio das próprias escolhas discursivas, pois ao materializar as sínteses narrativas em forma de texto os jornalistas acabam criando interdiscursos. Nesse sentido, Gregolin (2003, p.97) alerta que é impossível a compreensão total de todos os interdiscursos em um texto: “o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social”. O efeito

de coerência e sentido possibilita a sensação de compreensão do discurso, mas, na verdade, funciona como mecanismo de manutenção da ordem e da subserviência produzidos por aqueles que produzem, controlam, ordenam e classificam os acontecimentos através do discurso.

Através da suposta compreensão discursiva os sujeitos se sentem dentro dos acontecimentos discursivos e capazes de realizar julgamentos. Entretanto, como postulado por Charaudeau (2015), a função da mídia é mediar a relação entre acontecimento e indivíduo e, por sua vez, os leitores produzem formas simbólicas de realidade através da representação difundida pelo discurso midiático. Com isso, "a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social no interior do qual os indivíduos percebem-se em reação a si mesmos e em relação aos outros" (GREGOLIN, 2003, p. 97). Portanto, é através da sensação de participação discursiva que os indivíduos se reconhecem na coletividade e na identidade.

Por meio de instrumentos próprios de dominação e pela sensação de participação na realidade social não raramente a mídia recebe o apoio da sociedade civil, uma vez que a população enxerga nas instituições midiáticas poderosos e inquestionáveis meios pelos quais a realidade se define (GREGOLIN, 2007). Foucault conceitua esta força como poder disciplinar, pois, segundo o francês, o poder é internalizado no sujeito com a finalidade de naturalizar a dominação e tornar-se ininterrupto. Com a construção das grandes máquinas de dominação e poder, como a mídia, as sociedades capitalistas modernas produzem indivíduos assujeitados, disciplinados, isto é, corpos dóceis.

Nesse sentido, desde que a prensa de papel foi popularizada por Gutenberg em 1455 (SODRÉ, 1994), o jornal se tornou a *pari passu* um mecanismo de controle e de poder. Assim, o que alimenta a mídia é o discurso e o discurso se torna instrumento de dominação e, pior, muitas vezes, de legitimação da inferioridade de determinados grupos sociais, pois se a população vislumbra nos jornais os representantes

legítimos da verdade, o discurso é um dos principais instrumentos pela qual a verdade é dita, ou pelo menos que acredita ser; o discurso jornalístico pode ser usado para disciplinar os corpos, pois, segundo Foucault (1981), o discurso é o puro poder, verdades e mentiras nas quais quem o controla tem interesse em disseminar, uma vez que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Para o pensador das proibições o poder não existe em sua totalidade, onipotência, pois os indivíduos não agem passivamente diante de todas as ações desta força. Assim, ao teorizar o poder, Foucault (2009) acaba falando de resistência, uma vez que os sujeitos encontram nas suas malhas formas de resistir à dominação; não existe disciplinarização, poder, domínio ou vigilância absoluta, pois as relações de poder são transitórias e, por isso, sofrem rupturas, o que torna possível trocar a docilidade dos corpos pela revolução, a ordem pela desordem. Portanto, segundo Foucault, não existe poder sem resistência ou resistência sem poder, pois essas forças estão ligadas em uma luta contínua pelo estabelecimento de suas verdades, ideologias e domínios, se “só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da história” (GREGOLIN, 2003, p. 101).

Nesse processo, segundo Gregolin (2003), ao apresentar as relações de dominação e a intimidade entre poder e sujeito Foucault busca analisar as formas de resistência; onde elas nascem? Quais são os pontos de atuação? Quais as formas de existência e os métodos utilizados contra o poder? Assim, antes de tentar compreender as relações de poder é necessário passar pelos mecanismos de resistência. Segundo Foucault, existem duas vias de atuação das formas de resistência: primeiro elas lutam pelo direito à diferença, pelas diferentes formas de existência; na segunda frente elas combatem as formas de individualização, tudo o que pode causar o isolamento social do sujeito. Portanto, elas não agem em prol ou contra o indivíduo, mas contra os efeitos de poder.

Todavia, nessa incansável relação de poder, segundo Foucault (2009), temos características que não variam, pois, toda estratégia de dominação pode ser vencida pelas formas de resistência e, consequentemente, toda forma de resistência almeja ser forma de poder. Nas formas cíclicas pelas quais o poder existe e exerce sua influência as rupturas são inevitáveis e são por essas fissuras que as resistências chegam ao poder, ora resistindo, ora sendo instrumentos de dominação.

Portanto, mesmo com as formas de dominação, disciplinarização e influência das mídias, como instância de poder, sofrem resistência de indivíduos ou grupos que almejam o lugar de poder. Por vezes a resistência é feita por outros veículos midiáticos que enxergam na contraposição ideológica o caminho para alcançar a superioridade midiática.

Posto isso, o discurso anseia por virar ordem discursiva e a mídia deseja, intencionalmente ou não, tornar a prática discursiva condizente com a realidade, ou seja, o fato precisa ser no mínimo verossímil, pois é assim que estas instâncias (poder-discurso-mídia) se associam e se fundem. Nesse sentido, é importante lembrar que a verdade é deste mundo e que faz parte das estruturas do poder, portanto, podemos alcançá-la.

LAMPIÃO DA ESQUINA

O *Lampião* caracteriza-se como um jornal alternativo que surgiu durante a Ditadura Civil Militar Brasileira. Segundo Alves (2016), o *Lampião* buscava ser uma voz resistente e potente das minorias frente a uma ordem discursiva que não abraçava o diferente, as minorias, e não retratava os guetos brasileiros.

O jornal surgiu a partir do encontro do editor Winston Leylan, da *Gay Sunshine Press*, uma revista *gay* estadunidense, com jovens

artistas que logo se motivaram a criar o jornal que, por consequência, acabou por consolidar o *Movimento Gay* no Brasil. Segundo Alves (2016), o corpo editorial do jornal era composto por 11 pessoas: Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques, Gasparino Damata, João Antônio Mascarenhas, Darcy Penteado, Jean Claude Bernardet, Peter Fry, Francisco Bittencourt e João Silvério Trevisan, os chamados senhores de respeito, como se intitularam na edição número zero do periódico; forma específica de afirmar ao público que aquele jornal manteria uma postura séria e coerente.

Desta forma, a união de vários artistas de diferentes áreas e a vontade de criar um veículo de comunicação para denunciar as mazelas sociais e políticas enfrentadas pela comunidade *gay* possibilitou a criação de uma homoidentidade brasileira, ou, pelo menos, foi o ponto de partida, através da reprodução no jornal de expressões que a população *gay* utilizava nos guetos (FRY e MACRAE, 1985; RODRIGUES, 2015, ALVES, 2016).

A escolha do nome do periódico pelos editores já pode ser considerada uma forma de resistência e crítica aos processos de exclusão de determinados grupos sociais. “Lampião” se refere simbolicamente à forma de luz, um mecanismo capaz de iluminar sujeitos que se encontram às margens da sociedade, nos guetos escuros, mas também faz alusão ao “cabra macho”, nordestino, cangaceiro, símbolo de virilidade e masculinidade; em contrapartida, “Esquina” funciona como quebra de paradigma, crítica moral, pois remete ao sujeito que se encontra no desvio dos caminhos morais da sociedade, por um lado, mas buscando novos rumos e orientação, por outro. O *Lampião* se coloca como mecanismo de ruptura de poder, pois tem como função mostrar a sociedade que nem todo viado é afeminado, e, se caso for, também é normal, pois a homossexualidade existe em sua variedade. Nesse sentido, o periódico trabalha nas esquinas, nos guetos, no submundo fazendo críticas e relevando à sociedade as condições de prostitutas, travestis, homossexuais e negros (BANDEIRA, 2006).

Rodrigues (2015) conta que os editores escolheram os poucos leitores do número Zero do jornal, pois havia risco de censura. Para isso, o jornal enviou a edição dentro de um envelope de papel pardo fechado para não comprometer quem recebesse. No entanto, logo após o lançamento da edição número Zero, os editores lançaram ao público em geral a primeira tiragem. Segundo MacRae (1990), foram confeccionados 10 mil exemplares. O jornal estruturava-se da seguinte forma: Opinião (editorial), Esquina (artigos variados), Reportagem, Tendência (cultura), Ensaio, Literatura e Cartas na Mesa. Como era um jornal feito por e para homossexuais os lugares de venda eram poucos e, além disso, os leitores tinham medo de represálias, exposição pública ou de revelar a própria sexualidade. Os guetos tornaram-se os principais caminhos percorridos pelo *Lampião* para alcançar seu público; boates, saunas e bares eram os locais de venda. Dessa forma, segundo Rodrigues (2015, p.91), “o *Lampião da Esquina* iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade *gay* no Brasil”.

Segundo Bandeira (2006), desde o Iluminismo cabia aos homens das letras e do conhecimento iluminar a sociedade e libertá-la do obscurantismo que afeta negativamente as relações sociais. Desta forma, como homens das letras os editores do *Lampião* se vestiam de uma legitimidade forjada pela vivência, mas, sobretudo, por serem reconhecidos pela capacidade intelectual, artística e crítica. Nesse sentido, o autor defende que todos os aspectos do periódico foram pensados para promover críticas sociais e problematizar os aparelhos de dominação que já estavam consolidados pela sociedade burguesa brasileira. Além disso, os editores viam a necessidade de desconstruir do imaginário social a ideia de que os homossexuais só conversavam sobre sexo, plumas e paetês. Era preciso, portanto, promover discussões intelectuais, mas, ao mesmo tempo, acessíveis a todos os públicos. Entretanto, a linguagem séria logo se tornou enfadonha e muitos leitores criticaram a configuração do periódico, pois lembrava os grandes veículos de comunicação. Por fim, os editores concordaram com os leitores e tornaram a linguagem mais leve, mas sempre com tom crítico.

Desta maneira, segundo Rodrigues (2015, p. 96), o *Lampião* busca “do número um até o fim dos seus dias [...] tentar ‘iluminar boa parcela da comunidade gay’”. Para isso o periódico buscou alcançar os mais variados públicos e suas particularidades, da bicha de mictório ao *guei* empresário, da caminhoneira à freira entendida, das travestis aos heteronormativos, dos homens às feministas, pois os editores buscavam tornar as páginas do jornal democráticas ideologicamente.

Fato é, pois, que a partir das publicações do jornal as questões relacionadas à comunidade *gay* puderam ser analisadas de forma mais crítica desvinculando-se dos achismos e dos preconceitos disseminados dentro da sociedade, isto é, trazendo para o centro das discussões sociais a presença e a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos dos homossexuais. “É assim que compreendemos a apresentação, no título do editorial número zero da proposta do jornal: Saindo do gueto. O *Lampião* surge com a proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito” (RODRIGUES, 2007, p. 69). Além de levar para o centro das discussões os problemas enfrentados pelos homoeróticos, o periódico se preocupava com outras minorias sociais. Talvez o sucesso do tabloide esteja ligado à possibilidade de dar voz às minorias que durante anos foram amordaçadas. Lembra-nos Rodrigues (2015, p. 98): “o discurso do *Lampião da Esquina* é de não conformismo”.

ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Figura 1 - Edição de maio e junho de 1978 do *Lampião da Esquina*.



O primeiro detalhe que podemos acionar é a utilização do pronome possessivo “nossas”, pois ao eleger o plural além de se colocar como sujeito discursivo o autor se coloca como agente possuidor. Em outras palavras, podemos inferir, logo de início, que a intenção não é descrever um objeto longe ou fora da realidade e da vida do editor. Ao contrário, ao fazer uso de um pronome possessivo ele se coloca bem mais próximo do objeto e dos leitores. Além disso, podemos considerar a utilização do pronome citado como atitude discursiva clara que o autor encontrou para revelar aos leitores que ele fala em nome de um grupo de pessoas, de uma minoria, ao mesmo tempo que pertence a ele. Outra leitura possível é aquela na qual o sujeito discursivo clama não aos seus pares (pessoas), mas aos grupos sociais historicamente vulneráveis. Nesse sentido, o alcance discursivo do “nossas” se torna muito maior, uma vez que, estamos analisando um jornal que na edição Zero se colocou como porta-voz não somente dos homossexuais, mas das mulheres, dos negros e de todos aqueles sofrem com o preconceito, discriminação e carregam nos ombros os mais pesados estigmas. Portanto, as três possibilidades apresentadas de leitura do pronome “nossas” não se anulam, pelo contrário, elas reforçam a ideia de um sujeito discursivo que almeja participar da prática enunciativa de forma ativa, colocando-se no centro mesmo da enunciação.

Ao pegarmos a frase “nossas gaiolas comuns” podemos perceber a vontade do emissor de apelar as memórias discursivas dos grupos que ao longo da história sofreram preconceitos, haja vista que os sujeitos são sociais, mas os sentidos discursivos são construídos historicamente. Segundo o dicionário Aurélio (2010), gaiola significa “prisão para feras; jaula”, ou seja, mecanismo de aprisionamento, cerceamento de liberdade; em um tempo não muito distante os negros eram tratados como feras, acorrentados, aprisionados e quando a escravidão, por meio de muita luta, chegou ao fim, a comunidade negra se viu presa em outras gaiolas: a gaiola cultural, a de classe, a de cor e raça. As gaiolas que prendem os homossexuais não são de ferro ou

aço, pois elas são forjadas no calor dos valores morais, por homens de bens que podem através de uma ordem discursiva eleger o que é normal e o supostamente anormal. As gaiolas que prendem as mulheres são simbólicas e físicas; do espartilho à valorização da virgindade. Nesses termos, o autor busca na memória discursiva dos oprimidos as relações de semelhança e familiaridade, propõe pensar que a ordem do discurso que submete todas as minorias aos julgamentos e consequências morais da sociedade é a mesma.

Como aponta Gregolin (2007), é preciso pensar a mídia como dispositivo social capaz de produzir deslocamentos, desterritorializações e batalhas discursivas. Nesse sentido, é possível perceber a intenção do autor em criar um cenário ideológico e político onde dois grupos sociais ganham destaque: Eles *versus* nós, opressores e oprimidos, afortunados e miseráveis. A profusão da ideia de luta de classes ganha espaço no discurso do Lampião, pois ele se coloca contrariamente à ordem discursiva. Nesse sentido, Michel Foucault (1981) enxerga nessas curvas discursivas o que ele denomina de *microfísica do poder*, uma vez que os sentidos estão pulverizados em todo o campo social, os micropoderes, portanto, travam uma luta contínua pela perpetuação de suas verdades. Na visão de Gregolin (2007), por ser líquido, o poder se encontra em frequente transmutação, consequentemente, a verdade e os fatos são contados por quem controla a construção dos enunciados, no caso o *Lampião da Esquina*, pela perspectiva contra-hegemônica.

No entanto, convidamos a pensar a noção de poder através da sua racionalidade, exterioridade e capacidade de transmutação, baseado em uma relação de *enfrentamento antagônico* na qual os embates discursivos são produzidos estabelecendo uma relação dual entre poder e resistência, ordem e desordem. Como lembra Foucault, o poder não é, em todo momento, coercitivo, intransigente ou repressor, ele também é móvel, tático e prazeroso.

Dito isso, acreditamos que há nesta frase (nossas gaiolas comuns) tanto um embate discursivo pelo poder, ou melhor, elementos de produção estratégicas de poder, quanto a marcação de um lugar de resistência. Uma vez que, ao enunciar a existência, mesmo que de forma inconsciente, afinal, trabalhamos, aqui, com a perspectiva do sujeito assujeitado, atravessado pela ideologia e refém do subconsciente lacaniano, a existência de um confronto eles *versus* nós revela a produção de um lugar de resistência, pois, outrora, é de conhecimento que aqueles sujeitos não fazem parte da ordem do discurso; eles estão aprisionados em *gaiolas comuns*, em práticas discursivas que os colocam em posições de vulnerabilidade.

Na mesma edição fora publicada uma pequena resposta a uma nota divulgada no jornal *O Pasquim*. Inicialmente este em suas edições chamara o *Lampião da Esquina* de jornal das tias e qualificara o periódico como “a luz tosca do Lampião”. Segue a nota resposta do mensário lampiônico:

Mauzinho! E continua o mesmo, heim? “Jornal das tias”: hum, hum, que imaginação fertilíssima! Por que não das bichas, das bonecas, dos viados? Ricas idéias.’ luz tosca do LAMPÍAO deve ser a do bisavô de quem escreveu. A nossa continua acesa, acesíssima. Sinceramente sua, Rafaela Mambaba (LAMPÍÃO, 1978, p.4).

No enunciado, em um primeiro momento, o que chama atenção dos leitores é a forma debochada, sarcástica e irônica que o *Lampião* encontrou para responder às críticas do *Pasquim*. Nesse sentido, vale recordar os escritos de Brait (1996) sobre a linguagem irônica, uma vez que, segundo ela, a ironia deve ser analisada não em termos de frase, mas como um mecanismo polifônico, intertextual e interdiscursivo. Assim, é possível “flagrar a ironia como categoria estruturadora de texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, uma argumentação indireta, que conta com a perspicácia do destinatário para concretizar-se como significação” (p. 16).

No entanto, aprofundando os olhares discursivos e se debruçando sobre o *corpus* analisado encontramos práticas enunciativas muito mais ricas e carregadas de significado e simbologias. A ironia pode ser lida como forma de puro deboche, mas se tratando de um periódico *gay* e, principalmente, de recursos linguísticos utilizados por entendidos nos becos e guetos da sociedade, a resposta de Rafaela Mambaba se torna muito mais complexa e envolve uma situação de poder. Nesse sentido, é preciso apresentar as definições do *bajubá*, a *linguagem fiada gay*.

Silva Filho e Rodrigues (2012) definem o *Bajubá* como a incorporação de palavras de línguas distintas, advindas de línguas como o Yorubá-Nagô, francês e inglês, e também como um elemento na construção da identidade homossexual. Usada inicialmente por travestis entre as décadas de 60 e 80, tal linguagem acabou se expandindo para todo o grupo LGBT, gerando uma série de modificações e ressignificações.

Além disso, Silva Filho e Rodrigues (2012) afirmam ainda que as línguas africanas trazidas durante o período escravocrata sobreviveram devido às práticas religiosas oriundas dessa cultura. Como as religiões africanas eram tolerantes à homossexualidade, aconteceu, portanto, uma troca cultural que resultou em um empréstimo lexical. Com o fortalecimento da cultura LGBT entre as décadas de 60 e 80, houve uma disseminação dessa linguagem dentro dos grupos *gays*. Os usuários da língua que provém do Yorubá, o *Bajubá*, utilizam-na quando estão reunidos em suas “comunidades de prática” (RAMPTON, 2006), muitas vezes para falar sobre determinado assunto, para que outros ao redor não saibam do que estão falando, como se fosse uma espécie de código, em outros é utilizada como mecanismo de resistência e de afirmação cultural.

Portanto, as malhas discursivas produzidas pela resposta de Rafaela Mambaba não agem apenas como simples recurso irônico

com função última de deboche, pois não negamos as intenções pejorativas da autora. No entanto, o enunciado funciona muito mais como mecanismo de resistência, pois ao acionar a linguagem desabusada dos guetos e assumir o papel social da bicha, viado e boneca o jornal desmonta o discurso discriminatório do *Pasquim*, pelo artifício não só da ironia, mas da derrisão, que também funciona como uma figura de linguagem que se faz a partir de um discurso anterior contra o qual se posiciona, ao mesmo tempo que o combate e o ressignifica de forma paródica. É que o termo *tias* é usado de maneira a desqualificar a imagem dos editores do periódico, haja vista que os mesmos se colocam como senhores de respeito na edição Número Zero. Nesses termos, a resposta de Mambaba se coloca como um contra-ataque discursivo, pois ao marcar a palavra *tia* no feminino os editores do *Pasquim* buscavam afetar moralmente os lampiônicos, mas, em contrapartida, a resposta se valeu do mesmo expediente, marcando no discurso do outro as suas próprias contradições morais.

Nesta mesma edição, é publicada uma nota intitulada “Uma bicha atrevida pede a palavra”. Ao lançar mão da expressão *bicha* o sujeito discursivo marca sua posição e local de fala; ele não fala de um lugar privilegiado, pelo contrário. Além disso, podemos apreender que ele não seguirá o fluxo da ordem discursiva, pois ele é insurgente. De forma equivalente, o *ethos* discursivo no texto revela muito além da figura do enunciador, pois através das nuances discursivas conseguimos captar fragmentos discursivos e, supostamente, imagéticos do coenunciador. Desta forma, portanto, as imagens de ambos se constroem e constroem a prática enunciativa.

Nesse sentido, ao fazer uso da palavra bicha relações de classe, poder e marcação de fala se constituem importantes elementos de análise, pois, outrora, o sujeito discursivo clama a sua posição social de inferioridade para galgar destaque e exigir o comando da prática de enunciação. Sob tal perspectiva podemos inquirir na manchete uma situação de transgressão de situação, pois há na prática enunciada uma intenção de superar os muros e limites discursivos, físicos e morais dos

guetos homossexuais. Desta forma, ao se identificar como bicha o sujeito discursivo se coloca em uma cruzada contra as formações discursivas que impedem a utilização de palavras homoeróticas ou ligadas ao homossexo na imprensa ou nas relações sociais cotidianas. Assim, assistimos a uma situação em que se luta “por impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou ainda para dar ao sistema de classificação dominante o conteúdo melhor para valorizar o que ele tem e o que ele é” (BOURDIEU, 1979, p. 554). Ou nas palavras de Louro (2001, p.542), “convertem o gueto em território e o estigma em orgulho”.

Além disso, ele clama a memória discursiva dos leitores sobre os processos de silenciamentos dos homossexuais engendrados por inúmeras formações discursivas ao longo dos anos. Muito mais que pedir a palavra o sujeito exige a função de ressignificar as coisas (FOUCAULT, 1999), pois a palavra bicha dentro das formações discursivas da grande parte da população tem como significado posição pejorativa, mas ele busca a luta pelas suas verdades, portanto, há uma intensa luta pelo poder e pelo estabelecimento de versões discursivas; há, por assim sendo, uma poderosa batalha entre diferentes formações discursivas, em razão de que “esta tese tem incidência sobre a semântica porque as palavras ‘mudam de sentido passando de uma formação discursiva para outra”, afirma Pêcheux (1990, p. 102).

CONCLUSÃO

Foucault (2002) lembra-nos que não existe poder sem resistência e, muito menos, estratégias de poder eternas, pois os sujeitos assujeitados a essas práticas se intercalam entre opressores e oprimidos, ordenados e insurgentes. É neste entrave que surge em um dos momentos mais obscuros da recente história nacional um jornal voltado para os problemas e as necessidades de um grupo minoritário que carrega nos ombros os mais pesados estigmas, a *comunidade gay*.

O *Lampião da Esquina*, desta forma, surge da ideia de mostrar aos homossexuais que são cidadãos e que, como qualquer outro, merecem respeito e direitos. Em suas páginas, o jornal evidenciava uma postura crítica às mazelas às quais os homossexuais estavam direcionados, à violência física a que estavam expostos e dava direito de voz a quem a sociedade não queria escutar.

Contudo, mais do que uma imprensa alternativa, o *Lampião da Esquina* tornou-se válvula de escape do sofrimento de várias minorias, lutando, criticando e clamando em suas páginas respeito e direito aos homossexuais, negros e mulheres. A partir de suas páginas, podemos, hoje, reconstruir a história do *movimento gay* brasileiro, da luta pelos direitos dos homossexuais e das mulheres. Portanto, mais do que um jornal, o *Lampião* tornou-se símbolo de luta, iluminando os becos e guetos a que os homossexuais estavam direcionados.

Portanto, verificamos que o periódico atuou na produção de discursos que alteraram as formas de enxergar a homossexualidade, de falar sobre a sexualidade, além de legitimar a existência de pessoas que destoavam da suposta normalidade difundida pela ordem discursiva. As relações entre homossexualidade, raça, gênero, sexo foram sendo alteradas por produções de formações discursivas que se colocavam em lutas com formações discursivas hegemônicas. Verificamos, portanto, que a existência do *Lampião* retirou da invisibilidade, dos becos, guetos e do escuro da noite grande parcela da *comunidade gay* que não existia por não ter voz.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. J. L. **Lampião da Esquina**: discursos, homossexualidade, interesses e poder. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2017.

ALVES, C.J.L. A homossexualidade nas páginas do *Lampião da Esquina*. **Pergaminho**: Revista discente de Estudos Históricos, v. 6, p. 39-47, 2015.

BANDEIRA, M. L. G. **Será que ele é?** Sobre quando o Lampião colocou as Cartas na Mesa. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12924> >. Acesso em : 6 de junho 2017.

BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement.** Paris, Minuit, 1979. p.543-564

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica.** Campinas, ed. da Unicamp.1996.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FOUCAULT, M. A **Ordem do Discurso.** 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Trad. de Raquel Ramalhe. 26a edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FRY, P; MACRAE, E. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GOMES, M. R. **Poder no Jornalismo.** São Paulo: Hacker: EDUSP, 2003.

GREGOLIN, M. R. V. **Análise do Discurso: Lugar de Enfrentamentos Teóricos.** In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C (Orgs). Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas. Uberlândia, EDUFU, 2003.

GREGOLIN. M. R. V. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, 2007, p. 11-25. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2016.

GREGOLIN. M. R. V. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.** 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo. EdUSP, 2003.

LOURO, G. L. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação.** In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001

MACRAE, E. **A construção da igualdade:** identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAINGUENEAU, D. **Os termos-chave da análise do discurso.** Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva [trad.]. Lisboa: Gradiva. 1997.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. *In:* GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. *In:* MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RODRIGUES, J. C.. Um Lampião iluminando esquinas escuras da Ditadura. *In:* GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

RODRIGUES, J. L. **Impressões de identidade:** histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos gerais, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, Fevereiro de 2007.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política.** São Paulo, Haker Editores. 2001.

RUBIM, A. A. C.. Configurações da política na Idade Mídia. *In:* FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). **Mídia & cultura.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

SILVA FILHO, M. R; RODRIGUES, C. I. Digressões homossexuais notas antropológicas sobre coming out, Ethos LGBT e Bajubá em Belém - PA. **Rev. NUFEN,** São Paulo , v. 4, n. 1, p. 44-58, jun. 2012 . Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912012000100005&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 28 out. 2017.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Mauad, 1999.

A large, blurred crowd of people is visible in the background, overlaid with a semi-transparent red filter. The people are in various poses, some looking towards the camera, others looking away. The overall atmosphere is one of a busy, public gathering.

7

Victor Ribeiro Lima

**O caso da matemática
sob uma perspectiva
curricular crítica:**
dispositivo de vigilância
ou instrumento de libertação?

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.07

*“A vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”
(FOUCAULT, [1975] 2014, p. 172)*

INTRODUÇÃO

Constantemente, os profissionais da educação são motivados a planejar suas aulas com criatividade e dinamismo a fim de que os alunos sejam levados a refletir criticamente sobre diferentes epistemes e a agir autonomamente. Essa motivação ora inicia-se no seio da gestão escolar por meio de metodologias e políticas curriculares ora na própria práxis curricular pela dinâmica estabelecida entre professores e alunos, desejosos por aulas mais interativas. O currículo como discurso possibilita ora a reprodução ora a subversão de poder, logo é na forma como ele é construído socialmente que se estabelece o que se deve ou não aprender, o que se pode ou não acessar, o que se deve ou não viver, como se pode ou não se comunicar.

Um ordenamento curricular fixo que se sobrepõe à própria práxis curricular acaba por afastar-se de uma dialética curricular mais dinâmica, pois pensar o currículo é pensar a própria representação das subjetividades, as inclusões e exclusões próprias de cada ambiente escolar. O currículo discursivamente instituído na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua última versão, apresentada em 2018, estabelece “[...] uma série de conhecimentos progressivos que devem ser trabalhados ano a ano na Educação Básica. Ela vai organizar o sequenciamento dos conhecimentos e suas habilidades” (NOVA ESCOLA, 2017). Essa concepção do que “deve ser ensinado e deve ser aprendido” em forma de exortação a professores é uma forma de vigilância não apenas de epistemes, mas de subjetividades e representações que se traduzem em forma de inclusão ou exclusão.

Apesar da BNCC enfatizar que ela não é sinônimo de currículo, é preciso compreender que o discurso é transfrástico, uma forma de ação (MAINGUENEAU, 2004; AUSTIN, 1962; GRICE, 1957). Com isso evidencia-se uma forma de “reforçar uma matriz meramente conteudista que deixa de fora importantes dimensões da formação humana na definição de uma base nacional comum” (FREITAS, 2014, p.1085). Embora o documento seja pautado por um discurso cujo teor é aceder a um conhecimento tácito, ele prossegue em suprimir a oportunidade de superação da ordem capitalista, perpetuada pelas ideologias educacionais (DUARTE, 2010). Utopia ou não, vencer essa barreira histórica tanto da práxis do aprendizado prescritivo e disciplinar quanto da subordinação dos indivíduos “[...] poderia transformar nossas instituições educacionais e fazê-las cumprir sua antiga promessa de ajudar a mudar o futuro social de seus alunos” (GOODSON, 2007, P. 251).

O presente capítulo tem como objetivo geral analisar o currículo de matemática na BNCC a fim de identificar se ele se constitui como dispositivo de vigilância ou instrumento de libertação a partir de uma perspectiva crítica do discurso. Por considerarmos serem elementos fundamentais para uma concepção crítica curricular, buscou-se, ainda, definir o currículo como processo social e histórico (GOODSON, 2020), fazer uma menção aos preceitos de vigilância, disciplina e punição em Foucault ([1975] 2014) e educação libertária em Freire (1967), além de analisar noções de currículo tendo como recorte de pesquisa o de matemática presente na BNCC (BRASIL, 2018). Esses objetivos foram analisados a partir de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para a qual foi realizado um levantamento documental e exploratório.

Uma postura problematizadora de qualquer dispositivo de disciplina e de vigilância permite um olhar para a micro e a macroestruturas presentes na temporalidade e espacialidade do próprio currículo, oportunizando um outro olhar sobre aquilo que ora foi posto. Neste sentido, “a busca e a inquietação, próprias de uma filosofia interrogativa, suscitam novas buscas e novas inquietações, que despertem a curiosidade

de para ir além, para ultrapassar o que já foi dito e feito” (GADOTTI, 1992, p. 35). Assim, para que uma análise do currículo seja realizada de forma crítica e significativa de modo a contribuir para o processo formativo de professores é necessário pensar não apenas em *como* determinado conhecimento está organizado, mas *como* esse conhecimento se tornou o que é, descrevendo a dinâmica social que o moldou.

O CURRÍCULO COMO PROCESSO SOCIAL: UMA CONCEPÇÃO

Conceituar currículo não é uma tarefa simples ou fácil. Para Gimeno Sacristán (2000, p. 15), “currículo é uma prática, expressão da função socializadora e cultural que agrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas.” Já Antônio F. B. Moreira (1997, passim) afirma que o currículo “[...] é um instrumento para desenvolver processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos para socializar crianças e jovens”. Para Elizabeth Macedo (2009, passim) o currículo é “um artefato socioeducacional visando uma dada formação ideológica e, nesse sentido, veicula uma formação ética, política, estética e cultural”. Sendo assim, seja qual for a vertente adotada em sua concepção, o currículo é o núcleo do processo pedagógico, é documento de identidade e como tal orienta o processo de ensino-aprendizagem.

Refletir sobre sua concepção no Brasil remonta à virada dos anos 1920, com o movimento da Escola Nova, em que, mediante uma sociedade mais urbana e industrial, tornou-se necessário refletir sobre “o que ensinar” de modo a formar sujeitos que suprissem as demandas fabris. O progressivismo de John Dewey (1959) foi o principal influenciador das teorias curriculares do século XX construindo o currículo sob os princípios da inteligência social com a perspectiva de que

“[...] seu foco seria a experiência direta da criança como forma de superar o hiato que parecia haver entre a escola e o interesse dos alunos” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 23). Nesse sentido, o currículo encara a aprendizagem como um processo contínuo, não uma preparação para o mercado de trabalho ou para a vida adulta.

Contudo, não foi o movimento da escola que influenciou o currículo ao longo de décadas, mas antes a teoria racionalizada de currículo proposta por Ralph Tyler (1977) cujas influências resistem até a contemporaneidade. “O modelo de Tyler é um procedimento linear e administrativo em quatro etapas: definição de objetivos de ensino; organização dessas experiências de modo a garantir maior eficiência ao processo de ensino; e avaliação do currículo” (LOPES; MACEDO, 2011, p.25). Não seria esse o modelo de currículo assumido pela BNCC? Ao observar a definição e compará-la ao atual currículo da matemática pode-se perceber alguns pontos em comum como (1) linearidade, quando aponta-se uma lista de conteúdos que se assemelham à lista de descritores de avaliações internacionais como PISA (Programme for International Student Assessment); (2) eficiência, quando pretende-se controlar os objetivos e o que é ensinado para garantir (3) o máximo de eficiência nas avaliações.

Para realizar tal análise faz-se necessário considerar o currículo um processo social e discursivo contínuo, um espaço de reprodução simbólica/material. Ocorre, todavia, que o currículo escrito por vezes prescreve o que será ensinado e exorta professores sobre qual atitude é esperada. Assim sendo, é necessário problematizar o próprio processo de seleção e organização do conhecimento (YOUNG, 1971). Durante o período da ditadura militar, o currículo – marcado pela racionalidade tyleriana – fora contraposto pelo movimento crítico de Paulo Freire, José Carlos Libâneo e Demerval Saviani, que retomavam conceitos como hegemonia e ideologia numa perspectiva histórico-crítica educacional.

A educação age na economia e, nesse sentido, articula reprodução com produção. A reprodução econômica é, portanto, produzida também no interior da escola pela forma como homens e mulheres vivem mecanismos de reprodução no dia a dia de suas atividades. Isso não quer dizer que a base da desigualdade deixa de ser econômica, mas que as contradições econômicas (sociais e políticas) são mediadas nas situações de vida concreta dos sujeitos da escola. (LOPES; MACEDO, 2011, p.30).

Se, pois, o currículo é a expressão de seu tempo e de ideologias, como o currículo recria a hegemonia ideológica de determinados grupos sociais? Através da definição *do que*, *quando* e *como* ensinar determinada episteme definida sob a forma de “áreas curriculares” que revelam uma maneira de explicar o mundo e atuar nele. Assim, o que está sendo revelado no currículo? Essa pergunta não pode ser esgotada em uma pesquisa, mas a própria organização curricular (habilidades, objetivos, conteúdos, avaliação) indica que o currículo se movimenta conforme parâmetros quantitativos de avaliação (REGO, 2014; VILAÇA & PALMA, 2013; LUZ, 2005), desconsiderando as alteridades, as diferenças e as pluralidades de suas topologias.

Embora os objetivos e a avaliação façam parte da práxis curricular, um currículo não deve ter como norte seu fim (no sentido de uma mensuração de desempenho), mas o processo. As competências estão fundamentadas em necessidades exteriores que não representam necessariamente as necessidades educacionais dos alunos brasileiros em seus mais variados contextos sociais, culturais e geográficos. “O que”, “como” e “por quê” ensinar devem ser atravessados por teorias da resistência com o intuito de denunciar a opressão e libertar os sujeitos realizando “uma investigação do universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores” (FREIRE, [1970] 1987, p.56) pretendendo identificar não a realidade como peça anatômica, mas a percepção do homem sobre o mundo em uma perspectiva pragmática de forma que o conhecimento a ser aprendido considere as vivências, a maturidade e o desenvolvimento dos alunos.

Conforme afirma Alice C. Lopes e Elizabeth Macedo (2011) cada tradição curricular cria seu próprio sentido sobre o objeto currículo sendo este, pois um “ato de poder” na medida em que a dialética pós-estruturalista questiona sua produção de sentidos em momentos e espaços múltiplos entendendo o currículo como uma prática discursiva que reitera e recria sentidos. A BNCC não fora construída sob o âmbito de uma teoria do currículo pós-estruturalista e crítica, mas conforme pode ser observado no quadro 1, tendo como base as considerações da elaboração curricular de Tyler (1977).

Quadro 1 – Análise Comparativa entre os trechos da BNCC (2017) e os princípios de elaboração curricular de Tyler (1977).

Trechos retirados da BNCC (BRASIL 2018, p. 9-15)	Princípios da elaboração curricular de Tyler
“É um documento de caráter normativo”	Procedimento administrativo
“O conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver”	Procedimento Linear
“Devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais.”/“Foco no desenvolvimento de competências”	Objetivos educacionais
“É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)”	Avaliação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

De natureza disciplinar e normativa ao currículo foi incorporando os conceitos de competência e desempenho cuja centralidade foi se tornando o aspecto quantitativo do currículo. À vista disso o termo “competência” foi condicionado à desempenho: currículo e avaliações estão imbricados de modo tal que “[...] o desempenho certifica a

competência [...] e mais do que isso, relaciona-as a metas a serem testadas” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 57). Se a teoria de Tyler respondia às demandas da industrialização, as atuais competências curriculares respondem às necessidades ultraliberais, capitalistas de “preparar para o mercado de trabalho e a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca” (FREIRE, [1970] 1987, p. 37-38). Não que o preparo para o mercado de trabalho, ou seja, para a vida em sociedade, seja temerário, mas quando o currículo se pretende, exclusivamente a esta finalidade, pode-se entender como uma forma de limitar os sujeitos e não os libertar para a vida.

Um currículo prescritivo acaba por restringir o escopo de sua experiência em favor de um único currículo possível desmobilizando a experiência educacional dos sujeitos e deslegitimando os saberes excluídos desse currículo. Segundo William Pinar (1994, p. 35, tradução nossa), “o currículo é uma conversa complicada de cada indivíduo com o mundo e consigo mesmo. [...] E a experiência dos sujeitos é a fonte dos dados”. Esse espaço dialético entre o mundo e a experiência deve ser refletido no currículo como “[...] resultado de um processo social necessário de transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, em torno dos quais haja um acordo geral, mas como um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais” (GOODSON, 2020, p. 8).

Ao contrapor-se aos conteúdos tradicionais e à concepção de que os alunos são uma “tabula rasa”, Freire propõe uma educação e currículo problematizadores cujos saberes devem estar ligados à realidade dos sujeitos históricos. Isso pressupõe diálogo. Havendo diálogo, não há espaço para imposição, mas “[...] devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este entregou de forma *inestruturada*” (FREIRE, [1970] 1987, p. 93, grifo nosso).

Ao pensar o currículo da matemática na BNCC depreende-se que o enfoque está no ensino e não na aprendizagem e isso pode ser percebido pela frequência em que as palavras se apresentam: “ensino” é usada 861 vezes enquanto aprendizagem, 136. (BRASIL, 2018). Matematicamente falando, o enfoque no ensino é 633% maior que na aprendizagem.

Essa forma dicotômica e desequilibrada de pensar o currículo, ensino versus aprendizagem, reproduz o pensamento hegemônico dando aos alunos “[...] a ilusão de que atuam, quando, na realidade, não faz mais que submetê-los aos que atuam e convertê-los em parte deles” (FROMM, 1967, p. 28-29, tradução nossa). Assim, álgebra, geometria, números, grandezas, medidas, probabilidade e estatística tornam-se objetos cognoscíveis e estáticos que devem ser ensinados. Contudo, “não pode haver conhecimento, pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador” (FREIRE, [1970] 1987, p. 46). Professor e aluno devem, por conseguinte, assumir alteridades construindo juntos um currículo de modo que a *doxa* epistêmica seja substituída pelo *logos*.

A idealização é uma forma de violência objetiva e sistêmica (SI-ZEK, 2014) à medida que, além de inalcançável, ela coloca os sujeitos em uma lógica de auto-exploração e de autoviolência. Para um currículo crítico faz-se necessário uma educação dialógica cujo centro sejam as experiências e vivências de professores e alunos. Essa construção precisa estar atrelada à participação de ambos tanto em relação à seleção dos temas geradores quanto da elaboração dos materiais (FREIRE, 1967). Na esteira pós-estrutural Henry Giroux (1997, p. 79-90) propõe três macro-objetivos para um ensino emancipador: diferenciar os tipos de conhecimentos (hegemônicos X libertários), evidenciar o currículo oculto e desenvolver uma consciência crítica.

A VIGILÂNCIA E A DISCIPLINA COMO FENÔMENOS SIMBÓLICOS EXPERIMENTADOS: UMA TEORIA

Esta seção discute as noções de vigilância, disciplina e poder a partir da obra *Vigiar e Punir* ([1975] 2014) e *Microfísica do poder* ([1979], 2021), de Michel Foucault. A história da vigilância é também uma história do sujeito como investimento político segundo relações de poder e de dominação. Os sistemas de sujeição como sistemas cuidadosamente organizados, calculados e utilizados são também relações de violência e ideologia. Para o autor, o controle é denominado de “tecnologia de poder” (FOUCAULT, [1979] 2021) e impõe determinados modos de agir através de uma dialética que se institui entre lugares e cujos “[...] efeitos de dominação não são atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a funcionamentos” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 30).

Assim, o poder não se aplica simplesmente como uma obrigação ou proibição, antes ele investe e atravessa seus objetos, não passivamente, mas dialeticamente em esferas de luta e em diferentes focos de instabilidade, comportando riscos de conflito, de lutas e de inversão. As relações de poder estão suspensas em diversas injunções que devem ser analisadas a partir de um sujeito histórico que produz saber. Essas narrativas de vida são um “poder-saber” imbricados a processos e lutas que o atravessam e determinam os possíveis campos do conhecimento e suas formas. Analisar a relação entre currículo, vigilância e libertação pressupõe analisar a relação entre poder, saber, sujeito e ideologia.

Segundo Foucault ([1975] 2014, p. 33), “as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” cujas realidades-referências constroem subjetividades e identidades. A manipulação do corpo durante a Época Clássica foi

constituída por uma série de regulamentos – entre eles os escolares – com o objetivo de controlá-lo, docilizá-lo e, conseqüentemente, submetê-lo ao utilitarismo de seu tempo. Pensar a contemporaneidade sob a ótica foucaultiana não é pensar o corpo como um objeto físico, em massa, mas antes pensar na docilização da subjetividade, isto é, um assujeitamento através de dispositivos de poder que se traduzem em instrumentos de eficácia simbólica como a linguagem.

O conceito de vigilância pressupõe o conceito de disciplina que pode ser definida como “[...] métodos que permitem controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 135). No decorrer dos séculos a disciplina assumiu fórmulas diferentes, da escravidão à vassalagem a disciplina se fundamentou na apropriação dos corpos. Contudo pelo avanço do capitalismo e neoliberalismo na sociedade pós-moderna, ela assume a auto exploração em que “[...] não visa unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 135).

Os sistemas de coerção através de seus dispositivos buscam constantemente aprofundar a sujeição estabelecendo não apenas “o que”, mas como se fazer “[...] com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 135). A disciplina associa exploração a autoexploração de maneira discreta através de “[...] técnicas sempre minuciosas, mas que têm sua importância: porque definem uma nova ‘microfísica’ do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 136). Os dispositivos de poder tornaram-se arranjos sutis de assujeitamento, de aparência inocente, mas que obedecem a economias de coerção violentas, subjetivas e simbólicas (ZIZEK, 2014).

São essas minúcias, esses detalhes que subjazem aos dispositivos de poder como o currículo “[...] levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 137). Na disciplina, cada elemento se define pela classificação que tem em determinado lugar por um dispositivo que os distribui e os relaciona, mas por acaso não é o mesmo que ocorre no currículo? Cada episteme ocupa uma posição – umas são consideradas mais relevantes que outras a partir de critérios exteriores – de modo que as competências são apresentadas como elementos individuais que devem ser atingidos a fim de que os sujeitos sejam capazes de desempenhar determinadas funções e ter determinadas habilidades.

A organização do espaço serial no ensino (anos e ciclos) tornou possível o controle de cada indivíduo e instituiu uma nova economia do tempo de aprendizagem. “Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, [1975] 2014, p.144). A disciplina como dispositivo de poder realiza a fixação, recorte segmentos, marca valores, estabelece um quadro, classifica e controla. A questão posta é: um currículo prescritivo cujas vivências e alteridades são apagadas é o mesmo que uma localização funcional, “[...] serve não apenas para satisfazer a necessidade de vigiar, mas de criar um espaço útil” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 141).

Útil no sentido que contribui para o *status quo* assumindo uma identidade mais mercadológica que formativa em que o “sucesso das epistemes” é medido pelo “sucesso de seus resultados”. Essa relação assimétrica revela a perspectiva adotada para a construção de currículos prescritivos: a lógica do resultado, reduzindo a possibilidade de “[...] se envolver com as missões de vida, as paixões e objetivos que as pessoas articulam em suas vidas”. Ora, isso viria verdadeiramente a ser um currículo para o empoderamento, e um aprendizado [...] que

ajudaria a mudar o futuro social dos alunos” (GOODSON, 2014, p. 164). A repartição disciplinar tem por função caracterizar os sujeitos e colocá-los em perspectiva de multiplicidade, explorando-os de modo a conseguir o maior número de efeitos, isto é, resultados.

Para Foucault, entender a disciplina e a vigilância como dispositivos de poder requer compreender algumas de suas dimensões. A primeira delas é o controle da atividade: os imperativos temporais (anos, ciclos, fases) são mais que um horário, são um programa que sustenta comportamentos impondo quais atitudes são mais eficientes em termos de resultado. A segunda é o tempo disciplinar que impõe à práxis pedagógica uma pedagogia analítica que especializa o tempo de formação, organiza estágios, determina conhecimentos que devem ser aprendidos em determinadas fases e qualifica os sujeitos conforme seus resultados. Isso permite o que Foucault chama de “investimento da duração pelo poder”.

Esse investimento é acompanhado da possibilidade de um controle detalhado, de uma utilização dos indivíduos de acordo com o nível em que estão e de uma acumulação de tempo e atividade com o intuito de controlar o tempo e garantir sua utilização. Os procedimentos lineares conservam um tempo também linear e se orientam para um ponto terminal. As técnicas econômicas do capitalismo também se manifestam através de um “tempo social serial, orientado e cumulativo” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 157) visando a um comportamento observável e controlável. Essa combinação de elementos requer dispositivos de vigilância que controlem as atividades de modo a provocar o comportamento desejado, mas não explicitamente ordenado. “Poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que será interrompido por sinais” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 163).

São esses sinais que precisam ser interpretados nas teorias curriculares e nos currículos escritos e ativos pelo analista do discur-

so. Um currículo prescritivo que mais exorta que explica produz mais individualidade que alteridade. A partir de Foucault ([1975] 2014, p.165), pode-se aproximar o currículo prescritivo de estratégias militares quando ambos tentam criar massas disciplinadas, dóceis e úteis. Alinhando-o com a ótica freireana, um currículo tipicamente prescritivo explora e desumaniza o outro considerando que

toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores (FREIRE, 1987, p. 22).

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que permite induzir a efeitos de poder e sujeitar, utilizar os indivíduos. Desenvolve-se então outra problemática: a de uma vigilância que permite um maior controle interior, articulado e detalhado denominada de “vigilância hierarquizada” que visa “[...] agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos de poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 169). A escola torna-se um aparelho de vigiar com salas repartidas ao longo de um corredor tal qual o currículo com suas divisões analíticas, repartições, prescrições controlando e, simultaneamente, sendo controlado.

Assim, o currículo é também “[...] um aparelho disciplinar perfeito, pois capacita um único olhar tudo ver permanentemente” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 170), afinal nele estão “o que os alunos *devem ‘saber’* (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que *devem saber fazer* para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 13, grifos nossos). Para Foucault, o ponto central do controle disciplinar é “iluminar” e “convergir” para um mesmo ponto central, o que deve ser sabido. Trata-se de uma

vigilância intensa e contínua de todo o processo, seja ele laboral ou educativo, no interior de um sistema integrado.

Na essência de sistemas disciplinares, os dispositivos de vigilância funcionam como repressores, penalizando problemas relacionados ao tempo (por exemplo atrasos, ausências), à atividade (desatenção, negligência, falta de capricho), à maneira de ser (grosseiro, desobediente), ao discurso (conversa em excesso), ao corpo (gestos inaceitáveis, sujeira) e à sexualidade (imodéstia). “A punição disciplinar é, em parte, isomorfa à própria obrigação” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 177). Ela responde a um sistema de gratificação-sanção. Assim, ao gratificar instituições que atingem melhores resultados em avaliações nacionais e internacionais “qualificam-se” comportamentos e desempenhos em termos de positivo e negativo hierarquizando “os bons” e “os maus”, diferenciando não os resultados, mas os sujeitos em si.

Essas avaliações (dispositivos de vigilância) possibilitam “[...] qualificar, classificar, punir estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 181). As relações de poder e saber superpõem-se em dispositivos de vigilância contínuos que acompanham toda a operação de ensino invertendo “a economia da visibilidade no exercício do poder”, fazendo a individualidade entrar em um campo documentário, fazendo de cada indivíduo um caso (FOUCAULT, [1975] 2014). Num regime disciplinar e de desempenho, dispositivos de vigilância como um currículo prescritivo tornam-se mais anônimos e funcionais tendo a ser mais individualizados, culpabilizando unicamente os sujeitos e preocupando-se mais com normas e desvios que com a constituição das heterogeneidades de subjetividades.

O CURRÍCULO COMO DISPOSITIVO DE VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE

Os conceitos, os saberes, as técnicas, as disciplinas são formas modernas de discurso, formas de exercer poder e como tais elas constantemente requalificam e redistribuem os sujeitos em diferentes contextos discursivos. Pensar a vigilância sob a ótica educacional requer compreender que ela faz parte de uma dinâmica centrada por vezes na punição, não apenas em seu sentido repressivo (castigar/excluir/impedir) como consequência do não cumprimento de regras, mas como “[...] técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27). Compreender a metamorfose dos métodos punitivos educacionais é entender que a pós-modernidade trouxe consigo a necessidade de uma série de mecanismos que se encarregaram de suavizá-la.

Desse processo dois elementos destacam-se: a repartição e a submissão. No que diz respeito ao primeiro, refere-se ao processo de divisão em disciplinas, em conteúdos, em tópicos, em unidades, e no segundo, a necessidade de cumprir o primeiro. Conforme afirma o próprio Foucault ([1975] 2012, p. 29), “essa tecnologia difusa compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços [...] ela não passa de uma instrumentação multiforme”. O currículo como dispositivo de vigilância assume dentro dessa dialética difusa de poder uma característica de investidura, de marca, de direção que sujeita a práxis pedagógica exigindo-lhe sinais: bons resultados em avaliações internas e externas; cumprimento das listas de conteúdos; padronização do trabalho pedagógico; cerceamento de determinados temas como gênero e sexualidade.

Compreender, pois, o currículo como dispositivo de vigilância é compreendê-lo como “corpo investido por relações de poder e de dominação [...] em que a sujeição pode ser obtida pelos instrumentos

de violência ou ideologia, podendo ser calculado, organizado, tecnicamente pensado” (FOUCAULT, [1979] 2021, p. 29). Sob esse prisma, o currículo é um discurso político que pode servir ao capitalismo avançado “docilizando” sujeitos. Os efeitos desse dispositivo podem perpetuar uma educação não-libertária que conserva o poder da classe dominante. Para uma subversão dessa condição é necessário admitir que poder e saber estão implicados. “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, [1979] 2021, p. 31).

O currículo seria assim um reflexo da genealogia da sociedade pós-moderna é uma tecnologia de poder, que por fazer parte de um ritual pedagógico, impõe certos contextos micro e macro discursivos (VAN DIJK, 2012). O primeiro diz respeito à situação local, a sala de aula e seus componentes, a forma como professores e alunos dialogam com o currículo, o livro didático, o ensino e a aprendizagem. Esses acontecimentos são capazes de representar macro situações (institucionais ou organizacionais) ativando uma consciência social no domínio da educação, no entanto, as macroestruturas não são capazes de influenciar o discurso e a interação diretamente. É nessa brecha discursiva que os sujeitos encontram espaço para interpretar as experiências e orientar as estruturas do discurso.

Um dispositivo de vigilância pode ser uma prática institucionalizada com procedimentos bem definidos – etapas de elaboração, participantes, assuntos, inclusão/exclusão, etc. – cujo resultado final demonstra o jogo de rituais que constituíram seus efeitos (FOUCAULT, [1979] 2021). Dessa forma, a ausência (resultado de exclusão) de campos conceituais, de temas gerativos, de abordagens assim como a presença (inclusão) de listas de conteúdos analisadas como condutas intencionais são resultado da representação do currículo, dos interesses e das intenções que estão além das 600 páginas elaboradas

sob o lema “Educação é a Base” (BRASIL, 2018). O que está exposto no currículo faz parte da dialética do saber-poder e das transformações da nossa sociedade.

A própria nomenclatura “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) é uma estratégia discursiva. Valendo-se do conceito de “base comum como a soma dos conhecimentos e crenças que participantes compartilham em determinado contexto”, expresso por Clark (1996, p. 93, tradução nossa), entende-se que ela se refere às representações epistêmicas acumuladas ao longo das atividades sócio-históricas sendo constitutivas da aprendizagem dos alunos. Chama atenção aqui a palavra “crença” apontando para o aspecto intrinsecamente ideológico do próprio currículo, incluindo seus participantes, tempo, espaço e entornos pragmáticos.

Logo, pergunta-se: que crenças subjazem ao currículo? Quem as define? Como? O clamor por uma base nacional inundou os meios de comunicação sob argumentos de que “só a BNCC poderia garantir equidade [...], vai garantir que os alunos do Brasil aprendam as mesmas coisas [...], garante qualidade comum para termos escolas mais justas, que a base foi um sucesso na Austrália, que é uma federação como o Brasil” (BIGODE, 2019, p. 123). Essas assertivas fazem parte do discurso dos “reformadores empresariais” (RAVITCH, 2001) que buscavam controlar e subordinar os processos pedagógicos e curriculares das escolas e isso foi feito por meio de movimentos como “Movimento pela Base” que influenciaram o Ministério da Educação (MEC) a “[...] aumentar o controle sobre os objetivos, o conteúdo e até sobre os métodos” (FREITAS, 2014, p. 1092).

Além disso, a participação supostamente democrática é uma falácia (CÁSSIO, 2017). A rede estadual de São Paulo teve 17 representantes de professores de matemática e os participantes das audiências só podiam optar entre as alternativas já citadas. As ponderações e sugestões desses professores (ensino fundamental e médio) não apareceram em diversos relatórios e até mesmo documentos produzidos

por instituições como a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) foram desconsiderados (BIGODE, 2019). O próprio tempo de conclusão da primeira versão da BNCC já põe em xeque sua representatividade: “Foi feita em menos de três meses” (BIGODE, 2019, p. 127). Como um documento de representação nacional tão complexo poderia ser amplamente discutido e elaborado em tal espaço de tempo?

“A BNCC não passou de um arremedo das bases australiana e norte-americana, não apenas pelo modelo de códigos que engessa conteúdos por ano, mas também pelo conteúdo em si” (BIGODE, 2019, p. 128). Essa imposição provém de uma dinâmica de colonialidade que expugna o caráter cultural e representativo da educação reduzindo o currículo a uma espécie de manual imposto verticalmente que tende a controlar o processo pedagógico. Mediante tal constatação, o currículo mais uma vez como objeto de controle disciplinar projeta-se em uma espiral de assujeitamento de professores e alunos em termos econômicos estabelecendo, portanto, “[...] uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 165).

Essa política de coerção adota a difusão, a sutilidade, a “inocência”, transformando “o espaço escolar em uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 173). Esse espaço hierárquico da sala de aula funde-se ao próprio espaço hierarquizado das disciplinas na BNCC. Esta última fixa conteúdos, recorta segmentos, estabelece o tempo, indica valores a fim de garantir a obediência analítica e orgânica decompondo seus processos. Logo, o currículo não foi construído para ser vivenciado, mas para “[...] vigiar o espaço exterior e permitir um controle interior” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 197) de tal maneira que ofereça conhecimento e assegure comportamentos. Todavia, quais comportamentos a BNCC desejaria assegurar?

Não há respostas simples para tal pergunta, mas a materialidade histórica permite postular que o caráter prescritivo do currículo

explicita a natureza determinista sobre o que deve ser ensinado. “No primeiro ano do Ensino Fundamental os alunos devem ser capazes de compor e decompor números naturais até 100 e no segundo ano até 1000” (BRASIL, 2018, p. 279-282). A discussão não recai sobre a capacidade cognitiva de uma criança contar ou não até determinado número, mas sobre a própria concepção do que uma criança deve ou não fazer em uma certa idade. Os debates epistemológicos, o letramento matemático, os processos de aprendizagens e o próprio conceito de currículo assumiram uma versão cosmética (progressista) que desconsidera aspectos cognitivos, contextuais e transversais do processo de ensino-aprendizagem.

Destarte, a BNCC tal como está formulada esboça um ensino hierarquizado e funcional que possa ser fiscalizado. “Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência [...] através de *micropenalidades*” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 201, grifo nosso). O diálogo crítico e libertador precisa, pois, inundar a relação professor-aluno cabendo a cada um deles a reflexão sobre sua vocação ontológica. A “obediência cega” ao currículo, sem esse diálogo, contribui para a objetificação dos sujeitos. “Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos” (FREIRE, 1970, p. 39).

A dialética “o que deve ser ensinado X o que é ensinado” presente no currículo deveria orientar-se no sentido da humanização dos sujeitos superando relações duais que subjazem a ela (professor X aluno; saber X não saber; dominante X dominado). Um exemplo paradoxal presente no currículo matemático (BRASIL, 2018) pode ser elucidado pelo fato de que o conceito de múltiplo é introduzido no 6º ano do Ensino Fundamental, mas resolução de problemas somente no 7º

ano. Como aprender um conceito apartado dos problemas relativos a ele? Essa prática dicotomizadora não é um convite ao conhecer, porém a prática problematizadora é uma “[...] prática de liberdade que capta os problemas em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado” (FREIRE, 1970, p. 45).

Ainda no 6º ano, na unidade temática “Números”, há a seguinte habilidade a ser desenvolvida: “Construir algoritmo em linguagem natural e representá-lo por fluxograma que indique a resolução de um problema simples (por exemplo, se um número natural qualquer é par)” (BRASIL, 2018, p. 301). Bigode (2019) indaga este trecho com a seguinte afirmação de perplexidade: “Propõe-se o uso de um fluxograma, representação utilizada por programadores para que os alunos decidam o óbvio, ou seja, que um número é par (BIGODE, 2019, p. 135). Ainda há outra habilidade proposta: “Associar pares ordenados de números a pontos do plano cartesiano do 1º quadrante, em situações como a localização dos vértices de um polígono” (BRASIL, 2018, p. 303). Como esse mesmo aluno do 6º ano vai “representar uma abscissa de vértice C de um triângulo equilátero de coordenadas A (0,0), B (1,0) e C (1/2,y) sem conhecer números irracionais e o teorema de Pitágoras?” (BIGODE, 2019, p. 135).

Soma-se a isso uma simplificação do processo de interdisciplinaridade ao propor que a Matemática no Ensino Fundamental deveria articular diversos campos, “[...] Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade –, para garantir que os alunos relacionem observações empíricas do mundo real a representações e associam essas representações a uma atividade matemática, fazendo induções e conjecturas” (BRASIL, 2018, p. 265). De que maneira? Como articular disciplinas tão complexas, que, embora se interrelacionem, exigem muito mais que uma série de descrições e frases de efeito? A hierarquização dos conteúdos e essa linearidade assumida no contexto discursivo dificulta a criação de um ensino significativo.

Essa natureza curricular está mais relacionada à vigilância que ao significado. Ela é intrinsecamente regulatória e ligada “ao princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandarizada” (FOUCAULT, [1979] 2021, p.208). Os conjuntos de “habilidades” que precisam ser desenvolvidas e as listas de conteúdos a serem trabalhados almejam uniformizar a educação brasileira sob a justificativa de que “um aluno que mora no Piauí poderá se mudar para Santa Catarina sem preocupações com os conteúdos” (BIGODE, 2019, p.125). Essa homogeneização subjaz o desejo de controle dos sujeitos dentro de um sistema que introduz imperativos que inibem a criatividade e não humanizam o sujeito (FREIRE, 1970).

Observe o caso das frações na BNCC: elas não são um conteúdo apenas do 6º ano, mas de todos os anos da vida escolar, visto que delas ou através delas pode-se derivar vários conhecimentos como “relação parte-todo, operador, razão, medida, quociente e número racional, dentre outros significados (BIGODE, 2019, p.139) conforme demonstrado no mapa mental da figura 1. Os hexágonos não descritos refletem, portanto, outros significados (ilimitados) que podem surgir na consciência individual de cada sujeito-aluno cujo aprendizado não se restringe a uma determinada etapa escolar e sim conforme suas próprias experiências com o conteúdo.

Figura 1 – Campo conceitual de conteúdos relativos à fração



É necessário, pois reconhecer as heterogeneidades existentes na educação brasileira, na sala de aula e entre os alunos de um mesmo ano de uma mesma escola. A BNCC deve proporcionar discussões sobre campos conceituais e temas geradores através de propostas que vão além do “ensinar fração com exemplos de pizza” para fazer uma prova. A própria publicização dos resultados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a melhoria entre os anos de 2017 (3,8) e 2019 (4,2) (MEC, 2020)¹⁴ reforçam a preocupação com as avaliações – internas e externas – e a hipótese aqui referendada de que o documento fora construído em torno dos fins, dos resultados, não dos processos.

Não que não seja válido preocupar-se com os resultados – não se presume tamanha inocência –, mas o que se questiona é a construção e a natureza do documento que não se refere a um projeto de educação matemática para o país, mas a uma série de metas que devem ser cumpridas sob a lógica da produtividade. Assim sendo, as “melhorias” dos Ensinos Fundamental e Médio estariam muito mais relacionadas a uma preocupação com os índices de avaliação da educação do que com uma aprendizagem verdadeiramente dialógica, significativa e emancipatória.

CONCLUSÃO

Mediante todo o exposto, pode-se concluir que o currículo não pode se preocupar com uma dominância funcional e estrutural, mas antes com a própria articulação de signos culturais que simbolizam diferentes comunidades. Para uma matemática significativa e humanizadora é necessário estabelecer práticas dialógicas em um currículo mais

¹⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB - Resultados e Metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> Acesso em: 27 de maio de 2021.

preocupado com os processos, as aprendizagens, os sujeitos, com os propósitos e não com prescrições. A natureza do conhecimento matemático, a importância da matemática na vida dos sujeitos, o conhecimento matemático escolar e o papel dos professores na aprendizagem dos alunos deveriam ser pontos centrais da discussão curricular a fim de transformar sua práxis mediando a relação “eu-mundo-tu”.

Assim, prescrever uma lista de conteúdos como uma espécie de manual que deve ser seguido sem compreender verdadeiramente as necessidades dos alunos, seus conhecimentos prévios, suas ideias e suas dificuldades é reforçar a “antialogicidade” praticada na educação bancária. A famosa prática de decorar conceitos já deveria ter sido superada, porém, a BNCC ainda persiste na ideia. A fim de contrapor essa aberração faz-se necessário, portanto, compreender os campos conceituais que envolvem um determinado conceito e não o conceito por si só objetivando a mera avaliação que irá inferir se tal aluno tem conhecimento do conteúdo ou não. De fato, ele não tem o conhecimento que alarga fronteiras, que emancipa, mas aquele específico para passar na prova ou aferir bons resultados para a educação brasileira.

Vale ressaltar que a crítica se destina ao currículo prescritivo, à educação bancária e à escola disciplinadora. O intuito é mostrar detalhes que se naturalizam nas práticas educativas e são dispositivos de vigilância, opressão e repressão. Trazer à tona essas discussões possibilitam uma conscientização dos professores acerca da BNCC e do currículo a fim de encará-los de forma mais crítica. Diante de tal cenário, a adoção de um currículo crítico aproxima dimensões como sujeito, escola, poder, sociedade e ideologia. Por isso, o papel do currículo, como o da matemática, objeto de estudo deste trabalho, deve ser o de construir dialogicamente um caminho para que a escola seja capaz de mudar a sociedade e transformar a percepção dos sujeitos sobre a mesma.

Entendemos que este trabalho não propõe uma análise curricular por si só, com a finalidade de encerrar as discussões sobre o tema.

Pelo contrário, uma perspectiva crítica da BNCC de matemática, busca colocar o assunto em debate, o qual foi camuflado pelos idealizadores da mesma. Cabe aos professores, a alunos, a pesquisadores e educadores, aqueles que de fato pensam na educação, colocar o assunto em voga a fim de que o currículo não seja apenas um discurso retórico repleto de palavras de efeito, mas um rearticulador e negociador de diferenças que requerem a alteridade para serem efetivas, pois falar de currículo é falar de *outridades*, de um outro que tem poder de significar e de estabelecer vivências na própria práxis curricular.

REFERÊNCIAS

BIGODE, A. J. L. Base, que base? O caso da matemática. *In*: CASSIO, F., CATELLI JR, R. **Educação é a base?** 23 educadores discutem a BNCC, São Paulo: Editora Ação Educativa, 2019, p. 123-143.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

CLARK, Herbert H. **Using Language**. Cambridge University Press, 1996.

CORAZZA, Sandra Mara. **Planejamento de ensino como estratégia de política cultural**. *In*: MOREIRA, A. F. B. Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 2002, p.103 -141.

CÁSSIO, Fernando. Partição e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. **Nexo Jornal**, 2 dez. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular> Acesso em: 25 de maio de 2021.

DEWEY, John. **Dewey on Education: selections**. New York: Teachers College Press, 1959.

DIJK, Teun Adrianus Van. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. Editora Contexto, 2012.

DOLL JR, William E. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em: <Disponível em: <<http://books.scielo.org>> . Acesso em: 29 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. (1975) **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. (1970) **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FROMM, Erich. **El Corazón del Hombre**, Breviario. México, Fondo de Cultura Económica, 1967.

GADOTTI, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. Campinas: Papirus, 1992.

GIROUX, Henry. Cultura, poder e transformação na obra de Paulo Freire: rumo a uma política de educação. *In*: GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 145-156.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 35, p.241-252, maio/ago. 2007.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

LUZ, Madel. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 15(1), 39-57, 2005.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo, utopia e pós-modernidade**. *In*: MOREIRA, A. F. B. (org.) Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997, p.11-35.

NOVA ESCOLA, 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4873/mecapresenta-terceira-e-ultima-versao-da-base-nacional-comum-curricular?gclid=CjwKCAjwzMeFBhBwEiwAzwS8zNpHcchimLj7rcAIU-s9JsGsnYQuMtOzsnFRhD1QjPo82RmWAFK6SRoClb8QAvD_BwE>. Acesso 20 de maio de 2021.

PINAR, William. **Autobiography, politics and sexuality**. New York: Peter Lang, 1994.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**, v. 40, p. 325-346, 2014.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**, 1977.

VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação**, 18(53), 467-500, 2013.

YOUNG, Michael. **Knowledge and Control**. London: Macmillan, 1971.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis notas à margem**. Lisboa, Relógio D'Água Ed., 2014.



8

Bruna Tavares da Costa

Discurso, cultura, memória e representatividade: o papel do carnaval na reconstrução das memórias coletivas

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.08

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca aprofundar as investigações sobre a forma com a qual a cultura popular, no campo discursivo, influencia na (re) construção das memórias coletivas. A representatividade no campo cultural, sendo este um campo onde se travam importantes disputas ideológicas, é alvo de rivalidades que se tornaram mais complexas no período pós-*impeachment*. Em seu eixo discursivo/representativo percebe-se a concepção de novas formas de posicionamento, possibilitando um processo de construção de uma ideologia contra-hegemônica, o que origina novas formas de representações.

O que aqui se pretende investigar é a forma como, no campo cultural, padrões normatizados são confrontados e questionados, originando novos discursos frutos de memórias reconstruídas. É necessário mapear e reconstituir esse percurso a fim de esclarecer as formas de dominação, hegemonia e disputas ideológicas ali presentes e elucidar como estas atuam na construção da memória histórico-cultural do povo brasileiro. Essa movimentação pelo poder origina as disputas que Bourdieu (1989) afirma existirem em todos os campos que formam o espaço social. E é a forma como essas disputas ocorrem no campo cultural que constitui o objeto de análise deste trabalho.

Nos espaços destes embates, discurso e memória atuam de forma contínua, (re)construindo a imagem que determinado grupo social faz de si mesmo. Le Goff (1990) escreve que a memória acaba por adquirir o caráter de detenção de poder e de disputas políticas em um grupo, por isso o “esquecer” e o “lembrar” são atos essenciais, processos com dimensões políticas e ideológicas que influenciam a percepção de indivíduos e grupos sociais.

Esse movimento dinâmico, baseado na relação intrínseca entre memória e discurso, pode ter como consequência uma reorganização

das estruturas de poder, levando a novas formas de representação de sujeitos ou coletivos. É através da naturalização de práticas e discursos que formam-se padrões culturais que tendem a ser absorvidos e naturalizados pela sociedade.

A atuação da cultura popular no campo discursivo e seu papel na reconstrução das memórias coletivas é aqui analisado tendo como foco o carnaval carioca, em especial o enredo de Leandro Vieira para a escola de samba Mangueira, em 2019, no período pós-*impeachment*. Investiga-se a importância destes como possíveis constituintes de uma nova representatividade no campo cultural, pois são operadores de um discurso crítico à história oficial e acabam por dar protagonismo a sujeitos que tornam-se vozes operantes nesse processo de reconstituição da história.

São esses os sujeitos que Araújo (2020, p. 226) diz buscarem “romper com as multinarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização que naturalizaram a dominação do homem a partir de diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o processo civilizatório”. Assim, ao iluminar trechos obscurecidos de nossa trajetória social e política, o carnavalesco Leandro Vieira, ocupando a posição que Bourdieu denomina como “especialista” em seu campo de atuação, rememora momentos de rupturas, reinterpretando a escravidão e a colonização através de um ótica de denúncia e reconstituição daquilo que Kilomba (2019) chama de “traumas”, fraturas escondidas e silenciadas por um contexto político que visava a naturalização das práticas colonialistas de dominação. Essas práticas originam a perda de identidade, marginalização e desumanização do outro e permanecem sendo padrões e costumes enraizados em nossa sociedade.

Este processo, conhecido como “processo de tradução”, consiste em reescrever a história sob a ótica dos que foram silenciados e invisibilizados ao longo da construção do registro histórico que conhecemos, através de memórias coletivas baseadas na seletividade.

Sob a ótica da Análise do Discurso se dá a investigação das relações de poder que levam à naturalização desta “história única”, reconhecendo aqui a existência do que Huyssem (2000) aponta como a distância entre a realidade e sua representação, seja de forma oral ou escrita, que leva a diversas possibilidades de formulação de memórias.

Neste percurso de disputa por reconstituições/restituições do passado, surgem novos espaços e atores que operam nestas “zonas de conflito”, trabalhando novas formas de representações sociais. Leandro Vieira, ao questionar as políticas de apagamento e esquecimento que originaram uma interpretação hegemônica no campo da representação das identidades coletivas e individuais, nos instiga a investigar a forma como discurso e memória atuam na reformulação destas, originando novas narrativas e performances.

PÓS-DEMOCRACIA, CULTURA E HIERARQUIZAÇÃO

O papel da cultura popular na reformulação das representações sociais se torna ainda mais importante numa sociedade cuja polarização se aprofunda. O questionamento dos conceitos gerais e consolidados de nação, com disputas por seus símbolos (como a discussão sobre o uso da bandeira brasileira ou da camisa da seleção) e discurso influencia o imaginário coletivo e altera a concepção de identidade e nacionalidade que fundamentam a relação de um povo com seu país.

Farias (2020, p. 83) aponta que as guerras culturais se tornaram mais frequentes no Brasil nos últimos 10 anos e consistem na “tipificação de práticas discursivas identificadas ao gênero das controvérsias, em que as divergências de opiniões viabilizam conflitos cujos objetos atravessam feições distintas no plano dos costumes e... insuflam posições de valores”. No Brasil, aparecem com mais força após os movi-

mentos ocorridos em 2013, inicialmente percebidos como fruto de pressões democráticas e que, ao longo deste processo, deram origem a outros movimentos que alçaram a “moral” e os “costumes” como marco divisório de disputas e polêmicas em torno das identidades coletivas .

Desta forma, torna-se importante analisar e refletir sobre a possível substituição das bases do que se conhecia por Estado Democrático de Direito pela Pós-Democracia. Em sua obra sobre o tema, Casara (2016) mostra que a fusão entre os deveres do Estado e os interesses da elite econômica, de forma progressiva, acabaram por minar as bases democráticas estatais, enfraquecendo seu sistema de garantias individuais. A desvalorização dos valores constitucionais, a supervalorização do pensamento bélico-binário, a dominação midiática e a ausência de reflexão e problematização dão origem a um Estado punitivista.

O uso da moral como “régua” estabelece um novo tipo de situação comunicativa, onde a disputa gira em torno da recusa em reconhecer as diversidades que compõem a esfera cultural humana – e da luta para restabelecer o direito das chamadas “minorias”. E é a observação e respeito aos direitos dessas minorias uma das bases principais do Estado Democrático de Direito. Mesmo sob a influência da razão neoliberal, busca-se ampliar a liberdade do cidadão enquanto restringem-se às tentativas de opressão e exercício arbitrário do poder. No Estado Democrático, ainda que se perceba a influência do mercado, há limites claros de separação e independência de ambos. É, portanto, o Estado Constitucional.

As guerras culturais atuais, com os discursos de ódio, nacionalismo extremo e binarismo acentuado nos levam a pensar que existe uma relação entre a fragilização dos direitos fundamentais e do sistema de garantias com o abandono das representações, símbolos, imagens e práticas que compõem o Estado Democrático. Naturaliza-se o capital financeiro e a mercadoria como valores fundamentais para a sociedade, originando novas práticas, ainda mais excludentes e contraditórias,

apoiadas na moralidade e na disputa pelas narrativas capazes de (re)criar ou (re)afirmar a memória histórica.

Essa desconstitucionalização do sistema político passa a operar nos demais sistemas, com reflexo nas expressões e representações culturais. Os valores constitucionais, ao serem constantemente questionados e desacreditados, acabam sendo eliminados das práticas cotidianas, levando a novas formas de comportamento, representações e identidades. Ao se distanciar dos limites éticos presentes no Estado garantista, mergulha-se num período de supressão de direitos, surgindo confrontos e conflitos em torno de questões sobre indivíduos, credos, comportamentos e culturas. Esses novos discursos encontram eco em redes sociais cada vez mais numerosas, que amplificam essas novas ideias e valores numa rapidez que impossibilita a análise crítica e reflexiva por parte do receptor.

Os valores, estruturas socioculturais criadas e compartilhadas socialmente, passam a orientar as narrativas e práticas, em substituição às leis. Como mostra Casara (2016), o governo de leis é substituído por um governo “de pessoas”, que passam a representar esse novo Estado. Esse processo de “personalização” do poder permite um governo sem mediações, onde a figura de um presidente, que tem deveres e direitos limitados e bem definidos, pode ser substituída pela figura do “mito”, aquele que tudo pode e, estando acima de todos, é inimputável.

No Brasil há ainda a especificidade de uma herança colonial e escravocrata, que deixa um rastro de permissividade diante de comportamentos autoritários, que acabam por naturalizar práticas antidemocráticas. Esse aspecto da formação sociocultural nacional favoreceu um processo fluido de transição do Estado de Direito para o Estado Pós-Democrático, uma transição sem traumas ou rupturas marcantes, acentuadas, no entanto, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Como bem mostra Solano (2018, p. 14), esta “nova direita”,

beneficiada pelo uso massivo na internet e nas mídias sociais, tem duas características marcantes: o ataque ao Estado garantista e uma profunda obsessão pelas questões culturais.

O primeiro ponto nos obriga a encarar uma dura realidade: o Estado Democrático, no entanto, foi realidade para apenas uma pequena parcela da população, que teve seus direitos respeitados e sua existência marcada por práticas civilizatórias e democráticas. Para a imensa maioria da população, no entanto, essas práticas nunca se concretizaram. Estes conhecem o Estado através de suas instituições de segurança, saúde, representação política e afins, agindo como um ente opressor, cuja violência e agressividade no contato com a população mais pobre do país sempre foi prática comum. Por isso essa transição para a pós-democracia não constituiu uma experiência que mobilizasse as massas em torno da luta pela democracia: este setor da sociedade brasileira não experimentou, na prática, as benesses de um estado de bem estar social e da própria vivência democrática. Lembremos do Rio de Janeiro, cujo território está, em grande parte e com franco crescimento, entregue às milícias, sem qualquer tipo de enfrentamento por parte do poder estatal.

A obsessão pelas questões culturais, no entanto, é ponto fundamental para compreensão de uma nova escala de valores, que acaba por criar novas hierarquias e, em função de sua característica bélico-binária, atuar de forma a aprofundar o apagamento/esquecimento, recriando memórias coletivas. Ferreira (2009, p. 65) já afirmava que “a história da Antropologia é também a história dos homens que têm ou não têm cultura aos olhos de outros homens que se consideravam cultos”. É possível entender, então, que as relações culturais e a própria produção cultural já se baseavam em uma relação de poder e opressão. Já se encontra aqui o conceito de superioridade moral, que virá a ser um operador importante nos tempos pós-democráticos. Esse processo de “hierarquização” acaba por refletir os modos e

costumes de uma sociedade e seu tempo e o processo de lembrança e apagamento vai construindo as memórias de acordo com essa escala de valorização internalizada e naturalizada pelos entes envolvidos na produção desses registros.

Nessa espécie de apropriação das representações culturais, através do emprego de uma escala de valores muito particulares, a cultura popular posiciona-se entre a tradição e a transformação, atuando de forma heterogênea. Esta sua multiplicidade, se lhe garante uma imensa variedade de representações no campo cultural, também impõe, quando analisada de acordo com a relação de poder acima descrita, uma subalternidade. Esse percurso é explicado por Catenacci (2001, p. 29), ao mostrar que “até meados do século XVII a fronteira entre cultura popular e cultura de elite não estava bem delimitada”. Os processos de repressão contra as manifestações populares começaram a surgir após a Igreja iniciar sua política de submissão de almas e dos processos de unificação dos estados. O Estado Moderno surge diante de um impasse: o povo era fundamental para a legitimação do poder burguês, porém havia um imenso abismo entre os valores burgueses, como universalidade e racionalidade, e o tradicionalismo da cultura popular. Inicia-se um processo contínuo e duradouro de distanciamento entre a cultura popular e a cultura de elite, dando origem aos mais variados processos de repressão, apagamento e silenciamento de inúmeras práticas. Esses processos, sempre seletivos, são a base da construção das memórias coletivas.

Essa movimentação de desvalorização e esvaziamento da cultura popular, através de uma hierarquização de valores de representações, acaba por corroer e corromper as estruturas de identificação de um povo com seu país. As manifestações populares estão intimamente ligadas ao processo de construção da identidade nacional. A incompatibilidade entre manifestações tida como “folclóricas” e o progresso criou, na modernidade, um dilema a ser resolvido. Esta concepção en-

viesada de cultura acaba por reafirmar preconceitos e práticas desvalorativas, que relacionam o saber popular a uma dimensão de atraso, legitimando uma visão elitista e excludente. Nesta concepção, a cultura popular nada mais é que uma representação permanente, incapaz de produzir questionamentos e mudanças.

Cabe aqui uma reflexão: quando se usa o termo “popular”, qual é a percepção do que significa “povo”? Como definir essa massa representada pelas mais diferentes práticas? Uma mudança gradual ocorreu nos últimos 50 anos ao se refletir sobre esses signos. Nos anos 60, o Brasil viu surgir o Centro Popular de Cultura, fruto da agitação política e dos questionamentos surgidos nas décadas anteriores. Neste lugar, cujo objetivo era aproximar a arte e o povo, sendo a arte um instrumento de comunicação para com este, Catenacci (2001) mostra que esses artistas tinham uma noção bem específica do conceito de “povo”. Acreditavam que esta era a “camada subalterna da sociedade, a classe trabalhadora, revolucionária, responsável pela transformação da sociedade e pela insurreição do novo” (p. 33). No entanto, os “cepecistas” acreditavam que este povo não tinha consciência de seu papel e, portanto, era necessário que artistas e intelectuais orientassem suas práticas. Claramente, portanto, ao se pretender uma postura progressista de alinhamento com as tradições populares, o que aqui se via era a reafirmação de que é necessário que existam intermediários de classes sociais superiores para a valorização destas mesmas práticas.

Ainda na discussão entre o que é a arte popular e o que é a “arte do povo”, para então definir a arte cepecista, a autora mostra que estes artistas definiram “arte do povo” como algo próprio das comunidades rurais, uma produção arcaica em que artista e povo não se distinguem, desprovida de qualidade artística e que busca satisfazer necessidades lúdicas, como a função de ornamentar, por exemplo. Já a “arte popular” é própria dos centros urbanos industrializados, onde os artistas se distribuem em classes sociais diferentes de seu público e capazes de produzirem saudosismo, ironia e afins. Mas apenas a arte popular

revolucionária parte da essência do povo, fruto do encontro do artista com a realidade social deste povo que se coloca como popular ao se identificar com os interesses do povo e por se unir em sua luta. Tem-se início a um ideal moderno de cultura, em que o povo é afastado da possibilidade de representar a si mesmo. Os saberes e representações populares são ligados aos ideais de folclore, sendo necessário um “artista” para legitimar o tido como “popular”.

Na tentativa de compreender como o conceito de “povo” é apreendido nos tempos atuais, Farias (2020) chama atenção para seu uso em um momento de guerras culturais estimuladas pelas redes bolsonaristas. Em um ambiente de extrema polarização, essas “guerras morais” tem como objetivo a destruição de qualquer forma de pluralidade. O conceito de “povo” equivale, segundo o autor, a uma categoria de mobilização, um lugar subjetivo, um ente que se propõe a atender a esta convocação bélica que lhe é impingida, de forma a silenciar críticos e opositores. Essas práticas comunicativas que chamamos de guerras culturais levam ao silenciamento e exclusão, criando uma espécie de molde onde as pessoas se reconhecem e dentro dos quais passam a combater toda e qualquer possibilidade de diferença. As identidades coletivas passam a ser fraturadas, atacam-se formas de representações dissonantes e articulam-se ambivalências e contradições que acabam produzindo o silenciamento das formas populares de expressão, em especial no campo cultural.

Seguindo o caminho de investigação das causas da hierarquização das culturas, o conceito de “capital cultural” de Bourdieu nos leva a compreender os mecanismos invisíveis que produzem a percepção do “popular” como algo de menor valor, em todos os campos da esfera social. O autor aponta que este tipo de capital, cujo investimento se vê principalmente em famílias de classes médias e altas, gera um desequilíbrio ainda maior na produção de formas de hierarquização, aprofundando as diferenças sociais e tornando-as visíveis nas demais

esferas da vida. Formam-se, então, o que Souza (2016) chama de “hierarquias morais” não perceptíveis ao senso comum, que se tornam a base do preconceito nas sociedades modernas.

Essa movimentação naturaliza na nossa sociedade uma falsa percepção sobre a incapacidade das classes populares de produzirem cultura e formas de representação, uma vez que estão fora dos padrões considerados legítimos. O capital cultural passa a ser um dos mais fortes componentes ideológicos de exclusão social, levando a uma forma de opressão e dominação cultural, uma construção perversa calcada no silenciamento e apagamento dos mais fracos. Legitimam-se os privilegiados através do conceito de “autoridade cultural”, que consiste na liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as demais. Forma-se aqui aquilo que Moraes (2010) aponta ser fundamental para a sacralização da superioridade econômica: o condicionamento das produções simbólicas que interferem e influenciam na formação do imaginário social, através de maniqueísmos ideológicos e processos de desqualificação do pensamento oposto. Essas ideologias, frutos das disputas por poder e representação, levam a formação de discursos hegemônicos que perpetuam essa dominação cultural na sociedade, que acaba por reproduzir processos de exclusão e silenciamento.

REPRESENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E DISCURSO

Ainda sobre a disputa em torno do domínio do signo “povo”, DaMatta (1997) aponta que este é visto como uma entidade, cuja representação é disputada. Essa disputa, travada entre uma elite interessada na reprodução de seus privilégios e uma intelectualidade opressora, incapaz de reconhecer nesses sujeitos capacidades próprias de expressão e modos de representação, trava-se em espaços que Bourdieu chama de “campos de poder”. Este aponta que as relações

humanas estão “contaminadas” pelas relações de poder e os indivíduos atuam em espaços específicos, com leis e lógicas próprias. No interior destes espaços existe uma disputa recorrente, uma luta constante pelo domínio deste campo, desta esfera representativa.

Os campos são importantes também pelo seu papel de construtores de sentidos comuns, dentro da imensa pluralidade de aspectos que constituem o mundo social e suas representações. Essa construção de sentidos leva a formação de identidades individuais e coletivas e determina formas específicas de atuação, levando à naturalização de ideias, conceitos e comportamentos vários. Essas conexões invisíveis estão em movimento constante, numa disputa para neutralizar as forças que operam em sentido contrário. A análise destas forças, que se debatem entre elementos dominantes e subordinados, é essencial, assim como a percepção de que as concepções de mundo estão relacionadas, de forma direta, aos estratos sociais respectivos que sustentam e suportam essas concepções. A análise da estrutura social é, portanto, essencial para a compreensão do processo de formação de identidade e a análise da representação cultural popular. Origem, passado, história, lembranças e heranças compõem o cenário de disputa dentro do campo cultural, através da formação de memórias e identidades próprias a cada esfera social.

A formação e percepção que uma sociedade tem de si mesma passa pela interiorização de valores que constituem essa sociedade em determinado espaço temporal. O campo cultural é construído através de um sentido comum que espelha sentidos específicos e estes levam à formação de discursos e linguagens que passam a ser triviais para quem participa do campo. São frutos do que Lima (2010, p. 5) aponta como “operações intelectuais – que não são conscientemente aprendidas e controladas – advindas da sociedade e de sua época, ou seja, do inconsciente cultural historicamente datado e situado”. A identidade, processo de permanente construção, possibilita múltiplas manifestações culturais e uma diversidade de representações e expressões.

Essas construções perpassam a incorporação das experiências vividas e tem profunda intimidade com a imaginação. A memória é, portanto, um meio de recriar o passado no tempo presente, um exercício cuja imaginação, seu componente arbitrário, estabelece a forma com a qual a humanidade – ou determinado grupo – incorpora suas experiências, originando narrativas próprias. Ocupa, portanto, a centralidade na produção do conhecimento, fortalecendo-se através destes processos inconscientes e imaginários que disputam a representação dos sujeitos e se fortalecem quando passam a ser referências coletivas. A correlação das forças internas e externas estabelece a formação da identidade, que se consolida através da naturalização das possíveis diferenças que acabam por estabelecer um imaginário comum, seja de nação, povo ou grupo social.

A relação entre identidade e cultura acaba por construir eixos narrativos, reflexos de processos históricos marcados pela relação direta entre identidade, cultura, diferença e poder. Chambers (1990) afirma que só se conhece o passado, a memória e o inconsciente através dos seus efeitos. As histórias são marcadas por rupturas violentas, o que as tornam sempre transitórias e indefinidas. Por serem também um fenômeno coletivo, as memórias construídas de forma coletiva estão submetidas a constantes alterações e transformações, sendo fluidas, ainda que carreguem, em seu processo, marcos imutáveis e definitivos. Podemos exemplificar esses marcos como, no caso da formação da identidade brasileira, a colonização e a escravidão sendo fatos decisivos e definitivos: pode-se alterar as percepções e formas de percebê-los, porém não se nega a sua existência e a influência sobre o processo de construção e desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

Esses elementos constitutivos da memória são fruto de experiências, elementos solidificados, que se tornam marcos no imaginário coletivo. São efeitos da socialização, que faz com que determinados

eventos, mesmo que distantes da realidade de um indivíduo, se tornem fatores constituintes de sua identidade através da percepção comum que essas memórias carregam. Aí está o peso da herança, essencial na construção das memórias coletivas: há uma identificação tão forte com determinado fato, através da memória comum por ele produzida, que esta é passada às demais gerações como um legado muito particular deste grupo. Muitas vezes isso se constrói também através do fenômeno de personalização, quando se representam e personificam determinados marcos temporais (como Tiradentes ou Zumbi dos Palmares, por exemplo, que personificam lutas históricas e ideais comuns, como igualdade, independência ou liberdade). Ela também pode ser construída pelos espaços comuns, lugares de celebração e culto das origens, carregados de simbolismos, que atuam na formação individual ou coletiva. É o Portugal de Camões ou a África dos povos escravizados, que são herança e símbolos de acolhida e pertencimento para determinados grupos.

Lugares, fatos/acontecimentos ou pessoas são fundamentos essenciais para a construção de memórias e identidades. Porém nem sempre correspondem ao real, pois os processos de projeções e transferências acabam por criar novas interpretações e significados. Tem-se aí que a memória, antes de tudo, é um processo seletivo. E ainda que possa se afirmar que as memórias coletivas são fruto de processos mais seguros, é preciso entender que esses registros fazem parte de um movimento onde ocorre a seleção e a exclusão, ou seja, um campo de disputas. E, no que diz respeito à formação de memórias em que a identidade nacional de um povo é construída, elas sofrem a influência do poder político, que acaba por criar uma estrutura que atenda aos seus interesses. Assim como é um processo seletivo, a memória é também um processo de construção e aprimoramento – processo esse muito ligado ao sentido de identidade.

Assim, as práticas e costumes populares também passam por esses processos de ressignificação, seja pela imposição do Estado, seja pela influência dos intelectuais que, como vimos, atuam diretamente neste campo. A cultura popular ora se fortalece como instrumento de representação das massas, ora é enfraquecida pelos ataques e opressões que sofre. No que aqui se propõe analisar, a cultura popular como instrumento de resistência e de produção de memórias e discursos inclusivos e coletivos, o carnaval é um exemplo da instrumentalização da cultura para a formação de uma identidade coletiva, imposta e construída – enquanto os enredos atuam de forma contra-hegemônica, produzindo discursos e visibilidades a sujeitos até então subordinados aos processos de esquecimentos que fabricam suas memórias herdadas, essenciais na construção de suas identidades.

O samba, ritmo que denominava os sons africanos vindos das fazendas da Bahia e outras regiões do agreste nordestino, encontrou no Rio de Janeiro um cenário perfeito para sua difusão. As comunidades de ex-escravos que lá existiam, como a conhecida por “Pequena África”, através dos processos de crioulização ou mestiçagem, impulsionam as manifestações sociais desses grupos unidos por uma memória que os situa, coletivamente, como representantes da cultura negra nesta região. A relação direta entre samba e a comunidade negra constitui um marco muito forte, uma herança que, perpassada através dos tempos, reforça a ligação do povo negro com suas raízes africanas, reafirmando memórias que fundam a visão que esta comunidade constrói de si mesma. Essas manifestações culturais são fruto da necessidade do povo negro de reforçar sua identidade, em reafirmar-se para além do elemento que os caracteriza como produtor apenas de uma força de trabalho muito explorada e de pouco valor na esfera social do período pós-abolição.

Ao longo deste processo, o samba atua não só na ressignificação dessas vozes mas na integração desta comunidade com a

sociedade carioca dos anos 30. As casas e terreiros onde os pagodes aconteciam passam a receber a classe média, interessada em conhecer o ritmo e demais elementos dessa cultura- inclusive consultando os “feiticeiros” africanos, aproximando do candomblé as classes mais altas do país. Essa aproximação permite movimentos de assimilação que ajudam a difundir a cultura negra pela capital do país. Casas e terreiros passam a ser uma extensão da rua, espaços de intensa convivência social e importantes instrumentos desta cultura.

Da união dos cortejos carnavalescos comuns às classes médias e altas com o samba, ritmo que representa as classes populares, origina-se o carnaval como hoje conhecemos. A cidade, que passa por um profundo processo de higienização e exclusão, destruindo cortiços e empurrando as classes menos favorecidas para o alto dos morros que circundam o centro, vê surgirem as comunidades da Mangueira, Tuiuti, Estácio e tantas outras. Ainda no rastro das indagações e heranças deixadas pela Semana de Arte Moderna de 1922, a busca pela verdadeira brasilidade se acentua, dando origem a lutas concorrenciais, que ora buscavam “civilizar” o país, através de um ideal europeizado de cultura e comportamento, ora procurava valorizar as tradições e manifestações populares, tidas como genuinamente brasileiras. A discussão em torno da identidade nacional atua de forma a remodelar o carnaval e é essencial para a unificação tão necessária após os questionamentos causados pela Revolução de 1930. Para o Estado Novo era essencial que o país e a sociedade brasileira experimentassem a sensação de unidade e pertencimento. Hall (2016) nos ensina que as identidades estão em constante transformação, sendo influenciadas por costumes e práticas expressas no contexto histórico em que acontecem. O carnaval passa a ser o motor que o Estado vai usar para promover a unificação do país através da cultura.

O sujeito “povo” brasileiro forma-se, então, no contato com esta cultura que lhe dá a sensação de pertencimento, essencial para seu

bem estar e integridade, ainda que esta seja uma criação artificial, “imposta” pelo Estado. Desde o início o carnaval é alvo da manipulação política, usado como ferramenta essencial na construção de um ideal de nação original, destacando-se como uma riqueza cultural unificadora. Através de processos impostos pelo governo, que buscam “civilizar” a festa dos negros pobres, o Estado se faz presente pela imposição de normas, regulamentação de trajetos e itinerários, controle do horário e, em especial, no uso da força policial para “domar” o caráter crítico da festa, orientando-a em direção a um processo civilizatório de “embranquecimento”. Ele é então passível de representar um valor universal, exemplo da produção cultural brasileira, vindo a ser reconhecido em seguida como a maior festa popular do país e do mundo. Essa predominância do ideal de carnaval brasileiro como sendo o carnaval carioca perdura até os dias de hoje, excluindo as várias manifestações culturais carnavalescas que existem neste país de dimensões continentais. É ainda para o Rio de Janeiro e, em especial, para os desfiles das escolas de samba de seu Grupo Especial, que se voltam os olhos e atenção do mundo, transformando aquela passarela num importante palco de representação de identidades e reafirmação ou questionamento de memórias coletivas.

Tendo em sua origem a festa do povo negro e pobre da cidade, que tem nos desfiles e no ritmo dos atabaques a expressão de sua consciência como um grupo social que fazia-se representar culturalmente, o próprio carnaval passa a atuar como no campo do esquecimento e seletividade. De ferramenta de expressão e representação popular passa, conforme se aprofundam os processos de profissionalização de escolas e desfiles, a reproduzir as práticas capitalistas que denunciava em seu início. São os processos que Bourdieu chama de “mistura” e “triagem”, que acabam por operar de modo diacrônico no interior do campo cultural. Fiorin (2008, p. 124) aponta que:

A cultura brasileira euforizou de tal modo a mistura que passou a considerar inexistentes as camadas reais da semiose onde

opera o princípio de exclusão: nas relações raciais, de gênero, de orientação sexual. A identidade autodescrita do brasileiro é sempre a que é criada pelo princípio de participação, da mistura. Daí se descreve o brasileiro como alguém aberto, acolhedor, cordial, agradável, sempre pronto a dar “um jeitinho”. Ocultam-se o preconceito, a violência que perpassa as relações cotidianas etc. Enfim, esconde-se o que opera sobre o princípio da triagem (FIORIN, 2008, p. 124).

Assim, percebe-se que a cultura brasileira, apesar de ser considerada por muitos como uma cultura “de mistura”, sendo regida pelo princípio de participação, o mesmo não é percebido em relação ao carnaval e ao povo negro que o originou. Se a nacionalidade é uma identidade, construída através de lembranças simbólicas e materiais que constituem seu patrimônio e perpassam a cultura e suas representações, a nacionalidade brasileira se constitui, antes de tudo, pela existência de um povo que tinha no culto às suas memórias e ancestralidade a constituição de suas formas de viver e estar no presente. No momento em que se necessitava romper em definitivo os laços culturais com Portugal e toda a herança européia, a cultura e costumes dos negros brasileiros foram a base para a construção de uma identidade original e autêntica. Esse processo de produção de uma cultura exclusiva, no entanto, se dá pela triagem que confronta o puro com o impuro, o exclusivo com o excluído, numa oposição entre representações inferiores e superiores que restringe a circulação dos produtos culturais, promovendo silenciamentos e exclusões. A identidade passa a ser, também, uma criação discursiva, palco de disputas ideológicas e cuja construção de sentido vai além de representar a identidade constituída, sintetizando lutas e selecionando símbolos específicos que, de forma inconsciente e coletiva, irão gerar memórias nacionais, coletivas – e os discursos que atuarão neste campo.

O CARNAVAL COMO PRÁTICA DISCURSIVA

Ao discorrer sobre a hegemonia, Teun Van Dijk (2008) a define como a integração do poder, pelos grupos dominantes, às leis, normas e regras que acabam por formar o consenso geral, tornando invisíveis a dominação e as formas de opressão a qual parte da população é submetida. Para a manutenção da hegemonia, portanto, é fundamental que existam mediadores entre poder e soberania. Esse espaço é ocupado pelos discursos, que tendem a naturalizar essas formas de controle – ou questioná-las. Os discursos, portanto, não apenas traduzem os sistemas de dominação como, conforme Foucault (1984) avalia, são o objeto de disputa, o poder a ser tomado. É uma prática social, não necessariamente textual, que perpassa os mais variados campos da atividade humana.

Entender o discurso e seus significados dentro dos campos sociais requer uma pesquisa sobre suas formas e significados coletivos, aprofundando as investigações das relações entre língua e sociedade. Nessas relações, o discurso se alimenta das estruturas sociais vigentes e, no entanto, pode vir a modificá-las. São as relações entre discurso, sujeito e língua que a Análise do Discurso busca investigar, focando nas relações estabelecidas entre sujeitos e discursos, que levam a investigação das relações de poder, ideologias e formação de identidades presentes no uso da língua. O discurso, portanto, não é uma prática social meramente reprodutora da realidade mas, em determinados contextos, também é passível de transformá-la. São processos dialéticos, onde a língua molda a sociedade, mas também é transformada por ela.

Em momentos em que a cultura torna-se mais ideológica, como nas guerras culturais que vivemos hoje, perceberemos esta (cultura) atrelada a posições de poder, sofrendo uma espécie de intervenção

por parte deste. De forma articulada, integram-se através de conexões históricas específicas, que promovem um deslocamento das formas discursivas, reafirmando as diferenças sociais e culturais que são organizadas discursivamente, na medida em que são atreladas a diferentes configurações de poder. Neste processo de diferenciação, as identidades naufragam e surgem novas formas de atuações, que inauguram processos de “minorizações”, onde as representações coletivas se fragmentam, dando origem a grupos minoritários, descentralizando os modelos até então reconhecidos pela sociedade e inaugurando uma espécie de fundamentalismo moderno, motivado por questões como raça, gênero, religião e afins. Estes novos sistemas simbólicos criam movimentos de dispersão, aumentando as lutas concorrenciais em seus campos de atuação. Se memória e identidade eram entendidas como processos contínuos e inacabados, característica marcante da modernidade, o que se vê agora é a busca por uma precisão antes inatingível, mais baseada nos processos de exclusão e esquecimento/anulação das diferenças do que na construção de representatividades amplas e inclusivas.

Neste lugar de inflexões, as ideologias acabam por fechar os campos de sentido, restringindo e definindo comportamentos, deslocando imagens e memórias, questionando símbolos, marcas e modos que influenciavam, até então, as práticas sociais cotidianas – criando uma sociedade baseada na ambivalência política e destruindo os laços de solidariedade e pertencimento mais fundamentais. Neste cenário, fortalecem-se práticas discursivas excludentes, que passam a ser naturalizadas pelos membros dessas pequenas bolhas, oriundas de paixões construídas e alimentadas por ideologias que buscam o combate às diferenças e aos diferentes. O discurso, como prática social, espelha a sociedade – além das mudanças ocorridas nela. Os processos de exclusão marcam uma operação de triagem que busca criar um conceito universal para cada uma das esferas sociais, atacando a diversidade de representações, em especial no campo cultural.

Na Análise Crítica do Discurso (ACD) entende-se discurso como instrumento de luta social. Fairclough (2009) aponta que as pesquisas devem ser, também elas, práticas de resistência à opressão social, incentivando e alimentando ações contra-hegemônicas. Para o autor, o discurso é uma forma de ação do sujeito, uma prática que influencia os que ele alcança, passível de constituir uma nova realidade. Dentro desta perspectiva, os enredos e o trabalho de Leandro Vieira são percebidos como um exemplo de uma prática social, moldada ideologicamente, que age como reprodutora e transformadora de realidades sociais, fruto de um sujeito discursivo capaz de transformar suas próprias práticas discursivas. Os processos de produção desse discurso são baseados no fato de que os sentidos atribuídos ao mundo pelos atores sociais constituem este mesmo mundo. É na interação e intenção dos sujeitos que se busca a explicação para a produção do discurso e de sentidos. Entre a ação consciente e a determinação estrutural, posiciona-se o sujeito com relação ao contexto e a sociedade em que vive. A prática discursiva, como se vê, é influenciada pela prática social, constituindo-se o discurso de três partes: texto (ou símbolos, imagens, sons..), prática discursiva e prática social.

Em 2019, ao apresentar o enredo intitulado “Histórias para ninar gente grande”, o carnavalesco Leandro Vieira o define como “um olhar possível sobre a história do Brasil”. Propondo uma investigação sobre as “páginas ausentes” da história do Brasil, a escola questiona o registro histórico que originou memórias coletivas que apagaram figuras importantes nas lutas e marcos definidores da identidade nacional construída através desse processo. Esses heróis silenciados e apagados destes registros, escritos pelos donos do poder, que acabaram por consagrar versões elitizadas, tornam-se sujeitos na disputa pela legitimidade desta narrativa. A autoridade consagrada dos historiadores oficiais, ao ser questionada em plena avenida, levanta discussões e sucinta debates sobre esses bens simbólicos, levando a novas interpretações e produções de sentido.

Esse processo que Fairclough chama de interacional/discursivo e que se dá no campo intelectual, permite o surgimento de atos de comunicação, como este enredo/desfile, que ampliam o debate, ao estabelecer uma nova forma de narrativa. Em tempos de guerra cultural e produção de sentidos únicos, a escola estabelece-se como uma força contra-hegemônica neste espaço do campo cultural que, como vimos, foi moldado e reformulado pelo Estado para, ao longo dos anos, naturalizar a história e os registros históricos – e não questioná-los. O carnavalesco aproxima-se da figura do sujeito intelectual, aquele que se opõe às formas naturalizadas, que buscam definir e legislar sobre a produção cultural e o discurso, submetendo-os ao poder dominante. Através do seu carnavalesco, sujeito deste discurso, a escola atua naquilo que Hall (2016) chama de “duplo movimento da cultura popular”, um processo dialético que se dá no interior deste campo, onde ora se dá a opressão, ora a resistência.

Aqui se tem um exemplo de como a cultura popular torna-se terreno possível para se discutir as transformações sociais necessárias para a promoção da igualdade e respeito à diversidade, numa tentativa de inverter as categorias simbólicas de produção de valor e hierarquias. De tradição cultural conservadora, o carnaval passa a desnudar processos simbólicos de dominação, criticando a universalização de visões e a tentativa de imposição de modelos únicos e excludentes. A memória, aqui, é pensada como um lugar de mobilidade, onde cabem outras interpretações e visões para além da narrativa oficial que nos é imposta. Se, na ordem do discurso, a função da memória é dar viabilidade ao acontecimento histórico, construindo toda uma rede de sentidos, questionar esse passado é torná-lo mediador das reformulações de práticas sociais e discursivas que se originam destas memórias sociais.

O carnaval passa a ser, então, um operador discursivo, numa relação de ressignificação do passado, possibilitando reconstruções narrativas e representativas no presente. Através da memória alegórica, da construção de imagens, sons, alegorias, etc. se dá o processo de

subversão, partindo da memória social para a memória histórica, promovendo, ao menos nos desfiles, um efeito de produção de sentido e realidade que atua de forma a questionar o até então estabelecido. O carnaval, que Bakhtin (apud SOUZA, 2019, p. 1) afirma ter “na base de seus sistemas ... a constituição de atos simbólicos dirigidos contra a autoridade suprema”, tinha na sua origem a crítica, o protesto e a insurreição contra as formas de opressão e exploração social. Neste jogo em que a memória alegórica rompe com a formação discursiva dominante, abre-se espaço para que a memória social seja recriada, de forma a incluir e abraçar outras narrativas e visões. Nestes pequenos espaços simbólicos, que sabemos ter alcance limitado, estão exemplos de reconstituições de memórias coletivas através de discursos que atuam de maneira a ampliar a representatividade dos excluídos, dando-lhes a voz e representação que lhes foram negados pela história. Constituem-se, desta forma, como modestos espaços de denúncia, respiros necessários de resistência e resiliência no Brasil dos falsos mitos e da Pós-Democracia.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Debora Oyayomi. Resenha: memórias da plantação. **Arte Filosofia**,

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. Publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales. **Paris**, n.30, novembro de 1979, p 3-6.

Brasília: Editora UNB, 2001. Guarapuava: Editora Unicentro, 2009.

CASARA, Rubens. **Estado Pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre a tradição e a transformação. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 28-35, Apr. 2001

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. 1º edição. São Paulo: Editora Rocco, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães V.15, No28, ABRIL DE 2020, P. 226-232

FARIAS, Edson Silva. A afirmação de uma situação sociocomunicativa: desfile de carnaval e tramas da cultura popular urbana carioca. **Cad. CRH** [online]. 2013, vol.26, n.67, pp.157-178

FARIAS, Edson Silva. **O “povo” e a guerra cultural no campo bolsonarista**. In: TEIXEIRA, Carlos Sávio (org.) *Bolsonarismo: teoria e prática*. 1 edição. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2020.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Antropologia Cultural: um itinerário para futuros professores de História**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. Bakhtiniana. São Paulo, 1ª ed., Ano 1, Número 1, janeiro-junho 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. 1º edição. São Paulo: Editora Apicuri, 2016.

HUYSSSEN, Andreas. **Passados presentes**: mídia, política, amnésia. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. (1924) **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151994792010000100003 Acesso em 21/03/2019.

MORAES, Denis. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. 1º edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

SANTOS, Boaventura. **Modernidade, identidade e cultura de fronteira**. In: *Tempo social*; Rev Sociologia USP, São Paulo, novembro de 1994

SOLANO, Ester. **O ódio como política. A reinvenção da direita no Brasil**. 1º edição. São Paulo: Editota Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. 1ª edição. São Paulo: Editora Leya, 2016

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. 1º edição. São Paulo: Editora Leya, 2015.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Contexto uma abordagem sociocognitiva**. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2012.



3

Parte

**TEORIAS
DO DISCURSO
EM ANÁLISE**



9

Humberto Fernandes

Análise do discurso político de coletividades não-políticas:

triangulação entre Van Dijk, Fairclough
e os momentos da temporalidade
político-discursiva

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.09

INTRODUÇÃO

O comportamento político de um indivíduo ou de uma coletividade pode ser analisado através do discurso tornado público e sob certos determinantes. Isso se dá em função da cooptação de capital político, uma mistura de outros capitais simbólicos, baseado na representação dos interesses coletivos (OCASIO; POZNER; MILNER, 2020; CASEY, 2008). Diferentemente do discurso geral, o discurso político possui a intenção de produzir efeitos transformativos na realidade sociopolítica. Habermas propõe que todo evento comunicativo é orientado por um objetivo, mas que, no entanto, enquanto algumas interações semânticas buscam apenas a compreensão intersubjetiva, os intercâmbios no discurso político têm uma lógica intencional estratégica (BAXTER, 2002). Esta intencionalidade busca causar um impacto em função de representação, identificação, antagonismo, exclusão, entre outras características advindas da Análise do Discurso Crítica, área dentro da qual a Análise do Discurso Político (ADP) se encontra (FAIRCLOUGH, 1995, 2000; VAN DIJK, 1993, 1995, 1996; VAN DIJK; MENDIZÁBAL, 1999).

Por outro lado, a modernidade política está permeada cada vez mais de atores políticos não-profissionais, de outros grupos e coletividades, através de novos meios e tecnologias da comunicação. Estudos recentes demonstram que o discurso político tem sido limitado pela análise focada nos socioprofissionais do campo político e suas interações institucionalmente mediadas. Este contexto apresenta brechas com relação a atores não-profissionais no fazer político e sobre outros tipos de texto e eventos comunicativos com o mesmo caráter político, igualmente presentes no mercado simbólico e com distintos públicos e semânticas (RANDOUR; PERREZ; REUCHAMPS, 2020).

Ao combinar as duas abordagens metodológicas propostas, obtêm-se uma análise verticalizada das categorias sociocognitivas de Van Dijk com a profundidade dos níveis de análise de Fairclough. Na

tentativa de aplicar esta combinação ao discurso político de uma coletividade não-política, observou-se a ausência de um caráter *temporal* à ADP, que aqui chamo de *temporalidade político-discursiva* (TPD), concedendo um dinamismo complementar importante à análise qualitativa proposta por ambos autores. Esta triangulação Van Dijk + Fairclough + TPD busca reforçar ainda mais a sistematização do discurso político para análise dos processos sociais comunicativos, desde que públicos, com função transformativa intencional e cuja cognição seja em função de identificação/exclusão, antagonismo e poder, características de um discurso político.

Portanto, este trabalho oferece uma perspectiva triangulada para a ADP, ao agregar às perspectivas de Van Dijk e de Fairclough o caráter *temporal* da análise, com os três *momentos da prática político-discursiva*, sendo estes: [1] a mobilização (de ideias); [2] a articulação (simples de objetivos); e [3] a identificação (processos de articulação mais profunda, em nível identitário). Para fundamentar cada um desses momentos da TPD e suas inter relações, o trabalho versa, respectivamente, sobre as proposições de Bourdieu (2006, 2007, 2011), Habermas (1999) e Laclau (2008, 2013; LACLAU; MOUFFE, 1987).

De modo interessante, este dinamismo concedido pelos três momentos agregam a capacidade metodológica e sistemática de analisar a evolução, crescimento e decadência dos sentidos, dos ideais e das semânticas que compõem as representações sociais sobre o político². Não obstante, também nos leva a considerar os públicos para os quais estes discursos foram desenvolvidos, em cada um dos momentos, verificando não somente a interação com outras coletividades em função da cognição política, mas também níveis de formalidade, complexidade e objetividade nos discursos emitidos.

Neste trabalho, primeiro vamos percorrer as abordagens de Van Dijk e de Fairclough para a ADP, para então entrarmos na perspectiva temporal da ADP que aqui se oferece. Após a explicação dos momen-

tos do comportamento político-discursivo - mobilização, da articulação e da identificação -, oferece-se a modo de exemplo da aplicação do método a investigação sobre comportamento político-discursivo da classe empresarial brasileira.

COMPORTAMENTO POLÍTICO-DISCURSIVO

O exercício político é majoritariamente textual (oral ou escrito) e, portanto, simbólico, dotado de discursos permeados de conceitos com sentido intencional (Fairclough, 1995; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Todo discurso é construído por conceitos “fixados” pelo emissor, segundo suas intenções. Porém, o mesmo conceito pode ter diferentes sentidos dependendo do campo discursivo no qual o receptor da mensagem se encontra, produzindo assim efeitos distintos (LACLAU, 2013). Sendo toda ação política intrinsecamente discursiva, o comportamento político é passível de análise crítica desde diferentes perspectivas.

Para Mannheim (1955), os termos utilizados em discursos como “extrema esquerda”, “liberais”, “conservadores”, entre outros, possuem um impacto político, ocasionando ora amizade, ora inimizade. Os discursos científicos são igualmente políticos devido à função de ocasionar um impacto na realidade social do público. Sua crítica do fundamento *estruturalista* do pensamento político à esquerda que exclui qualquer abordagem *individualista* liberal conservador, e vice-versa, expõe que o conhecimento em si está intrinsecamente relacionado com o sistema social de onde vem, ou seja, desde qual coletividade. Não somente o conceito de *político* se difere em função do seu lugar social, mas também formas de *lidar com a realidade*, uma vez que esta é interpretada através dos conhecimentos difusos.

Esta pluralidade de 'estilos de pensamento' (*Denkstil*) antagônicos e inter-relacionados expõem a fragmentação da realidade social, estabelecendo uma aproximação entre a estrutura e os processos subjetivos de construção e reprodução do conhecimento. Deste modo, "different thought styles not only deliver different answers to substantive political issues: each thought style also specifies a certain realm of reality as prescriptive for valid thinking. All thought styles start from their own, distinct premises¹⁵" (LUNDBERG, 2013, p. 2).

Para Bourdieu (2011), o campo político se organiza a partir dos sentidos práticos e objetivos que se dão em função das disposições da economia simbólica em circulação. O capital político, enquanto um capital social, necessita ser "oferecido" e "negociado", no marco da representatividade inerente do exercício de cooptação político-ideológica.

Sendo dois grandes expoentes da Análise do Discurso Político, van Dijk e Fairclough propõem métodos de análise capazes de se complementarem. A análise "fotográfica" das categorias semânticas e institucionais de Van Dijk seriam beneficiadas com a "profundidade" dos três níveis de Fairclough, desde o macro, passando pelo sistema social, chegando ao texto representativo (micro). No entanto, ainda que uma fotografia tenha profundidade ("3D"), ela carece de dinamismo do processo da construção do discurso político, cujos sentidos não estão nunca fechados (LACLAU, 2008, 2013), e segue transformando-se na dialética entre os significados políticos, os processos cognitivos e os fenômenos socioculturais.

Ainda neste ponto, as perspectivas sociocognitiva e dialético-relacional dos autores propostos permitem a análise de elementos e níveis da produção e manutenção do discurso político, na intenção de revelar

15 "diferentes estilos de pensamento não só dão respostas diferentes a questões políticas substantivas: cada estilo de pensamento também especifica um certo domínio da realidade como prescritivo para um pensamento válido. Todos os estilos de pensamento começam a partir das suas próprias e distintas premissas" (LUNDBERG, 2013, p. 2, tradução nossa).

os sentidos e as relações de poder escondidas. Por outro lado, quando pensamos em coletividades não-políticas que atuam politicamente, pensamos em sistemas sociais mais fluidos em função dos sentidos e significados expressos nos discursos políticos utilizados. Em outras palavras, é fácil posicionar os discursos do legislativo, das associações representativas e dos movimentos sociais enquanto políticos. Mas quando lidamos com agrupações como religiosos, empresários, professores, condôminos ou associados de bairro, então podemos ter tanto uma comunicação geral, quanto uma interação político-discursiva.

Dado que todo discurso é composto por sentido e informação¹⁶, e que o político é permeado pela representação, identificação, exclusão e antagonismo ideológicos, então temos um discurso político cujos sentido e informação buscam a cooptação de suporte e apoio social (capital político) em função de uma disputa por poder e sobre as categorias antes mencionadas.

AS ABORDAGENS DE VAN DIJK E FAIRCLOUGH

Há muitas formas de aplicar a Análise do Discurso Político em função dos objetivos da pesquisa. Muitos autores enfocam em elementos de *conteúdo* nos discursos de movimentos sociais e associações representativas, como, por exemplo, “meio-ambiente” e “sustentabilidade” no discurso dos movimentos ecológicos, a “competitividade” e a “inserção global” desde o empresariado, “crescimento” e “desenvolvimento” no discurso governista/ partidário, “igualdade” e “equiparação” nos discursos dos movimentos afro brasileiros, feministas e LGBTQI+, entre muitos outros. Estas abordagens *verticalizadas* de

16 Valentino e Fino discutem a informação enquanto discurso dotado de sentido político (2015).

conteúdo são importantes para aproximar-nos das representações sociais reproduzidas e emergentes das coletividades cujos discursos se encontram sob análise.

Para van Dijk, o discurso político se refere às práticas discursivas com intenção de transformação e impacto sociopolítico e cultural. Normalmente, estes discursos políticos são encontrados nas interações comunicativas, orais ou escritas, no legislativo, discursos presidenciais, campanhas eleitorais, e todo outro campo onde políticos de carreira intencionalmente tentam transformar a realidade através da interação comunicativa (VAN DIJK, 1993, 1995, 1996). Deste modo, a semântica presente na mídia, o que inclui fotografias, desenhos e outras comunicações não-textuais, nos jornais e nas redes sociais são igualmente capazes de incidir sobre a opinião pública, sobre as identidades e as formas de organização social. Considerando que o próprio exercício e *raison d'être* de certas coletividades é essencialmente político, como movimentos sociais, grupos de pressão, partidos e associações, seus discursos são facilmente categorizados como políticos.

No entanto, outras coletividades externas ao campo profissional político também estão presentes em função de representar suas demandas e ideologias na economia simbólica do discurso público. Logo, passa-se a considerar também discursos de cooperativas, meios de comunicação, instituições, organizações, militares, empresários, comunidades tradicionais, socioprofissionais, religiosos, aluna-do, docentes, elites intelectuais, culturais, formações identitárias, etc. Logo, o que define o discurso de uma coletividade enquanto político não é a categoria socioprofissional de seus membros como políticos profissionais, mas a função do discurso enquanto ação política, quer sejam pessoas em situação de rua, trabalhadores agrário-familiares, um conselho de cultura ou uma associação de bairro.

Como parte inerente da Análise do Discurso Político, seu caráter crítico (dentro da Análise do Discurso Crítico) propõem a observação

sistematizada das relações de poder, produções e reproduções socioinstitucionais, identidades e ideologias (FAIRCLOUGH, 1995; VAN DIJK, 1995). De fato, a construção da identidade se dá em função da dialética da interação comunicativa, em cujo discurso se encontram elementos *da fundação* da identidade, das ideologias, além do que embasa a predisposição à coletivização do pensamento e do conhecimento.

Van Dijk e Mendizábal (1999) sistematizam as categorias de análise para a ADP, onde: dentro do domínio da política; engloba ideologia; grupos; atores; relações; discurso; e cognição; em um modelo sociocognitivo, onde os fenômenos socioculturais sejam revelados através do discurso inerente à sociabilização humana. Propondo uma organização das categorias de van Dijk, as identidades e ideologias políticas caminham junto com a cognição política da coletividade de origem, compostas por grupos e atores que se relacionam entre si através do discurso comunicativo.

Por outro lado, Fairclough (1995, 2000) propõe uma análise em três dimensões. As práticas socioculturais (macro) explicam a produção e circulação (consumo, oferta, demanda, economia do discurso) da prática discursiva, dentro das quais os elementos semânticos concedem interpretação ao texto descritivo (micro). A partir desta interpretação, não somente o pesquisador não deve estar em um lugar de pressuposições, devido ao fato de que os significados se constroem e tem sentido apenas no âmbito discursivo de onde provêm, ou onde causaram impacto. Mas também, há uma possibilidade de agregar *profundidade* à análise vandijkeana, cujas categorias poderiam ser também exploradas em função do seu lugar *no mundo*.

Fairclough e Fairclough (2012) propõem uma abordagem dialética-relacional, em um ciclo interminável entre o exterior e os processos subjetivos, centrada no *argumento*, ferramenta essencial às instâncias de deliberação e atuação política. No entanto, o modelo proposto sozinho não seria capaz de oferecer uma análise crítica, normativa ou

exploratória, pois não lida com os aspectos semânticos de fato (como conteúdo dos ideais, objetivos, identidade e sentido da realidade) enfocando-se nos processos relacionais que dão profundidade a uma leitura mais macrológica. Seguindo a crítica de Tseronis,

“[...] o modelo proposto ainda não é compreensivo, pois não sugere uma forma concreta na qual os aspectos apresentativos da argumentação (o uso de metáforas e uso evaluativo da linguagem, por exemplo) estão para ser integradas à reconstrução do argumento prático e sua avaliação” (TSERONIS, 2013, p. 276)¹⁷.

O que percebe-se é que a crítica à abordagem faircloughiana se centra na ausência do conteúdo semântico e cognitivo proposto por Van Dijk, na mesma medida em que este último carece de uma compreensão mais contextualizada, nos variados níveis, desde o global geral ao local específico. No entanto, apesar da complementaridade destas propostas, estas abordagens em conjunto desconhecem a temporalidade inerente do discurso político, enquanto um *processo no tempo*, constituído com diferentes momentos políticos de acordo com o desenvolvimento dos conceitos e dos significados constituintes das coletividades. Por mais que se unam a sociocognição vandijkeana, estática, com a dialética interativa de Fairclough, profunda, teríamos uma fotografia em profundidade, porém com ausência de *dinamismo temporal* em uma linha temporal de sucessão de eventos constitutivos do fazer político.

Não desprezando o valor da análise *estática*, e *fotográfica* da realidade sociopolítica através do comportamento político-discursivo, propõem-se aqui agregar a esta categorização *verticalizada* (estática), uma outra categoria capaz de agregar *dinamismo* aos processos políticos, uma vez que o próprio poder é uma relação em constante construção,

17 Tradução nossa. Citação original: “[...] the proposed model is still not a comprehensive one, for it suggests no concrete way in which the presentational aspects of argumentation (the use of metaphors and the evaluative use of language, for example) are to be integrated in the reconstruction of the practical argument and its evaluation.”

produção e reprodução. Desde o surgimento de um ideal político inicial até a sua aplicação real, o significado e as relações imbricadas neste se modificam, em função da própria organicidade dos acontecimentos e da interação entre subjetividade e externalidades, que constroem a realidade moderna e plural das coletividades constituintes do social (DOMINGUES, 2019).

MOMENTOS DA TEMPORALIDADE POLÍTICO-DISCURSIVA

Segundo De Leon, Desai e Tuğal (2009), a articulação política é “o processo através do qual práticas partidárias naturalizam formações de classe, étnicas e raciais com a base da divisão social ao integrar interesses e identidades díspares em blocos sociopolíticos coerentes” (p. 194)¹⁸. Apesar de aplicado ao estudo de partidos políticos, este conceito traz o antagonismo, as divisões sociais e segmentações políticas, enquanto elementos centrais da análise das relações de poder constituintes do imaginário coletivo em função do político. Estes elementos constroem o sujeito ideológico a partir do indivíduo, em função de uma classe e uma ideologia, dentro do imaginário. Estas semânticas textualizadas mobilizam a construção de identidades políticas a partir destes elementos específicos althusserianos, pertencentes à cognição política do emissor do discurso.

Em relação à mobilização política, estas identidades e ideologias políticas são articuladas por meio da venda de ideias enquanto capital intangível no mercado simbólico da política (Bourdieu, 2006, 2011), onde ideais são propostos simbolicamente à opinião pública. Todo ideal

18 Tradução nossa. Citação original: “the process through which party practices naturalize class, ethnic, and racial formations as a basis of social division by integrating disparate interests and identities into coherent sociopolitical blocs”.

necessita ser primeiramente “feito público”, inserido na economia da informação e do conhecimento, para que a opinião pública e os imaginários coletivos possam *assimilá-lo*. Para que haja identificação, seja profunda em nível identitário ou superficial em nível objetivo de interesses, indivíduos e grupos devem *se identificar* com o discurso. Os discursos políticos possuem necessariamente elementos que tentam *cooptar* e gerar *identificação* política. Como profere Yamamoto (2015),

a identificação do grupo emerge apenas após as pessoas *perceberem* [grifo nosso] como estão situadas em seu ambiente social e físico mais abrangente. Atividades que fazem com que as pessoas percebam seus contextos são chamadas de mobilização. A mobilização informa as pessoas sobre seus entornos em um contexto mais amplo e permite que compreendam suas similaridades e diferenças ante outros. Portanto, a mobilização constitui um mecanismo chave pelo qual identidade grupal é formada entre pessoas (YAMAMOTO, 2015, pág. 1)¹⁹.

Em relação à racionalidade comunicativa, dentro da teoria habermasiana, a ação comunicativa possui a intenção de fazer-se entender, bem como a ação estratégica busca um entendimento em função de objetivos em comum. No entanto, como nos lembra Baxter (2002), ambas ações estratégicas e comunicativas são orientadas por objetivos, o que dificulta diferenciá-los a partir das intenções. Desta forma, a racionalidade pragmática habermasiana distingue através dos distintos mecanismos utilizados entre a comunicação e a estratégia. Os mecanismos estratégicos implicam em uma articulação superficializada, que não se refere a uma subversão das identidades políticas de modo substancial, mas sim, a pequenas alterações nas predisposições dos indivíduos, em função de ceder e pedir dentro da comunicação estratégica para um consenso no âmbito da negociação.

19 Tradução nossa. Citação original: “group identification emerges only after people realize how they are situated in their broader social and physical environment. Activities that lead people to realize these settings are called mobilization. Mobilization informs people of their surroundings in a wider context and allows them to understand their similarities and differences with others. Therefore, mobilization constitutes a key mechanism by which group identity is formed among people”.

O que chamo de três momentos da ação política, ou *temporalidade político-discursiva (TPD)* é realmente uma sequência desde a mobilização até a articulação, sendo esta última em dois níveis possíveis: um mais fundamental em nível de identidade e ideologias políticas; e outro mais superficial, em função da negociação por objetivos em comum. O primeiro tipo de articulação chamamos de “articulação hegemônica” em relação à identidade coletiva, que remonta à perspectiva laclauiana de articulação. Para o segundo tipo, tomamos a racionalidade comunicativa estratégica de Habermas que permite a análise pragmática dos recursos discursivos utilizados para a conquista dos objetivos. Estes tipos não necessariamente se relacionam, como vemos em questões de alianças partidárias, uniões de associações, antagonismos e reaproximações, etc. No nível mais profundo temos a identificação e reconhecimento pela identidade política, onde ocorre a cooptação do sujeito ideológico. No nível mais superficial, temos a objetividade das intenções para um fim específico. Ambos fazem parte da política e necessariamente ocorrem após qualquer mobilização.

Articulação de objetivos de identidade

As modalidades de articulação podem ser analisadas em diferentes níveis: tanto a articulação hegemônica, de identidade política, que ocorre no subjetivo (e no coletivo associado); como a articulação comunicativa, para objetivos e fins comuns, que ocorre no social entre diferentes agentes. Estes dois momentos de articulação da TPD são dois possíveis resultados do momento prévio de mobilização, segundo a intencionalidade primeira do emissor do discurso observado.

O primeiro é o nível ontológico do discurso constituinte. Neste sentido, Laclau e Mouffe (1987) percebem a articulação hegemônica como uma cadeia nunca fechada de elementos equivalentes de significantes flutuantes, que se originam dos antagonismos socialmente

arranjados. Discute-se como os atores sociais constroem sua identidade coletiva a partir das ausências e negações dentro do campo discursivo, como a identidade política, por exemplo. Neste aspecto, em termos de identidade, existe uma totalidade de elementos de significado que é eficaz em sua função de homogeneizar o grupo, devido à sua incapacidade de definição total de significado. A indefinição de elementos gerais -processos de generalização e subjetivação de significado- como “democracia”, “liberdade” ou “corrupção”, faz com que grupos heterogêneos se associem em torno de idéias comuns em suposta unidade.

Propondo um diálogo teórico, isto constrói os sistemas bourdieanos de percepção com sua funcionalidade prática no social. Neste aspecto, a articulação está no nível interno de um ator coletivo, de acordo com sua constituição subjetiva da relação de alteridade, e sua definição como um objeto depende dos parâmetros espaciais de análise. Existe uma articulação hegemônica inacabada que determina as identidades sociais (ou de classe) de cada ator social. Por exemplo, se olharmos para a sociedade brasileira, há elementos de significado não revelados que unem todos os brasileiros em termos de pertencimento; o mesmo ocorre com constituições subjetivas dentro de coletivos fechados, como as elites. Para Laclau (2013), a construção da identidade coletiva vai além dos processos de articulação de cadeias de significantes vazios no mesmo campo discursivo, ocorrendo em paralelo à interna dos atores.

Mas igualmente, em nível prático, e para o exterior, temos também a intersubjetividade comunicativa de Habermas (1999), que sob um critério de manipulação do mundo material através da gestão das relações, investe nas associações mecânicas, argumentativas e positivistas, rumo a um fim comum. Os participantes da (inter)ação comunicativa se coordenam através do sucesso de alcançar um tecido de relações intersubjetivas com base em fundamentos cientificamente compartilhados para uma harmonização de suas práticas através de uma “racionalização comunicativa”. Passamos da perspectiva

subjetiva para a intersubjetividade social. Todos os autores, independentemente de seus níveis de percepção, apontam a predisposição de ferramentas para que o pacto social seja estabelecido.

Na verdade, estas diferentes abordagens contribuem para destacar diferentes dimensões de análise da realidade. Bourdieu (2006) aponta o hábito compartilhado dentro de um grupo social e as estratégias e regras do jogo no campo macro social. Laclau e Mouffe (1987) constroem o contexto de contingência e antagonismo que reúne os participantes sob elementos historicamente indefinidos de sentido padrão do discurso hegemônico. Habermas (1999) menciona as intenções e interesses, os meios disponíveis e a coerência dos elementos envolvidos.

Entretanto, Habermas (1999) constrói uma ideia de articulação estratégica consciente, que, ao contrário da articulação inadvertida da identidade de Laclau, resulta em objetivos específicos do ponto de vista intercomunicador em termos de negociação, acordos e práticas associativas. Estamos no campo social das disputas e arranjos de poder, sob as estratégias e regras do jogo que determinam as práticas sociais, sem entrar nas construções de identidade que são determinadas pelas estruturas discursivas dos processos históricos de hegemonia simbólica gerados a partir de um projeto vinculante de poder político e social. Apesar da relação crítica entre a racionalidade instrumental, cuja lógica é dominada por interesses e poderes factuais, e a racionalidade comunicativa habermasiana, é importante restabelecer esta relação antagônica, propondo uma complementaridade entre as perspectivas. Embora para Laclau a articulação seja uma prática de hegemonização do social na construção do sentido coletivo com limites indefinidos e inconscientemente praticada, ela difere da mediação que é prática, consciente e de objetivo específico. Entretanto, propomos ambos os níveis práticos de interação social, a “heterogenia intersubjetiva”, como uma prática social de comunicação dentro e entre as “unidades fragmentadas e nunca fechadas” da articulação social laclauiana.

De modo rudimentar, quando falamos em composição e disposição dos atores sociais, especialmente das elites, é com respeito a uma tríade entre valores herdados, interesses compartilhados e objetivos desejados. Muitos deles são mostrados mais nos debates e discursos políticos internos (sindicato, empregador, dentro de organizações, federações e outros espaços associativos), e outros são mostrados na prática discursiva externa, para fora, dirigida à opinião pública, sociedade civil, outros atores sociais e grupos de poder, vertical ou horizontalmente. Aqui, já atendemos às categorias analíticas verticalizadas de Van Dijk, porém aplicadas aos distintos momentos do exercício político, de modo que os elementos ideológicos, instâncias cognitivas, atores e instituições possam ser observadas em função de alterações e/ou reproduções entre os momentos.

Mobilização de ideias

Fora da articulação, há a mobilização, ou a colocação de uma ideia em movimento. Descartamos a concepção sociológica de movimento, adotando um sentido político no qual as interações sociais entre diferentes grupos de poder, e também subordinados, são enquadradas no contexto da intenção de propagar seus interesses. No discurso para cooptação de capital político (social) ocorre a inserção das premissas ideológicas ou dos interesses e objetivos do emissor, onde o texto se centra *na ideia, na essência* ou *no objetivo*. Estas ideias mobilizadas na opinião pública produzirão efeito social de identificação, exclusão, antagonismo ou crítica, a partir do qual atores e instituições possam “comprar” as ideias oferecidas no mercado simbólico. Assim, outros indivíduos e sistemas sociais afins às ideias podem seguir ao próximo passo de articular-se, superficial ou identitariamente.

Quando a primeira fronteira (da mobilização) discursiva é atravessada, os atores envolvidos passam a compartilhar o mesmo campo discursivo, com elementos equivalentes de significado e sinais de abertura

subjetiva a elementos externos de significado alheio. Agora com abertura para interação discursiva (semântica), em prol de um acordo comum, ou um pacto social, a esfera da articulação pressupõe predisposições para fazer concessões, modificar pensamentos, absorver informações, gerar consciência sobre possíveis equivocações, etc.

Da mobilização à articulação há um momento de reduzida heterogeneidade devido aos interesses e à consciência do peso relativo dos atores envolvidos na disposição social de acordo com as relações políticas e dentro de uma estrutura discursiva compartilhada. Os atores e instituições do momento da mobilização já não são os mesmos que interagem político-discursivamente com o emissor observado durante a articulação, o que afeta diretamente o discurso e os modos de comunicar-se. Diferentes momentos políticos, então, exigem a reformulação de textos e contextos para a perseguição de um mesmo objetivo. Esta variabilidade discursiva de uma mesma “ação política” ocorre, pois, todo objetivo político deve, necessariamente, cruzar estes momentos da temporalidade político-discursiva, o que não somente indica inter-relações nos projetos segundo a etapa em que estão, mas auxilia na compreensão do comportamento político-discursivo de coletividades e indivíduos não-políticos.

A mobilização é um passo prévio e inerente da articulação, quando ainda não há um campo discursivo aberto capaz de formar um pacto e homogeneizar práticas. Enquanto há mobilização coletiva que falha em seu objetivo de aumentar a adesão à sua própria causa ou aumentar suas bases de legitimidade através de consenso e diálogo com outros atores sociais, todos os processos de articulação têm necessariamente ideias e discursos mobilizados de antemão.

Em termos dos três teóricos mencionados acima, para Bourdieu, a mobilização de ideias está associada às estratégias de aumento do capital cultural e político, referindo-se ao eleitorado, ou ao número de indivíduos cooptados pela mesma ideologia, bem como a mobilização social entre diferentes grupos em um campo social. Para Laclau, a

mobilização é o processo de encadear significantes flutuantes, onde o hegemônico preenche esses elementos vazios com significado baseado em precedentes socialmente antagônicos, antes de compreender um todo sob um limiar de significado articulado e nebuloso discursivo. Para Habermas, a mobilização estaria nas práticas de conversação opostas, no exercício argumentativo-lógico, na qualidade do discurso e na inteligibilidade da interação comunicativa, em direção a um consenso sobre a aceitação (pelo menos majoritária, de um projeto ou de uma ideia).

Desta forma, entendemos a mobilização como momentos de interação social de convencimento, de cooptação, para definir interesses como um todo. Por outro lado, a articulação é entendida como momentos integrados e já mobilizados entre diferentes atores sociais como coexistência, fortalecimento de resultados articulados, continuação de discussões, fechamento de negociações e/ou acordos. Articulações unem internamente o ator coletivo, ou externamente a outros atores coletivos, em processos de assimilação subjetiva de seus participantes, através do intercâmbio político e do movimento coletivo. Como assinala Andrew Moravcsik (1997), “indivíduos socialmente diferenciados definem seus interesses materiais e ideacionais independentemente da política e depois avançam esses interesses através do intercâmbio político e da ação coletiva”.

Ao segmentar o exercício político, fundamentalmente discursivo, em mobilização, articulação e identificação política, possibilita-se a análise das relações sociopolíticas segundo cada um destes momentos. O fato de agregar os públicos à análise de ADP permite explorar as relações sociais em cada um destes momentos. O público mais heterogêneo da opinião pública durante a mobilização de uma ideia pode (e seguramente vai) diferenciar-se dos atores envolvidos em momentos de articulação e aprofundamento de objetivos.

APLICAÇÃO EM ESTUDO DE CASO

Não entraremos profundamente nas questões prévias de aquisição de dados qualitativos, como notas oficiais, atas de sessões e reuniões, entrevistas, documentos institucionais, como objetos de observação da ADP, em função das categorias propostas por Van Dijk e Fairclough. De modo rudimentar elencaremos que atualmente outras fontes de dados qualitativos estão presentes nos estudos de discurso político como comentários em redes sociais, memes, letras de canções, filmes, pichações urbanas, sem contar a inserção de discursos não-textuais como imagens, fotografias, entre outros. Também, dados qualitativos primários podem ser obtidos por meio de métodos qualitativos tradicionais como entrevistas, grupos focais e *surveys* (RAN-DOUR; PERREZ; REUCHAMPS, 2020).

A metodologia prática de triangulação se inicia com a sistematização do corpo de categorias analíticas, que respondam às três abordagens (Van Dijk, Fairclough e temporalidade político-discursiva). Para exemplificar esta aplicação da ADP a coletividades não-políticas, focaremos no comportamento político-discursivo do empresariado paulista, representado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (2014 a 2016), em função da relação direta com o Poder Executivo²⁰. Para esta análise, foram obtidas 71 notas oficiais da Federação, dentro do período proposto e com menções diretas a Dilma Rousseff e a Michel Temer.

Para esta ADP triangulada, foram criados códigos para análise qualitativa no software Atlas.ti. Estes códigos se dividem em dois grandes grupos: Atores e Instituições; e Elementos Ideológicos. Para o primeiro

²⁰ Dissertação de mestrado, defendida pelo autor em maio de 2019, na Universidad de la República de Uruguay. A dissertação pode ser encontrada em http://institutoantonioroberto.org/fernandes/cgi-bin/Tesis_Maestria_Espanol.pdf e o Anexo Documental com toda a análise pode ser encontrado em <http://institutoantonioroberto.org/fernandes/cgi-bin/ANEXO%20DOCUMENTAL.pdf>

grupo, foram criados códigos para Indivíduos, Instituições e Grupos de Interesse. Além disso, figuram neste grupo os códigos para Agência Política, onde está a Articulação à Interna da Federação (entre os membros), ou externa, com outros atores. Sendo a articulação externa, esta pode ser horizontal, junto a outras elites e grupos de poder, ou vertical, junto de grupos de pressão, movimentos sociais e outras agrupações da sociedade civil. Para finalizar, também há um código para quando a Fiesp atua como um espaço para a convergência de atores, e outro para quando a Federação fala de si mesma, como autorrepresentação.

O segundo grupo de Elementos Ideológicos, inclui elementos de Crítica, seja esta positiva ou negativa, relacionada ou diretamente com o governo vigente, ou com a questão geral do país ou com temas específicos de política econômica (por se tratar do empresariado). Aqui temos os códigos referentes à Mobilização, por se tratar de uma ação política desde o próprio emissor. A mobilização pode ser interna ou externa. Caso seja externa, pode ser uma mobilização horizontal ou vertical. Aqui também encontram-se os códigos referentes às propostas das ideias mobilizadas, e os resultados caso tenham tido algum. Para fechar, o subgrupo “Elementos” inclui as Preocupações, Interesses e Objetivos mencionados no texto, sejam eles positivos ou negativos, e os elementos “neutros”, quando não envolvem política, e que categorizamos como Internacionalização, Regionalização (temas Mercosul, América Latina, Unasul, e outras integrações subcontinentais). Também codificamos as citações de outras pessoas, as citações de próprios membros diretivos da Fiesp e os fatos e eventos que aparecem no texto.

Para cada um destes códigos, há um registro textual e semântico específico. É necessário aclarar que desde os códigos de internacionalização e elementos ideológicos, até os atores com os quais a Fiesp mantém relações, seguem as categorias propostas por Van Dijk e por Fairclough, para que a triangulação ocorra entre as análises

sociocognitiva (estática), socioestrutural (profunda) e a temporal (dinâmica), aqui apresentada. Logo, esta sistematização de uma codificação sobre as categorias da ADP compreende tanto os elementos sociocognitivos quanto a construção social aprofundada do discurso analisado. Como veremos, também agregamos, na prática metodológica, a divisão dos códigos para uma apreensão total das dinâmicas entre a mobilização e a articulação.

Devido ao seu caráter “de venda” e “de cooptação”, os enunciados textuais característicos dos discursos do momento de mobilização são encontrado em registros textuais como: “A Fiesp busca o diálogo com a sociedade em nome da competitividade essencial ao mercado brasileiro...”, “...munidos dos ideais de desenvolvimento para todos...”, “...na intenção de melhorar o nosso país, pois acreditamos que o retorno da CPMF vai gerar mais custos para o trabalhador...”, entre outros.

Devido ao caráter *já-mobilizado* da articulação, os registros textuais para articulação são: “Em encontro de empresários com o vice-presidente Michel Temer...”, “A Fiesp busca estreitar os laços com as Organizações da Sociedade Civil...”, “... para que agora possamos finalizar as negociações sobre o Projeto de Lei...”, entre outros.

As críticas podem ter um valor puramente moral a partir de perspectivas subjetivas ou um teor científico que apóie as alegações. Críticas cujo julgamento tem valor moral, ou seja, que vêm de uma conceituação subjetiva da entidade, serão encontradas sob o código Crítica Geral, enquanto críticas de base científica serão encontradas com o código para Críticas Negativas ou Positivas, mas não gerais. Além disso, todas as críticas serão contra algo (elemento) ou alguém (ator), e esta segunda está automaticamente relacionada com a variável Atores e Instituições.: O grau de relacionamento entre a Fiesp e o código encontrado deve ser analisado a fim de estabelecer se: se deve a 1) indivíduo(s), instituição(ões) ou grupo(s) social(ais)

simplesmente mencionado(s); 2) indivíduo(s), instituição(ões) ou grupo(s) social(is) em contexto de cooptação (mobilização); ou 3) indivíduo(s), instituição(ões) ou grupo(s) social(is) em contextos em articulação ou já articulados.

Códigos para ações políticas indicarão registros textuais onde a Fiesp pensa o que a Federação faz ou vai fazer. Por outro lado, as propostas políticas indicam como as coisas deveriam ser feitas por outros atores. Junto dos códigos para mobilização, obtêm-se registros que indicam quem seriam os responsáveis por levar a cabo estas propostas. As práticas discursivas da Fiesp que são documentadas para notícias ou mesmo para auto-publicidade ficam sob as categorias para autorrepresentação (isto é: ...fizemos..., A Fiesp fez...).

Ao final da codificação dos registros textuais, será possível a quantificação das ações, a relação dos atores relacionados com cada momento político-discursivo, assim como uma abordagem dinâmica do exercício político. Será possível, por exemplo, indicar se houve maior mobilização e se esta foi com a sociedade civil. Em caso de alta taxa de articulação, o ambiente discursivo favorável (já mobilizado) indica alta aceitação social dos ideais propostos no discurso, e pouca rejeição. Os elementos das demandas políticas se modificam segundo os atores "remanescentes" para que após a mobilização, estes possam, em menor número, prosseguir com negociações e estreitamento de relações.

CONCLUSÃO

Em modo sumário, este trabalho propõe a *temporalidade político-discursiva* enquanto um conjunto de categorias de análise do exercício político. Mais enfaticamente, esta abordagem metodológica busca facilitar o estudo da agência política de atores não-políticos a partir da universalidade da prática política que é essencialmente discursiva.

Esta prática possui momentos distintos onde ocorrem ora a mobilização de ideias, ora articulação de interesses e objetivos, e, num nível mais profundo, a conformação de identidade política. Esta perspectiva busca complementar as abordagens de Van Dijk e de Fairclough, em uma triangulação capaz de agregar o dinamismo do exercício político através da segmentação da prática político-discursiva.

Esta metodologia permite perceber as mudanças nas relações sociopolíticas em função dos distintos momentos do exercício discursivo. Em momentos de mobilização, o público a quem os discursos são remetidos pode ser mais geral ou mais específico, no entanto sempre mais incerto e ausente dos eventos interativos expressos no texto analisado. Em referência à articulação, os atores participantes do evento são conhecidos, pois já “compraram” a ideia no mercado simbólico, onde elementos ideológicos são mobilizados e “ofertados”. A construção da identidade, está sempre marcada pela autorrepresentação do emissor observado, enquanto construto sociodiscursivo capaz de reiterar instituições de identidade política. Interessantemente, agregam-se as relações à ADP, segundo os distintos momentos do fazer político, possibilitando explorar, também, graduações de formalidade, complexidade e generalização.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Prof. Miguel Serna Forcheri, ao Prof. Sérgio Arruda e à Me. Rafaela Sepulveda Lima. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BAXTER, Hugh. Habermas's Discourse Theory of Law and Democracy. **Buffalo Law Review**, v. 50, n. 1, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política, Dossiê "Dominação e Contra-poder"**, n.5, 2011. DOI: 10.1590/S0103-33522011000100008

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Anagrama S.A, 2007.

BRILMAN, Marina. Canguilhem's Critique of Kant: Bringing Rationality Back to Life. **Theory, Culture & Society**, v. 35, n. 2, 2018, pp. 25-46. DOI:10.1177/0263276417741674

CASEY, Kimberly. Defining Political Capital : A Reconsideration of Bourdieu ' s Interconvertibility Theory. *In: Illinois State University Conference for Students of Political Science, Complete Works*, 2008, Normal, Illinois.

DE LEON, Cedric; DESAI, Manali; TUĞAL, Cihan. Political Articulation: Parties and the Constitution of Cleavages in the United States, India, and Turkey. **Sociological Theory**, v. 27, n. 3, 2009.

DOMINGUES, José Maurício. **Critical theory and political modernity**. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. Boston: Addison Wesley, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. Discourse, Social Theory, and Social Research: The Discourse of Welfare Reform. **Journal of Sociolinguistics**, v. 4, n. 2, 2000, pp. 163–195

FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. London: Routledge, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción vol. 1**. Madrid: Taurus, 1999.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Debates y combates: por un nuevo horizonte en la política**. Buenos Aires: Fundación de Cultura Económica, 2008.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LUNDBERG, Henrik. **Karl Mannheim's Sociology of Political Knowledge**. E-International Relations, 2013. Disponível em <https://www.e-ir.info/2013/10/26/karl-mannheims-sociology-of-political-knowledge/>.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge**. San Diego and New York: Harcourt, 1955 (1936 1ª ed).

MORAVCSIK, Andrew. Taking preferences seriously: a liberal theory of International Politics. **International Organization**, n. 4, 1997, pp. 513-553.

OCASIO, William; POZNER, Jo-Ellen; MILNER, Daniel. Varieties of Political Capital and Power in Organizations: A Review and Integrative Framework. **Academy of Management Annals**, v. 14, n. 1, 2020. DOI: 10.5465/annals.2018.0062

RANDOUR, François; PERREZ, Julien; REUCHAMPS, Min. Twenty years of research on political discourse: A systematic review and directions for future research. **Discourse & Society**, v. 31, n. 4, 2020, pp. 428-443. DOI:10.1177/0957926520903526

TSERONIS, Assimakis. I. Fairclough and N. Fairclough, Political discourse analysis. A method for advanced students. **Journal of Argumentation in Context**, v. 2, n. 2, 2013, pp. 269-278. DOI: 10.1075/jaic.2.2.08tse

VALENTINO, Alejandra; FINO, Claudia. **La información como discurso**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata/Edulp, 2015.

VAN DIJK, Teun. Discourse semantics and ideology. **Discourse & Society**, v. 6, n. 2, 1995, pp. 243-289.

VAN DIJK, Teun. Discourse, power and access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcom. (Eds). **Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis**. Londres: Routledge, 1996, p. 84-104.

VAN DIJK, Teun. Principles of Critical Discourse Analysis. **Discourse and Society**, v. 4, n. 2, pp., 249-283, 1993.

VAN DIJK, Teun.; MENDIZÁBAL, Iván Rodrigo. **Análisis del discurso social y político**. Quito: Abya-Yala, 1999.

YAMAMOTO, Kazuya. Mobilization, Flexibility of Identity, and Ethnic Cleavage. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, v. 18, n. 2, 2015



10

Vitor Luiz Menezes Gomes

O conceito de *Ethos*¹
em diálogo entre
Bourdieu e Maingueneau

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.10

INTRODUÇÃO

No texto “O sociólogo em questão”, um dos capítulos do livro *Questões de sociologia* (2003), Pierre Bourdieu estrutura em forma de respostas a perguntas, escolhidas pelo próprio autor “entre as que me pareceram mais importantes entre as que me foram mais frequentemente postas no decorrer de diferentes discussões que tive recentemente” (BOURDIEU, 2003: p. 41) em ambientes universitários franceses, uma abordagem que inicialmente induz à crença de que o autor tratará do sujeito sociólogo, de seu *ethos*, projeto que se mostra suplantado pela real intenção de tratar do campo sociológico, enquanto área de pesquisa e disciplina acadêmica, para o qual seria mais apropriado que o texto tivesse como título “A sociologia em questão”. Antes de parecer necessariamente uma precariedade da obra, a aparente impertinência revela a complexidade da abordagem acerca do *ethos* profissional sem que esta esteja em tecedura permanente com a sua própria prática, seus dilemas, suas questões.

É sintomático que, em 13 perguntas escolhidas, nenhuma coloque exatamente o sociólogo em questão, mas sim a sociologia. Na primeira e na segunda, tem-se uma discussão acerca do uso de um jargão particular. Na terceira, acerca de uma suposta visão determinista da sociologia. Na quarta, sobre o uso e limites da noção de lei na sociologia. Na quinta, a relação entre sociologia e política. Na sexta, entre sociologia e mobilização social. E assim sucessivamente, em abordagens que remetem à sociologia enquanto atividade acadêmica, crítica e política; a relação entre a sociologia com as demais ciências; a relação da sociologia com a filosofia; a negação da teoria; a distinção entre sociologia e etnologia; e a definição de classes sociais entre pilares econômicos ou culturais, tema levantado nas últimas duas perguntas e respostas do capítulo.

Outros dois capítulos que integram *Questões de sociologia* e que trazem em seus títulos referências ao sujeito sociólogo — “Para uma sociologia dos sociólogos” (p. 83) e “O paradoxo do sociólogo” (p. 91) — também mostram-se mais interessados em discussões acerca do campo profissional ou de pesquisa, e não do profissional ou pesquisador em si. No primeiro caso, o propósito fica claro em uma passagem onde o autor afirma que “seja qual for o objeto que o sociólogo ou o historiador escolha, põe-se a questão, neste objeto, na sua maneira de construir esse objeto, não o sociólogo ou o historiador enquanto sujeito singular, mas da relação objetiva entre as características sociais pertinentes do sociólogo e as características sociais desse objeto” (BOURDIEU, 2003, p. 88). No segundo caso, o projeto é indicado logo no início do texto: “A ideia central que hoje gostaria de adiantar é que a teoria do conhecimento e a teoria política são inseparáveis” (BOURDIEU, 2003, p. 91). Em ambos os capítulos, assim como ocorreria no capítulo “O sociólogo em questão”, a discussão acerca da sociologia — seus objetos, seus enfoques, suas relações com outros campos de saber — se sobrepõe a (ou é tomada a título de) discussões sobre ser sociólogo.

Esses exemplos não são tomados aqui para ilustrar uma ausência de Bourdieu no enfrentamento da questão do *ethos* profissional no mundo dos sociólogos — omissão que efetivamente não ocorre, dado que, como se verá adiante, o próprio conceito de *habitus*, central em Bourdieu, assenta, entre outras, justamente na noção de *ethos*. E nem mesmo outra obra precisaria ser evocada para demonstrar isso: neste mesmo livro há referências neste sentido, como, por exemplo, ocorre quando o autor trata genericamente dos “intelectuais”, ainda que para situar os sociólogos em condição de certa distinção em relação a estes, posto que seriam mais práticos e próximos da realidade, sem que se vá muito além disso numa discussão específica, como se vê no capítulo “Os intelectuais não entram no jogo?” (BOURDIEU, 2003: p. 65). O que se pretende é demonstrar o quanto a prática profissional, sua constituição

e seus debates se confundem, na perspectiva sociológica, com a própria constituição do sujeito profissional — ainda que o mundo do trabalho não seja a única dimensão significativa da sua existência.

É neste sentido que, em conjunto com Chamboredon e Passeron, Bourdieu trata do exercício profissional em “A profissão de sociólogo - Preliminares epistemológicas” (1999), onde discute essencialmente questões epistemológicas e de método na sociologia. Novamente não se tem uma abordagem detida do *ethos* do sociólogo, mas em vários momentos a condição desse sujeito frente à sua profissão e aos seus interlocutores é colocada. Um destes momentos se dá quando manifesta-se a crítica a um certo “profetismo” do sociólogo, tentado por vezes a atender aos anseios de uma audiência (e a projetos de popularidade) e escudando-se no uso de um vocabulário específico em meio ao palavrório corrente.

E como é possível que cada um não se sinta um pouco sociólogo quando as análises do “sociólogo” concordam completamente com as afirmações da tagarelagem cotidiana e quando o discurso do analista e as afirmações analisadas estão separados apenas pela barreira frágil das aspas? Não é um acaso se o estandarte do “humanismo” sob o qual se reconciliam os que acreditam que basta ser humano para ser sociólogo e os que fazem sociologia para satisfazer uma paixão demasiado humana pelo “humano” serve de sinal de adesão a todas as resistências contra a sociologia objetiva, que se inspirem na ilusão da reflexividade ou na afirmação dos direitos imprescritíveis do sujeito livre e criador (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSE-
RON, 1999, p. 36-37).

E continua:

Se, como afirma Bachelard, “todo químico deve combater em si o alquimista”, assim também todo sociólogo deve combater em si próprio o profeta social que, segundo as exigências de seu público, é obrigado a encarnar. A elaboração, aparentemente erudita, das evidências que são as mais bem feitas para encontrar um público porque são evidências públicas e a utilização

de uma língua com vários registros, que justapõe as palavras comuns e as palavras técnicas destinadas a servir-lhes de caução, fornecem ao sociólogo sua melhor máscara quando, apesar de tudo, ele pretende desconcertar os que encontram nele plena satisfação de suas expectativas, orquestrando de forma grandiosa seus temas favoritos e oferecendo-lhes um discurso cuja aparência de esoterismo serve, na realidade, as funções exóticas de um empreendimento profético (Idem, p. 38).

Outro aspecto enfrentado pela obra é o da clássica condição de o sociólogo ser, ao mesmo tempo, um sujeito social e um sujeito que investiga o social, o que impõe uma impossibilidade completa de ruptura com a cultura na qual está inserido, como afirma: “Entre os pressupostos que o sociólogo fica devendo ao fato de ser um sujeito social, o mais fundamental é, sem dúvida, o da falta de pressupostos que define o etnocentrismo”, afirmam os autores, para complementar que “o sociólogo (mais do que o etnólogo) é vulnerável à ilusão da evidência imediata ou à tentação de universalizar, inconscientemente, uma experiência singular” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999, p. 91).

A crítica recorrente de que as Ciências Sociais, em especial a Sociologia e a Ciência Política, não colocam a linguagem em patamar devido de análise, considerando-a apenas um meio de transmissão de ideias que podem ser traduzidas em acontecimentos sociais ou políticos — estes sim manifestações concretas que poderiam ser analisadas objetivamente —, não encontra pertinência quanto levada em consideração toda uma linhagem de estudos culturais, tendo Bourdieu entre os que se ocuparam de compreender o papel da linguagem e do discurso nas transformações sociais. Em *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer* (2008), o sociólogo aproxima-se da linguística social, aquela que rompe com metodologias meramente estruturalistas ou formalistas e leva em consideração aspectos históricos e contextuais na formação dos discursos, ao identificar que o enunciado político traz em si o potencial de construção de realidades

políticas, numa espécie de “pré-visão”, condição motora da luta política, sobretudo contra hegemonias.

A subversão herética [da ordem estabelecida] explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade, ou melhor, opondo uma pré-visão paradoxal (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural. Enquanto enunciado performativo, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de anunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo (BOURDIEU, 2008, p. 118).

O *ethos* assume então caráter político, do agente militante (individual ou coletivo) imerso em uma ordem discursiva que lhe permite encontrar pertencimento, formar visão de mundo, e manejar a linguagem em razão dos seus propósitos de influência sobre as demais coletividades, situando-se em uma batalha de discursos. No caso dos sociólogos, ele chama a atenção para o fato de que a abjuração da política é, em si, um ato político, desprezando a suposta neutralidade ou imparcialidade científica, ao atestar que “esta linguagem política, destituída de uma pontuação política, caracteriza-se por uma retórica da imparcialidade” e, ainda, mostra-se “sustentada por um *ethos* da compostura e da decência, conforme atesta o fato de evitar formas mais violentas da polêmica, bem como pela discrição, pelo respeito alardeado ao adversário”. Por fim, “essa estratégia da neutralidade (Ética) encontra sua realização natural na retórica da cientificidade” (BOURDIEU, 2008, p. 121-122).

O efeito de pré-visão ou de teoria (entendido como o efeito de imposição de princípios de di-visão efetivado por qualquer explicação) opera na faixa de incerteza resultante da descontinuidade entre as evidências silenciosas do *ethos* e as manifestações públicas do logos: em favor da alodoxia propiciada pela distância entre a ordem da prática e a ordem do discurso, as mesmas

disposições podem se reconhecer através de tomadas de posição muito diferentes, às vezes até opostas (Idem, p. 122).

A centralidade das disputas discursivas implica, segundo Bourdieu, inclusive, no uso do silenciamento como estratégia de dominação. Trata-se não de combater, debater, demolir o discurso adversário, mas de não o considerar. “Entre as censuras mais eficazes e mais bem-dissimuladas situam-se aquelas que consistem em excluir certos agentes da comunicação, excluindo-os dos grupos que falam ou das posições de onde se fala com autoridade”, lembra o autor (Idem, p. 133), identificando-se que, em um determinado grupo, o que pode ou não ser dito está sujeito a uma correlação de potências simbólicas. Por vezes, a única forma de falar é pela força, a instância máxima de exercício do poder quando suprimida todas as possibilidades políticas.

Para dar conta do que se pode ou não dizer em um grupo, é preciso levar em consideração tanto as relações de força simbólicas que se estabelecem em seu interior, deixando alguns indivíduos sem condições de falar (por exemplo, as mulheres) ou obrigando-os a conquistar à força seu direito à palavra, como as próprias leis de formação do grupo (por exemplo, a lógica da exclusão consciente ou inconsciente) que funcionam como uma censura prévia. (Ibidem).

O ato da fala, a imposição da voz, dá-se em ambiente de permanente disputa, e sua manifestação, tanto em forma quanto em conteúdo, está longe de ser indiferente aos que, como os sociólogos, pretendem fazer leituras da realidade com acuidade. As produções simbólicas, enquanto materializações do discurso, dão-se em condições sociais específicas e refletem em grande medida a “posição do produtor no campo de produção” — dito de outro modo, ao seu *ethos*. Esse terreno em disputa fica tanto mais visível quanto maior for a conflagração entre os atores envolvidos. São nos momentos de crise que as posições se tornam mais evidentes, com as batalhas simbólicas no plano da linguagem mostrando-se em toda a sua crueza: “o poder constituinte da linguagem (religiosa ou política) e dos esquemas de

percepção e de pensamento por ela propiciadas fica tanto mais visível em situações de crise”, descritas pelo autor (BOURDIEU, 2008, p. 119) como “situações paradoxais, extra-ordinárias”, que “requerem um discurso extra-ordinário, capaz tanto de nivelar os princípios práticos do *ethos* aos princípios explícitos, geradores de respostas (quase) sistemáticas”, assim como “exprimir tudo o que pode haver de inaudito e de inefável na situação criada pela crise”.

O *ETHOS* QUE HABITA O *HABITUS*

O próprio Bourdieu define *ethos* enquanto conjunto de princípios internalizados pelo indivíduo por meio da adesão aos valores compartilhados por um determinado grupo social. Essa noção tem diálogo com o conceito de *habitus*, central em sua obra. Peters (2009) nos lembra que “a noção de *habitus*, sobretudo tal como desenvolvida no trabalho de Pierre Bourdieu, estabeleceu-se como uma das ferramentas analíticas mais influentes na cena contemporânea da teoria e pesquisa sociológicas”. Desse modo, compreender esse *habitus*, esse ser e estar no mundo em um determinado contexto, passa por exercitar a compreensão acerca do *ethos* nas relações entre indivíduos e grupos.

A teoria social praxiológica desenvolvida pelo mestre francês carrega em seu núcleo uma hipótese comum a uma multiplicidade de perspectivas teórico-metodológicas presentes na paisagem da sociologia e da antropologia contemporâneas, qual seja, a idéia de que as estruturas de personalidade de quaisquer agentes individuais são substancialmente moldadas pela trajetória experiencial percorrida por estes no interior de contextos sócio-históricos específicos (PETERS, 2009, p. 3).

Ou seja, as condições materiais objetivas, a imersão em determinados ambientes institucionais, culturais e estruturais de um ator implicam no acondicionamento das suas visões de mundo, senso de pertencimento e até mesmo capacidade de atuar de modo significativo

na história. Como nos mostra Peters (2009, p. 3), “qualquer ator traz necessariamente consigo as marcas das circunstâncias estruturais, institucionais e culturais no interior das quais se desenrola sua biografia, em um processo de moldagem socializativa da subjetividade individual”. Este processo abrange características motivacionais (“as intenções e desejos explícitos, tácitos ou inconscientes que os atores perseguem no curso de suas vidas”) e recursivos (“as habilidades cognitivas, expressivas e práticas que capacitam tais agentes a intervir causalmente sobre os rumos históricos do mundo social”). O comentador da obra de Bourdieu reconstitui a trajetória da formação do conceito de *habitus*, apontando que sua referência mais remota está na noção aristotélica de *hexis*, que se relaciona à “virtude e designada para se referir a um estado experientialmente aprendido e duravelmente estabelecido da orientação moral da conduta de um dado indivíduo” (PETERS, 2009, p. 5).

A palavra *habitus* constitui a tradução latina dessa categoria de Aristóteles, tradução que remonta ao século XIII, tendo sido aventada por São Tomás de Aquino na sua Suma Teológica (*habitus* é o particípio passado do verbo “habere”, que significa ter/possuir), em uma conceituação já investida da referência a algumas das propriedades mais destacadas por Bourdieu, como a capacidade do refinamento de suas habilidades por meio da reiteração prática e sua diferenciação em relação à motivação comportamental que toma a forma de intenções ou crenças explicitamente desenhadas na mente do agente. (PETERS, 2009, p. 5).

O autor mostra que, desde então, o conceito pode ser verificado nas obras de diversos estudiosos “da conduta humana” como Durkheim, Mauss, Weber (que será retomado adiante), Veblen e Husserl. Ele destaca, no entanto, o modo como Norbert Elias dialogou com Bourdieu na utilização da noção de *ethos*, quando isso se deu de forma mais específica: “pode-se verificar que tanto Bourdieu como Elias concebem a noção de *habitus* como designativa de uma estrutura de personalidade constituída a partir das marcas legadas pela experiência biográfica em um dado contexto social” (PETERS, 2009, p. 6)

Não obstante, as inflexões de Elias na perscrutação das dimensões do conceito são um tanto distintas daquelas oferecidas por Bourdieu e percorrem, como vimos, um caminho mais próximo à teoria freudiana do super-ego, ao centrarem-se no *habitus* como um sistema subjetivamente internalizado de auto-regulação de pulsões. Não obstante, Elias diferencia, assim como Bourdieu, o *habitus* individual *stricto sensu*, referente à constelação particular de disposições socialmente adquiridas de comportamento e sentimento que é propriedade única de um indivíduo, de um *habitus* de grupo, relativo àqueles caracteres aprendidos que os indivíduos compartilham com os demais membros da mesma formação coletiva. (PETERS, 2009, p. 6-7).

Peters conclui, sobre Elias e Bourdieu, que “ambos os autores partilham da visão de que características individualizadas de personalidade não constituem, por assim dizer, resíduos a-sociais imaculados diante do condicionamento sócio-histórico” (Idem) e que, ao contrário, “podem ser explicadas precisamente como conseqüências de tal condicionamento, o que é fundamental para as diferentes formas pelas quais Bourdieu e Elias correlacionam tipos de personalidade individual e contextos sócio-históricos específicos” (Ibidem).

O autor chama ainda a atenção para o fato de que não apenas os que utilizaram estritamente o termo *habitus* podem ser elencados como referências de Bourdieu na concepção do conceito. Ele lembra que é preciso incluir “as linhas de reflexão acerca da natureza da conduta humana e de seus motores subjetivos, as quais, mesmo que não tenham utilizado o vocábulo propriamente dito, perseguiram anteriormente os mesmos propósitos” (PETERS, 2009, p. 7). Citado por Bourdieu, um desses casos é o de Hegel, de quem o sociólogo toma uma noção de *ethos* que rompe “com o caráter excessivamente formal e abstrato da concepção kantiana do dever moral ao fazer referência às disposições duradouras próprias da “moral historicamente realizada” (Ibidem).

Uma nuance acerca do conceito diz respeito à escolha por *habitus* e não por “hábito”. Peters explica que, de acordo com o próprio Bourdieu, a opção procurou afastar uma associação que o segundo

termo poderia ensejar com a ideia de “reflexos mecânicos ou tendências fixas a responder da mesma forma a idênticos estímulos” (PETERS, 2009, p. 8).

[...] o que está em ação no *habitus* não é um conjunto de associações permanentes e atomizadas do tipo estímulo/resposta [hábito], mas uma capacidade geral, flexível, versátil, inventiva e adaptativa de atuar em uma variedade indefinida de tipos de situações e ambientes sociais, transferindo, por meio de raciocínios prático-analógicos de ajustamento, certos princípios de orientação de um contexto de atividade *in situ* para outro - por exemplo, tipificando uma diversidade de situações não-familiares por meio do seu enquadramento, na maior parte das vezes tácito, em categorias gerais de condições familiares de experiência, de modo a aplicar os princípios de organização da conduta mnemonicamente associados a estes tipos genéricos àquelas circunstâncias novas (Ibidem).

Maingueneau, que será tomado adiante para tratar do conceito de *ethos* na linguística, também lembra Bourdieu enquanto autor central para entendimento desta noção neste campo de saber — e, ainda, faz a pertinente relação entre este e um dos pais da sociologia, Max Weber, referência seminal nas abordagens culturalistas. O autor chama a atenção para a aparição do conceito de *ethos* em Weber, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, enquanto “interiorização de normas de vida, na articulação entre as crenças religiosas e o sistema econômico, o capitalismo no caso.” (MAINGUENEAU, 2016, p. 266).

ETHOS ENQUANTO CHAVE CONCEITUAL EM WEBER

De fato, Weber praticamente utiliza *ethos* como sinônimo de *espírito* em seu argumento sobre como a ética protestante derivaria no capitalismo moderno exportado da Inglaterra para os Estados Unidos. Editor de uma das versões do clássico no Brasil, Antônio Flavio Pierucci

adiciona ao texto original (traduzido por José Marques Mariane de Macedo) seções para auxiliar a compreensão do leitor, entre elas há um glossário onde identifica justamente esta utilização ampla do termo *ethos*, apontado por ele no livro enquanto ferramenta conceitual para definir o espírito do capitalismo.

No movimento de definir o espírito do capitalismo, Weber o classifica como um *ethos*, para logo adiante definir o que é isso nos seguintes termos: “um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ética”. Evidentemente, uma definição dessas confere um sentido forte à palavra *ethos*. Em sentido fraco, *ethos* é termo genérico que vem usado frouxamente para designar um conjunto impressionístico de traços tidos como “característicos” de um grupo ou círculo social ou mesmo de um povo (Pierucci in WEBER, 2004, p.283-284).

Um parêntese: note-se o quanto o próprio autor do verbete investe-se de *ethos* típico das ciências sociais, esgrimindo crítica à generalidade do conceito de *ethos* para, com isso, pontuar o aspecto duro, ou “forte” da sociologia — reservado a Weber —, em contraposição a um uso “frouxo” ou “impressionístico” do termo que vem sendo usado em paragens supostamente menos rigorosas da produção do conhecimento.

A noção de *ethos* assume um caráter de peculiaridade, de algo único ou muito próximo de ser único de uma determinada coletividade. Embora dotado de grande amplitude, de grande abrangência empírica, comportando povos inteiros ou tradições culturais, o conceito ainda assim ocupa-se da busca por traços específicos. Justamente por isso, Weber, quando circunscreve a sua abordagem à Europa ocidental e à América do Norte, preocupa-se em advertir que “Capitalismo sempre existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade e na Idade Média. Mas, como veremos, faltava-lhe precisamente esse *ethos* peculiar” (WEBER, 2004, p. 45).

Ainda na exposição do recorte do seu objeto, esse traço único é reforçado por Weber quando busca ilustrar características do capitalista típico norte-americano por meio da citação de texto de Benjamin

Franklin sobre a suposta forma correta de viver e de ganhar dinheiro. “Com efeito: aqui não se prega simplesmente uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa”, afirma Weber (Idem), para adiante reforçar que “O que se ensina aqui [no texto de Franklin] não é apenas “perspicácia nos negócios” — algo que de resto se encontra com bastante frequência —, mas é um *ethos* que se expressa, e é precisamente nesta qualidade que ele nos interessa” (Ibidem).

Esta ética peculiar do capitalista investido do espírito norte-americano diz respeito ao modo como espera-se que este acumule dinheiro mantendo-se em uma vida ascética, cultivando a honradez e o crédito. Sobre o *ethos* puritano inglês em relação ao trabalho, Weber mostra que, embora outras religiões tenham em sua essência um elogio do trabalho, ainda que mal remunerado, como algo “aprazível a Deus” (WEBER, 2004, p. 162), o protestantismo “não apenas aprofundou ao máximo esse ponto de vista, como fez mais, produziu para essa norma exclusivamente aquilo que importava para sua eficácia” (Idem) ao adicionar o ingrediente do “estímulo psicológico, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o meio ótimo, muitas vezes como o único meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça” (Ibidem).

Weber também se valeu do conceito de *ethos* para abordar a distinção entre o judaísmo e o protestantismo em suas visões de economia e trabalho. “O judaísmo postava-se ao lado do capitalismo “aventureiro” politicamente orientado ou de orientação especulativa: seu *ethos*, numa palavra, era o do capitalismo-pária”, argumenta o autor (2004, p. 151), “ao passo que o puritanismo portava em si o *ethos* da empresa racional burguesa e da organização racional do trabalho. Tomou da ética judaica só o que cabia nesses horizontes” (Idem). A ética protestante, portanto, embora tenha raízes na ética judaica sobre o modo de lidar com o dinheiro e o trabalho, difere desta, tendo dela absorvido apenas alguns aspectos.

ETHOS ENQUANTO CONCEITO DA LINGUÍSTICA SOCIAL

Nesta etapa muda-se de terreno, mas continua-se a respirar ares semelhantes. Começa-se por identificar, com Maingueneau, um lastro para o conceito de *ethos* mais atinente ao campo da linguagem, muitas vezes negligenciado por cientistas sociais, não sem antes que se advirta, como usual, o caráter pantanoso do conceito. “Um dos maiores obstáculos com que nos deparamos quando queremos trabalhar com a noção de *ethos* é o fato de ela ser muito intuitiva”, adverte (MAINGUENEAU, 2019, p. 12), complementando que “a ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial”, e que, por isso, “com frequência somos tentados a recorrer a essa noção de *ethos*, dado que ela constitui uma dimensão de todo ato de enunciação” (Idem).

O autor mostra que a cauda do conceito é longa e suas concepções mais vastas do que fazem supor a noção inicial (outro parêntese digressivo apenas para brincar com uma metalinguagem: poderíamos dizer que Maingueneau mobiliza o *ethos* de um autor que apresenta a noção simplificada de algo justamente para se colocar na condição enunciativa, que de fato faz jus, de algo mais complexo, como de resto é muito recorrente na produção acadêmica, que a todo momento precisa afirmar que nada é tão simples quanto parece e, a partir dessa revelação, desfrutar de autoridade para seguir com o aprofundamento que argumenta ser necessário). Como boa parte da literatura da área, ele presta tributo à *Retórica* de Aristóteles, quando a noção de *ethos* mais se relacionava com a necessidade do enunciador causar uma boa impressão, para conquistar a atenção e a confiança de uma determinada audiência.

Esta noção básica está presente em grande parte dos estudos seguintes, centrados especialmente na enunciação — e menos em elementos externos a ela ou ao enunciador. Como mostra Maingueneau (2019, p. 13), Aristóteles estava preocupado em tipificar um bom orador, que deveria valer-se de qualidades como a *phronesis* (prudência), a *aretè* (virtude) e a *eunoia* (benevolência) para gerar uma imagem positiva de si, independentemente de que estes valores sejam efetivamente cultivados pelo orador, importando o parecer ser. Estas características, aponta Gibert, citado por Maingueneau, resumem os princípios da retórica antiga: “instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas”: os “argumentos” correspondem ao *logos*, as “paixões” ao *pathos*, as “condutas” ao *ethos*” (MAINGUENEAU, 2019, p. 14).

Portanto, embora seja associado ao locutor, o *ethos* não está associado necessariamente a atributos «reais» do falante fonte da enunciação. Vem de fora, da audiência, a constituição do *ethos* do locutor. “O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer”, afirma (MAINGUENEAU, 2019, p. 14), adicionando que “mais exatamente, não se trata de traços estritamente “intradiscursivos” porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente dita (mímicar, trajes...)”. Dito de outro modo:

Não se trata de uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário através do movimento da própria fala do locutor. O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário (Idem).

Maingueneau mostra ainda que, mesmo que nos atenhamos a Aristóteles, teríamos diferentes acepções para a noção de *ethos*, com diferentes tratamentos em textos distintos como na *Política* e na

Retórica. “Na *Ética a Nicômano* ou na *Política*, trata-se efetivamente do *ethos* característico de um grupo, de seus traços de caráter, suas disposições estáveis”, pontua. “Já na *Retórica*, o *ethos* não tem um sentido estável, ele não se reduz ao *ethos* discursivo; serve também para designar disposições estáveis que são apresentadas de dois pontos de vista complementares”, conclui o autor. Do ponto de vista político, o orador precisa situar-se de acordo com o *ethos* do seu auditório, se constituído por monarquistas ou por democratas, e adequar-se a ele. O mesmo ocorre em relação às faixas de idade (“juventude, maturidade, velhice”) e da fortuna da audiência.

Aristóteles descreve, então, os diferentes caracteres que o orador pode encontrar em um auditório: cabe a ele escolher as diferentes paixões que deverá suscitar. Como a virtude não é considerada da mesma maneira em todos os lugares por todas as pessoas, é em função de seu auditório que o orador construirá uma imagem, conforme o que é considerado virtude. A persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo *ethos* que ele: persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está (MAINGUENEAU, 2019, p. 15).

Se é verdade que ao orador se impõe considerar uma leitura das características do seu auditório, fazendo com que este auditório “fale” mesmo antes da enunciação, não é menos verdadeiro que o auditório faz, antecipadamente, representações acerca do enunciador. Como também mostra Maingueneau, é preciso distinguir, então, o *ethos* discursivo do *ethos* pré-discursivo. O autor enumera ainda outros problemas decorrentes dos diversos índices dos quais podem se valer um locutor, além do texto em si, para associar o seu *ethos*. “O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2019, p. 16), considerando ainda a possibilidade de haver contingências ou ruídos na comunicação,

que, não raro, acaba por gerar percepção de *ethos* distinto ou até oposto ao pretendido originalmente pelo enunciador. “O *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido”, dirá o autor adiante (Idem).

Maingueneau adiciona a condição de “fiador” referente àquele que dá corpo ao discurso, que também é elemento determinante na investigação dos *ethos*²¹, este fiador dotado de corporalidade poderia ser tomado como um significante, suporte de significados possíveis a serem interpretados a partir de determinados referentes e em determinado contexto.

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao fiador pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (MAINGUENEAU, 2019, p. 18).

O fiador, explica o autor, traz em si um “mundo ético” que se explicita em forma de comportamentos, deslocamentos corporais, atitudes associadas a este universo específico, ativando uma interpretação que mobiliza estereótipos. Exemplos práticos desta mobilização iconográfica de elementos que remetem a determinados *ethos*, são dados pelo próprio Maingueneau (Idem), que cita “executivos dinâmicos”, “ricos emergentes”, “celebridades”, “estrelas de cinema” — que se associam, entre outras, a “cenas como a subida dos degraus do palácio do Festival de Cannes” — ou músico que, ao participar, de

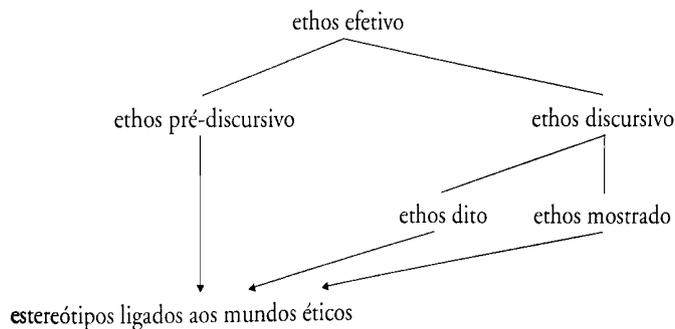
21 Maingueneau utiliza “*ethos*” para singular e plural, em lugar de *ethé* (ou *ethea*) para o plural, opção que também adotamos.

videoclipe “tem como efeito inserir o fiador num mundo ético particular”. A complexidade da enunciação ou da leitura de um *ethos*, portanto, exige considerar um feixe vasto de variáveis, que o autor procura sintetizar do seguinte modo:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito) — diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos* efetivo, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2019, p. 18-19).

O exercício e síntese resultam ainda no seguinte esquema:

Quadro 1 - Fatores constituintes do *ethos* efetivo, segundo Maingueneau



Fonte: Reprodução de esquema publicado em MAINGUENEAU, 2019, p. 19.

O *ethos* tomado como uma das categorias de Análise do Discurso é abordado por Maingueneau em diversos outros textos. Ao analisar um anúncio de site de relacionamento (MAINGUENEAU, 2010,

p. 83), o autor identifica alguns dos elementos citados até aqui: *ethos* dito (quando o anunciante dá informações sobre si), *ethos* mostrado (índices escolhidos para a enunciação, que demonstrem ilustração, por exemplo, como citações de obras artísticas, ou opções léxicas ou sintáticas) e *ethos* construído (por meio de fotos, de utilização altamente recomendada pelo site). No caso específico desta análise, o autor refere-se ainda a uma manifestação do *ethos* “através do pseudônimo” utilizado pelo anunciante candidato a um relacionamento: “o pseudônimo contribui fortemente para a construção de um *ethos* discursivo. Ele influi tanto na produção quanto na leitura: esperamos do anunciante que enuncie em função do pseudônimo escolhido”, afirma, para, em sequência, exemplificar: “‘Carinho’ cabe mal a um *ethos* agressivo, ‘Amigo’ perfila um *ethos* masculino terno e protetor”, de modo que “o leitor correlaciona, assim, espontaneamente, o *ethos* ativado pelo pseudônimo e o *ethos* ativado pelo texto” (Idem).

Os elementos do *ethos* também são descritos por Maingueneau em “Discurso literário” (2016), onde igualmente são identificadas as raízes do conceito que estão presentes na Retórica de Aristóteles, onde a preocupação essencial é a de que o orador cause uma boa impressão, em análise que considera mais a própria enunciação do que os ingredientes extradiscursivos. Os pressupostos iniciais, baseados na tradição aristotélica, implicam em considerar o *ethos* enquanto “noção discursiva”, que é “construído por meio do discurso, em vez de ser uma “imagem” do locutor exterior à fala”; assim como “está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro”; além de ser “uma noção intrinsecamente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela mesma integrada a uma dada conjuntura socio-histórica” (MAINGUENEAU, 2016, p. 269). Também neste texto, Maingueneau passa à etapa de considerar aspectos mais contemporâneos acerca dos estudos do *ethos*, um *ethos* pós-retórico, quando efetivamente introduz o seu conceito de fiador, dotado de corporalidade e caráter.

[...] optamos por uma concepção primordialmente “encarnada” do *ethos*, que, dessa perspectiva, abrange não apenas a dimensão verbal, mas igualmente o conjunto de determinações físicas e psíquicas vinculadas ao “fiador” pelas representações coletivas. Este vê atribuídos a si um caráter e uma corporalidade cujo grau de precisão varia de acordo com o texto. O “caráter” corresponde a um conjunto de características psicológicas. A “corporalidade”, por sua vez, associa-se a uma compleição física e a uma maneira de se vestir. Além disso, o *ethos* implica uma maneira de se movimentar no espaço social, uma disciplina tática do corpo apreendida mediante um comportamento global (MAINGUENEAU, 2016, p. 271-272).

Ao modo como o destinatário interpreta e se apropria desse *ethos*, o autor (Idem, p. 272) chama *incorporação*, que insere-se em um processo onde “a enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador”, dando-lhe *um corpo*; “o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo”; e, finalmente, “essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso”.

Nem sempre, no entanto, é possível aferir com clareza de uma enunciação elementos que constituam um *ethos* homogêneo. O próprio Maingueneau aponta para a existência de *ethos* híbridos, «que misturam vários *ethos* em uma mesma enunciação” (MAINGUENEAU, 2013, 113). Ele o faz por meio da análise de um texto publicitário que anuncia a realização de um festival cultural que reúne elementos contemporâneos, urbanos, mas é realizado em um cenário rural. O anúncio oscila propositalmente entre estes dois universos, assumindo *ethos* distintos em um mesmo anunciado. “Esse fenômeno de *ethos* híbrido não corresponde diretamente a uma realidade social: percebe-se com dificuldade quem poderia se expressar assim espontaneamente, combinando traços da fala camponesa e traços de cultura refinada», explica, adicionando que, «nem por isso esse *ethos* artificial será arbitrário: ele é tido como o que

dá consistência ao conceito sobre o qual se baseia esse festival, cujo objetivo é mesclar cultura rural tradicional e cultura citadina, atingindo os dois públicos” (MAINGUENEAU, 2013, 114).

O encontro entre estes dois campos, da sociologia e da linguística, acontece notadamente na Análise do Discurso — que arrasta o primeiro para dentro da compreensão da centralidade da linguagem, assim como a segunda para fora da abordagem meramente estruturante dos textos. Assim como não é possível entender as relações sociais sem considerar o uso das linguagens que as tornam possíveis, não é possível entender as linguagens dissociadas dos contextos sociais em que são produzidas e são também produtoras. O próprio Maingueneau afirma que “o interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis” (MAINGUENEAU, 2015, p. 47).

[...] a noção de “lugar social” não deve ser apreendida de maneira imediata: pode se tratar, por exemplo, de um posicionamento em um campo discursivo (um partido político, uma doutrina religiosa ou filosófica...). O objeto da análise do discurso não são, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional. Nessa perspectiva, pensar os lugares independentemente das falas (reducionismo sociológico) ou pensar as falas independentemente dos lugares (reducionismo linguístico) é permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso. Quer entremos no discurso pelo viés de sua inscrição social ou pelo dos funcionamentos linguísticos, somos levados, de um modo ou de outro, a encontrar sua outra vertente (Idem).

Seja pelo viés mais usual na sociologia, seja pelo viés dos estudos da linguagem, o conceito de *ethos* mostra-se um instrumento vigoroso de análise que tem sido vastamente utilizado, ainda que sob advertência dos riscos inerentes a uma possível leitura generalizante de coletividades. Mantido o alerta, e explicitada a impossibilidade de que qualquer conceito (ou metodologia) consiga abranger

toda a complexidade que advém das relações humanas, ainda que em um recorte muito específico, tem-se, ainda assim, uma janela conceitual produtiva para que sigamos na aventura de tentar desvendar o que andamos fazendo (e como o fazemos) neste mundo que costumamos chamar de real.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer.** 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de Século Edições–Sociedade Unipessoal LDA, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos.** In. MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (orgs). *Ethos discursivo.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário.** São Paulo: Contexto, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PETERS, Gabriel. **Configurações e reconfigurações na teoria do habitus: um percurso.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 29: Teoria Sociológica. 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Edição de Antônio Flavio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



11

Jacimara Ribeiro Merizio Cardozo

A anatomia política na guerra contra o novo coronavírus:

estratégias discursivas
do pronunciamento
do governador Renato
Casagrande

INTRODUÇÃO

O artigo é uma proposta de análise do discurso de pronunciamento do governador do estado do Espírito Santo Renato Casagrande acerca das orientações quanto às mudanças do Mapa de risco do estado, proferido e publicado no dia 30 de abril de 2021. Interessa a essa pesquisa o estudo da anatomia política e como é estruturada, disseminada, organizada pelos braços mecânicos do Estado, em especial aqui, na materialidade do discurso do governador do estado do Espírito Santo Renato Casagrande. À luz da sociedade disciplinar de Foucault (2014), observou-se a construção do discurso a partir de escolhas de palavras, expressões, emprego de pronomes, entre outras marcas linguísticas discursivas empregadas e tecidas com a finalidade de convencer a população a obedecer às “orientações/imposições” da atual gestão e, desse modo, formar, pelo discurso, corpos dóceis para a guerra contra o novo coronavírus. Para desenvolver a análise do *corpus* à luz da Análise do discurso, também foram aplicados os conceitos de Patrick Charaudeau (2006), Dominique Mangueneau (2002) e Foucault (1970/1996). Para desenvolver a argumentação do cenário de guerra criado metaforicamente para enfrentamento do novo coronavírus, tomou-se como base as metáforas conceptuais de Lakoff e Jonson (2002) e as atualizações de seus postulados no contexto atual de pandemia no objetivo de apresentar a intencionalidade discursiva sobre a propagação do clima de guerra e da construção da população enquanto soldados treinados para a guerra.

Em tempos de pandemia causada pelo novo coronavírus, para além dos estudos científicos em busca de medicamentos e vacinas para mitigar as perdas mundiais, importa estudar e investigar como o corpo linguístico reflete e refrata uma realidade ideológica diante da realidade em si, a qual estamos vivendo. As produções textuais, e ampliamos aqui para discursivas, como resposta às inúmeras mortes

causadas pelo vírus, constituem-se de um *corpus* de estudos rico de construção de linguagens que comprovam o quanto o discurso não é neutro e transparente, mas sim opaco, polifônico. Do período de pronunciamentos específicos motivados pelas alterações dos Mapas de risco do estado, para o recorte de análise, será feito um estudo inicial sobre o pronunciamento do dia 30 de abril de 2021 próximo às 18h:30²². A data específica aproximava-se à do “Dia das mães”, momento de maior efervescência do comércio, posterior ao momento de maior extremismo quanto ao isolamento social e confinamento da população capixaba, fechamento radical do comércio, das escolas e serviços considerados não essenciais. Assim, o momento do discurso previa uma processual e lenta abertura e flexibilidade das atividades comerciais do estado de modo geral, fruto das decisões tomadas pela²³ atual gestão do governador.

O PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR E A LEGITIMAÇÃO DO MAPA DE RISCO DO ESPÍRITO SANTO

Para se propor uma análise do pronunciamento de Casagrande em plena pandemia COVID-19, é necessário pontuar o aparelho instrumental de sua gestão para combater a doença. Trata-se do *Mapeamento de risco* e de sua legitimação que se estrutura a cada pronunciamento do governador, este que se tornou seu máximo

22 Pronunciamento descritivo disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/coronavirus-no-es-casagrande-divulga-novo-mapa-de-risco-0421>. Acesso em: 9 de maio de 2021

23 Entendemos discurso como uma organização situada para além da frase, como defende Maingueneau (2002) e que “mobiliza estruturas de uma outra ordem que as da frase” (p.52). Desse modo, consentimos que o discurso é orientado, por que se constrói a fim de causar um efeito de sentido, é também uma forma de ação sobre o outro, é contextualizado, interativo, assumido por um sujeito, dentre outros atributos sobre os quais trata Maingueneau.

divulgador, orientador e disciplinador. No próprio site oficial ²⁴do governo do estado do Espírito Santo, específico para tratar do combate ao vírus, é possível baixar a cartilha sobre a estratégia de mapeamento de risco no Espírito Santo. Já pela palavra cartilha, há um contexto didático para a população ser moldada quanto à comportamentos e formas de se pensar e de responder à situação de pandemia. O título da cartilha é *Estratégia de mapeamento de risco e medidas qualificadas no Espírito Santo*. Os pronunciamentos, diante dessa estratégia do governo, servem para atualizar a população para as mudanças periódicas nesse *Mapa de risco*. Na introdução da cartilha, há a apresentação da justificativa dessa estratégia de combate, que, pelas próprias palavras do texto, trata-se de uma ação “pioneira”.

Em um cenário em que são necessárias medidas que reconheçam a busca de equilíbrio entre a prioridade à vida e à retomada da atividade econômica, o governo estadual adota uma estratégia pioneira para o mapeamento de riscos e medidas qualificadas no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), tendo como premissa a avaliação de ameaças de forma equilibrada com relação a cada região e a cada município do Estado do Espírito Santo. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.2).

Observa-se que, desde a introdução, tem-se uma resposta à demanda paradoxal entre preservar a vida e retomar à atividade econômica, situação polêmica que polariza pessoas, sobretudo seus posicionamentos formatados em direita ou esquerda política. Para alcançar esse objetivo maior de preservar a vida, na própria cartilha há o reforço do coletivo, da coparticipação e, ao mesmo tempo, corresponsabilidade da população, é o que se observa no trecho:

Para tanto, destaca-se que é de fundamental importância a coparticipação e a corresponsabilidade, de maneira que seja possível pactuar uma nova forma de convivência entre a sociedade e os setores público e privado. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.2).

24 Endereço do site oficial do governo ES. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/mapa-de-gestao-de-risco>. Acesso em: 30 de maio de 2021

A chamada para a luta coletiva não se limita a “participar juntos”, mas a colocar a responsabilidade não só no governo, mas também na população para a preservação da vida. Essa coparticipação proposta estrutura-se em forma de um pacto de uma nova forma de convivência entre a sociedade e o público e privado. Diante disso, importa pesquisar como esse “pacto de nova convivência” é criado na e pela linguagem dos discursos de pronunciamento do governador. Veja a seguir a representação das responsabilidades apresentadas na cartilha.

**Figura 1 – Representação da interseção de responsabilidades
– Cartilha sobre estratégia de mapeamento**



Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/Downloads/Cartilha-COVID19%2025.05.2020.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021

A representação acima é uma visão responsiva de enfrentamento que está tecida e construída ideologicamente em cada discurso de pronunciamento e, no recorte do discurso aqui estudado, não será diferente. Importa observar como as “formas de dizer” do pronunciante

confirmam e atualizam essa representação e como isso se materializa pelo uso do plural (nós).

Das explicações conceituais e orientações sobre como funcionam as matrizes de risco, importa aqui apresentar o que se entende por Mapeamento de risco, segundo o exposto na cartilha, em especial, sobre o que se conceitua como risco: “O risco é a relação da probabilidade que uma *ameaça* de evento adverso se concretize com uma magnitude definida e o grau de *vulnerabilidade* do sistema receptor e seus efeitos.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 17). Assim, como essa vulnerabilidade possui grau, os mapeamentos de risco possuem fases que vão se estabelecendo mediante a ameaça, variável extrínseca que mede a probabilidades dos contaminados nos municípios e no estado, e a vulnerabilidade, variável intrínseca “relacionada ao impacto, que é considerada a taxa de ocupação de leitos de UTI para COVID19 no Estado.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 25).

O atual governador do Estado do Espírito Santo já é objeto de pesquisas quanto a seu *ethos*, ou seja, sua forma como se porta, sua imagem perante a sociedade capixaba e, em especial, nas redes sociais. O *ethos*, pela análise do discurso, em especial por Maingueneau, trata-se de um desdobramento da retórica tradicional que, “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 98). Com base em Roland Barthes, Maingueneau (2002) afirma que a essência do *ethos* se estrutura nos “traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão[...]. O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: eu sou isto, eu não sou aquilo” (BARTHES, 1966, *apud* MAINGUENEAU, 2002, p. 98). Mais importante ainda é a concepção de que o *ethos* “implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global” (Idem, p. 99). Assim, em se tratando da materialidade discursiva, as ideias “se apresentam por intermédio de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*” (Idem, p. 99) Aqui interessa analisar essas “maneiras de dizer” e como podem formar uma imagem de uma “maneira de ser”.

Com base entre o ser e o dizer de Charaudeau, Ferreira e Reis (2019, p.2) objetivam “identificar como o governador Renato Casagrande construiu sua imagem política no *Facebook* por meio das estratégias discursivas”. Esse percurso investigativo vai ao encontro desta pesquisa na medida em que procura também verificar como se consolida essa construção do *ethos* de Casagrande já eleito e em tempos de pandemia em um discurso oficial de pronunciamento. Em especial, importa observar como sua imagem é construída quanto à uma postura de base familiar, principalmente pela exposição de cuidados cotidianos referentes ao governador para com a própria mãe e sua exposição nas redes sociais, somado ao link com o dia das mães, evento circunstancial do pronunciamento em estudo, e o apelo à família como uma estratégia emocional para ganhar a adesão da população ao combate ao vírus. Não é em vão que as últimas palavras do governador no pronunciamento em estudo foram: “que a gente tenha um excelente sábado, em família, e preservando a nossa vida”. Após parabenizar as mães, há um investimento quanto a seu *ethos* no momento em que, ao deixar a forma “nós” e empregar “a gente”, abre-se para um espaço mais íntimo e informal. Outrossim, usar o dia da semana “sábado”, mais dedicado a descanso e família, empregar a própria palavra “família” ele associa à preservar a vida, o objetivo maior para entrar na guerra contra o inimigo coronavírus.

A ANATOMIA POLÍTICA E A FORMAÇÃO DE CORPOS DÓCEIS PARA A GUERRA: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

A partir dos mecanismos de controle da população em relação à ocupação de pessoas em tempos e espaços específicos, quer seja no comércio, em festas com aglomerações, quer seja em leitos de hospitais, surgiu-nos a percepção analógica à sociedade disciplinar de Foucault,

quanto à anatomia política e às estratégias para se dominar, organizar, manipular uma população em forma de adestramento, transformando-a em “corpos dóceis” para a produtividade desejada pelos governantes.

Acreditamos que o pronunciamento do governador, seu discurso contextualizado ao momento de pandemia, seja uma materialidade de linguagem produtiva e preche de análises discursivas capazes de investigar como se estabelece a estratégia de “armar” a população para a guerra contra o novo coronavírus e adestrá-la, como soldado de guerra, a vencer cada batalha, corporificada estrategicamente pelo Mapa de risco estabelecido de acordo com o número de casos (soldados mortos na guerra ou pegos pelo inimigo), e o número de leitos ocupados (soldados reféns do inimigo). A alegoria cenográfica de guerra, partindo da metáfora CORONAVÍRUS É INIMIGO, remete, acreditamos, a uma construção não da realidade objetiva, mas de uma realidade ideológica formatada para o entendimento de que o vírus, como qualquer outros vírus que já existiu no Brasil e no mundo causando doenças e mortes, está em todo o lugar, no ar e, portanto, trata-se de um inimigo invisível. Assim, colocando no centro da “realidade” o vírus como inimigo que está por toda a parte, deixa-se de colocar em evidência outras vozes, outras ações governamentais, sociais e econômicas a fim de silenciar erros, falhas, ações as quais deveriam ser reconhecidas e combatidas pela população. Unir todo ódio, seriedade, força contra o signo coronavírus é desviar focos que já assolam o mundo e, em especial, o Brasil. Sobre essa estratégia de eternizar a crise da pandemia e transformar a população em vítima passiva do “vírus”, importa ressaltar a conclusão de Moura e Silva (2021):

[...] o modo como abordamos a corrupção e os vírus reforça uma concepção de tempo que dificulta o encontro de saídas para as crises que enfrentamos, inclusive a atual pandemia. Repetir metáforas sobre a corrupção e os vírus que definem esses objetos como elementos que podem irromper a qualquer momento e em qualquer lugar é ceder à ideia de crise eterna, diante da qual nos colocamos na posição de vítimas. A tentativa

de capturar (tanto no sentido de compreender quanto de dominar) determinados eventos corre o risco de resultar no oposto disso: terminar sob a dominação desses eventos. (MOURA e SILVA, 2021, p. 80).

Partimos do princípio de que o discurso do governador, constituído de uma formação discursiva e ideológica de discurso como argumento, é tecido de uma aparente forma “dócil” e passiva diante da população, convocando a todos a aderirem e se alistarem à “guerra”, sem uma imposição aparente. Porém, em sua natureza mais profunda, subjaz o desejo do controle e do poder, materializados pelas regras diluídas no cotidiano dos cidadãos e mapeadas na regulamentação do Mapa de risco que legitima ou não a posição de cada sujeito em tempo e espaço específicos. Assim afirma Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970 [1996, p. 8-9).

Também nos interessa observar os “fios soltos” do discurso, ou seja, trechos em que faltou complemento de informação, ou descrição, ou argumentação, em outras palavras, o que não foi dito, foi interdito, talvez para esquivar-se da temível materialidade do discurso de pronunciamento, como afirma Foucault: “O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 1970 [1996], p. 9).

Outrossim, para alinharmos a proposta de análise de um discurso político ao momento de pandemia, importa observar como a política se encaixa nas análises discursivas segundo Foucault. Assim, importa ressaltar o que defende o autor:

[...] as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a *política se pacífica*, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 1970 [1996], p. 9, grifo nosso).

Diante do desejo e do poder alicerçados no discurso defendido por Foucault, importa investigar qual o desejo, qual a verdadeira luta que subjaz o discurso de pronunciamento analisado e que poder se deseja instaurar e como estabelecê-lo, com quais estratégias e recursos.

Foucault, ao descrever a retórica corporal da honra, ao referir-se à produção do soldado do século XVII e do século XVIII, levanta contribuições de estudiosos e filósofos que dão suporte à expressão homem- máquina, para referir-se à produtividade do indivíduo, e à expressão “técnico- político” para referir-se aos regulamentos militares, escolares e hospitalares criados para “controlar ou corrigir as operações do corpo” (FOUCAULT, 2014, p. 134). Assim ele conclui o que seja um corpo dócil aquele “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Idem, p. 134). São esses legados da docilidade do corpo estruturado nos séculos XVII e XVIII que nos faz refletir sobre atual conjuntura de organizar a população para combater, guerrear contra o coronavírus, usando do adiestramento de seus corpos, seja para o uso “correto” de máscara, como manipular esse objeto de forma produtiva a não entrar em contato com o vírus, seja para uso do álcool em gel, ou outros materiais de limpeza e higiene, seja pelo isolamento físico por meio da ordem dócil do “fique em casa”, ou ainda pelo mapeamento do indivíduo no comércio, por exemplo, indicando onde deve ou não deve ficar, a partir de um horário definido, entre outros regulamentos disciplinares que são oriundos dos

famigerados “mapas de riscos”, entidades que “dizem” o que se pode ou não abrir, ou fechar, o que é ou não essencial à sociedade, qual horário determinado deve ou não funcionar certo estabelecimento, etc. Tudo isso é análogo ao que Foucault afirma quanto à prisão do corpo no “interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Idem, p. 134). Isso se dá por meio do foco no exercício do corpo, nos processos de atividade desse corpo que é monitorado por uma codificação que “esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos” (Idem, p.135) desse corpo.

Ao desenvolver a ideia de que as disciplinas, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, se tornaram fórmulas gerais de dominação, o filósofo francês aponta para o momento histórico das disciplinas afirmando ser o momento “em que nasce uma arte do corpo humano, que visa [...] a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o (corpo) torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Diante da constatação dessa mecânica do poder, da maquinaria do poder, ele conclui que há uma anatomia política em desenvolvimento e ela:

[...] define como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (Ibidem).

Interessa a essa pesquisa essa anatomia política e como é estruturada, disseminada, organizada pelos braços mecânicos do Estado, em especial aqui, na materialidade do discurso do governador do estado do Espírito Santo Renato Casagrande. Para Foucault, essa anatomia dissocia o poder do corpo e isso não se dá de forma súbita, pontual e única, mas sim de formas diversas, por meio de uma “multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas” (Idem, p. 136).

Esses processos possuem aparelhos ideológicos específicos, tais como a escola, o espaço hospitalar e na organização militar. Diante dessa organização complexa da anatomia política, Foucault afirma que seus processos foram impostos para responder à “exigência da conjuntura”, dentre as exigências, ele cita “a recrudescência de certas doenças epidêmicas” (Idem, p. 136). Diante desse exemplo fica ainda mais contundente a associação dessa anatomia política como resposta à recrudescência da pandemia causada pelo coronavírus. Cabe então a investigação de como o pronunciamento do governador, como recorte de estudos, materializa esses processos mínimos da anatomia política e impõe esse adestramento dos corpos, convocando-os como soldados que militam em combater o coronavírus personificado como inimigo.

Para se pensar em corpos dóceis para a guerra e fundamentar a criação do signo coronavírus personificado com inimigo pela mídia, é essencial, primeiramente, recorrer às associações de pensamento e corporificação do pensamento por meio de metáforas cotidianas, em especial as metáforas bélicas, e seu histórico acerca do enfrentamento cotidiano de doenças que marcaram a história do mundo, do Brasil em especial. Não é novidade tal associação e personificação do agente causador de uma doença que mata muitos indivíduos e coloca em colapso o sistema de saúde de uma população, transforma em um caos a economia, faz multiplicar o desemprego e a fome entre outros males já existentes, mas potencializados principalmente nos países em desenvolvimento.

A criação de metáforas para desviar o foco dos problemas sociais, econômicos - para além da corrupção, ou má gestão dos governantes, ou ainda para a população levar mais a sério uma doença que precisa de cuidados coletivos – não são simples construções retóricas, literárias, mas são criações intencionais que são propagadas nos discursos cotidianos, principalmente pelas mídias, a fim de influenciar no modo como a população “deve” pensar e agir. Trata-se da construção

linguística das metáforas conceptuais que são metáforas da vida cotidiana, como afirmam Lakoff e Johnson (2002). Em tempos de pandemia, importa atualizar e empregar as contribuições das metáforas conceptuais para compreender como se estrutura pelo discurso a metáfora de guerra à doença e ao vírus. Para isso, Vereza 2020 apresenta a recorrência comum de associações da guerra à doença e, assim, o vírus como inimigo. Lakoff e Johnson (2002) afirmam que “os processos do pensamento são em grande parte metafóricos. Isso é o que queremos dizer quando afirmamos que o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado e definido ” (Idem, p. 48). E ainda acrescentam que isso só funciona porque temos em cada um de nós metáforas em nosso sistema conceptual.

Diante disso, acreditamos que as metáforas bélicas cotidianas construídas a partir da metáfora central CORONAVÍRUS É INIMIGO²⁵ não são simples recursos retóricos da linguagem, mas sim mecanismos linguísticos que influenciam o pensar e o agir da população no sentido de declarar guerra ao vírus e, assim, tornar-se soldado nessa batalha, obedecendo aos regulamentos militares da anatomia política instaurada, tornando-se submissos, adestrados em “corpos dóceis”. Diante disso, pretende-se aqui estabelecer os seguintes critérios de análise. Primeiramente, objetiva-se mapear os trechos que tecem o pronunciamento, materializando a interlocução com a população e convocando cada cidadão para guerra contra o coronavírus. Em seguida, pretende-se identificar estratégias retóricas para apresentar um discurso pacífico, dócil para assim ganhar a adesão dos ouvintes.

25 Carvalho, Silva e Andrade 2021 apresentam o resultado de uma investigação acerca da metáfora Coronavírus é inimigo recorrente em manchetes dos jornais Folha de São Paulo e O Globo. Assim, após análises, os autores chegaram à conclusão de que “a metáfora CORONAVÍRUS/COVID-19 É INIMIGO foi amplamente atualizada por expressões linguísticas para descrever, metaforicamente, várias ações no domínio experiencial GUERRA” (p. 7).

A MATERIALIDADE LINGUÍSTICA DO PRONUNCIAMENTO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Nessa instância pretende-se observar como os argumentos estão dispostos na fluência do pronunciamento que justificam a importância do confinamento (*lockdown*) imposto pela gestão atual e como isso se transforma em estratégia para autopromoção do governador. Assim, serão analisados trechos que anunciam assuntos pontuais, a saber: marcação de tempo e lugar referentes aos leitos de enfermaria e controle da população quanto às atividades essenciais e não essenciais; a preparação da população para o “Dia das mães”; a homenagem ao dia do trabalhador e a ênfase para os profissionais da linha de frente da guerra. Por fim, será dada uma atenção especial à chuva estatística de números de ocupação de leitos apresentada pelo governador no início de seu pronunciamento como forma de prestação de contas à população. O objetivo maior será refletir sobre o excesso de dados e números apresentados sem o contexto de reflexão.

Quanto aos trechos imperativos e apelativos de convite e alistamento para aderir à guerra contra a doença, a partir da associação população/trabalhadores e soldados, foram identificados os seguintes trechos:

Quadro 1 – Trechos de apelo do governador – Pronunciamento do governador.

1. Precisamos torcer e trabalhar para reduzir cada vez mais o contágio [...]
2. [...] precisamos tomar todo o cuidado possível
3. Precisamos tomar cuidados redobrados
4. Quero continuar reforçando o apelo [...]
5. Faço um apelo para o uso de máscaras
6. Quem tiver uma simples, use duas
7. Não aglomere, isso é fundamental
8. O apelo é esse [...]

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Pelas expressões destacadas, observa-se uma escolha pelas formas verbais de maior polidez, pois no lugar de escolher verbos no imperativo, o governador usa mais a locução verbal “precisamos e verbo no infinitivo”. Esse paralelismo sintático, somado ao emprego da palavra apelo “reforçando o apelo”, “o apelo é esse”, mascaram o imperativo da ordem que vem com poucos trechos, tais como: “não aglomere” e “use duas”. Segundo Maingueneau (2002, p.38), “todo ato de enunciação pode constituir uma ameaça para uma ou várias pessoas dessas faces (face negativa e positiva): dar uma ordem valoriza a face positiva do locutor, desvalorizando a do interlocutor”. Diante da potencial aparente desvalorização do público do pronunciamento em estudo mediante a ordem explícita, o que não é desejo primeiro do governador, observa-se um mascaramento a essa ordem, justamente como reforço para formar “corpos dóceis”, para não provocar revolta, para não desvalorizar a face dos governados. Entretanto essa estratégia discursiva de suavizar a ordem mobiliza elementos constituintes do território de cada um, principalmente quanto ao poder sobre seu corpo no espaço e sua intimidade, pois os “apelos” são referentes à aglomeração (junção de corpos), e ao uso de máscara (intimidade da pessoa quanto ao uso pessoal de uma peça simbólica como arma de defesa do ataque ao inimigo, número de máscaras, tipo de máscara, etc.)

Analisar um pronunciamento pela vereda da análise do discurso importa observar as escolhas do locutor tanto dos eventos a serem tecidos na fala do governador quanto das escolhas linguísticas específicas para o objetivo maior de criar um efeito de sentido desejado, prescrito. Observa-se que os primeiros argumentos do pronunciamento são carregados de números, de dados estatísticos justapostos sem uma explicação decantada, sem a promoção de um tempo para os ouvintes digerirem, refletirem em cima dos números que foram atirados como uma munição de uma metralhadora. Veja os trechos selecionados em aproximadamente 3 minutos de pronunciamento:

Quadro 2 – Trechos dos números – Pronunciamento do governador.

1. Hoje tive condições de anunciar que, mais de depois de **dois** meses temos um RT abaixo de **1**.
2. O RT está em **0,68**, então **100** pessoas contagiam **68** pessoas.
3. Hoje foram **56** pessoas.
4. Taxa de ocupação de leitos em UTI está em **85%**
5. Ficou pronto então, a partir de segunda-feira, mais **15** leitos de UTI e **25** de enfermaria.
6. Teremos **82** novos leitos lá.
7. O estudo mostra que a decisão tomada da quarentena salvou **875** pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Tecido nesse momento introdutório do pronunciamento, o governador apresenta sua conclusão: “As taxas ainda estão altas, então precisamos tomar todo cuidado possível.” As marcas linguísticas só reforçam a escolha estratégica do locutor. Em sua frase tem-se um salpicado de operadores argumentativos. O primeiro é a palavra *ainda*, que reforça a situação anterior e atual das taxas altas. O segundo é a palavra *então*, que junta duas vozes e tece um sentido de conclusão da primeira (as taxas ainda estão altas) com a segunda (precisamos tomar todo cuidado possível). Além disso, não se trata de tomar cuidado, mas sim “todo” cuidado, pois esse “todo” engloba o kit de armamento da população: uso de máscara, álcool em gel, e confinamento.

Para além de um discurso argumentativo que direciona à conclusão a que o governador quer que a população chegue (taxa ainda alta, requer todo cuidado), o pronunciamento funciona como uma prestação de contas à população e, para a esfera científica e administrativa, os números, dados quantitativos, são argumentos legítimos para uma realidade objetiva e, assim, para uma conclusão aparentemente objetiva, exata.

O apelo para se tomar todo cuidado pronunciado pelo governador é tecido com um trecho único no pronunciamento, mas que passa quase que “despercebido” pelas vozes de solicitação e apelo que

estão em primeiro plano. Trata-se de um raro momento de uma mascarada ameaça em “Se não tomarmos cuidado, podemos de novo crescer na pandemia”. Importa observar o operador argumentativo “se”. A conjunção condicional indica a circunstância de possibilidade, situação que se pretende afastar, pois, “não tomar cuidado” significa perder a batalha contra o inimigo coronavírus. Porém a forma como essa batalha pode ser perdida é criada também a partir de outra metáfora conceptual que nos orienta quanto à nossa disposição de corpo e espaço. Ora, “CRESCER NA PANDEMIA É PERDER A BATALHA. Trata-se da associação do aumento no número de casos ao crescimento no número de casos. Os casos não crescem, mas sim aumentam. E esse aumento/crescimento vem reforçado pela iteratividade do acontecimento, “de novo crescer na pandemia”. Observa-se que “de novo” vem antes de “crescer”, trazendo novamente para o primeiro plano a atitude errada da população em se aglomerar e seus consecutivos resultados. Tomamos a liberdade aqui para aproximar esse discurso a um discurso paternalista, no sentido mais essencial de pai/governador que adverte os filhos da população acerca da reincidência de suas ações erradas, da necessidade de uma correção, um castigo, e a apresentação das conseqüências de suas atitudes coletivas.

Quanto à estratégia para autopromoção da gestão de seu governo, observa-se a argumentação tecida no objetivo de convencer a população de que o confinamento proposto (imposto) funcionou. Observe o trecho a seguir:

Outro dado importante é sobre o estudo que mostra como é bom tomar decisões corretas e como nos alegra e anima quando tomamos decisões polêmicas e difíceis de serem tomadas, apoiadas pela maioria, mas questionadas. Depois colhemos resultados. O estudo mostra que a decisão tomada da quarentena salvou 875 pessoas. Com as decisões tomadas por nós, com colaboração de todos vocês, conseguimos salvar todas essas pessoas, com base na taxa de letalidade entre outros dados. (CASAGRANDE, 2021).

Sobre esse trecho, importa observar quais vozes/ informações foram apagadas no texto e qual é a voz de destaque. Pelos trechos: “O estudo mostra que é bom tomar decisões corretas.” / “a decisão tomada da quarentena salvou 875 pessoas.”, observa-se o salpicado de palavras/expressões positivas: “é bom”, “decisões corretas” “a decisão tomada salvou pessoas”. Tais marcas linguísticas mostram as vozes de destaque, as vozes que se pretende chegar e penetrar na mente da população. Entretanto, outras vozes foram apagadas, principalmente nos trechos: “depois colhemos resultados” quais resultados? Positivos ou negativos? Essa informação complementar não aparece no discurso. Outrossim, no trecho “conseguimos salvar as pessoas (voz destaque) / com base na taxa de letalidade entre outros dados” cabe a pergunta: quais dados? Essa informação também não foi apresentada. Já que o pronunciamento foi iniciado com tantos dados, por que motivo faltou esmerilhar esses dados? Além disso, há vozes negativas que vão de encontro à autopromoção do discurso do governador e que foram apagadas em relação ao resultado do comércio, da economia em declínio que também geraram resultados, mas eles não foram colocados em evidência.

Há ainda um trecho muito importante para reflexão quanto à opacidade do discurso e possíveis atos falhos que podem acionar a camada mais profunda e temível mascarada pelo discurso pacífico aparente. Observe o seguinte trecho: “As mudanças que a gente tá propondo efetivamente e [...] decidindo e comunicando a partir de segunda-feira de forma extraordinária nessa semana [...].” Casagrande quando afirma que as mudanças são propostas e depois pensa, hesita rapidamente para falar e assim pronuncia com justaposição a palavra “decidindo” acaba por deixar opaca (quase transparecer) a verdadeira intenção de impor, porém como discurso, onde a política se pacifica, prefere apresentar de forma “pacífica” as leis e ordens que são legitimadas no “Mapa de risco”, bem como nas políticas de extremismo como o Lockdown.

Em todo o discurso é muito forte e recorrente o emprego do pronome na primeira pessoa do plural (nós). A seguir há um recorte dos principais trechos em que o governador, enquanto enunciador do pronunciamento, se insere no grupo de “soldados”/“população” que lutaram nessa guerra. Os trechos foram retirados do recorte de transcrição do pronunciamento midiaticizado pelo jornal AGazeta. O quadro a seguir apresenta os trechos na cronologia linear em que foram pronunciados:

Quadro 3 – Trechos de ênfase –plural (nós).

1. “**temos** tendo um RT abaixo de 1”;
2. “**estamos** em queda em relação à pandemia”;
3. “**fazemos** essa medição semanalmente”;
4. “a **noossa** expectativa é [...]”
5. “**precisamos** torcer e trabalhar [...]”
6. “**precisamos** tomar todo o cuidado [...]”
7. “se não **tomarmos** cuidado”
8. “**podemos** de novo crescer na pandemia”
9. “**precisamos** tomar cuidados redobrados”
10. “senão **podemos** ter uma nova onda”
11. Hoje **abrimos** mais leitos
12. **Anunciamos** a abertura de mais leitos;
13. “**teremos** 82 novos leitos”
14. “como **nos** alegra e anima quando **tomamos** decisões polêmicas e difíceis de serem tomadas
15. Depois **colhemos** resultados
16. Com as decisões tomadas por **nós**, com **colaboração de todos vocês**, [...]”
17. **Conseguimos** salvar todas essas pessoas
18. Essa semana **nós temos** 56 no risco alto e 22 no risco moderado
19. Risco alto, **permitiremos** atendimento individual
20. **Nós estamos discutindo** um passo a diante
21. **Temos interesse** em dar mais esse passo
22. [...] **vamos discutir** com sindicatos, escolas e trabalhadores
23. Na semana que vem, certamente, **teremos** alguma decisão tomada
24. Dia das mães é importante para **todos nós**
25. Também **temos** atividade de comércio muito intenso
26. [...] **mudaremos** excepcionalmente o horário de funcionamento de comércio
27. [...] **estamos permitindo** funcionar de 8h às 18h
28. [...] pra **continuarmos** com a disciplina
29. **A gente** tem o desejo de comprar alguma coisa no Dia das mães [...]
30. **A gente** deve receber mais vacinas
31. **Devemos** normalizar a segunda dose
32. Que **a gente** tenha um excelente sábado

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os trechos recortados precisam ser identificados e separados a fim de entender quem são esses “nós”. Observa-se que ora trata-se do governador e sua equipe de governo junto à população (corpo de soldados para a guerra), ora trata-se do “nós” apenas a equipe de governo, somente quem pode permitir algo (estamos permitindo); mudar algo (mudaremos excepcionalmente); tomar decisão (decisões tomadas por nós), discutir com outras instituições (sindicatos, escolas, trabalhadores). Não é mera coincidência a fortuna semântica das 32 ocorrências do uso da 1ª pessoa do plural. Aqui não se trata de uma simples polidez, de se apresentar enquanto uma equipe de governo, nem apenas para trazer a população a favor de si, mas também se trata de um recurso, uma estratégia discursiva de coesão social de que com a ação de todos, do coletivo, incluindo seu governo, poderão vencer a guerra.

Em uma sociedade neoliberal fruto do egoísmo e individualismo legado pela exploração capitalista, em contexto de pandemia, a melhor arma é a disseminação do coletivo e o uso do pronome na primeira pessoa do plural é justamente promover a ação (eu-plural) de quem faz, mas faz no coletivo. Esse plural vai deslizar entre o mais formal racional e o mais emotivo informal, trata-se de nós/ a gente. A expressão *a gente* possui pouca recorrência, mas com empregos estratégicos. Só aparece nas ocorrências finais (três últimas) e está sempre ligada a desejo, a esperança (vacina) e o desfrutar do sábado, do descanso com a família.

Há de se ressaltar o momento em que esse “nós” é marcado linguisticamente como o entrelaçamento de governo e população. É o recorte 16: “Com as decisões tomadas por nós, com colaboração de todos vocês, [...]”. Aqui há uma polifonia de ações conjuntas. O governo toma as decisões, a voz do comando, e a população obedece ao colaborar, a voz dos dominados. Assim, a ação da população de colaborar, ou seja, entrar na guerra, ter a disciplina, como citada no próprio discurso, há o resultado: “17-Conseguimos salvar todas essas pessoas”. Agora mais uma vez volta-se o plural (população mais governo).

A necessidade de pulverizar o coletivo, primeira pessoa do plural, é tão marcada que até em dados estatísticos e informações que deveriam ser mais impessoais (descrição do fato) são inseridas no discurso com o uso da primeira pessoa do plural. Em especial, a escolha do verbo *ter*, no lugar de *haver* foi usado para dar posse à população, como ganho na guerra em: “1-temos tendo um RT abaixo de 1”; em “13-teremos 82 novos leitos” em “18- Essa semana nós temos 56 no risco alto e 22 no risco moderado.”; e em “25-Também temos atividade de comércio muito intenso.

Outra carga semântica da escolha da primeira pessoa do plural está também em um diálogo com o próprio lema da bandeira do estado “Trabalha e confia”, no trecho “5-“precisamos torcer e trabalhar [...]”. Trata-se de uma atualização da formação ideológica a qual fundou o estado e materializou na bandeira. Em um país cujo lema é “Ordem e progresso”, nada mais positivista, imperativo que empregar essa produtividade da população, em uma sociedade do empenho²⁶, como defende Chul Han(2015), porém orientada à força coletiva, de empenho coletivo em prol de uma causa formatada pela linguagem: a guerra contra o coronavírus.

Observa-se que o trecho que mais assegura esse louvor ao trabalho e à produtividade da população é o momento em que o governador parabeniza os trabalhadores, não só pela data comemorativa em iminência (1º de maio), mas ao direcionamento contingencial ao momento da guerra, aos trabalhadores da “linha de frente”. O trecho “obrigado pela riqueza que vocês produzem” é redirecionado com

26 Em sua obra *Sociedade do cansaço*, Byung-Chul Han fala sobre a necessidade de esvaziamento do eu, do sujeito que precisa investir em si, e ser um sujeito do desempenho, um sujeito produtivo. Assim” o sujeito de desempenho concorre consigo mesmo e, sob uma coação destrutiva, se vê forçado a superar constantemente a si próprio.” (p.99). É a partir da defesa desse sujeito do desempenho que o filósofo defende que a sociedade disciplinar de Foucault não existe mais na contemporaneidade, mas há agora a sociedade do empenho. Defendemos aqui que há estruturas e mecanismos da sociedade disciplinar de Foucault, porém composta por sujeitos do desempenho apresentados por Chul Han.

outra perspectiva pela conjunção *mas* no enunciado seguinte “Mas hoje vai meu abraço aos trabalhadores na linha de frente”. Trata-se de um momento de condecoração aos que lutam na guerra. Com uma valorização seletiva dos trabalhadores, dos soldados em destaque.

Nos primeiros enunciados, entretanto, inicia-se com a tomada do eu em: “Hoje tive condições de anunciar que”. Aqui cabe uma reflexão do porquê da escolha inicial pelo *eu* e não o *nós*. A quem se refere o eu? À pessoa Casagrande, ao observador, ao governador do estado do Espírito Santo? Somam-se às circunstâncias de tempo (hoje), às próprias condições e a metalinguagem do pronunciamento pela palavra “anunciar”. Aqui levantamos a hipótese do enunciador que escolhe um dia específico para reunir uma conjuntura favorável a seu discurso “condições de anunciar”. Cabe também o questionamento: quais são as condições favoráveis, necessárias para anunciar? Isso não fica explícito no momento, mas a resposta temos no decorrer do texto: “RT abaixo de 1”; “ futura abertura de novos 82 leitos”, etc.

CONCLUSÃO

Diante de uma leitura mais atenta ao pronunciamento do governador do Espírito Santo Renato Casagrande, mediante a situação de pandemia e as estratégias de gestão tomadas pelo seu governo para combater a doença por meio da instrumentalização da população ao combate ao vírus, pôde-se concluir o quanto a linguagem refrata uma realidade ideológica e constrói uma realidade que formata a forma de pensar e agir na pandemia.

Apesar de a pandemia ser uma situação mundial, em cada país, em cada estado e município - atravessados por seus gestores, suas realidades típicas e suas peculiaridades- há uma forma específica de

produzir discursos, de atualizar enunciados e formações ideológicas. Isso acontece porque a enunciação não é e nunca será um evento repetido, mas sim inédito e, ao mesmo tempo, o sujeito que pronuncia esse discurso (enunciado) jamais é dono e autor de sua fala (escrita), mas sim tece várias vozes a partir do que já viu, ouviu ou experienciou. Assim, observar o diálogo entre a cartilha *Estratégia de mapeamento de risco e medidas qualificadas no Espírito Santo*, os Mapas de riscos e suas atualizações e o pronunciamento em estudo, só reforçou essa tessitura do discurso de enfrentamento coletivo da doença, legitimando a associação metafórica de que CORONAVÍRUS É INIMIGO.

Na esfera pública e política há ainda um campo vasto para estudo acerca da riqueza semântica que se pode investigar mediante o discurso de guerra que se instaura historicamente com relação às doenças no Brasil e no mundo. A proposta inicial de análise desta pesquisa apresentou a recorrência da tomada do plural (nós) no discurso de pronunciamento de Casagrande e pôde constatar a intencionalidade discursiva de, pela linguagem, criar a realidade da coparticipação e da corresponsabilidade de cada indivíduo. Assim, em caráter paternalista de orientador, observou-se também a produtividade dos verbos no modo imperativo como atos de comando para ação dos “soldados” nessa guerra ao vírus.

REFERÊNCIAS

CASAGRANDE, Renato. **Pronunciamento do governador do estado do Espírito Santo**. Transcrição publicada no Jornal AGazeta dia 30/04/2021 às 18h: 28 min na seção Cotidiano. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/coronavirus-no-es-casagrande-divulga-novo-mapa-de-risco-0421>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

ESPÍRITO SANTO. Coronavírus-COVID-19. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/mapa-de-gestao-de-risco>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

FERREIRA, Stéphane Figueiredo. REIS, Ruth. **Estudo sobre a construção da imagem política eleitoral do governador Renato Casagrande no Facebook.** v. 1 n. 5 Anais do V Seminário Comunicação e Territorialidades: comunicação, democracia e direitos humanos, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/30566>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1970 (1996).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HAN, Byung- Chul. **Sociedade do cansaço.** tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana.** Trad. Grupo GEIM. Campinas: Mercado de Letras/EDUC, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Heronide M.M.; SILVA, Fábio Lopes. O vírus nos ronda: metáfora sobre vírus e sobre corrupção. **Revista Porto das Letras**, Vol. 07, Nº 02. 2021

VEREZA Solange Coelho. **A palavra como arma: metáforas de guerra na conceptualização do antagonismo verbal.** *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 367-385, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/38218/21414> Acesso em: 23 de jan de 2021



12

Thiago Soares de Oliveira

**A heterogeneidade
na heterogeneidade
da sociolinguística:
uma questão discursiva**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.12

INTRODUÇÃO

Tanto a Sociolinguística quanto a Análise do Discurso (AD) emergiram em meados do século XX e, conquanto tenham percorrido trajetórias de desenvolvimento diversas baseadas em enfoques distintos, partilham de pontos em comum, dentre eles a busca de amparo na Linguística. Esta, por sua vez, alçada ao estatuto de ciência moderna há pouco mais de um século, subsidia teoricamente muitos dos aspectos desenvolvidos por aquelas, fornecendo farta literatura que possibilitou o delineamento do conceito de heterogeneidade.

A fim de trabalhar esse conceito, buscam-se na pesquisa bibliográfica os subsídios necessários à construção teórica deste trabalho, valendo-se de fontes de dados tais como livros e publicações de caráter científico, com destaque para as obras de Authier-Revuz (1990), Bakhtin (2011, 2013) e Maingueneau (2008, 2011). A partir do entendimento dos mecanismos da heterogeneidade e do interdiscurso com base nos autores citados anteriormente, tenciona-se atingir o escopo de entender como a construção do discurso sobre a heterogeneidade na Sociolinguística.

Na seara dos estudos discursivos franceses, mais precisamente da Análise do Discurso, este artigo justifica-se pela *intencionalidade* de entendimento da complexidade discursiva que permeia a questão da heterogeneidade linguística, tão cara à Sociolinguística. De mais a mais, é bom reforçar que, sob os auspícios de um campo de estudo diverso, as ponderações teóricas interagem de modo que as considerações resultantes sejam heterogêneas. É também graças a isso que se faz imprescindível aduzir o interdiscurso como um mecanismo igualmente complexo de composição da estrutura discursiva da heterogeneidade linguística.

Dessa forma, partindo preliminarmente dos conceitos de heterogeneidade enunciativa e de interdiscurso amparados na corrente francesa da Análise do Discurso, é que se passa, em um segundo momento, a discorrer sobre a construção da heterogeneidade linguística pelo mecanismo heterogêneo do interdiscurso.

BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CONDUÇÃO DO TRABALHO TEÓRICO

Antes de iniciar a revisão necessária para investigar como se dá a construção do discurso sobre a heterogeneidade na Sociolinguística, é preciso explicar alguns procedimentos adotados na condução deste trabalho teórico, os quais se relacionam diretamente com o escopo a ser cumprido, com a escolha dos autores a serem articulados e com a forma de organização da revisão teórica.

O objetivo central que se desenvolve no artigo pretende submeter o conceito de heterogeneidade aos seus próprios pressupostos teóricos, sendo um modo de testar metadiscursivamente a potência do conceito. Afinal, se o conceito de heterogeneidade não for constitutivamente heterogêneo, ocorrerá, no mínimo, uma contradição performativa fundamental no âmbito do conceito, contradição esta que, no limite, pode levar à sua própria revisão. Por esse motivo, recorre-se a dois indicadores de heterogeneidade discursiva, quais sejam a presença da multiplicidade de discursos (quantidade) e a sua diversidade interna (variedade), a fim de evitar um nivelamento de posições sobre a heterogeneidade que apontem muito mais para uma homogeneidade discursiva do que para sua heterogeneidade propriamente dita.

Nesse sentido, considera-se que o exame de postulados teóricos de autores provenientes de campos distintos (precipuamente Análise do Discurso e Sociolinguística), tal como reivindicado no artigo, é suficiente para determinar a presença de uma heterogeneidade de vozes na construção do conceito de heterogeneidade, contanto que não haja confusão entre os dois indicadores de heterogeneidade citados anteriormente nem privilégio a posições quanto a essa noção e a formas de identificá-la no discurso. Todo esse procedimento utilizado na construção do trabalho tende a evitar que seu escopo seja flutuante.

Quanto aos principais autores selecionados como base teórica para rever certos postulados da Análise do Discurso, Authier-Revuz (1990), Bakhtin (2011, 2013) e Maingueneau (2008, 2011), explica-se, a princípio, a não utilização de Michel Pêcheux (2006, 1997 e 1993), um dos principais autores da corrente francesa, a partir da sucinta análise de Marchesan (2012) sobre a obra *A noção de fórmula em Análise do Discurso*, de Alice Krieg-Planque. Segundo o autor, a formulação inicial da Análise do Discurso,

Calcada na articulação entre o marxismo althusseriano, a psicanálise lacaniana e a linguística estrutural, sofreu modificações significativas, decorrentes de revisões feitas pelo próprio Pêcheux; de trabalhos como os de Courtine, Authier Revuz (a partir de leituras de Bakhtin) e Maingueneau; assim como da aproximação ocorrida com as teorias enunciativas (MARCHESAN, 2012. p. 229).

Ora, a escolha de Authier-Revuz como um dos supedâneos teóricos deste artigo é propositada, na medida em que a autora é uma das mais importantes leitoras da atualidade do legado teórico do Círculo de Bakhtin, especialmente para tratar da relação entre duas formas de heterogeneidade (mostrada e constitutiva), como apontam Flores (1998), Oudeste e Valério (2014) e Bessa (2007). Esse dado também é considerado por Brait (2006) ao identificar semelhanças e proximidades entre as noções formuladas por Kristeva, Authier-Revuz e Bakhtin, ainda

que tais noções não sejam fundamentadas pelos mesmos princípios. De modo análogo, os ensinamentos de Maingueneau são resultado de reflexões que consideram a obra de Bakhtin (GRILLO e VELOSO, 2007; BESSA, 2007; MARCUZZO, 2008), motivo pelo qual tal autor também foi selecionado como integrante da base teórica principal.

Ainda quanto aos autores selecionados, o que se pretende registrar é que a não incorporação de Pêcheux neste trabalho em nada diminui a relevância do estudioso na área discursiva, o que parece óbvio. Contudo, como se pretende a construção de uma articulação teórica entre tributários da AD, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer a importância da noção de heterogeneidade em Authier-Revuz e Maingueneau, ambos como leitores de Bakhtin. Como em contexto diverso, a não citação de Pêcheux pode parecer negligência à gênese dos estudos discursivos, suprimem-se aqui possíveis questionamentos a respeito disso. Na verdade, a escolha dos teóricos a serem trabalhados integra, neste artigo, um posicionamento de natureza mais retórica do que de sobreposição autoral, ou seja, não se vislumbra que um autor seja mais importante do que outro.

Relativamente à forma de estruturar a revisão teórica, não se ambiciona uma organização cronológica propriamente dita das contribuições teóricas trazidas da Análise do Discurso, mas apenas constituir uma sustentação conceitual capaz de facilitar a demonstração de marcas do interdiscurso. Em outras palavras, a sucinta revisão de literatura proposta na seção seguinte se dispõe a compilar de forma crítica conhecimentos a respeito de três mecanismos discursivos (heterogeneidade, interdiscurso e dialogismo), desenvolvendo-os na linha apontada por Cardoso, Alarcão e Celorico (2010, p. 7), segundo os quais “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura”.

Assim sendo, na certeza da alta probabilidade de que os assuntos tratados na parte revisional do trabalho já tenham sido abordados por outros pesquisadores, decidiu-se propositalmente pela combinação entre pensamentos de Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau. Ressalta-se, por fim, que a projeção da originalidade situa-se na terceira seção deste trabalho.

OS MECANISMOS DISCURSIVOS: HETEROGENEIDADE, INTERDISCURSO E DIALOGISMO

Partindo da complexidade enunciativa que abarca os vários preceitos componentes dos mecanismos discursivos, Authier-Revuz (1990) aborda a questão da heterogeneidade invocando exteriores discursivos com o objetivo de construir seu embasamento teórico, dentre eles a Linguística. Com efeito, a autora reconhece que não se pode preterir esse amplo campo dos estudos da linguagem em relação à abordagem concernente à área da enunciação, eis que dela é integrante.

Segundo entende Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade enunciativa pode ser mostrada ou constitutiva, sendo a primeira capaz de inscrever o discurso do outro na sequência discursiva e, por isso, é mormente acompanhada de marcas como o discurso direto, as aspas, etc.; a segunda, por sua vez, a qual se pretende analisar com detida atenção, toma “o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). Eis, então, dois conceitos que se inter-relacionam à concepção de heterogeneidade (enunciativa): interdiscurso e dialogismo.

Em consonância com os pressupostos de Authier-Revuz (1990), Barbosa (2008, p. 91) explica que, “na heterogeneidade constitutiva, o discurso do outro não se mostra no fio discursivo; o discurso não revela a alteridade na sua manifestação”. Pode-se pressupor, nesse viés, que, diferentemente da forma mostrada, a heterogeneidade constitutiva é de certa forma indescritível justamente por sua imbricação com a natureza da linguagem, que não é linear, mas interna e abstrata. O cuidado de modalizar o termo “indescritível” é justamente o de evitar o entendimento de que a heterogeneidade constitutiva não existe; pelo contrário, como ela pode ser percebida, é também demonstrável. A despeito disso, é preciso perceber que “a diversidade de vozes já é uma primeira forma de heterogeneidade dos textos” (MAINGUENEAU, 2011, p. 57).

Em distinção entre as formas marcadas e não marcadas de heterogeneidade, Brandão (2012) entende que as

Formas marcadas, linguisticamente descritíveis, que assinalam um lugar ao outro [...], mostram a heterogeneidade na superfície discursiva, estão ancoradas num princípio que fundamenta a própria natureza da linguagem: a sua heterogeneidade constitutiva (BRANDÃO, 2012, p. 61).

O posicionamento de Brandão (2012) é assaz relevante do ponto de vista intrínseco do próprio discurso, a partir do qual emerge a seguinte questão: como seria possível verificar a voz por trás do discurso escrito senão pela forma marcada? Considerando que a heterogeneidade marcada situa-se na superfície discursiva, contrariamente à heterogeneidade constitutiva, que se imiscui na organização e na composição do próprio discurso, não de forma estrutural, obviamente, mas de sorte que as fronteiras linguísticas que marcam as vozes componentes do discurso não possam ser descritas de forma nítida, o dialogismo bakhtiniano é de suma importância para o entendimento de como interagem as vozes discursivas, ainda que não claramente marcadas por itens lexicais ou pela mudança na forma de estruturação do discurso (direto, indireto, semi-indireto).

Antes, porém, é preciso ressaltar que talvez seja por essa dificuldade em descrever a heterogeneidade constitutiva que Authier-Revuz (1990) afirma que

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidades diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Com efeito, quando se toma o discurso como produto de outros discursos que, por sua vez, também são o resultado da interação entre discursos anteriores, inevitavelmente se cria uma complexidade discursiva, ou melhor, interdiscursiva. Maingueneau (1997) conceitua interdiscurso como

Um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (MAINGUENEAU, 1997, p. 113).

O conceito apresentado por Maingueneau (1997) torna-se ainda mais representativo na demonstração da constituição da heterogeneidade de um discurso quando associado à concepção de Bakhtin (2011, p. 272) segundo a qual todo discurso é essencialmente dialógico, pois “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Esse pensamento, ao que parece, é oriundo da ampla significação que o autor atribui ao discurso, “ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 2013, p. 207). A isso acrescenta-se que Maingueneau (1997) compreende a heterogeneidade constitutiva em equiparação com a noção de interdiscurso em virtude dos discursos pré-construídos que compõem todo discurso.

Conquanto reconheça a relevância do tratamento científico da Linguística ao discurso, Bakhtin (2011, p. 273) apresenta uma condição para que isso seja justificável: “a de ser nitidamente compreendida apenas como abstração e não ser apresentada como fenômeno pleno concreto e real”. O cuidado bakhtiniano ao condicionar o trato discursivo por meio da abstração à nitidez do que considera como justificativa visa justamente a evitar a supressão de momentos substanciais da comunicação discursiva real, que é intrinsecamente heterogênea. Em outras palavras, “qualquer confronto puramente linguístico [...] abstrai forçosamente todas as relações dialógicas entre eles [os textos] enquanto enunciados integrais” (BAKHTIN, 2013, p. 209).

Entendido assim o conceito de discurso e algumas limitações do trato linguístico essencialmente abstrato, não é estranho o *status* dado às condições de produção do discurso, pois a partir delas se desenvolvem relações interdiscursivas imbricadas que acabam por constituir o meio onde “vive” a linguagem, ou seja, as relações dialógicas propriamente ditas. Não há, dessa forma, porque discorrer sobre marcas de heterogeneidade quando esta afirma o próprio discurso, ou melhor, quando é dele constitutiva. Aliás, “o postulado do primado do interdiscurso não implica que esse interdiscurso tenha um centro nem que seja homogêneo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 41).

Nesse sentido, “o Círculo de Bakhtin se ocupa não com o diálogo em si, mas com o que ocorre nele, isto é, com o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali” (FARACO, 2009, p. 61). Pressupõe-se, então, que as ocorrências intrínsecas ao discurso envolvem relações dialógicas e interdiscursivas que constituem a heterogeneidade dentro do campo da complexidade discursiva e, ao que parece, Authier-Revuz (1990), Bakhtin (2011) e Maingueneau (1997) concordam que a heterogeneidade se institui como uma propriedade do discurso, mas não detalham de forma análoga como isso ocorre.

Como os conceitos aqui abordados são teoricamente complexos, não se pretende nem é possível esgotá-los, mas tão-somente propiciar subsídios investigativos para o desenvolvimento do tópico seguinte, parte do trabalho cujo objetivo precípuo é entender como se dá a construção do discurso sobre a heterogeneidade na Sociolinguística. Assim, serão demandadas algumas questões de cunho sociolinguístico cuja abordagem se dará na proporção da necessidade de sua tessitura, sem olvidar as inescusáveis inserções teóricas que se fizerem essenciais.

A CONSTRUÇÃO DA HETEROGENEIDADE PELO MECANISMO HETEROGÊNEO DO INTERDISCURSO

Diversos autores (LABOV, 2008; ALKMIM, 2001; BAGNO, 2007; CAMACHO, 2001; MOLLICA, 2013; MONTEIRO, 2002; NARO, 2013; SANTOS, 2009), ao discorrerem sobre a heterogeneidade na seara da Sociolinguística, assentem quanto ao fato de a língua ser ordenadamente heterogênea. Também é consenso que os fatores sociais devem ser considerados no tratamento sociolinguístico em razão da heterogeneidade inerente à língua. Aliás, Labov (2008), em pesquisas sobre o variacionismo desenvolvidas em meados do século passado, demonstrou que o manejo linguístico envolve motivações sociais e, por isso, língua e sociedade estão intimamente interligadas.

De modo análogo, o discurso acerca da heterogeneidade está intrinsecamente concatenado a pressupostos interdiscursivos e dialógicos que podem auxiliar na explicação de como se estrutura a heterogeneidade constitutiva. Considerando, a princípio, que “a noção de texto no interior da AD relaciona-se à noção de uma ‘totalidade coerente’, vinculada a produções orais e escritas, estruturadas de

forma estável e, por isso, passíveis de circular em longe ‘de seu contexto original’” (SOARES, SELLA e COSTA-HÜBES, 2013, p. 271), pode-se começar a pressupor por que um tanto de social há em outro tanto de linguístico, segundo a Sociolinguística.

Se a estabilidade constante no discurso de determinadas disciplinas as torna capazes de resvalar fragmentos que venham a compor um conceito precípuo de outra área do conhecimento, trata-se, pois, de uma estabilidade de âmbito interno, que suplanta a mera estrutura mostrada e passa a dar existência a um novo discurso. Assim, se a Sociolinguística, ao firmar a heterogeneidade linguística como um pilar teórico que se sustenta por meio da real interação com a heterogeneidade social, toma para si bases outras não por empréstimo conceitual, mas por integração de conceitos externos que passam a permitir a existência de um novo conceito linguístico, pode-se dizer que as definições de heterogeneidade linguística são, na verdade, constituídas heterogeneamente.

Nessa linha de raciocínio, quando se afirma que a “Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO e VOTRE, 2013, p. 141), não se pode negligenciar que o estabelecimento do discurso da heterogeneidade não mais remete diretamente a conceitos externos de outras áreas do conhecimento; ao revés, constitui uma noção própria cuja dificuldade de delimitação é abstrata de sorte que tal noção esteja respaldada em sua própria constituição. Contudo, “a ilusão que se manifesta no discurso não apaga radicalmente o que ela [a heterogeneidade] tenta reprimir” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 36): as outras vozes discursivas.

Essas vozes podem ser percebidas no interior do conceito de heterogeneidade quando, por exemplo, Cezario e Votre (2013, p. 141) mencionam a expressão “aspectos sociais e culturais”; quando Bortoni-Ricardo

(2005) ressalta a estratificação social, ao tratar sobre a heterogeneidade linguística; quando Scherre (2005) reflete sobre contexto social no interior da variação linguística; quando Bortoni-Ricardo (2004, p. 23) destaca as terminologias “domínios sociais” e “papéis sociais”, emprestadas da tradição sociológica, para abordar a diversidade linguística e a pluralidade social no Brasil; quando Bagno (2010, p. 305) aponta o “caráter inescapavelmente social” que reveste a língua, em razão de sua capacidade variacional e de sua diversidade; entre outros. Isso revela a heterogeneidade no conceito de heterogeneidade não pela convergência conceitual entre autores, mas pela utilização de termos diversos que remetem à diversidade interna capaz de constituir um conceito. Relativamente a isso, é preciso registrar que a pura identificação lexical não basta para o que se denomina de heterogeneidade constituinte, sendo certo que os itens ora destacados só são semanticamente completos no contexto de onde foram retirados para ilustrar o propósito aqui delimitado. Segundo Maingueneau (2005), esse tipo de heterogeneidade não deixa marcas visíveis, de modo que uma simples abordagem linguística não é capaz de apreender o sentido dos enunciados.

Ora, analogamente à percepção de que “todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (MOLLICA, 2013, p. 9), cabe a compreensão de que esse discurso é constitutivamente heterogêneo, já que “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho” (MAINGUENEAU, 2011, p. 55). Isso significa que não é simplória a explicação da heterogeneidade constituinte, eis que carregada de coincidências e não coincidências.

Essas palavras porosas, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras embutidas, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 26).

Incorporadas à constituição da concepção sociolinguística da heterogeneidade linguística, é procedimento intrincado a observação das palavras de modo apartado, como marcas de outras vozes discursivas. Isso porque, apesar de funcionarem como apontamentos específicos para esta ou aquela disciplina, “as relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico” (BAKHTIN, 2013, p. 209). Além do mais, “o enunciado é pleno de totalidades dialógicas” (BAKHTIN, 2011, p. 298), motivo pelo qual a investigação do confronto interno de vozes discursivas não pode se dar apenas pela identificação de traços lexicais, como já apontado, haja vista a mescla de discursos que, transpassados por outros, formam uma visão conceitual essencialmente híbrida.

Segundo Barbosa (2008, p. 95), “as marcas de heterogeneidade explícita no discurso determinam o limite entre o discurso do sujeito falante e o outro. Podemos afirmar, então, [...] que todo discurso é constituído por relações dialógicas”. No campo das disciplinas científicas, como o é a Sociolinguística, as marcas da heterogeneidade supostamente delimitariam as fronteiras entre os domínios do saber nas expressões conceituais que funcionam como verdadeiros preceitos sobre os quais se amparam as pesquisas científicas diversas. No caso da Sociolinguística, no entanto, isso não ocorre quando, em razão da própria natureza da linguagem e da formação da disciplina. Assim, determinadas palavras passam a compor o léxico próprio dessa área do conhecimento sem que, todavia, deixem de pertencer a seu léxico primário, isto é, à disciplina que contribuiu para a formação do conceito na outra área (a Sociolinguística).

Dessa forma, quando Bagno (2007, p. 38) afirma que “o objetivo central da Sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social”, o termo “social” não deve ser entendido puramente como uma marca de heterogeneidade, já que a gênese da Sociolinguística só

foi possível graças a estudos que tomaram a sociedade, em óbvia interação com o campo da Linguística, como ponto de partida para as pesquisas (cf. LABOV, 2008). Por isso mesmo, “as relações dialógicas, como as relações de sentido que se estabelecem entre enunciados, [têm] como referência do todo da interação verbal” (FARACO, 2009, p. 65). Refletindo sobre o dialogismo bakhtiniano, acrescenta Brandão (2012, p. 62) que, “para ele a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo passa a ser, no quadro de suas formulações, uma condição constitutiva do sentido”.

Como a heterogeneidade constitutiva é implícita e dissimuladamente presente no discurso, e este, por seu turno, é enviesado pelos diversos interdiscursos, ou seja, constituído pela relação interna existente entre inúmeros discursos, o discurso da heterogeneidade de que se vale a Sociolinguística (dentre outros pressupostos) é essencial e internamente dialógico. É relevante, pois, asseverar que, como já visto, diversos autores abordam o conceito de heterogêneo por meio de estruturas e escolhas lexicais distintas, mas que, ao fim, resvalam similitude conceitual. O que pode parecer paradoxal, não o é. Embora a heterogeneidade constituinte integre a natureza do discurso, este é interiormente trespassado por outros discursos, ou seja, é constituído por interdiscursos que transitam por outras áreas do saber. Recorrendo-se, por exemplo, às referências bibliográficas de que se valem alguns autores da Sociolinguística, é perceptível que, a partir de leituras diversas, todas enviesadas pelas leituras de outros autores, compõe-se um conceito tão caro à Sociolinguística. Esse aspecto interdiscursivo é também dialógico, pressupondo uma multiplicidade de vozes e mundos em constante interação, conjugando vários sistemas de referência e de pontos de vista.

De modo prático, quando Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) afirma que “o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social”, ou quando assevera que “os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 41), ocorre,

no discurso de base sociolinguística, uma complexa interação entre elementos interdiscursivos e dialógicos internos que possibilitaram a formulação das sentenças envolvendo intenções linguísticas e sociais, ainda que as assertivas não digam respeito puramente à Linguística, mas a uma área composta de múltiplos olhares. Aliás, Labov (2008) já havia constatado uma íntima relação entre o comportamento linguístico e a estratificação social em meados do século passado.

Em suma, a heterogeneidade constituinte no discurso sociolinguístico não é explicada pelas marcas lexicais, pois estas não se definem, analisadas em apartado, como efeitos discursivos de outras áreas do conhecimento. Uma observação atenta, contudo, do conjunto de vocábulos enunciados no âmbito da Sociolinguística permite perceber que o discurso de heterogeneidade se apresenta constitutivamente heterogêneo não pelas meras palavras que o compõem, mas pela efervescência interdiscursiva e dialógica interna e inerente à natureza da linguagem.

CONCLUSÃO

A questão da heterogeneidade linguística em vinculação com a heterogeneidade social é concepção cara à Sociolinguística e, pela própria denominação da ciência, já pressupõe uma interação que não pertence apenas a uma área do conhecimento. Essa pressuposição interativa, na verdade, não é apenas externa, mas também interna.

Com base em subsídios teóricos fornecidos pelos estudos da Análise do Discurso e da Teoria da Enunciação, percebe-se, a partir da investigação de excertos conceituais que envolvem a questão da heterogeneidade, que o discurso sobre a heterogeneidade linguística apreendida pela Sociolinguística é, com efeito, constituinte. Nessa área do saber, a inter-relação entre o linguístico e o social não evoca

duas disciplinas distintas, o que leva à convicção de que determinados vocábulos que parecem marcas de heterogeneidade (mostrada) são partes componentes da natureza da linguagem relacionada ao próprio escopo de tal ciência, uma vez que tais palavras não devem ser percebidas fora de seu contexto de escrita.

Os exemplos apresentados de alguns autores evidenciam que a preocupação sociolinguística em utilizar o conceito de heterogeneidade de linguística é assaz ampla, abarcando vieses sociais que não necessariamente perpassam uma “área dura” específica, conquanto formem um preceito de base sólida. Os termos empregados não representam traço de pureza entre disciplinas, mas funcionam como componentes interativos de uma nova área do saber que inter-relaciona dialogicamente discursos de áreas supostamente diversas. Essa inter-relação é suposta, uma vez que o produto dessa interação é uma disciplina una.

Assim sendo, como propriedade da natureza de uma linguagem interdiscursiva própria, a heterogeneidade na Sociolinguística apresenta-se constitutiva, mas com marcas em sua constituição. Trata-se, pois, da heterogeneidade na heterogeneidade.

Agradecimentos: Agradecemos à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro pela bolsa de produtividade concedida para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística–Parte I. *In*: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (ed.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline *et al.* Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas (UNICAMP), n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990. Disponível

vel em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline *et al.* **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mônica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello e Suzy Lagazzi-Rodrigues. Campinas: EDUNI-CAMP, 1998. Disponível em: <<http://docslide.com.br/internet/157105752-authier-revuz-palavras-incertas-pdf.html>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARBOSA, Maria do Socorro Maia Fernandes. **A heterogeneidade discursiva em revistas de divulgação científica**. 24 de abril de 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem)–Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 24 de abril de 2008. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/btdt/MariaSMFB.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BESSA, José Cezinaldo Rocha. **Referência ao discurso do outro**: uma análise de problemas de relações de sentido entre discurso citado direto e discurso citante do gênero monográfico. Natal: UFRN, 2007, 110f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Programa Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16128/1/JoseCezinaldoRB.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?**: sociolinguística & educação. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística–Parte II. *In*: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (ed.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; CELORICO, Jacinto Antunes. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora, 2010.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião Josué. Sociolinguística. *In*: MARTTELOTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FLORES, Valdir. Dialogismo e enunciação: elementos para uma epistemologia da linguística. **Linguagem & Ensino**, v. 1, n. 21, p. 3-32, 1998. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/48>>. Acesso em: 14 maio 2016.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília Perez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARCHESAN, Eduardo Caliendo. A noção de fórmula em análise do discurso: quadro teórico e metodológico. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 229-234, maio./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a16v23n2.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 36, junho de 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view-File/18908/11006>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OUDESTE, Cláudia Stumpf Toldo; DA SILVA VALÉRIO, Patrícia. Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz—uma leitura enunciativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 10, n. 1, p. 104-125, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/4099/2643>>. Acesso em: 14 maio 2016.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SANTOS, Veraluce Lima dos. **Ensino de Língua Portuguesa**. Curitiba: IESDE, 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SOARES, Alexandre Ferrari; SELLA, Aparecida Feola; COSTA-HÜBES, Terezinha. Maingueneau. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 261-279, 2013.



13

Marcello Riella Benites

**Maingueneau
e Bourdieu:**
um estudo do *ethos/habitus* do
jornalista à luz do discurso

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95132.13

INTRODUÇÃO

Dominique Maingueneau pesquisa profundamente o conceito de *ethos* para o qual elabora uma abordagem a partir da Análise do Discurso (AD). Em tal investigação ele encontra grande consonância do *ethos* com a noção de *habitus* desenvolvida por Pierre Bourdieu. Este capítulo lança mão da contribuição dos dois autores e outras pesquisas para construir um *ethos* do jornalista. Após breve apresentação da AD, estudaremos o *ethos* em Maingueneau como a presença de um “caráter” e de uma “corporalidade” (1998, p. 60), e, ainda, de “uma maneira de ser que é também uma maneira de dizer” (2008a, p. 53). Em seguida, mapearemos os nexos que Maingueneau vê entre *ethos* e *habitus*, e entre a “corporalidade”, a que ele mesmo se refere, e a “incorporação”, considerada por Bourdieu. Por fim, faremos uma leitura de Bourdieu a partir de Barros Filho e Sá Martino (2003), que evidenciam um *habitus* jornalístico forjado por meio da “repetição socializante”. Valendo-nos também da pesquisa de Cavalcanti (2006), concluímos pela existência de um *ethos* dos jornalistas – que se veem – como indivíduos “sem tabus”, capazes de transitar nos diversos registros discursivos; “homens das letras” e “das luzes” (“filhos diretos do Iluminismo”) e autocríticos, embora, como veremos, essa autocrítica se revele paradoxalmente como mecanismo de defesa corporativa e solidária da categoria (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 112).

BREVE APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Os estudos do discurso, como também é conhecida a AD²⁷, contextualizados no surgimento das novas disciplinas da área da linguística, com a crítica ao estruturalismo saussureano (SAUSSURE, 1913) na década de 1960, têm na AD uma poderosa ferramenta para o reconhecimento da “opacidade” dos textos e a construção de uma “relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 1999, p. 9). Articulando a psicanálise, o estruturalismo marxista e a própria linguística estrutural – mesmo se também criticando essas próprias fontes –, a Análise do Discurso revela um sujeito diferente daquele a que se refere Orlandi – e que ela descarta (1999, p. 50), como um “sujeito mestre de suas palavras”; ou daquele definido por Hall como típico da modernidade (1992, pp. 27, 28 e 34): um “sujeito cartesiano”, sujeito do Iluminismo, centrado e unificado, “indivíduo soberano”, “sujeito da razão e do conhecimento”. O sujeito é, nesse sentido, dividido, clivado, cindido, vinculado coercitivamente ao inconsciente (BRANDÃO, 2004, p.67).

A NOÇÃO DE *ETHOS*

O *ethos* é um conceito riquíssimo, investigado desde a Antiguidade, já na *Retórica*, de Aristóteles – e talvez advenham daí as dificuldades em abordá-lo. No quadro da Análise do Discurso, adquiriu maior profundidade nos estudos de Dominique Maingueneau (2006, 2008a,

27 Dada a complexidade do conceito de *ethos*, no caso de leitores que estejam tendo um primeiro contato com a Análise do Discurso, seria desejável alguma noção de conceitos básicos utilizados por essa metodologia, como polifonia, heterogeneidade, interdiscurso, descentramento do sujeito, assujeitamento ideológico, formação discursiva e duplo esquecimento. Tal apresentação favoreceria a compreensão da abordagem “menos ingênua” que a AD proporciona ao estudo da linguagem, como frisaremos adiante. Tal exposição não entra no escopo deste artigo, mas pode ser encontrada em BENITES (2016, p. 90). Para um maior aprofundamento indicamos Charaudeau; Maingueneau (2012); Mussalim; Bentes (2009); Brandão (2004); Orlandi (1999).

2008b). Este estudioso leva à tensão o conceito rumo à valorização de um “*ethos* pré-discursivo”, como veremos, considerando-se, porém²⁸, na esteira da doutrina aristotélica (2006, p. 269). Aristóteles, por sua vez, apresenta o *ethos* como a prova mais importante da validade de um discurso, acima do *logos* e do *pathos*²⁹. Nessa tríade sobre a eficácia discursiva, o filósofo estagirita³⁰ vincula o primeiro termo à virtude (*aretè*), o segundo à prudência (no sentido de eficácia intelectual do discurso – *phronesis*), e o terceiro, à benevolência (*eunoia*). É o que nos lembra Maingueneau (2008c) já citando um trecho sobre a alteração da verdade quando uma dessas três instâncias não é observada:

Quanto aos oradores, eles nos inspiram confiança por três razões, as que efetivamente, à parte as demonstrações, determinam nossa crença: a prudência (*phronesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eunoia*). Se, de fato, os oradores alteram a verdade sobre o que dizem enquanto falam ou aconselham, é por causa de todas essas coisas de uma só vez ou de uma dentre elas: ou bem, por falta de prudência, eles não são razoáveis; ou, sendo razoáveis, eles calam suas opiniões por desonestidade; ou, prudentes e honestos, não são benevolentes; é por isso que podem, mesmo conhecendo o melhor caminho a seguir, não o aconselhar (ARISTÓTELES, apud MAINGUENEAU, 2008c, p. 13).

O *ethos* “(...) termo emprestado da retórica antiga, designa a imagem de si que o locutor *constrói em seu discurso* para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 220). O nosso itálico evidencia a construção discursiva (durante o discurso) do *ethos*. Essa conceituação, entretanto, é tensionada por Maingueneau no sentido de considerar também um *ethos pré-discursivo* (MAINGUENEAU, 2006, 267-270).

Outro tensionamento que Maingueneau produz quanto ao conceito tradicional de *ethos* é visando a ampliá-lo da oralidade, à qual se restringia Aristóteles, para o discurso escrito. E ele o faz em diversos

28 Aristóteles referia-se a um *ethos* construído apenas no/pelo/durante o discurso.

29 Ver Eggs (2008, p. 36).

30 Nossas citações de Aristóteles são tiradas da Retórica, que mencionaremos a partir de Maingueneau (2006 e 2008).

textos. Aqui mencionamos apenas *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1997, p. 46). A esse propósito, em *Cenas da Enunciação* (2008, p. 64), o autor contemporâneo menciona o termo “tom” que teria “a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral”.

Mas vale a pena aprofundar os motivos pelos quais o analista do discurso advoga pela investigação do *ethos pré-discursivo*.

O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, *mas não podemos ignorar que o público constrói também representações do ethos do enunciador antes mesmo de ele começar a falar*. Faz-se, assim, necessário distinguir entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo* (ou prévio). Apenas o primeiro, como vimos, corresponde à definição de Aristóteles. A distinção pré-discursivo/discursivo, deve, contudo, levar em conta a diversidade de tipos, de gêneros do discurso e de posicionamentos (...) De qualquer modo, mesmo que o destinatário nada saiba antes do *ethos* do locutor, *o simples fato de um texto estar ligado a um dado gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico* induz expectativas no tocante ao *ethos* (MAINGUENEAU, 2006, p. 269, grifo nosso).

Além de evidenciar um *ethos* existente antes do ato da fala (ou da produção/recepção da escrita), o que negritamos acima aproxima a reflexão na direção do estudo que queremos realizar acerca dos jornalistas e seus discursos, todos indissociáveis, é claro, do aspecto ideológico. Mas Maingueneau (2006, p 268) fala ainda de uma divisão do próprio *ethos discursivo* (construído durante o discurso) em *ethos dito* (por afirmações) e *mostrado*. O *mostrado* estaria presente, por exemplo, no “ritmo” e “na entonação, calorosa ou severa”, diz ele, citando Ducrot. Os *ethos* mostrado e pré-discursivo teriam relação com “estereótipos ligados a mundos éticos” (p. 270). Todas essas concepções, tomadas em conjunto, resultariam num *ethos efetivo*.

Maingueneau (1997, p. 68) menciona ainda a distinção entre o *ethos* que o locutor, “em sua enunciação, pretende que seja elaborado por seus destinatários e aquele que eles querem efetivamente elaborar,

em função de sua identidade ou das situações em que se encontram”. Distinção essa que, em *A propósito do ethos* (2008d), ele parece definir com as expressões *ethos visado* e *ethos produzido*.

O *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo. Os fracassos em matéria de *ethos* são moeda corrente (MAINGUENEAU, 2008d, p. 16).

Como já dissemos, na *Retórica*, Aristóteles fala de um *ethos* estritamente discursivo, no qual a confiança do público é inspirada pelo orador no ato da fala: “É preciso que essa confiança seja o efeito do discurso, não daquilo que se pensa de antemão sobre o caráter do orador (Retórica, apud Maingueneau, 2006, p. 267)”. Também Ducrot (Apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012) fala de um *ethos* ligado ao locutor “L”, que, na sua teoria polifônica, é um “ser do discurso”, e não o sujeito empírico. É o que nos explicam os autores do Dicionário de Análise do Discurso.

[...] é localizando-se na fonte da enunciação que o locutor ‘se vê travestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou indesejável’ (DUCROT, 1984, p. 201). Ducrot insiste na centralidade da enunciação na elaboração de uma imagem de si, posto que as modalidades de seu dizer permitem conhecer bem melhor o locutor do que aquilo que ele pode afirmar sobre si mesmo. A noção de *ethos* herdada de Aristóteles é desenvolvida por Ducrot no âmbito de uma teoria da polifonia (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 220).

Até aqui falamos de um *ethos* construído durante a produção do discurso. No entanto, interessa-nos também um *ethos* construído antes da *tomada da palavra* pelo locutor, antes do início do discurso.

UM ETHOS PRÉ-DISCURSIVO

É o que Maingueneau chama de *ethos* pré-discursivo. Como o nome antecipa, trata-se de um *ethos* já presente no imaginário do público, sobre o que viria a ser o caráter de um jornalista. Neste ponto ele recorre a Roland Barthes para dizer – em grifos nossos, evidenciamos o que remeteria a elementos “extradiscursivos” – que a prova por meio do *ethos* mobiliza

[...] tudo aquilo que, na enunciação discursiva, contribui para transmitir uma imagem do orador endereçada ao auditório. O tom de voz, o ritmo da fala, a escolha de palavras e de argumentos, os gestos, as expressões faciais, o olhar, a postura, a atitude etc. constituem indícios, elocutórios e oratórios, *em termos de vestes e em termos simbólicos, mediante os quais o orador dá de si uma imagem psicológica e sociológica* (BARTHES, apud MAINGUENEAU, 2006, p. 268, grifo nosso).

Maingueneau (2006, p. 269, grifo nosso) prossegue, como ele mesmo diz “na esteira da *Retórica* de Aristóteles”, sustentando as teses de que o *ethos* “é uma noção discursiva”; “está intrinsecamente ligado a um processo *iterativo* de influência sobre o outro”; e que – frisamos o tensionamento na direção do “extradiscursivo” e “pré-discursivo” – o *ethos* “é uma noção *híbrida (sociodiscursiva)*”. É neste ponto que ele menciona “múltiplas dificuldades” que envolvem o conceito, relacionando-as aos “desenvolvimentos históricos” e às “interpretações que hoje [o *ethos*] recebe”. Ao longo de nossas investigações percebemos o esforço de Maingueneau no sentido de considerar a porosidade entre as concepções do *ethos* estritamente discursivas (produzidas *no e pelo* discurso) e as que incluem as influências extradiscursivas.

Em *A propósito do Ethos* (2008d), essa porosidade é esmiuçada quando o autor a apresenta por meio de oposições – não necessariamente estruturalistas: “*ethos mais ou menos carnal, concreto, ou mais*

ou menos ‘abstrato’”; “mais ou menos saliente, manifesto, singular vs coletivo, partilhado, implícito e visível”. Neste ponto, ele cita C. Kerbrat Orechioni para frisar o aspecto coletivo e partilhado do *ethos*, o que apoia nossa investigação na busca de registros do *ethos* e do discurso comunitário/individual do/dos jornalistas/s:

É muito razoável supor que os diferentes comportamentos de uma mesma comunidade obedecem a uma certa coerência profunda e, então, esperar que sua descrição sistemática permita distinguir o “perfil comunicativo”, ou *ethos*, dessa comunidade (ou seja, a sua maneira de se comportar e de se apresentar nas interações – mais ou menos caloroso ou frio, próximo ou distante, modesto ou imodesto, “sem constrangimentos” ou respeitoso do território alheio, suscetível ou indiferente à ofensa etc.) (KERBRAT-ORECHIONI, apud MAINGUENEAU 2008c, p. 16).

Como exemplo da pertinência da noção de *ethos* para as pesquisas na área da comunicação lembramos Maingueneau (2008c, p. 11), comentando a grande repercussão que o conceito alcançara no meio acadêmico: “Parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade”.

APLICAÇÃO DO CONCEITO A UM TEXTO JORNALÍSTICO

Já em *Análise de Textos de Comunicação* (2011), o autor mostra como o *ethos* serve também a estudos sobre textos jornalísticos, ao analisar uma crítica de cinema no jornal francês *Libération*, que reproduzimos a seguir.

[...] LOULOU GRAFFITI. Filme francês de Christian Lejalé. Comédia. Noite de terça-feira. Amanhã não há aula e os pimpolhos

exigem sua dose extra de televisão, após o que vão para a cama, combinado. E aí, cruel dilema, vai ser preciso escolher entre *Loulou Graffiti* e *Olha quem está falando*. Confrontado ao insuportável bebê que conta sua vida no ventre da mãe (*Olha quem está falando*), *Loulou Graffiti* dá o seu recado. O primeiro longa-metragem de Christian Lejalé conta as aventuras delirantes de Loulou, garoto de rua debochado (Jean Reno), um assaltante bastante legal. À semelhança de seu título, o filme é um pouco bagunçado e vai alternando as travessuras bobocas do trio infernal e os momentos calmos e em que otransparece a ternura desses pobres coitados de coração de ouro. Dito isso, no atual universo padronizado das ficções da TV, o filme apresenta certa elegância (LIBERATION apud MAINGUENEAU, 2011, p. 101).

Chamou nossa atenção o registro de uma habilidade da qual os jornalistas se orgulham e, como tal vai integrar, com outras, um *ethos* mais ou menos generalizado da categoria, especialmente, no jornalismo cultural: “O *fiador*³¹ que transparece numa enunciação como essa é o de um indivíduo descontraído, inconstante, sem tabus, que sabe circular entre os mais diversos registros”. Maingueneau afirma que esse discurso é “um meio-termo entre o respeito aos *contratos genéricos*³² (prova de ‘seriedade’) e a encenação de registros verbais ‘marginais’”. Ele frisa que se trata de “um posicionamento um tanto irônico, que consiste em mostrar que o enunciador assume – e simultaneamente não assume – uma dada posição, que está a par dos códigos dominantes e que pactua com empregos ‘outros’, não se fixando em nenhum dos

31 **Fiador:** “instância subjetiva” que afiança o que é dito, cujo “caráter e corporalidade” provêm “de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas”, uma representação do “corpo do enunciador” mas que não é “evidentemente do autor efetivo” (2011, p. 98-99); ou “entidade coletiva (os sábios, os homens da lei...), que, por sua vez, representam entidades abstratas (a ciência, a lei...), cujos poderes se considera que cada membro [de uma comunidade] assume quando assume a palavra” (MAINGUENEAU, 2008, p. 69). A ligação entre as noções de *ethos* e *fiador* aparece em Maingueneau (2011, p. 98).

32 **Contrato genérico:** para a Análise do Discurso, o contrato de comunicação prevê que os “participantes de uma enunciação devem aceitar os princípios que tornam possível a troca e um certo número de regras que a controlam” (MAINGUENEAU, 1998, p. 35). No caso, são respeitados o contrato do gênero *crítica de cinema*, mas também os de um relato numa conversa informal com o leitor, além dos registros que estão no contrato de comunicação/negociações entre adultos e crianças.

pólos”. E conclui que se trata de uma estratégia, ligada à necessidade de ganhar a adesão de vários tipos de leitor, “uma mobilidade que facilita a *incorporação* de um público *heterogêneo*”.

CORPORALIDADE E INCORPORAÇÃO

Em nota de pé de página, esclarecemos alguns conceitos da AD que negritamos acima, porém, quanto à *incorporação*, é válido desenvolvê-la mais profundamente, não só por tratar-se de um constante esforço dos estudos do discurso e, notadamente, de Maingueneau; mas, principalmente, por ser mais um vínculo entre a AD e a *teoria das práticas*, de Bourdieu. Trata-se de evidenciar a materialidade e a historicidade discursivas, que têm particular relevância no estudo do *ethos*. O analista do discurso sempre menciona, acerca do *ethos*, que esse conceito está associado a um “caráter” e a uma “corporalidade” (1998, p. 60), “a uma maneira de ser que é também uma maneira de dizer”, referindo-se também ao “tom”, válido tanto para a oralidade quanto para a escrita (2008a, p. 53).

As “ideias” são apresentadas através de uma maneira de *dizer* que é também uma maneira de *ser*, associada a representações e normas de disciplina do corpo (...) o enunciador é percebido através de um “tom” que implica certa determinação de seu próprio corpo, à medida do mundo que ele instaura em seu discurso. A legitimação do enunciado não passa somente pela articulação de proposições, ela é habitada pela evidência de uma corporalidade que se dá no próprio movimento da leitura (MAINGUENEAU, 2008a, p. 53).

A menção à corporalidade, como já dissemos, nos é muito útil também porque servirá como um dos elos entre as teorias de Maingueneau e Bourdieu. E o trecho abaixo favorece a ligação entre os dois

autores porque o analista do discurso fala “de um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de *habitá-lo*, uma forma específica de se inscrever no mundo”. Em nosso entender, a presença do verbo “habitar”, que grifamos propositalmente, indica a porosidade, que já temos anunciado, entre o *ethos* e a noção bourdieusiana de *habitus*. No referido trecho, Maingueneau define o conceito de incorporação, apontando três registros segundo os quais ela opera (negritos nossos):

Falamos de incorporação para designar a ação do ethos sobre o coenunciador. Jogando com a etimologia, podemos ver como essa “incorporação” opera em três registros indissociáveis: a enunciação leva o coenunciador a conferir um ethos ao seu fiador; o coenunciador incorpora, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão do mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2011, p. 99, grifo nosso).

Vale alertar para a menção, por três vezes, do “coenunciador”, ou seja, o receptor da mensagem, do discurso: o público, o destinatário, o qual tanto relevo tem na constituição do *ethos*, e ao qual Maingueneau atribui a condição de coenunciador, aquele que “enuncia com” o emissor. E enfatizamos ainda o final do trecho que apresenta “a comunidade imaginária dos que comungam na adesão ao mesmo discurso”, que seria a comunidade formada pelo autor do discurso e seus coenunciadores. E a reflexão se aprofunda, se pensarmos que o discurso suscita

[...] a adesão do leitor por meio de uma *maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*. Tomado pela leitura em um *ethos* envolvente e invisível, participa-se do mundo configurado pela enunciação, *acede-se a uma identidade de certa forma encarnada. O poder de persuasão de um discurso decorre em parte do fato de que ele leva o destinatário a identificar-se com o*

movimento de um corpo, por mais esquemático que seja, investido de valores historicamente especificados (MAINGUENEAU, 2008a, p. 72, grifo nosso).

Maingueneau parece se repetir por vezes. Na verdade, ele volta a elaborações e noções já apresentadas, para aprofundá-las. Mas o faz também com a intenção, cremos, de divulgá-las e repeti-las, para que seus leitores possam retê-las. É o que entendemos ocorrer, particularmente, no caso do *ethos*, cujo maior obstáculo para compreensão seria o de apresentar-se como uma noção “muito intuitiva” (MAINGUENEAU, 2008d, p. 12).

O trecho abaixo apresenta as palavras “corporalidade”, “caráter”, e expressões como “representações sociais valorizadas ou desvalorizadas” e, ainda, as ideias de “disciplina do corpo” – que vai flertar com o *habitus* de Bourdieu – e de “estereótipos que circulam nos domínios [midiáticos] mais diversos”.

O *ethos* implica, com efeito, uma *disciplina do corpo*, apreendido por intermédio de um comportamento global. O caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre às quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las. Esses estereótipos culturais *circulam nos domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc.* (MAINGUENEAU, 2011, p. 99, grifo nosso).

E, acrescentando, que poderíamos incluir o “domínio” *jornalismo* antes do “*etc*” da citação acima, passamos agora a ilustrar essa teoria da corporalidade do *ethos*, aplicada à figura do jornalista. É, acreditamos, em cima dessa corporalidade que os destinatários (coenunciadores) que aderem ao(s) discurso(s) do(s) jornalista(s) irão operar uma *incorporação*. É esse “corpo” do jornalista, ou dos jornalistas que os coenunciadores irão *incorporar*.

CORPORALIDADE E MOVIMENTO QUE COMPÕEM O *ETHOS* DO JORNALISTA

Trata-se de um exercício de imaginação que, porém, tem toda uma concretude a qual, cremos, encontrará eco na *visão generalizada que se tem (ethos que se constrói)* sobre o que vem a ser o “sujeito jornalista”. Tentaremos evidenciar, assim, o que se entende por expressões que vimos acima como “disciplina do corpo”, “movimento do corpo” e, “controlar o corpo, *habitá-lo* [como] uma forma específica de se inscrever no mundo”.

Vejam: repórteres de TV, com microfone na mão, em plano americano; apresentadores de noticiários, sentados com bancada e notebooks à frente – hoje já aparecem de pé por trás de bancadas altas, segurando tablets, e *movimentando-se* à vontade no estúdio em frente às câmeras; ou em *movimento* numa interação criativa com o tema da reportagem, lançando mão de *zoons* e movimentos de câmera até chegar ao plano americano para transmitir a parte restante da sua fala (a *cabeça*, tecnicamente falando).

E ainda: o movimento de correria de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas a flagrar situações ou personagens/personalidades em situações midiáticas impactantes; repórteres cercando e apontando microfones para autoridades sob o disparo de flashes; a disposição espacial e a *movimentação* de jornalistas em entrevistas coletivas; o repórter fazendo anotações diante de um entrevistado; o entrevistador diante de uma personalidade, ambos sentados frente à frente; a jaqueta com muitos bolsos, por cima da blusa, mais comumente usada por fotógrafos. Em tempos recentíssimos, esta corporeidade/movimento altera-se ainda mais³³.

33 Com a crescente eficiência do telefone celular e das transmissões streaming, mescladas à falta de estrutura das emissoras de TV – sobretudo e com certeza no Brasil, ainda mais em afiliadas regionais – que muitas vezes já não dispõem sempre de cinegrafistas, aparece o repórter em videochamada com a corporeidade/movimento de quem faz uma *selfie*. Esta situação, em si já afeta a autoestima e o *ethos* do jornalista.

Este cenário em muito diferencia-se de estágios anteriores, pelo menos do telejornalismo, especialmente dos anos 1950-60, quando um locutor solitário apenas lia as notícias, sem qualquer inserção de cenas externas. Gradativamente a cenografia foi se transformando até o estágio em que se encontra hoje como descrita nos parágrafos anteriores. Não é o escopo do presente trabalho, mas vale refletir³⁴ sobre *cenografia* (MAINGUENEAU, 2011) como o lugar de transformação do telejornal, tendo o jornalismo como *cena englobante*) e o telejornalismo como *cena genérica* e estágio atual do desenvolvimento das tecnologias que compatibilizam inúmeras formas de cenografia. Essa tríade conceitual também pode ser aprofundada em *Análise de textos de comunicação* (MAINGUENEAU, 2011, pp 85 a 95).

O NEXO ENTRE O *ETHOS* EM MAINGUENEAU E O *HABITUS* EM BOURDIEU

Neste ponto, nossa reflexão já se encontra amadurecida para falar sobre a ligação entre o *ethos* em Maingueneau e o *habitus* em Bourdieu. Mas o analista do discurso começa, justamente, mencionando a ligação do *ethos* com a noção bourdieusiana de *incorporação*³⁵ (negritos nossos):

O relacionamento entre o *ethos* e as práticas de linguagem pode igualmente encontrar eco nos trabalhos de *P. Bourdieu sobre o uso da linguagem comum. Para Bourdieu, o exercício da linguagem também deve ser pensado como “uma técnica do corpo, sendo a competência propriamente linguística, e a fonológica em especial, uma dimensão da héxis corporal, onde esse expressa*

34 A reflexão acrescentaria um dado importante na constituição do *ethos*, que é o desempenho do sujeito, como corpo, numa cena específica.

35 Maingueneau (1997) cita “L'économie de échanges linguistiques”, in *Langue française*, nº 34, 1977. Em português, Bourdieu (1988).

toda a relação com o mundo social'. (...) A AD frequentemente recorreu à noção althusseriana de "assujeitamento" para designar a identificação de um sujeito a uma formação discursiva, mas ela pouco explicita o funcionamento deste processo. Se o discurso pode "assujeitar" é porque, com toda verossimilhança, sua enunciação está ligada de forma crucial a esta possibilidade; a noção de "incorporação" parece ir ao encontro de uma melhor compreensão deste fenômeno (MAINGUENEAU, 1997, p. 49, grifo nosso).

Preciosa nos é a introdução do livro *O habitus na comunicação* (2003). Nela, os autores Barros Filho e Sá Martino falam da trajetória de Pierre Bourdieu. Dizem que o conceito de *habitus*, denunciando "a dimensão incorporada de qualquer dominação, defende tese emancipatória que não se limita à ação coletiva, mas que se estende à ação sobre si mesmo" (2003, p. 28). Pelas constantes leituras de Maingueneau, temos percebido que "a dimensão incorporada" está presente no *ethos* de "dominadores e dominados", categorias também atribuídas pelos autores brasileiros ao sociólogo francês (Idem, p. 11). Ao mencionarem a insistência dele "com a incorporação de um saber prático" (Idem, p.30), eles apontam, entendemos assim, para o que estamos tratando como "ethos do jornalista", mediante sua formação a partir das práticas profissionais diárias, um "saber prático".

Faz-se necessário, porém, antes de prosseguirmos com as reflexões sobre Bourdieu, citarmos o momento em que Maingueneau (2006) enxerga a ligação entre *ethos* e *habitus*. Já o faz, inicialmente, em nota à página 266, a qual começa dizendo que o conceito "está ainda longe de estabilizar-se". Ao mencionar que Max Weber também fala de *ethos* em *A Ética protestante e o espírito do capitalismo* "sem, no entanto, lhe dar definição precisa" como "interiorização de normas de vida", o analista do discurso acrescenta: "também o encontramos em Pierre Bourdieu, com um sentido próximo a esse". Mais à frente, afirma que "o *ethos* parece indissociável de uma 'arte de viver', de uma 'maneira global de agir', daquilo que o sociólogo Pierre Bourdieu denomina de *habitus*. É assim que o estudioso da AD introduz o seguinte trecho de *Le sens pratique*:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duradouras e transponíveis [...], princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptados à sua meta sem supor o designio consciente de fins e o domínio proposital das operações necessárias para atingi-los (BOURDIEU, apud MAINGUENEAU, 2006, p. 280).

E, após lembrar o trecho que já citamos sobre “hélix corporal” e também as considerações de Bourdieu à rejeição das classes populares pelas “afetações” e “fricotes” das classes dominantes, Maingueneau cita também:

O corpo acredita no que está desempenhando... ele não representa o papel que está desempenhando, não memoriza o passado, ele age o passado, assim anulado enquanto tal, revive-o. O que é aprendido pelo corpo não é algo que se tem, como um saber que é possível manter diante de si, mas algo que se é (BOURDIEU, apud MAINGUENEAU, 2006, p. 281).

Prosseguimos com a clareza de que, para nossa intenção de atuarmos como analistas do discurso, nos é suficiente – e prudente – recorrermos aos competentes comentadores de Bourdieu já citados, além do próprio Maingueneau que nos dá o respaldo para o intercâmbio da AD com a “teoria da ação” ou da “economia das práticas”, elaborada pelo sociólogo.

HABITUS JORNALÍSTICO, REPETIÇÃO SOCIALIZANTE E AUTOCRÍTICA

Aprofundaremos, assim, a definição bourdiesiana de *habitus*, que tem entre suas linhas precursoras a doutrina aristotélica sobre o hábito. No trecho abaixo, muito nos serve, para estudarmos a formação do *habitus* jornalístico, a ideia de repetição *de modelos em ininteruptas experiências sensoriais*.

O hábito aristotélico é um saber aprendido, observado e experimentado sensorialmente. É injustificável o uso do termo “hábito” para referência a saberes inatos. O habitual aqui põe ênfase sobre a singularidade de trajetória de cada indivíduo no meio social a que pertence, isto é, sobre o caráter único de cada espetáculo perceptivo, sobre a constatação repetida de modelos em múltiplas experiências sensoriais (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 63).

Os autores brasileiros sustentam que os procedimentos de produção jornalística são para os próprios jornalistas uma rotina de repetições que caracterizam uma intensa socialização. A pressa exigida no cotidiano do trabalho, confere particularidades diferenciais com relação a outras profissões, mesmo se o sistema produtivo de todos os ofícios sofre a necessidade da velocidade³⁶.

Sustentamos que o conjunto de procedimentos que constituem a produção jornalística se converte, para os próprios jornalistas observadores de suas múltiplas ações, numa rotina, com aspectos repetitivos, característicos de uma socialização intensa. O ritmo alucinado dessa produção permite e ensaja a rápida definição de um repertório de possibilidades que, nunca sendo absolutamente rígido, favorece a reprodução, nem sempre percebida, de um saber prático aparentemente eficaz. Num ofício em que a luta contra o tempo é regra de sobrevivência, qualquer princípio de economia da ação, isto é, de tempo de execução, é bem-vindo. A periodicidade, definidora do fazer jornalístico, possibilita, favorece e até exige antecipações que possam se objetivar numa redução consciente de nexos causais e numa definição de estratégias com fins deliberados (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 111).

E os comentadores de Bourdieu veem uma relação de reforço mútuo entre dois aspectos que, numa visão usual, poderiam ser considerados contraditórios: “O jornalismo é pródigo em autocríticas e indicações de procedimentos na mesma medida em que se protege de ataques e críticas externas” (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 112).

³⁶ Lembramos do jornalismo como atividade por excelência inserida no aparato tecnológico construído em toda a história da humanidade de que falam Giovannini e Trivinho (apud BENITES, pp 34-35).

Segundo eles, a autocrítica assegura uma “impressão” de autonomia e de liberdade de ação aos jornalistas, evitando o debate sobre as próprias estruturas do campo³⁷ que condicionam suas práticas. Observando a formação de estudantes de jornalismo e profissionais iniciantes, os pesquisadores perceberam o crescente processo de *incorporação* de uma análise crítica com relação ao próprio jornalismo. Tal incorporação seria tida como condição subjacente à aceitação dos novos membros no campo (idem, p. 113). Passa-se, então, a explanar de que maneira a autocrítica funciona também como proteção ao campo, legitimando as práticas de seus membros.

Dois eixos fundamentais determinam a legitimidade do discurso crítico à profissão, aceitos tacitamente como estratégia de garantia. Esses eixos são nosso foco de análise. Em primeiro lugar (A), a prática jornalística é *equiparada à prática do cidadão comum*, livrando-se, portanto, de exigências específicas; em segundo lugar (B), a crítica autorizada do procedimento, mostrando ações reprováveis (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 116).

A equiparação “à prática do cidadão comum”, como grifamos acima, é ilustrada com a fala de Eugênio Bucci, que já trabalhou em jornais como a *Folha de S. Paulo*, é professor universitário de jornalismo e foi presidente da Radiobrás.

O jornalista não está autorizado a fazer nada que o cidadão não esteja autorizado a fazer. O jornalista não está acima do cidadão. Isto é fundamental. Devo dizer, no entanto, que há especificidades. Por exemplo: o jornalista pode reservar o sigilo da fonte e o cidadão comum não. São diferenças muito sutis (BUCCI, apud BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 117).

Em seguida, vem o comentário dos autores:

37 Quanto ao também conhecido conceito bourdieusiano de campo, os dois brasileiros definem: “Um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, claramente independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 36).

Essas diferenças sutis são a parte visível do poder simbólico incorporado pelo jornalista na prática cotidiana, estruturado em esquemas de ação e percepção. A naturalidade do trabalho jornalístico é secundada pelo esforço em ocultar os eventuais dilemas éticos. A análise mostra, porém, o quanto essa natureza comum da profissão é construída artificialmente para garantir a legitimidade da profissão (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 119, grifo nosso).

O fato de não se ver obrigado a seguir outra ética que não a do “cidadão comum”³⁸ faz com que o jornalista não perceba as implicações de procedimentos profissionais corporativos que o interpelam ideologicamente e/ou como membro do campo. Essa estratégia garante o *glamour* da profissão mas ao mesmo tempo justifica tais procedimentos. Por exemplo, publicar uma informação não confirmada devido ao receio de que a concorrência a publicará³⁹ não gera acusações entre os colegas, pois, no caso, todos os concorrentes terão cometido o mesmo erro.

É neste momento que ocorre a cisão entre o jornalista “cidadão comum” e o editor ou repórter instado pela velocidade do processo produtivo da notícia. Mas essa cisão não é percebida. “A identificação das práticas da profissão é substituída pela heroica posição de combatente diante de uma realidade que parece tentar, de todos os modos, atrapalhar o jornalista” (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 122). A “realidade que parece tentar (...) atrapalhar o jornalista”,

38 Em nossa investigação, seguimos a reflexão de Barros Filho e Sá Martino (2003), a respeito de um *habitus* que não considera regras específicas. Por outro lado, não se pode ignorar a existência e representatividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2008), resultante de um amplo processo de deliberação. A deontologia do jornalismo é, sim, motivo de preocupação para profissionais da área. É o caso de Coutinho *et al.* (2013) e Deolindo (2013). O primeiro trabalho tem como autores uma jornalista, um jornalista e um graduando em jornalismo. Já o segundo foi escrito por uma jornalista, que, aliás, aborda, justamente, o código de ética da categoria. Seria de grande relevância uma pesquisa de campo que investigasse o interesse dos jornalistas pelo código e sua influência sobre eles.

39 O risco de prejudicar alguém, em caso de haver desmentido posterior, não é levado em conta face ao perigo de *tomar um furo* da concorrência, caso haja confirmação. A pressa do fechamento da edição, condição comum, pelo menos, dos jornalistas da mídia diária e semanal, e o fato de vários veículos terem publicado o mesmo erro geram certa solidariedade de campo, como veremos.

colocada ironicamente na citação anterior, encontra objeto mais sólido na figura do mercado

O “mercado” aparece com frequência como o inimigo a ser combatido, geralmente associado ao modelo econômico dominante e do qual é impossível, *a priori*, escapar, uma vez que, até por uma questão lógica, uma produção cultural estabelecida em critérios industriais só possa encontrar espaço em seu correlato, um mercado cultural (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 124).

A autocrítica interna do campo, quanto a erros de imprensa – que não obstante serem erros *de empresas* são também erros *de jornalistas* – vem num segundo momento, em discussões sobre o jornalismo em geral. Situações específicas não são levadas *a ferro e fogo* nem são *dados os nomes aos bois* em embates públicos concorrenciais, a não ser quando já se trata de casos encerrados cuja lembrança não geraria consequências para os veículos de imprensa envolvidos, como no caso da Escola Base⁴⁰.

Tal processo resulta num “fortalecimento das estruturas internas do campo” e na solidificação do “laço de fraternidade profissional” (p. 127). Esse e outros processos contribuem não apenas para a interiorização inconsciente de um saber prático específico, mas, inclusive, para atenuar “dilemas de consciência a respeito das contradições internas da profissão” (p. 124). Segundo os autores de *O Habitus na Comunicação*, “a crítica dos jornalistas ao jornalismo apresenta-se com parte de uma estrutura de campo – no caso, um mecanismo de legitimação dos procedimentos práticos pela crítica do próprio procedimento” (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 113).

40 “O episódio, que consistiu na divulgação de denúncias de abuso sexual de crianças da Escola de Educação Infantil Base, no bairro de Aclimação, na capital paulista, ficou conhecido como um dos mais marcantes erros cometidos pela imprensa. A partir de acusações precipitadas, feitas por um delegado de polícia e reproduzidas amplamente na imprensa, a escola foi depredada e depois fechou (FOLHA ONLINE, 2014)”. Assim é relatado, 20 anos depois, o fato ocorrido em 2004. O relato é do site da Folha de S. Paulo, um dos jornais que mais contribuiu para as graves consequências sofridas pelos proprietários da escola. O caso resultou em indenizações pagas por empresas jornalísticas às vítimas.

Por tais mecanismos, “os procedimentos e as ações jornalísticas socializam porque se repetem e se repetem porque socializam” (p. 132), como práticas “estruturadas e estruturantes”. Tais mecanismos “fazem surgir nos agentes pela observação de ações e valores que se repetem disposições para agir desta ou daquela forma sem que a discussão das causas últimas das regras de funcionamento do campo seja cogitável” (BARROS FILHO; SÁ MARTINO, 2003, p. 132).

Barros Filho e Sá Martino (2003) apontam diversos mecanismos que inibem essa reflexão interna no campo. Mas julgamos ser suficiente, para nosso escopo, evidenciar, como fizemos: o elo entre as noções de *ethos* e *habitus*; o discurso como disciplina e técnica do corpo, *incorporadas* no *ethos* do jornalista; essa mesma incorporação ocorrendo por meio da identificação com o *movimento de um corpo* (aqui lembramos a descrição que fizemos sobre a *corporalidade* e os movimentos/mobilidade dos jornalistas); a intensa socialização, por meio da repetição, que os movimentos e a velocidade da produção jornalística exercem sobre o *ethos* dos profissionais; o procedimento de autocrítica que, numa aparente (só aparente) contradição, protege o campo jornalístico como instituição.

“FILHO DIRETO DA IDEOLOGIA DAS LUZES”

Relacionaremos agora anotações de Cavalcanti (2006) que acreditamos também constituírem o *ethos* dos jornalistas. Como já dissemos, uma característica da formação discursiva do jornalista, remanescente do início do século XIX, no nascimento da imprensa brasileira (LUSTOSA, 2004, p. 14-15), esse profissional se vê como um “sujeito do Iluminismo”, como definido por Hall (1992, p. 10), com a missão de esclarecer os leitores. Um sujeito, frisamos, diferente, do sujeito descentrado (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26-28), definido pela Análise

do Discurso, como já vimos. Cavalcanti (2006, p. 71) faz a menção ao profissional que se vê como “filho direto da ideologia das luzes”:

[...] consideramos importante apontar que traços como a racionalidade, o saber, a pesquisa, típicos da ciência, são atribuídos a esse campo a partir de seu aparecimento. Nessa perspectiva, o jornalismo teria se configurado vinculado a ideologias do progresso, seria “o filho direto da ideologia das Luzes”: o jornalismo é a síntese do espírito moderno: a razão (a “verdade”, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie (CAVALCANTI, 2006, p. 71).

Ela cita Marcondes, afirmando que, para esse autor,

[...] com o aparecimento do jornalismo, se dá a desconstrução do poder instituído em torno de instituições como a igreja e a universidade, na medida em que ele espalha um conhecimento até então reservado, restrito a poucos: “o saber, o acesso a documentos, o direito à pesquisa esteve, até a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, nas mãos da igreja” (p. 10). O jornalista, também detentor de um saber, levaria o conhecimento a um número maior de pessoas, partilhando esse saber, no caso, a notícia. Segundo o autor, para atingir tal objetivo os jornalistas farão de tudo: explorar, escavar “virar tudo de pernas para o ar” e até profanar, no interesse da notícia. Surgiria daí, na leitura de Marcondes, o mito da transparência, “filho direto da ideologia das Luzes” (CAVALCANTI, 2006, p. 71).

Importante sempre reiterar, aprofundamento relevante, mas impossível de ser feito nestas páginas, a distinção entre o *ethos* do jornalismo, como instituição, e o *ethos* do(s) jornalista(s), que o compõe. Esse jornalismo iluminista é o fiador do(s) jornalista(s), como categoria profissional. A relação entre ambos é dialética, de dominação, oposição e negociação, concomitantemente, permanentemente.

Outra característica atribuída pela autora ao discurso dos jornalistas sobre si mesmos, relacionada, aliás com aquela de considerarem-se “sujeitos do Iluminismo”, é a de verem-se como “homens das letras”.

O discurso jornalístico, assim como a identidade de seu enunciador, é heterogêneo em relação ao literário, traz em seu interior elementos desse outro. Pensamos que essa relação dialógica constitutiva explica o fato de os sujeitos jornalistas sentirem-se próximos, identificarem-se, ou desejarem ser identificados como homens das letras, isto é, aqueles que escrevem bem, que vivem para a sua arte, para seu “vício”. Feita essa ressalva, podemos apresentar as reflexões de Sodré (1999). Em *História da imprensa no Brasil*, o autor faz um percurso mostrando como e quando jornalismo e literatura se aproximam, as influências de um sobre o outro. O autor explica que a imprensa passa a se confundir com a literatura na época do Império, na primeira metade do século XIX (CAVALCANTI, 2006, p. 47).

Essa característica de considerar-se como “homem das letras” compõe com aquela de ver-se com a missão de “portar as luzes do conhecimento”, um *ethos* bastante definidor do “sujeito jornalista”.

CONCLUSÃO

Ao articularmos os conceitos de *ethos*, corporalidade em Maingueneau com os de *habitus* e incorpora o em Bourdieu, aplicados aos jornalistas, acreditamos ter definido um *ethos* possivelmente verificável nesses profissionais. A repeti o socializante de procedimentos de trabalho, com uma rotina ligada   pressa,   sujeita a erros que são protegidos corporativamente pelos colegas com o mecanismo contraditório da autocrítica.

Vale observar a existência de grande quantidade de publica es, notadamente sites produzidos por jornalistas que se dedicam a criticar a média e, ainda, da presença de *ombudsmen*, em alguns veículos de comunica o, que têm o trabalho de criticar a própria publica o. A origem da profissão, ligada ao surgimento da própria imprensa como a conhecemos hoje, vinculado por sua vez ao Iluminismo, confere aos integrantes dessa categoria grande identifica o com o papel de serem aqueles que levam o “esclarecimento” a todos.

Dessa função de transmitir o mais amplamente o conhecimento e a informação sobre os fatos vêm o sentimento e verdadeira capacidade, por parte dos jornalistas, de dominar várias linguagens e registros discursivos para poderem dirigir-se ao seu variado público, circulando com desenvoltura pelos mais variados temas. Um *ethos* assim constituído confere um estatuto que é vivido pelos jornalistas como missão. E aí o confronto com a realidade individual/pessoal e coletiva/social resulta em sucessos e insucessos na vida de cada jornalista e no impacto do jornalismo na sociedade.

O jornalista, enfim, é o porta-voz de uma revolução, a revolução do direito ao saber, à participação na vida pública, mesmo que como espectador. O seu fiador reside no mais alto anseio do último humanismo, o da revolução iluminista, que evocou o espírito do conhecimento e constitui um novo sujeito dentro de uma outra ordem discursiva.

REFERÊNCIAS

BENITES, Marcello R.. **O Jornalismo e as narrativas midiáticas independentes / Mídia Ninja: Discurso dos jornalistas diante dos desafios das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Campos dos Goytacazes-RJ, 2016.

BOURDIEU, Pierre. (1982) **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. **No “mundo dos jornalistas”: interdiscursividade, identidade, *ethos* e gêneros**. Tese (Doutorado em Linguística)– Instituto de Estudos da Linguagem Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: <http://migre.me/c6B1N>. Último acesso: 27/11/2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2012.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *Ethos*. Tradução: Luciana Salgado. In: MOTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. p. 11-29. São Paulo: Contexto, 2008d.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Tradução: não mencionada na ficha técnica. Organização: Sírio Possenti e Cecília P. de Souza. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução: Adail Sobral [et al.]. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução: São Paulo: Contexto, 2008c, p. 69-90.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução: Solange M. Ledo e Maria da G. de D. V. de Moraes. Campinas-SP: Pontes/Editora da Unesp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução: Márcio Venício Barbosa, Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2009. v.2. p. 100-142.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes Editora, 2010.

Sobre os organizadores e a organizadora

Andrik Barbosa Riso

Doutorando em Sociologia Política (PPGSP - UENF). Mestre em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos (Verbo Jurídico). Bacharel em Relações Internacionais (UCAM).

Carlos Jordan Lapa Alves

Doutor e Mestre em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Licenciado em História pelo Centro Universitário São Camilo.

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima

Doutoranda e mestra em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Especialista em Estudos Linguísticos e Literários (UniFSJ). Licenciada em Letras - Português e Inglês pela (UNIG).

Sérgio Arruda Moura

Pós-doutorado na Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne (UPEC, França). Doutor em Literatura Comparada (UFRJ). Mestre em Letras (UFPE). Graduação em Letras e em Comunicação (UFPE). Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Sobre os autores e as autoras

Bruna Tavares da Costa

Mestranda em Sociologia Política (PPGSP - UENF). Graduação em Letras, Português/Literatura (UVA). Graduação em Moda (UVA).

Clesiane Bindaco Benevenuti

Doutora e mestra em Cognição E Linguagem (PPGCL - UENF/Università Del Salento). Graduada em Letras – Literatura, pelo Centro Universitário São Camilo.

Joyce Fettermann

Doutora e mestra em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Graduada em Letras - Português e Inglês, pelo Centro Universitário São José.

Humberto Fernandes

Doutorando em Sociologia (IESP-UERJ). Mestre em Sociologia pela Universidad de la República de Uruguay (FCS-UDELAR). Graduado em Relações Internacionais (IUPERJ/UCAM).

Jacimara Cardoso

Doutoranda em Cognição e Linguagem pela (UENF). Mestre em Letras (IFES). Especialista em Artes na Educação pela Faculdade de Educação. Especialista em Estudos da Linguagem pela Faculdade SABERES. Graduada em Letras Português - língua e literatura pela UFES.

Leonardo de Souza e Silva

Bacharel em Relações Internacionais (UCAM).

Marcello Benites

Doutorando e mestre em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Jornalista formado na Escola de Comunicação (ECO/UFRJ).

Mozarth Dias

Doutor em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Mestre profissional em TV Digital (UNESP). Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo (UNESP).

Thiago Oliveira

Pós-Doutorado em Letras (UBI). Doutor e mestre em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Professor Formador em Língua Portuguesa na Educação 2 (CEDERJ). Professor da Licenciatura em Letras (Português e Literaturas) (IFF). Professor da Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade (IFF). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (IFF).

Victor Lima

Mestrando em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Licenciando em Matemática (IFF). Graduando em Engenharia de Produção (CEFET). Pós-Graduado em Arquitetura da Cidade: Suas Demandas e Tecnologias e (IFF) e pós-graduado em Docência do Ensino Superior (UCAM). Graduado em Engenharia Civil (UNESA).

Vitor Menezes

Doutorando em Cognição e Linguagem (PPGCL - UENF). Mestre em Sociologia (IUPERJ). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (FAFIC).

Índice remissivo

A

ação política 19, 37, 85, 203, 206, 211, 215, 218
 análise do discurso 59, 78, 107, 147, 244, 245, 247, 251, 260, 287, 312, 313
 anatomia política 246, 247, 253, 256, 257, 258

C

candidatos 74, 101, 105, 107, 108, 110, 117, 118, 125
 capitalismo 146, 158, 160, 164, 234, 235, 236, 245, 303
 carnaval 87, 175, 177, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198
 comunicação 20, 23, 24, 31, 39, 44, 45, 46, 56, 75, 83, 91, 92, 94, 95, 96, 103, 109, 130, 131, 132, 136, 137, 165, 174, 183, 196, 201, 205, 206, 210, 213, 230, 239, 242, 244, 245, 269, 278, 287, 296, 297, 302, 303, 311, 313
 comunidades 142, 170, 183, 189, 190, 206
 confiança 19, 34, 37, 47, 64, 70, 237, 292, 294, 310
 coronavírus 246, 247, 249, 252, 253, 255, 257, 258, 262, 266
 cortina de fumaça 45, 46, 51, 52, 55
 crescimento econômico 28, 33
 crise 13, 37, 42, 57, 60, 63, 64, 67, 73, 75, 100, 103, 115, 230, 231, 253
 cultura 17, 18, 29, 33, 35, 92, 120, 137, 142, 147, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 198, 206, 228, 243, 244

currículo 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 174

D

disciplina 150, 157, 158, 159, 160, 161, 225, 240, 243, 251, 256, 264, 265, 282, 285, 298, 300, 301, 309
 discurso 12, 13, 14, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 47, 48, 49, 59, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 121, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 141, 143, 146, 147, 149, 150, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 176, 177, 178, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 306, 309, 310, 311, 312, 313
 dispositivo de vigilância 148, 150, 163, 164

E

eleições 38, 40, 68, 74, 77, 88, 105, 106, 107, 108

estratégias discursivas 13, 14, 22, 26,
27, 32, 35, 246, 252
extrema direita 105, 106, 107, 108, 109,
110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 121,
122, 124

F

formação universitária 76, 78, 87, 88,
89, 90, 99
fundamentalismo 32, 34, 194

H

heterogeneidade 215, 270, 271, 272,
273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,
281, 282, 283, 284, 285, 286, 291

I

ideologia 17, 25, 26, 29, 30, 34, 36, 42,
77, 78, 82, 83, 85, 89, 99, 125, 141, 152,
157, 164, 171, 176, 207, 209, 215, 310

J

jornalista 65, 67, 69, 74, 75, 289, 290,
295, 300, 301, 303, 306, 307, 309, 310,
311, 312

L

linguagem 14, 15, 16, 18, 25, 28, 48,
81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 101,
112, 137, 141, 142, 143, 158, 168, 208,
228, 229, 230, 237, 244, 250, 253, 258,
266, 267, 268, 275, 276, 278, 282, 284,
285, 291, 302

M

massa acrítica 26, 27, 30, 31
matemática 148, 150, 152, 156, 165,
168, 170, 171, 172
mercado de trabalho 152, 155
mercado simbólico 201, 209, 214, 221

mídia 31, 45, 46, 52, 53, 55, 59, 61, 70,
106, 111, 130, 132, 133, 135, 140, 146,
147, 198, 206, 257, 286, 288, 307, 311

O

opressão 91, 153, 171, 179, 181, 185,
193, 195, 196, 197

P

partido 21, 33, 60, 62, 64, 74, 82, 87,
99, 111, 117, 244
passividade 20, 134, 167
patriotismo 33
percepção social 17, 20, 21, 25, 26, 28,
29, 30, 31, 35, 36, 37
poder político 188, 213
política 11, 13, 19, 20, 22, 30, 31, 33,
34, 35, 37, 38, 39, 55, 58, 60, 63, 64,
68, 69, 73, 75, 76, 79, 81, 85, 86, 88,
91, 94, 96, 99, 100, 101, 103, 106, 110,
111, 112, 115, 117, 125, 147, 151, 166,
172, 173, 177, 181, 182, 183, 191, 194,
198, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210,
211, 212, 215, 216, 218, 220, 221, 222,
225, 226, 229, 230, 246, 247, 249, 252,
253, 254, 255, 256, 257, 258, 263,
268, 269, 310
população 31, 45, 52, 54, 68, 133, 136,
144, 181, 193, 247, 248, 249, 250, 252,
253, 254, 255, 257, 258, 259, 261, 262,
263, 264, 265, 266, 267
populismo 34, 35, 37, 85, 88, 116, 118, 124
práticas políticas 13, 77, 101
práxis pedagógica 160, 163

R

realidade social 13, 17, 19, 21, 83, 133,
184, 203, 204, 243
redes sociais 45, 99, 106, 113, 125,
180, 206, 217, 251, 252
religião 34, 100, 107, 194

representatividade 20, 166, 175, 176,
177, 197, 204, 307

resistência 18, 129, 134, 135, 136, 140,
141, 142, 143, 144, 147, 153, 189, 195,
196, 197

resignificação 189, 196

S

socialismo 25, 27, 28, 30, 32, 35, 40

sociedade 13, 33, 35, 36, 37, 41, 61,
69, 77, 79, 82, 83, 92, 94, 103, 107,
119, 124, 131, 133, 136, 137, 138, 140,
142, 145, 147, 151, 155, 158, 164, 165,
171, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185,
186, 187, 190, 193, 194, 195, 212, 214,

218, 219, 220, 247, 249, 250, 251, 252,
254, 256, 265, 266, 279, 283, 312

sociolinguística 270, 282, 284, 285, 286

T

temporalidade 14, 16, 28, 37, 150, 200,
202, 208, 211, 215, 217, 220

V

vigilância 134, 148, 149, 150, 157, 158,
160, 161, 162, 163, 164, 169, 171

violência 12, 13, 14, 35, 42, 49, 77,
111, 145, 146, 156, 157, 164, 181, 192

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

SOCIEDADE EM (DIS)CURSO

mirantes
teóricos
e diálogos
possíveis